UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

ALANDY PATRÍCIA DO SOCORRO SOUSA CAVALCANTE

CORREDOR DE BIODIVERSIDADE NA FRONTEIRA AMAPÁ / GUIANA FRANCESA:

Fator de integração e sustentabilidade?

BELÉM-PA
2026

ALANDY PATRÍCIA DO SOCORRO SOUSA CAVALCANTE

CORREDOR DE BIODIVERSIDADE NA FRONTEIRA AMAPÁ / GUIANA FRANCESA:

Fator de integração e sustentabilidade?

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, em colaboração com a Universidade Federal do Amapá, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ligia Terezinha Lopes Simonian.

BELÉM-PA
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

B238c Cavalcante, Alandy Patrícia do Socorro Sousa.

Corredor de Biodiversidade na Fronteira Amapá / Guiana Francesa: fator de integração e sustentabilidade? / Alandy Patrícia do Socorro Sousa Cavalcante – 2026.

310 f.: il. color.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ligia Terezinha Lopes Simonian.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Amapá, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2026.

1. Corredor de Biodiversidade. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Conservação e gestão ambiental. 4. Políticas públicas. 5. Amapá/Brasil. /6. Guiana Francesa. I. Título.

CDD 711.4098116

ALANDY PATRÍCIA DO SOCORRO SOUSA CAVALCANTE

CORREDOR DE BIODIVERSIDADE NA FRONTEIRA AMAPÁ / GUIANA FRANCESA:

Fator de integração e sustentabilidade?

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, em colaboração com a Universidade Federal do Amapá, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental. Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Aprovada em: 25 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Ligia Terezinha Lopes Simonian.
Presidente da Banca Examinadora, PPGDSTU/NAEA-UFPA

Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro
Examinador interno, PPGDSTU/NAEA-UFPA

Prof. Dr. Thales Ravena Cañete
Examinador interno, PPGDSTU/NAEA-UFPA

Prof. Titular Dr. José Bitencourt da Silva
Examinador externo, NEB-UFPA

Profª. Titular Drª. Denise Machado Cardoso
Examinadora externa, PPGCS-IFCH-UFPA

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo em especial à Deus acima de todas as coisas. Aos que, de diferentes formas, estiveram presentes em minha trajetória: à minha família, aos amigos, colegas e a todos que verdadeiramente acreditaram em mim.

Aos que contribuíram antes mesmo do início deste percurso acadêmico e aos que, ao longo dele, ofereceram apoio constante, tornando possível a concretização deste trabalho.

Aos que, direta ou indiretamente, me desafiaram na busca por dados, reflexões e aprofundamentos, colaborando para a construção de um estudo mais consistente e socialmente relevante.

Àqueles que, por meio de críticas e dificuldades impostas, instigaram-me a superar limites e a buscar continuamente o melhor, fortalecendo minha determinação e compromisso com a qualidade desta pesquisa.

Aos que compartilham comigo o cotidiano, pela paciência, compreensão e apoio nos momentos mais exigentes, reconhecendo que tais exigências fazem parte do compromisso com a excelência.

Aos meus Pais José Valro Cavalcante e Maria de Nazaré Sousa Cavalcante que sempre me motivaram e apoiaram meu crescimento do conhecimento acadêmico e científico.

Ao meu esposo, Leonardo Santana, pelo incentivo contínuo, compreensão e apoio incondicional, amoroso e me fortalecendo até a conclusão deste doutorado.

À minha filha, Ananda Cavalcante, pela compreensão diante das ausências e pelo apoio afetuoso que tornou esta jornada possível de uma jornada que hoje é ela que segue os passos acadêmicos e científicos.

Aos meus irmãos Alan Cavalcante, Alon Cavalcante e Vaurileno Cavalcante, pelo apoio e incentivo que sempre me impulsionaram a seguir em frente.

Aos amigos do curso que passaram e deixaram aprendizados e memórias afetivas, e àqueles que permanecem, compartilhando alegrias e desafios, construindo comigo laços que ultrapassam o tempo.

A todos que me conhecem, que compreendem minhas escolhas e que, de alguma forma, reconhecem o esforço empenhado na construção de um conhecimento comprometido com a transformação social.

Por fim, dedico este trabalho à soma de todas essas presenças, pois ele é resultado do apoio, das vivências, dos afetos e dos aprendizados compartilhados ao longo dessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará, em especial ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), pela oportunidade de formação acadêmica, em parceria com a Universidade Federal do Amapá, contribuindo significativamente para a qualificação de pesquisadores e produtores de conhecimento no estado do Amapá. Sem essa oportunidade, certamente a trajetória até aqui teria sido mais longa e desafiadora.

Ao ex-coordenador do curso, Prof. Dr. Armin Mathis, pelo apoio e pelas valiosas contribuições no âmbito das disciplinas ministradas, fundamentais para a construção deste percurso.

À ex-coordenadora local do curso, Prof.ª Dr.ª Rosemary Andrade, pela constante disponibilidade, paciência e compreensão diante das demandas acadêmicas, especialmente no início desta caminhada.

À minha orientadora, Prof.ª Dr.ª Ligia Simonian, pelas contribuições essenciais a esta tese, pela disponibilidade constante e pelo acompanhamento atento durante todo o processo. Sua serenidade, dedicação e rigor acadêmico foram fundamentais para o amadurecimento teórico e metodológico deste trabalho.

À Prof.ª Dra. Lúcia Borges, colega de doutorado, pelo incentivo constante, força e companheirismo ao longo dessa trajetória. Me motivou a nunca desistir e lutar sempre.

Ao Prof. Dr. Antônio César Pinho Brasil Junior, chefe do Departamento de Engenharia da Universidade de Brasília, pelo apoio em projetos científicos e acadêmicos, contribuindo de forma significativa para minha trajetória desde o mestrado concluído com seu apoio.

Ao Prof. Dr. Alan Cavalcanti da Cunha, pelo incentivo e pelas contribuições que ampliaram horizontes e reflexões no campo do conhecimento científico.

Ao amigo Leonardo de Lima Melo, chefe da DITEC do IBAMA, pelo apoio institucional e pelas contribuições teóricas e no trabalho de campo, fundamentais ao longo desta trajetória.

Aos pesquisadores Dr. Christoph Bernhard Jaster, Ricardo Mota Pires, do Instituto Chico Mendes, pela disponibilização de dados relevantes sobre os parques no estado do Amapá, essenciais para esta pesquisa e ao Pesquisador do IEPA Dr. Dário (*in memorian*) pelas significativas contribuições em entrevista para essa tese.

Aos colegas do doutorado oriundos do Maranhão, Enéas Nunes e Edney Loiola, pelas contribuições, trocas de conhecimento e pela amizade construída ao longo do percurso.

Aos demais colegas do curso de doutorado, pelas trocas de experiências, aprendizados compartilhados e momentos vividos, que tornaram essa caminhada mais significativa.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta etapa, mesmo que não mencionados nominalmente, mas que permanecem igualmente importantes nesta trajetória.

O limite é algo que se insinua entre dois ou mais mundos, buscando a sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não pode permanecer ligado. O limite insinua a presença da diferença e sugere a necessidade da separação. Entretanto, o limite pode ser visto por outros ângulos. Ele pode ser apresentado como algo que se coloca entre dois ou mais mundos, para que as suas diferenças possam ser compreendidas (Cássio Eduardo Viana Hissa, 2002, p. 11).

RESUMO

Nas últimas décadas, as discussões acerca da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável têm assumido centralidade nas agendas científicas e nas políticas públicas em escala global, especialmente em regiões de elevada complexidade socioambiental, como a Amazônia. Nesse contexto, os corredores de biodiversidade emergem como instrumentos estratégicos de gestão territorial, voltados à integração de áreas protegidas, à manutenção dos processos ecológicos e à articulação entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. A presente tese aborda a temática do Corredor de Biodiversidade do Amapá no contexto da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, considerando suas implicações para a integração territorial e a sustentabilidade. O recorte empírico concentra-se na região do Oiapoque, caracterizada por dinâmicas transfronteiriças, diversidade sociocultural e fragilidades institucionais. O objetivo geral do estudo consistiu em analisar o Corredor de Biodiversidade do Amapá como instrumento de gestão territorial voltado à integração, conservação da biodiversidade e sustentabilidade, com vistas à proposição de diretrizes para sua efetiva implementação. Especificamente, buscou-se: analisar a configuração socioambiental da região de fronteira; examinar o conceito e a evolução dos corredores de biodiversidade; investigar as políticas públicas e arranjos institucionais associados à sua implementação; identificar os atores sociais envolvidos e suas relações de poder; avaliar potencialidades, limitações e desafios do corredor; compreender a influência das dinâmicas transfronteiriças; e propor diretrizes estratégicas para o fortalecimento da gestão territorial. A pesquisa fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, de caráter aplicado e natureza interdisciplinar, estruturada a partir de estudo de caso único aprofundado. Os procedimentos metodológicos envolveram levantamento bibliográfico, análise documental e investigação empírica, com base na triangulação de dados provenientes de diferentes fontes, incluindo gestores públicos, pesquisadores, lideranças locais e representantes do setor econômico. Tal estratégia possibilitou a compreensão integrada das dimensões ecológicas, sociais, institucionais e territoriais que configuram o corredor em contexto transfronteiriço. Os resultados evidenciam que, embora o Corredor de Biodiversidade do Amapá represente uma proposta inovadora no campo da gestão socioambiental, sua efetividade encontra-se limitada por fragilidades institucionais, desarticulação entre políticas públicas, assimetrias na governança transfronteiriça e insuficiente participação dos atores locais. Observou-se, ainda, que a integração entre conservação ambiental e desenvolvimento regional permanece incipiente, sendo atravessada por conflitos territoriais, pressões econômicas e lacunas na

implementação de instrumentos de gestão. Por outro lado, o estudo identificou potencialidades relevantes, especialmente no que se refere à existência de ampla cobertura de áreas protegidas, à diversidade sociocultural e às oportunidades de cooperação internacional.
Conclui-se que o Corredor de Biodiversidade do Amapá configura-se como um instrumento estratégico para a gestão territorial em áreas de fronteira, desde que associado a mecanismos efetivos de governança multinível, articulação institucional, participação social e integração de políticas públicas. A tese contribui para o avanço teórico e metodológico no campo da gestão socioambiental ao propor diretrizes voltadas à consolidação de modelos integrados de conservação, capazes de articular sustentabilidade, desenvolvimento regional e cooperação transfronteiriça em contextos amazônicos.

Palavras-Chave: corredor de biodiversidade; desenvolvimento sustentável; conservação e gestão ambiental; políticas públicas; Amapá/Brasil; Guiana Francesa.

ABSTRACT

In recent decades, discussions on biodiversity conservation and sustainable development have gained centrality in scientific agendas and public policies at a global scale, particularly in regions marked by high socio-environmental complexity such as the Amazon. In this context, biodiversity corridors have emerged as strategic instruments for territorial management, aimed at integrating protected areas, maintaining ecological processes, and articulating environmental conservation with socioeconomic development. This doctoral thesis addresses the Biodiversity Corridor of Amapá within the transboundary context between Brazil and French Guiana, considering its implications for territorial integration and sustainability. The empirical focus is the Oiapoque region, characterized by transboundary dynamics, sociocultural diversity, and institutional fragilities. The general objective of this study was to analyze the Amapá Biodiversity Corridor as a territorial management instrument aimed at integration, biodiversity conservation, and sustainability, with the purpose of proposing guidelines for its effective implementation. Specifically, the study sought to: analyze the socio-environmental configuration of the border region; examine the concept and evolution of biodiversity corridors; investigate public policies and institutional arrangements related to their implementation; identify key social actors and their power relations; assess the corridor's potentials, limitations, and challenges; understand the influence of transboundary dynamics; and propose strategic guidelines to strengthen territorial governance. The research adopted a qualitative, applied, and interdisciplinary approach, structured as an in-depth single case study. Methodological procedures included bibliographic review, documentary analysis, and empirical investigation, based on data triangulation from multiple sources, including public managers, researchers, local leaders, and representatives of the economic sector. This approach enabled an integrated understanding of the ecological, social, institutional, and territorial dimensions shaping the corridor in a transboundary context. The findings indicate that, although the Amapá Biodiversity Corridor represents an innovative proposal in the field of socio-environmental management, its effectiveness remains constrained by institutional weaknesses, lack of policy integration, asymmetries in transboundary governance, and limited participation of local actors. Furthermore, the integration between environmental conservation and regional development is still incipient, permeated by territorial conflicts, economic pressures, and gaps in the implementation of management instruments. On the other hand, the study identified significant potentialities, particularly regarding the extensive network of protected areas, sociocultural diversity, and opportunities for international cooperation.

It is concluded that the Amapá Biodiversity Corridor constitutes a strategic instrument for territorial management in border regions, provided that it is supported by effective mechanisms of multilevel governance, institutional coordination, social participation, and policy integration. This thesis contributes to the theoretical and methodological advancement of socio-environmental management by proposing guidelines for integrated conservation models capable of articulating sustainability, regional development, and transboundary cooperation in Amazonian contexts.

Keywords: biodiversity corridors; sustainable development; environment conservation and management; public policies; Amapá/Brazil. French Guyane.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Avaliação dos gestores públicos e institucionais sobre a efetividade do CdeB enquanto instrumento de gestão territorial.

Gráfico 2 – Avaliação dos gestores públicos e institucionais sobre o nível de articulação entre instituições (Brasil–Guiana Francesa).

Gráfico 3 – Avaliação do setor econômicos sobre os investimentos na região de fronteira.

Gráfico 4 – Avaliação do setor econômicos sobre os investimentos na região de fronteira.

Gráfico 5 – Avaliação dos gestores sobre a influência da ponte binacional na dinâmica territorial e ambiental.

Gráfico 6 – Avaliação das lideranças locais sobre impactos da ponte para a comunidade.

Gráfico 7 – Avaliação do setor comercial e produtivo sobre a ponte contribuir para o desenvolvimento econômico.

Gráfico 8 – Avaliação dos gestores pública sobre a eficácia do CdeB do Amapá enquanto instrumento de gestão territorial.

Gráfico 9 – Avaliação dos pesquisadores sobre a integração entre conservação ambiental e desenvolvimento regional.

Gráfico 10 – Percepção das lideranças locais sobre benefícios do corredor da biodiversidade.

Gráfico 11 – Avaliação do setor econômico sobre a integração entre Brasil e Guiana Francesa impactar a economia local.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição dos participantes da pesquisa

Quadro 2 – Sistematização do levantamento de dados secundários por escala institucional

Quadro 3 – Categorias e finalidades das Unidades de Conservação de Proteção Integral

Quadro 4 – Categorias e finalidades das Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Quadro 5 – Conceitos ambientais relevantes.

Quadro 6 – Unidades de Conservação do Amapá.

Quadro 7 – Corredores ecológicos no Brasil: características e estágio de implementação.

Quadro 8 – Percepção das lideranças locais sobre o CdeB no seu cotidiano.

Quadro 9 – Percepção dos pesquisadores sobre a evolução conceitual dos corredores de biodiversidade no contexto amazônico

Quadro 10 – Indicadores territoriais do Estado do Amapá

Quadro 11 – Avaliação dos gestores públicos sobre a integração entre políticas públicas ambientais no contexto transfronteiriço.

Quadro 12 – Lacunas na implementação do corredor no Amapá segundo os pesquisadores.

Quadro 13 – Percepções dos gestores sobre desafios institucionais para a implementação do corredor na região de fronteira.

Quadro 14 – Avaliação do setor econômico acerca dos riscos ou desafios econômicos na região transfronteiriça.

Quadro 15 – Avaliação das lideranças locais sobre as principais mudanças ocorridas com a ponte binacional na região.

Quadro 16 – Percepções dos gestores sobre melhorias para que o corredor contribua de fato para a qualidade de vida da população.

Quadro 17 – Que ações concretas deveriam ser implementadas para que o corredor traga melhorias reais para a população local.

Quadro 18 – Modelo mais eficaz para se adotar no CdeB do Amapá e nas áreas de fronteira segundo pesquisadores e especialistas.

Quadro 19 – Diretrizes técnico-científicas essenciais para tornar o CdeB do Amapá efetivo em áreas de fronteira segundo os pesquisadores.

Quadro 20 – Percepção do setor econômico sobre como o CdeB contribui para o desenvolvimento sustentável local.

Quadro 21 – Avaliação do setor econômico sobre políticas ou incentivos poderiam integrar desenvolvimento econômico e conservação ambiental no corredor.

Quadro 22 – Avaliação das lideranças locais sobre melhorias necessárias para que o corredor contribua de fato para a qualidade de vida da população.

Quadro 23 – Sugestões das lideranças sobre ações concretas necessárias para que o corredor traga melhorias reais para a população local.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Biomas do Brasil
Figura 2 – Delimitação do recorte empírico e sua relação com o CdeB do Amapá.
Figura 3 – Modelo de Sustentabilidade a ser considerada.
Figura 4 – As três dimensões do desenvolvimento sustentável (DS).
Figura 5 – Localização e tipologia das Unidades de Conservação do Estado do Amapá.
Figura 6 – Mapa do Corredor Biológico Mesoamericano.
Figura 7 – Desenho esquemático de um corredor de biodiversidade.
Figura 8 – Travessia de catraia na fronteira do Oiapoque para Saint George.
Figura 9 - Ponto de referência de partida de Caiena para a cidade de Saint-Georges.
Figura 10 – Catraieiro às margens do rio que separa o Brasil da Guiana Francesa.
Figura 11 – Família de produtores indígenas na Feira Internacional de Oiapoque.
Figura 12 – Embarcação no lado francês do rio Oiapoque recebida por policiais.
Figura 13 – Rio Oiapoque.
Figura 14 – BR 156: rodovia fundamental do Amapá.
Figura 15 – BR 156 no município de Porto Grande (AP), próximo de Macapá (capital).
Figura 16 –BR 156 no município de Calçoene (AP), próximo de Oiapoque.
Figura 17 – Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque.
Figura 18 – Mapa de localização do CdeB proposto para o estado do Amapá.
Figura 19 – Mapa de fronteira da Guiana com o CdeB do Amapá.
Figura 20 – Modelo da proposta de gestão territorial integrada do CdeB do Amapá em região transfronteiriça Brasil-Guiana Francesa.
Figura 21 –Diretrizes da proposta.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAP	Agência de Desenvolvimento do Amapá
AP	Áreas de Proteção
CCEG	*Communaute dês communes de l'est Guyanais* (Consórcio dos municípios do leste da Guiana)
CCIG	*Chambre de Commerce et d'Industrie de la Guyane* (Câmara de Comércio e Indústria da Guiana)
CdeB	Corredor de Biodiversidade
CEPAN	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste
CEPF	Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos
CFBBA	Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica
CI	Conservação Internacional
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMG	Chambre de Metiér de la Guyane (Câmara de Artesãos da Guiana)
CMMA	Conselhos Municipais de Meio Ambiente
CN	Congresso Nacional
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAMA	Conselho Nacional Meio Ambiente
DDE	Direção Departamental do Equipamento
FLONA	Floresta Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEF	Global Environment Facility
GT	Guyana Technopole
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPA	Instituto de Pesquisas Cientificas e Tecnológicas do Estado do Amapá
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISPN	Instituto Sociedade População e Natureza
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONGs	Organizações Não-Governamentais

ONU	Organização das Nações Unidas
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAE	Projetos de Assentamentos Agroextrativistas
PMO	Prefeitura Municipal de Oiapoque
PNCO	Parque Nacional Cabo Orange
PNMT	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PNUMA	Programa Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODIAT	Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reservas Extrativistas
RPPN	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de apoio a Micro e Pequenas Empresas
SEDE	Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SETEC	Secretaria de Ciência e Tecnologia
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SISEUC	Sistema Estadual de Unidade de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TI	Terras Indígenas
UC	Unidades de Conservação
UCPI	Unidades de Conservação de Proteção Integral
UCUS	Unidades de Conservação de Uso Sustentável
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
WWF	World Wildlife Fund
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 23
1.1 O TEMA E A PROTEÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DA BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA 23
1.2 A RELEVÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO 32
1.3 OBJETIVOS 38
1.3.1 Objetivo geral 38
1.3.2 Objetivos específicos 38
1.4 ESTRUTURA DA TESE 39
2 METODOLOGIA 42
2.1 CONSTRUÇÃO DO CAMPO METODOLÓGICO DA PESQUISA 42
2.2 DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA 45
2.2.1 Delimitação da dimensão transfronteiriça da pesquisa 47
2.3 NATUREZA, TIPOLOGIA E ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA 47
2.3.1 Delimitação do recorte empírico e sua relação com o corredor de biodiversidade do Amapá 49
2.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA 52
2.4.1 População 52
2.4.2 Critérios de seleção dos participantes 53
2.4.3 Amostra 53
2.4.4 Amostragem 54
2.4.5 Caracterização da amostra, distribuição dos participantes e limites da seleção intencional 55
2.5 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS 56
2.5.1 Análise documental 56
2.5.2 Entrevistas com atores estratégicos 58
2.5.3 Levantamento de dados secundários 60
2.5.4 Análise territorial e espacial: 62
2.5.5 A ponte binacional como elemento estruturante 64
2.5.6 Delimitação da dimensão transfronteiriça da coleta empírica 65
2.5.7 Incorporação do caráter propositivo da pesquisa 66
2.6 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS 67

2.7 ANÁLISE DOS DADOS 69
3 SUSTENTABILIDADE À GESTÃO TERRITORIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO CORREDOR DE BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA 71
3.1 CONCEITOS DA TESE 71
3.1.1 Gestão territorial 71
3.1.2 Biodiversidade 73
3.1.3 Corredores ecológicos 76
3.1.4 Governança transfronteiriça 78
3.1.5 Desenvolvimento sustentável ou Sustentabilidade 80
3.1.6 Políticas Públicas 83
3.1.7 Território, territorialidades e conflitos socioambientais na gestão do Corredor de Biodiversidade 86
3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO PAUTA DE DEFESA CIENTÍFICA MUNDIAL 89
3.2.1 Origem do termo: Relatório Brundtland 93
3.2.2 Os resultados gerados pelo Relatório Brundtland 97
3.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS: O GRANDE DESAFIO EM COMUM 99
3.3.1 A necessidade de crescimento econômico se opõe à preservação do país 102
3.3.2 O desenvolvimento sustentável: mudança teórica em relação ao paradigma atual 103
3.4 A EVOLUÇÃO CONCEITUAL DE BIODIVERSIDADE 108
3.4.1 Um breve discurso em torno da percepção conceitual da biodiversidade 112
3.4.2 As unidades de conservação e biodiversidade no Amapá 117
3.4.3 A governança socioambiental e a proteção da biodiversidade 122
3.4.4 Sistemática legal das Unidades de Conservação do Amapá 127
3.4.5 A legislação ambiental brasileira de respaldo a biodiversidade 131
3.5 ESTADO DE ARTE: CORREDORES ECOLÓGICOS 138
3.5.1 Corredores Ecológicos: Perspectivas teóricas 138
3.5.2 Corredor de biodiversidade: uma estratégia do Brasil e do Amapá 151
3.5.3 Abrangência administrativa do Corredor de Biodiversidade 156
3.5.4 Corredor de Biodiversidade no extremo norte do Amapá: o contexto ambiental de Oiapoque 162
3.5.5 Participação social e territorialidades tradicionais na construção do Corredor de Biodiversidade do Amapá 166

4 A FRONTEIRA AMAPÁ - GUIANA FRANCESA COMO ESPAÇO GEOPOLÍTICO 168
4.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DA FRONTEIRA OIAPOQUE – GUIANA FRANCESA 168
4.2 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA A GUIANA FRANCESA 173
4.3 GOVERNANÇA NA FRONTEIRA 186
5 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL 192
5.1 A FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA: QUESTÕES HISTÓRICAS RELEVANTES 192
5.2 QUESTÕES TRANSFRONTEIRIÇAS 203
5.3 O CORREDOR DA BIODIVERSIDADE E A QUESTÃO TRANSFRONTEIRIÇA 206
5.4 A GESTÃO DO CORREDOR 212
5.5 INTEGRAÇÃO TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO CORREDOR 215
6 APONTAMENTOS E DISCUSSÕES 218
6.1 ARTICULAÇÃO ENTRE O CORREDOR DE BIODIVERSIDADE DO AMAPÁ E A DINÂMICA TERRITORIAL DO EXTREMO NORTE 218
6.2 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL DA FRONTEIRA 220
6.3 ARRANJOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS 230
6.4 ATORES SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E CONFLITOS TERRITORIAIS 240
6.5 A FRONTEIRA E A PONTE BINACIONAL COMO ELEMENTOS ESTRUTURANTES 247
6.6 EFETIVIDADE DO CORREDOR DE BIODIVERSIDADE 257
6.7 BIODIVERSIDADE, CONECTIVIDADE ECOLÓGICA E PRESSÕES TERRITORIAIS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NO EXTREMO NORTE DO AMAPÁ 265
6.8 TERRITORIALIDADES LOCAIS E DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO 269
6.9 PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA GOVERNANÇA TERRITORIAL 271
6.10 DINÂMICAS LOCAIS E PROCESSOS GLOBAIS: ECONOMIA, TERRITÓRIO E CONSERVAÇÃO NA FRONTEIRA 274
7 DO DIAGNÓSTICO À AÇÃO: CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES PARA A GESTÃO DO CORREDOR DE BIODIVERSIDADE 277
7.1 DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO 277

7.1.1 Governança, Desafios e Propostas: Caminhos para o Fortalecimento do CdeB ... 277
7.1.2 Modelos e diretrizes técnico-científicas para a efetividade do CdeB em áreas de fronteira ... 283
7.1.3 Perspectivas do setor econômico sobre a gestão do CdeB em contextos transfronteiriços ... 287
7.1.4 Territorialidade, Qualidade de Vida e Gestão do CdeB: Contribuições das Lideranças Comunitárias ... 295
7.2 MODELO DE GESTÃO TERRITORIAL INTEGRADO PARA O CORREDOR DE BIODIVERSIDADE DO AMAPÁ EM CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO ... 302
7.2.1 Estrutura conceitual da proposta ... 304
7.2.2 Estrutura Operacional do Modelo ... 310
7.2.3 Articulação do modelo proposto com o Corredor de Biodiversidade do Amapá e o recorte empírico de Oiapoque ... 313
7.2.4 Diretrizes Estruturantes do Modelo ... 316
7.2.5 Aplicabilidade do Modelo no Contexto do Amapá ... 319
7.2.6 Contribuição teórico-metodológica da tese ... 322
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS ... 328
REFERÊNCIAS ... 335
APÊNDICES ... 348
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA GESTORES PÚBLICOS E INSTITUCIONAIS ... 349
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA LIDERANÇAS LOCAIS E COMUNITÁRIAS 350
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA PESQUISADORES E ESPECIALISTAS ... 351
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA SETOR ECONÔMICO E INSTITUCIONAL .. 352
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO ... 353

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas houve crescimento de estudos científicos demonstrando preocupação com a maneira que o homem trata e utiliza o meio ambiente. Para Kuasoski e D'oliveira (2024), a conscientização e a divulgação para a preservação e recuperação do meio natural torna-se necessária para a sustentação da riqueza biológica de modo global, bem como para a manutenção da vida sobre a Terra, e, principalmente a vida humana.

O grande desafio é enfrentar os reais problemas e buscar soluções para os paradoxos contidos no binômio que envolve o desenvolvimento e a sustentabilidade. A compreensão de tais dinâmicas relacionadas requer novas abordagens teóricas e modelos socioeconômicos capazes de articular a conservação do meio natural com as demandas da sociedade contemporânea. Nesse sentido, a sustentabilidade consolida-se como uma tendência global, na qual o desenvolvimento e a preservação ambiental devem constituir um binômio indissociável, rompendo com modelos tradicionais de crescimento econômico (Vons, 2024).

> A Sustentabilidade é uma tendência mundial para todas as áreas. O tema sustentabilidade ganhou força e espaço no mundo todo, no qual atualmente foi consolidada a ideia de que o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente devem constituir um binômio indissolúvel, promotor da ruptura do padrão tradicional de crescimento econômico (Vons, 2024, p. 20).

Os órgãos governamentais de diferentes esferas / níveis de gestão, enfrentam desafios na gestão de ecossistemas marcados por fragilidades ambientais, pressões decorrentes das atividades antrópicas e demandas por desenvolvimento. O papel da gestão é criar os caminhos inovadores e integradores entre sociedade e natureza, de modo a se configurarem como estratégias eficazes de enfrentamento das questões desafiadoras do meio ambiente. O que exige além de planejamento e gestão ambiental integrada, também a articulação entre políticas públicas, conhecimento científico e práticas sustentáveis.

1.1 O TEMA E A PROTEÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DA BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA

Não causa estranhamento o cenário contemporâneo relacionado à ação humana no uso global da biodiversidade, considerando que, historicamente, os seres humanos sempre recorreram aos recursos disponibilizados pela natureza para sua sobrevivência. Práticas como a caça de animais e a coleta de frutos, raízes e cereais constituíam estratégias fundamentais de subsistência. Entretanto, naquele período, não havia uma preocupação sistemática com a

conservação das espécies exploradas, tão pouco com os impactos decorrentes da retirada desses recursos do meio natural.

Ao longo do tempo, esse quadro sofreu profundas transformações, impulsionadas por múltiplos fatores que contribuíram para a intensificação das pressões sobre o meio ambiente, culminando no atual cenário de alerta ambiental. Tal contexto passou a demandar novas abordagens, centradas na sustentabilidade[1] (Relatório Brundtland, 1987; Sachs, 2002; Leff, 2001, 2006); e na necessidade de reconfiguração das relações entre sociedade e natureza[2] (Descola, 2005; Latour, 2004; Escobar, 2011).

No Brasil cresce o interesse pelo potencial da biodiversidade, reconhecida não apenas por sua relevância ecológica, mas também por seu valor econômico e estratégico. Dessa forma, amplia-se a compreensão acerca da importância da biodiversidade tanto para a manutenção dos ecossistemas quanto para a subsistência humana. São relevantes as publicações científicas que abordam e relacionam o uso científico e medicinal desses recursos da natureza (Leal; Basso, 2025; Santos; Tenconi, 2026).

Ressalta-se, contudo, que tais ações não devem ser generalizadas, uma vez que parte substancia desses estudos científicos e da própria comunidade científica tem se mobilizado para compreender e enfrentar os desafios ambientais emergentes, promovendo avanços no campo do conhecimento e na conscientização socioambiental (Silva et al., 2022). Questionando o papel da biodiversidade em ecossistemas frágeis, sobretudo no que se refere às dinâmicas estabelecidas em áreas de fronteira e em unidades de conservação (UCs) (Leal; Basso, 2025).

Compreender como os grupos humanos interagem nesses espaços e como conciliam o uso dos recursos naturais com a manutenção da integridade ecológica e a sustentabilidade das espécies (Santos; Tenconi, 2026). Assim, nesta tese buscou-se abordar sobre o avanço das

---

[1] As chamadas novas abordagens centradas na sustentabilidade consolidaram-se a partir das discussões internacionais iniciadas nas décadas de 1970 e 1980, especialmente com o Relatório Brundtland (1987), que definiu o desenvolvimento sustentável como aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. Sachs (2002) ampliaram essa concepção ao propor dimensões integradas da sustentabilidade (social, econômica, ecológica, territorial e cultural), enquanto Leff (2001) enfatizou a necessidade de uma racionalidade ambiental que supere os limites do modelo econômico dominante. Nesse contexto, a sustentabilidade passa a ser compreendida não apenas como equilíbrio ambiental, mas como um processo complexo que envolve justiça social, diversidade cultural e redefinição dos padrões de produção e consumo.

[2] A reconfiguração das relações entre sociedade e natureza tem sido amplamente discutida no campo das ciências sociais e ambientais, sobretudo a partir de perspectivas críticas que questionam a separação entre natureza e cultura. Descola (2005) e Latour (2004) problematizam a dicotomia moderna entre sociedade e natureza, propondo abordagens que reconhecem a interdependência entre humanos e não humanos. No contexto latino-americano, Leff (2006) e Escobar (2011) destacaram a importância de incorporar saberes tradicionais e racionalidades alternativas, especialmente em territórios como a Amazônia, onde diferentes formas de interação com a natureza coexistem. Essas abordagens reforçam a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento e gestão ambiental, considerando as múltiplas territorialidades, os conflitos socioambientais e a diversidade de atores envolvidos.

discussões acerca da gestão integrada da biodiversidade, especialmente em contextos de elevada complexidade socioambiental, como aqueles observados em regiões de fronteira, onde se impõe a necessidade de articulação entre conservação ambiental, uso sustentável dos recursos naturais e participação social. Uma proposta relevante, que foi adotada no Estado do Amapá, foi a criação do Corredores de Biodiversidade (CdeB) para a proteção dos biomas de ecossistemas frágeis.

A história dos seres humanos na busca constante de se manter com os recursos naturais recomenta a pré-história, quando se começou explorar a natureza e seu recursos naturais (fauna e flora) para usos diversos, ora como alimentação, ora como medicamento, ora como matéria para construção de abrigos, ora como vestimenta e uma infinidade de utilidades. Essa era a maneira como os homens antigos agiam para sobreviver.

Dessas condutas e experiencias o conhecimento conceitual e instrumental dos homens passou a evoluir, em outras palavras, a sabedoria tradicional e cultural foi se aperfeiçoando e satisfazendo as demandas de cada ser, gerando constantes mudanças. Bezerra e Santos (2022) explicam que os costumes em utilizar as plantas como alternativa medicinal era o começo de um novo e próspero cenário para o futuro.

> Amplamente utilizadas em diversas culturas como remédios caseiros, as plantas medicinais são a base para a produção de fitoterápicos. O termo “planta medicinal” refere-se a qualquer material vegetal com ação terapêutica, enquanto a fitoterapia é o uso dessas plantas em diferentes formas farmacêuticas, sem isolar seus princípios ativos. Essa abordagem permite um aproveitamento integral dos benefícios naturais na prevenção e tratamento de lesões tissulares (Bezerra e Santos, 2022, p. 49).

É possível compreender a relação homem com a natureza porque no passado as preocupações advinham de pequenas ações de relações sociais entre os povos. As práticas e condutas humanas sempre foram orientadas pela necessidade, pela sobrevivência. Condutas que revelam a interação do homem com a biodiversidade (Bezerra e Santos, 2022).

Assim, ao longo da história, recursos naturais foram incorporados no cotidiano da vida. E, a cada inovação protagonizada pelos homens, novos recursos naturais tornaram-se alvo para satisfação dessas necessidades. A partir do século XVIII verificam-se transformações acompanhadas de múltiplas reflexões acerca do uso da natureza, contribuindo para a sedimentação dos primeiros fundamentos de uso responsável e consciente dos recursos naturais.

> A cooperação humana é oriunda da reunião de qualidades únicas que permitiram o desenvolvimento de um processo evolutivo cultural também único na natureza, tais como as capacidades intencionais humanas de intencionalidade conjunta e coletiva. É importante destacar que sem a cooperação não seria possível, nos grupos humanos, a

> criação, a transmissão e a aquisição de símbolos culturais. Esse processo evolutivo cultural necessita de reiteradas interações sociais cooperativas de aprendizagem social, nas quais alguém ensina enquanto os demais aprendem, absorvendo, utilizando ou modificando os elementos culturais, mas sem que se percam os elementos essenciais do que é aprendido (Santiago, 2024, p. 119).

Do século XVIII até os dias de hoje importa compreender que o melhoramento da biodiversidade emergiu com as modificações genéticas [3] das espécies (Gonçalves, 2023), reforçando a historicidade dos impactos antrópicos sobre a biodiversidade e as consequências das práticas humanas não sustentáveis (Duarte, 2024).

Nessa esteira histórica, destaca-se que, no cenário dos biomas brasileiros, reconhece-se a presença de fragilidades ambientais, ao mesmo tempo em que o país se destaca pela expressiva diversidade biológica distribuída ao longo de seu território, com elevada riqueza natural em seus ecossistemas, evidenciando o potencial ecológico do país e a necessidade de aprofundamento científico e estratégico sobre a conservação em meio a complexidade desses ambientes (Vons, 2024).

De tal forma que os debates nos últimos dois séculos contribuíram para a evolução de novos conceitos e novas concepções ideológicas e teóricas, reforçando o ideal da sustentabilidade e às questões relacionadas às mudanças climáticas, à governança ambiental e às dinâmicas territoriais, especialmente em contextos de elevada vulnerabilidade socioambiental. Inclusive protegendo as populações originárias (comunidades indígenas) que assumiram nos séculos antecedentes um importante papel na conservação dos ecossistemas, bem como, manutenção da biodiversidade e dos serviços ambientais (Souza, Cezar e Azevedo, 2024).

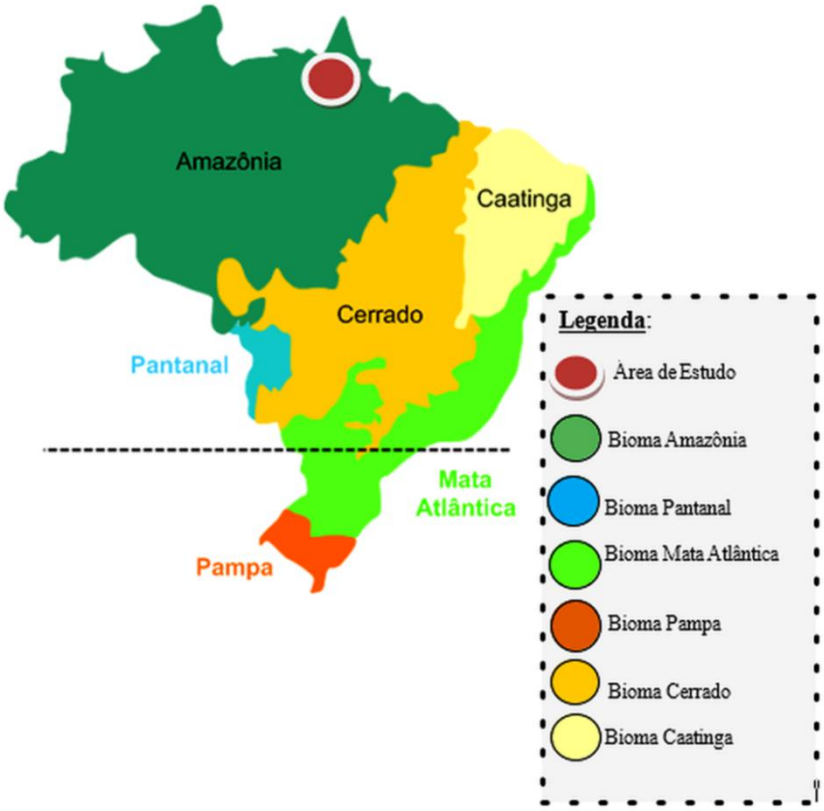
A crescente produção científica nas áreas de ciências ambientais, engenharia, planejamento urbano e tecnologia verde demonstra o avanço das discussões sobre sustentabilidade, reforçando a importância da interdisciplinaridade na construção de soluções voltadas à conservação e ao uso racional dos recursos naturais (Cortés, 2022; Barcellos, 2015; Bortolotto, 2020; Dávalos, 2021; Fabri, 2020; Faria, 2022; Galvão e Ricarte, 2019; Hacon, 2018).

---

[3] Adotou-se, neste estudo, o conceito de variabilidade genética ou modificações do código genético em sentido restrito, referindo-se especificamente às alterações ocorridas nos genes passíveis de transmissão hereditária entre gerações. Nesse contexto, observou-se que uma das principais divergências entre a Teoria de Darwin e a Teoria Geral da Evolução Condicionada da Vida residia na explicação acerca da origem da variabilidade genética, das modificações do código genético e da deriva genética. Enquanto a primeira abordagem compreendia tais variações como resultantes de processos aleatórios, a segunda sustentava a impossibilidade lógica dessa aleatoriedade, defendendo que tais modificações apresentavam caráter direcionado e, portanto, finalidade específica (Gonçalves, 2023).

Entretanto, essa diversidade disciplinar não se traduz, necessariamente, em uma abordagem efetivamente integrada, sobretudo por, em sua maioria, não incluírem os territórios indígenas e os ecossistemas amazônicos de fronteira, que demandam perspectivas mais articuladas entre saberes científicos e conhecimentos tradicionais (Souza, Cezar e Azevedo, 2024). O Brasil se insere como exemplo dessa complexidade socioambiental, uma vez que seus biomas (Figura 1) apresentam diferentes níveis de fragilidade ecológica.

Figura 1 – Biomas do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base em Oliveira (2022, p. 1).

Reconhecido internacionalmente como um país de megadiversidade biológica, o território brasileiro abriga uma ampla variedade de ecossistemas distribuídos ao longo de sua extensão territorial. Esses ecossistemas concentram uma diversidade significativa de espécies da fauna e da flora, muitas das quais ainda não foram plenamente catalogadas, o que reforça tanto o potencial ecológico quanto os desafios científicos e conservacionistas associados à sua preservação (Schelp, 2023).

A participação destes nos processos de governança climática ainda ocorre de forma limitada, muitas vezes restrita a espaços de observação, enquanto as decisões permanecem concentradas em instâncias institucionais e políticas mais amplas, reforçando as assimetrias de

poder sem considerar a necessidade de construir modelos mais inclusivos de gestão ambiental, capazes de incorporar, de forma efetiva, seus saberes e as demandas (Vons, 2024).

O avanço das discussões sobre sustentabilidade exige não apenas o fortalecimento da produção científica, mas também a reconfiguração das relações entre conhecimento, território, sociedade e biomas. Tal reconfiguração implica reconhecer a centralidade dos povos originários na conservação e proteção da biodiversidade. Esse movimento evidencia que o conhecimento científico desempenha papel central na formulação de estratégias que busquem equilibrar desenvolvimento e preservação ambiental.

O bioma Amazônia constitui a maior floresta tropical do mundo, abrangendo aproximadamente 6,7 milhões de km², dos quais cerca de 60% estão localizados em território brasileiro. Estende-se por nove países da América do Sul. Abriga a maior bacia hidrográfica do mundo, responsável por cerca de 20% do volume de água doce despejado nos oceanos, desempenhando papel fundamental no equilíbrio climático global e na regulação dos ciclos hidrológicos (IBGE, 2026).

Para expandir as ideias inovadoras e conservacionistas que davam certo, eis que as estratégias de gestão integradas foram difundidas a partir da década de 1990. Desse modo, as unidades territoriais deixam de ser isoladas e passam a fazer parte de sistemas de proteção. Nesse sentido, os corredores ecológicos e corredores de biodiversidades passaram a ser estratégias concretas de conservação. Essas estratégias integram os objetivos ecológicos, econômicos, socioculturais, equidade, justiça e o desenvolvimento sustentável dessas unidades (Lima Neto, Santos e Araújo, 2025).

Em um passado, nem tanto, remoto acreditava-se que o desenvolvimento humano e a conservação da natureza não podiam coexistir. Mas essas posturas teóricas sofreram muitas transformações nas últimas décadas, e, então surgiram novas estratégias de conservação, visando maior eficácia das áreas protegidas, tais como: a criação de Sistemas Nacionais de Áreas Protegidas[4], visando o aumento do número e representatividade dos ecossistemas protegidos; o estabelecimento de corredores ecológicos, para assegurar o fluxo genético; corredores de biodiversidade para a criação de mosaicos ampliados de UC integrados e

[4] Os Sistemas Nacionais de Áreas Protegidas correspondem ao conjunto de diretrizes, categorias e instrumentos institucionais voltados à criação, gestão e conservação de áreas naturais protegidas em âmbito nacional. No Brasil, esse sistema é representado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, que organiza as unidades de conservação em dois grupos principais: proteção integral e uso sustentável. Estudos destacam que a efetividade desses sistemas depende não apenas de sua estrutura normativa, mas de gestão integrada e articulação com territórios sociais, especialmente em contextos de elevada complexidade socioambiental, como a Amazônia (Rylands; Brandon, 2005; Marques; Peres, 2015).

protegidos, para a integração da gestão das áreas e a implantação das zonas de amortecimento, visando uma transição menos brusca entre as áreas protegidas e suas áreas externas.

As ações humanas relacionadas ao desmatamento em ecossistemas frágeis constituem um dos principais fatores de degradação ambiental na contemporaneidade. No caso da Mata Atlântica, estudos mais recentes indicam que restam aproximadamente entre 12% e 24% de sua cobertura florestal original, dependendo dos critérios metodológicos adotados, como o estágio de regeneração da vegetação e a inclusão de fragmentos secundários (SOS Mata Atlântica; INPE, 2023). Esse dado evidencia não apenas a intensa redução histórica desse bioma, mas também a complexidade envolvida na mensuração de seus remanescentes, tema amplamente discutido na literatura científica.

A Mata Atlântica permanece reconhecida como um dos principais *hotspots* de biodiversidade do planeta, caracterizada por elevados níveis de endemismo e acentuada fragmentação, o que a torna prioritária para ações de conservação (Myers et al., 2000). Os critérios utilizados para a identificação desses *hotspots* (como riqueza de espécies, endemismo e grau de ameaça) têm sido amplamente aplicados em diferentes regiões do mundo, servindo como referência para a definição de áreas prioritárias, inclusive na Amazônia, onde a pressão antrópica vem se intensificando nas últimas décadas (Demartelafre et al., 2022).

Diante de todo esse potencial existente, preocupa-se com uma gestão nem tanto eficaz para esses ecossistemas, mas, eis que os governos apostam em unidades de conservação – parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, reservas extrativistas e outras áreas de proteção ambiental, jardins botânicos e zoológicos para preservar e manter as diversidades de espécies de vida silvestres, importantes para a proteção, recuperação e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade (Silva et al., 2025).

Considera-se que dentro desse anseio de enfatizar a crise ambiental, as ações de conservação e recuperação são imprescindíveis para garantir recursos renováveis com condições climáticas à manutenção de melhoria da qualidade de vida da população. Sendo assim, as Unidades de Conservação (UC) tornam-se áreas legalmente protegidas e com maneira assimilada por muitos países preocupados com a conservação da natureza. E, embora o Brasil não escape a essa medida, sabe-se que as boas intenções nem sempre conseguem alcançar um patamar de bons resultados na prática. Tudo isso pelo fato de uma série de princípios ecológicos e políticos-institucionais não serem devidamente seguidos, tanto na criação quanto na manutenção das UCs (Silva et al., 2025).

A criação de corredores ecológicos tem se representado como estratégia relevante para minimizar os impactos ambientais em áreas fragmentadas e ecologicamente frágeis, inserindo-

se no conjunto de políticas públicas voltadas à conservação da biodiversidade. No plano internacional, conforme apontam Canabrava Neto et al. (2021), as primeiras iniciativas governamentais de proteção da natureza remontam ao século XIX, resultantes do fortalecimento de um ambientalismo nascente, sobretudo na Europa, impulsionada pelo avanço das descobertas científicas e pela crescente preocupação com a degradação dos recursos naturais.

Ao longo do tempo, o avanço das políticas conservacionistas e das discussões teóricas possibilitou a ampliação desse entendimento, culminando na transição do conceito de corredores ecológicos para uma abordagem mais abrangente, que foi adotada no caso do Amapá, denominado como Corredores de Biodiversidade (CdeB).

O corredor de biodiversidade refere-se a uma área geográfica delimitada por política pública cuja função é promover a manutenção dos processos ecológicos naturais, conciliando a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento socioeconômico regional. Segmentando-os como unidades de planejamento territorial, que articulam áreas protegidas e manejo integrado da terra (Manfredini, 2024). Se faz necessário aprofundar os conceitos de corredores ecológicos[5] e corredores de biodiversidade (CdeB)[6], com vistas à sua reconfiguração em cenários transfronteiriços.

A implementação de corredores tem sido apontada como estratégia para a conservação da natureza em escala, conectando fragmentos florestais aos processos ecológicos essenciais, beneficiando biomas que desempenham funções ecológicas essenciais, como: a regulação dos ciclos hidrológicos; o controle da erosão; a ciclagem de nutrientes; e, a manutenção da biodiversidade (Demartelafre et al., 2022).

Nesse sentido, a distinção analítica entre corredores ecológicos e Corredores de Biodiversidade (CdeB) revela não apenas uma ampliação conceitual, mas uma mudança paradigmática na forma de pensar a gestão territorial.

---

[5] Corredores ecológicos: áreas destinadas à conexão entre fragmentos de habitats naturais, possibilitando o fluxo gênico, a dispersão de espécies e a manutenção de processos ecológicos essenciais. Esse conceito foi amplamente desenvolvido na ecologia da paisagem por Forman e Godron (1986) e Forman (1995), que destacaram a conectividade na estrutura e funcionamento dos ecossistemas. No contexto brasileiro, Metzger (2001) reforçou a relevância dos corredores ecológicos para a conservação da biodiversidade em paisagens fragmentadas.

[6] Corredores de biodiversidade: ampliam a noção de conectividade ecológica ao incorporarem dimensões sociais, políticas e territoriais, sendo concebidos como instrumentos de gestão integrada que articulam conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Bennett (2003) destaca que esses corredores não se restringem à conectividade física entre habitats, mas envolvem também estratégias de governança e participação social. No contexto amazônico, iniciativas como os corredores de biodiversidade propostos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006) evidenciam a necessidade de integrar diferentes unidades de conservação, territórios tradicionais e áreas produtivas, considerando a complexidade socioambiental da região. Assim, os corredores de biodiversidade configuram-se como instrumentos estratégicos para a gestão territorial em larga escala, especialmente em áreas transfronteiriças (Brasil, 2006).

Enquanto os corredores ecológicos, em sua formulação inicial, estavam centrados predominantemente na conectividade física entre fragmentos de habitats, os CdeB incorporam uma perspectiva sistêmica e multiescalar, integrando dimensões sociais, econômicas e políticas ao planejamento ambiental. Tal reconfiguração é particularmente relevante em contextos transfronteiriços, como o espaço entre o Amapá e a Guiana Francesa, onde a governança ambiental se depara com assimetrias institucionais, jurídicas e operacionais entre Estados nacionais. Nesse cenário, os corredores deixam de ser apenas instrumentos técnico-ecológicos e passam a constituir dispositivos geopolíticos de ordenamento territorial, exigindo mecanismos de cooperação internacional, harmonização normativa e construção de agendas comuns voltadas à sustentabilidade.

Ademais, a efetividade desses corredores depende da capacidade de articulação entre diferentes escalas de poder e atores sociais, incluindo comunidades locais, populações tradicionais, organizações não governamentais e instituições estatais.

A simples delimitação espacial de corredores não garante sua funcionalidade ecológica, considerando dinâmicas como o uso do solo, pressões antrópicas e conflitos territoriais que atravessam essas áreas. No caso amazônico, e particularmente no Amapá, os Corredores de Biodiversidade assumem um papel estratégico ao conjugar conservação ambiental com inclusão social e desenvolvimento regional, ainda que enfrentem desafios estruturais relacionados à fiscalização, financiamento e continuidade de políticas públicas. Assim, mais do que instrumentos de conservação, os CdeB configuram-se como arenas complexas de disputa e negociação, nas quais se tensionam diferentes projetos de território e de desenvolvimento.

Os corredores são uma abordagem pública que mostra como os atores envolvidos integram as UCs, as áreas protegidas, as questões econômicas, a continuidade dos ecossistemas e a proteção da diversidade biológica estabelecendo conexão entre áreas naturais e conservação da diversidade genética e ecológica (Silva, 2025). Essa concepção foi inspirada nos modelos de cinturões verdes criados por Márcio Ayres nos anos 1970 ligando UCs situadas em diferentes províncias biogeográficas. A ideia dos corredores é a mesma, ser instrumento para reduzir a fragmentação ambiental, mitigar os efeitos das chamadas “ilhas biológicas” e promover a conectividade entre habitats e conservação em larga escala (Manfredini, 2024).

> O modelo de corredores leva em consideração as necessidades e aspirações da população humana local e dos múltiplos atores envolvidos local, regional, nacionalmente ou internacional, reconhecendo-os como elementos chave para os objetivos de conservação da biodiversidade, obtendo deste modo apoio para a sustentabilidade a longo prazo destes parques e reservas brasileiras (Vasconcellos e Miyamoto, 2023, p. 2).

Nesse sentido, a interligação entre UCs não deve ser compreendida apenas como uma solução técnica, mas como uma resposta estruturante frente à fragmentação dos ecossistemas. Os corredores foram concebidos, portanto, para coibir a fragmentação ambiental e promover a conectividade ecológica (Manfredini, 2024). E mais, o sucesso do modelo depende diretamente da incorporação das dinâmicas sociais e da participação dos múltiplos atores na sua gestão (Vasconcellos e Miyamoto, 2023).

Perspectiva que amplia o conceito de conservação, reconhecendo a sustentabilidade de longo prazo, bem como, a inclusão social, ou, em outras palavras, o reconhecimento das populações locais na construção de estratégias compartilhadas de gestão desses territórios incluídos no corredor e protegidos legalmente pelo Estado (Vasconcellos e Miyamoto, 2023).

1.2 A RELEVÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO

A escolha do tema corredores de biodiversidade está relacionada à trajetória profissional da autora desta tese e aos conhecimentos acumulados na elaboração de projetos desenvolvidos no Governo do Estado do Amapá, experiência que contribuiu para a consolidação de uma perspectiva técnico-científica voltada à análise integrada do território, especialmente no que se refere às dinâmicas socioambientais e à gestão dos recursos naturais.

Registra-se a atuação da autora da tese como servidora pública estadual concursada desde 1996, vinculada à área da educação, com exercício na função docente. No período de 1997 a 2001, desenvolveu atividades como pesquisadora no Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), contribuindo para estudos voltados ao planejamento territorial e à gestão ambiental. Entre 2002 e 2007, exerceu o cargo de Assessora Especial de Estado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Amapá, participando de ações estratégicas relacionadas ao desenvolvimento regional e à formulação de políticas públicas.

Posteriormente, atuou na coordenação de projetos de cooperação internacional, envolvendo parcerias com o Japão e a França, no contexto de iniciativas voltadas à gestão ambiental e ao desenvolvimento sustentável, incluindo cooperação técnica entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Governo do Estado do Amapá (GEA).

Paralelamente, a autora da tese desenvolveu atividades acadêmicas no ensino superior, bem como produção científica na área ambiental e de gestão pública, além de participação em

eventos como palestrante. Destaca-se, ainda, a atuação como consultora em instituições públicas e privadas, com foco em projetos ambientais e gestão pública, bem como o desenvolvimento de iniciativas de inovação, com registro de patentes na área de conservação e proteção ambiental.

Em continuidade à trajetória institucional, assumiu funções de liderança na União Brasileira de Apoio aos Municípios (UBAM), exercendo o cargo de Presidente Estadual no Amapá no período de 2017 a 2019, Presidente Regional Norte entre 2018 e 2021 e, posteriormente, a função de Superintendente Nacional a partir de novembro de 2021, permanecendo até o ano de 2026. Essa trajetória evidencia a atuação em diferentes escalas de governança, com ênfase na articulação de políticas públicas e no fortalecimento da gestão municipal, consolidando uma experiência que articula conhecimento técnico, atuação institucional e produção acadêmica no campo socioambiental.

O tema corredor ecológico foi inicialmente proposto em 2001 para o estado do Amapá, tendo sido desenvolvido no âmbito do mestrado em Desenvolvimento Sustentável, concluído em 2003, na Universidade de Brasília. Posteriormente, em 2004, a proposta foi ampliada para o conceito de corredor de biodiversidade, incorporando uma abordagem mais abrangente, voltada à articulação entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico.

Essa ampliação possibilitou não apenas o aprofundamento teórico do tema, mas também a definição de diretrizes voltadas à proteção da biodiversidade em unidades de conservação e áreas de preservação até o ano de 2026, bem como à construção de referenciais conceituais aplicáveis a diferentes contextos territoriais.

A partir dessa abordagem da relevância da pesquisa, definiu-se o município de Oiapoque como recorte empírico da investigação, por se tratar de uma área de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, caracterizada por elevada complexidade socioambiental. Esse espaço apresenta-se como um campo analítico relevante para a compreensão das dinâmicas de integração entre países, considerando seus efeitos sobre a sustentabilidade ambiental e as condições de vida das populações locais.

Nesse contexto, a investigação sobre CdeB configura-se como uma contribuição relevante para o campo da gestão socioambiental, ao propor uma abordagem que articula conservação ambiental, planejamento territorial e desenvolvimento sustentável. Com os resultados deste estudo constatou-se a atuação de instituições de ensino, órgãos governamentais e organizações não governamentais, bem como contribuir para o debate internacional sobre

estratégias de conservação em territórios de fronteira[7], por meio da construção de referenciais teóricos e práticos aplicáveis a diferentes contextos socioambientais.

Nesse contexto, a investigação busca analisar em que medida a implementação de CdeB pode contribuir para a gestão desses territórios, à luz de suas especificidades ecológicas, sociais e institucionais.

A definição da problemática desta pesquisa insere-se no contexto das discussões contemporâneas sobre biodiversidade, que atualmente ocupam posição central nas agendas de políticas públicas, tanto em âmbito federal quanto estadual, com destaque para o estado do Amapá. A crescente inserção dessas questões no cenário global reforça a necessidade de estratégias mais efetivas de proteção ambiental, especialmente em áreas de fronteira, onde se intensificam as pressões sobre os recursos naturais e os desafios relacionados à governança territorial.

Muitas das questões inicialmente levantadas no contexto de formulação do CdeB do Amapá permaneceram, ao longo do tempo, sem respostas plenamente consolidadas, especialmente diante das expectativas geradas nos debates técnicos realizados em diferentes esferas institucionais.

Tais discussões envolveram órgãos do Governo do Estado do Amapá (GEA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e iniciativas transfronteiriças com a Guiana Francesa, evidenciando a complexidade inerente à construção de estratégias integradas de conservação. Nesse processo, destacou-se a necessidade de qualificação das equipes técnicas, de modo a possibilitar a apropriação conceitual e operacional do CdeB e sua efetiva difusão no território.

Embora o tema ainda se encontrasse em fase inicial de consolidação no início dos anos 2000, o estado do Amapá buscava alinhar-se às diretrizes nacionais em debate, especialmente aquelas vinculadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e às políticas ambientais emergentes. A abordagem adotada apresentava caráter interdisciplinar, envolvendo dimensões relacionadas à educação, ciência e tecnologia, UCs, terras indígenas e áreas de assentamento, em articulação com os princípios do desenvolvimento sustentável.

---

[7] O território de fronteira é compreendido como uma construção social e política resultante da apropriação do espaço por diferentes atores, sendo marcado por relações de poder e por delimitações jurídicas e administrativas. Para Raffestin (1993), o território é produzido a partir do espaço e expressa relações mediadas por poder. Nessa mesma perspectiva, Santos (1996) o define como espaço usado, constituído por sistemas de objetos e ações, enquanto Haesbaert (2004) destaca sua natureza multifacetada, marcada pela sobreposição de diferentes territorialidades. Assim, as áreas de fronteira configuram-se como espaços dinâmicos, onde se articulam múltiplas escalas e interesses.

No entanto, ao longo da década de 2020, observa-se que o avanço da produção acadêmica no campo das políticas públicas, da biodiversidade e da conectividade ecológica não tem sido acompanhado, na mesma proporção, pela efetiva consolidação dessas estratégias no território, evidenciando um descompasso entre a formulação teórica e sua implementação prática.

Verifica-se a persistência de um hiato entre o conhecimento produzido no âmbito científico e sua tradução em políticas públicas efetivas, capazes de promover mudanças concretas nos territórios. Tal descompasso revela limitações institucionais, fragilidades na governança ambiental e dificuldades na articulação entre os diferentes atores envolvidos, comprometendo a operacionalização de estratégias voltadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade.

> [...] a instituição dessas áreas não é impeditiva à pesquisa e à exploração de petróleo em águas profundas na margem Equatorial, mas há necessidade de licenciamento ambiental, como em qualquer outra situação. [...]. A criação da unidade de conservação no Amapá não incide sobre os blocos de petróleo e não foi criado agora para inviabilizar a Margem Equatorial [...] Uma unidade de conservação é criada dentro de uma estratégia, dentro de um plano, ela não é algo isolado [...], mobilizando centenas e centenas de pessoas e que vinha sendo um processo trabalhado, ombro a ombro com o governo do estado, tanto é que duas dessas unidades de conservação estão sendo encaminhadas para serem criadas pelo governo federal e duas delas seriam criadas pelo próprio governo do estado (Agência Senado, 2025, p. 1).

Do ponto de vista conceitual, a discussão sobre conservação da biodiversidade evoluiu ao incorporar dimensões ecológicas, genéticas e socioeconômicas, conforme apontam Leff (2001) e Sachs (2002), ao enfatizarem a necessidade de uma abordagem integrada e sistêmica da sustentabilidade. Os CdeB passam a ser compreendidos como instrumentos que articulam diferentes escalas e atores, superando modelos fragmentados de conservação e incorporando elementos de governança e participação social.

A efetividade dessas estratégias depende diretamente da capacidade institucional de implementação, da continuidade das políticas públicas e da superação de conflitos territoriais (Rylands e Brandon, 2005). No contexto amazônico, essas limitações tornam-se ainda mais evidentes, diante do aumento das pressões sobre os territórios, associadas à expansão de atividades econômicas, à fragilidade da fiscalização ambiental e às assimetrias de poder nos processos decisórios (Marques e Peres, 2015).

Dados recentes indicam que, apesar de o Amapá apresentar mais de 70% de seu território sob algum regime de proteção, a região não está imune às dinâmicas de pressão sobre os recursos naturais, especialmente em áreas de fronteira, onde se intensificam fluxos econômicos,

sociais e ambientais (IBGE, 2022; MMA, 2023). Esse cenário reforça a necessidade de instrumentos de gestão que promovam a conectividade ecológica e a integração territorial em escala ampliada. O debate recente sobre a criação e ampliação de unidades de conservação no Amapá evidencia que tais instrumentos continuam sendo centrais na agenda ambiental, embora não possam ser compreendidos de forma isolada.

Conforme destacado em discussões institucionais, a criação dessas áreas insere-se em estratégias mais amplas de planejamento territorial, que demandam articulação entre diferentes níveis de governo, processos de licenciamento ambiental e a compatibilização com outras atividades econômicas, inclusive aquelas relacionadas à exploração de recursos naturais (Agência Senado, 2025).

Tal cenário reforça a compreensão de que a conservação ambiental, especialmente em regiões estratégicas como a margem equatorial amazônica, envolve disputas, negociações e múltiplos interesses, exigindo instrumentos de gestão mais integrados e eficazes.

É nesse contexto que se insere o propósito desta pesquisa. A investigação busca analisar o CdeB do Amapá como uma proposta que ultrapassa a lógica fragmentada das UCs, ao incorporar a conectividade ecológica e a integração territorial como elementos centrais. Parte-se do entendimento de que, embora existam avanços no plano normativo e conceitual, persistem desafios significativos na implementação dessa estratégia, especialmente em áreas de fronteira, onde se sobrepõem diferentes regimes institucionais, dinâmicas socioeconômicas e interesses geopolíticos.

Dessa forma, esta dissertação que tem como objetivo geral contribuir para a base de conhecimentos associada às estratégias de conservação da biodiversidade em áreas de fronteiras transnacionais. A temática fundamenta-se em conceitos relacionados ao estabelecimento de CdeB como instrumentos voltados à promoção da sustentabilidade do desenvolvimento local.

A investigação concentra-se na área de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, caracterizada por elevada diversidade socioambiental, marcada pela presença de UCs de relevância, populações tradicionais e dinâmicas territoriais complexas, incluindo a ocorrência de atividades ilícitas, como contrabando e tráfico de drogas.

Nesse contexto, busca-se analisar a inter-relação entre conservação ambiental, desenvolvimento econômico e dimensões sociais, com o intuito de contribuir para a ampliação dos referenciais teóricos no campo da conservação da biodiversidade. Pretende-se, ainda, oferecer subsídios à formulação e à implementação de políticas públicas, considerando a importância da participação social e das especificidades territoriais na construção de estratégias de gestão socioambiental em áreas de fronteira.

Considerando a relevância do tema, torna-se necessário problematizar a efetividade do CdeB do Amapá frente aos desafios atuais, busca-se, nessa tese, responder ao seguinte problema de pesquisa: Em que medida o Corredor de Biodiversidade do Amapá, no contexto da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, configura-se como um instrumento efetivo de gestão territorial capaz de promover a integração, a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade, considerando as dinâmicas socioambientais, institucionais e a atuação dos diferentes atores sociais envolvidos em sua implementação?

E, ainda, foram organizadas as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

a) Como se configura a dimensão socioambiental e territorial da região de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, considerando sua biodiversidade, fragilidade ecológica e as dinâmicas de uso e ocupação do território?

b) Como os corredores de biodiversidade são concebidos e utilizados como estratégia de conservação integrada, considerando sua evolução teórica e sua aplicação no contexto amazônico?

c) Quais são as políticas públicas, os instrumentos legais e os arranjos institucionais que orientam a conservação da biodiversidade e a implementação do corredor no estado do Amapá?

d) Quem são os principais atores sociais envolvidos na dinâmica do corredor de biodiversidade e como se configuram seus interesses, práticas, conflitos e relações de poder no território?

e) Quais são as potencialidades, limitações e desafios do Corredor de Biodiversidade do Amapá enquanto instrumento de integração territorial, conservação ambiental e sustentabilidade?

f) De que forma as dinâmicas transfronteiriças, incluindo a relação com a Guiana Francesa e a presença de infraestruturas estratégicas, influenciam a gestão e a efetivação do corredor de biodiversidade?

g) Quais diretrizes e estratégias podem ser propostas para o fortalecimento da gestão territorial do corredor de biodiversidade, considerando a integração entre conservação ambiental, desenvolvimento e governança em contexto de fronteira?

Parte-se da hipótese de que quanto maior o grau de integração institucional, participação dos atores sociais e articulação de políticas públicas no Corredor de Biodiversidade do Amapá, maior será sua efetividade como instrumento de gestão territorial, expressa por indicadores de conservação da biodiversidade, redução de conflitos socioambientais e fortalecimento de práticas de desenvolvimento sustentável na região de fronteira com a Guiana Francesa.

Nesse sentido, a pesquisa pretende contribuir para o avanço do conhecimento científico e para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à conservação da biodiversidade, à governança territorial e ao desenvolvimento sustentável em regiões caracterizadas por elevada complexidade socioambiental e transfronteiriça.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar o Corredor de Biodiversidade do Amapá, no contexto da fronteira Brasil–Guiana Francesa, como instrumento de gestão territorial voltado à integração, conservação da biodiversidade e sustentabilidade, com vistas à proposição de diretrizes para sua efetiva implementação, considerando as dinâmicas socioambientais, institucionais e a atuação dos diferentes atores sociais.

1.3.2 Objetivos específicos

No que se refere aos objetivos específicos desta tese, estabelecem-se os seguintes:

a) Analisar a configuração socioambiental e territorial da região de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, considerando sua biodiversidade, fragilidade ecológica e dinâmicas de uso e ocupação do território;

b) Analisar o conceito e a função dos corredores de biodiversidade como estratégia de conservação integrada, considerando sua evolução teórica e sua aplicação no contexto amazônico;

c) Examinar as políticas públicas, os instrumentos legais e os arranjos institucionais relacionados à conservação da biodiversidade e à implementação do corredor no estado do Amapá;

d) Identificar os principais atores sociais envolvidos na dinâmica do corredor, analisando seus interesses, práticas, conflitos e relações de poder no território;

e) Avaliar as potencialidades, limitações e desafios do Corredor de Biodiversidade do Amapá enquanto instrumento de integração territorial, conservação ambiental e sustentabilidade;

f) Analisar a influência das dinâmicas transfronteiriças, incluindo a relação com a Guiana Francesa e a presença de infraestruturas estratégicas, na gestão e efetivação do corredor;

g) Propor diretrizes e estratégias para o fortalecimento da gestão territorial do corredor de biodiversidade, considerando a integração entre conservação ambiental, desenvolvimento e governança em contexto de fronteira.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

A tese está estruturada de modo a articular a fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos, a caracterização territorial, a análise dos dados empíricos e a proposição de um modelo de gestão territorial integrado para o Corredor de Biodiversidade do Amapá (CdeB), considerando sua inserção no contexto amazônico e na faixa de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. A organização dos capítulos acompanha, portanto, um percurso analítico que parte da delimitação do problema e dos fundamentos conceituais da pesquisa, avança para a caracterização do território e para a análise empírica e culmina na proposição e discussão de diretrizes voltadas à gestão integrada do Corredor.

O Capítulo 1 – Apresenta uma introdução ao tema central da pesquisa, com enfoque nos, corredores de Biodiversidades, e um enfoque na proteção político-social da biodiversidade na Amazônia, e a relevância que essa tese traz a ciência e acadêmica de forma a identificar os objetivos gerais e específicos estabelecidos na pesquisa.

O Capítulo 2 – Metodologia apresenta o percurso metodológico da investigação, contemplando a abordagem e o desenho da pesquisa, os procedimentos de levantamento e análise dos dados, os instrumentos utilizados na pesquisa de campo, os participantes e o recorte territorial adotado. Nesse capítulo também são explicitadas as opções metodológicas relacionadas ao Corredor de Biodiversidade do Amapá como objeto territorial da pesquisa e a utilização de Oiapoque e da faixa de fronteira como recorte empírico privilegiado para a observação das dinâmicas socioambientais, econômicas, institucionais e transfronteiriças investigadas.

O Capítulo 3 – Sustentabilidade à gestão territorial: fundamentos teóricos do Corredor de Biodiversidade na Amazônia desenvolve o referencial teórico e conceitual que sustenta a investigação. São discutidos os conceitos de gestão territorial, biodiversidade, corredores ecológicos, governança transfronteiriça, sustentabilidade e políticas públicas, bem como a evolução das discussões sobre desenvolvimento sustentável, biodiversidade e conservação. O capítulo também aborda as unidades de conservação e a sistemática legal da proteção da biodiversidade no Amapá, o estado da arte sobre corredores ecológicos e a abrangência

administrativa do Corredor de Biodiversidade, estabelecendo as bases conceituais para sua análise territorial.

O Capítulo 4 apresenta a caracterização territorial e socioambiental do Corredor de Biodiversidade do Amapá, considerando suas dimensões ambientais, sociais, econômicas, institucionais e territoriais. A análise busca evidenciar a configuração do Corredor, sua relação com as unidades de conservação, os territórios ocupados por diferentes grupos sociais, as dinâmicas de uso e apropriação do território e sua inserção na faixa de fronteira. Nesse contexto, o extremo norte do Estado e o município de Oiapoque são considerados espaços estratégicos para a compreensão das relações entre conservação, infraestrutura, circulação, atividades econômicas e cooperação transfronteiriça.

O Capítulo 5 desenvolve a análise das políticas, instrumentos, estruturas institucionais e dinâmicas territoriais relacionadas à gestão do Corredor de Biodiversidade do Amapá, aprofundando a relação entre conservação ambiental, desenvolvimento territorial, infraestrutura e governança. São consideradas, nesse contexto, as condições institucionais e territoriais que interferem na efetividade do CdeB e os elementos que condicionam sua capacidade de promover integração, conservação e sustentabilidade na região de fronteira.

O Capítulo 6 – Discussão dos resultados apresenta e interpreta os dados empíricos produzidos pela pesquisa, articulando as percepções dos diferentes atores aos fundamentos teóricos e à caracterização territorial desenvolvida nos capítulos anteriores. A discussão considera as relações entre governança, participação social, conservação da biodiversidade, infraestrutura, atividades econômicas, circulação, dinâmica fronteiriça e cooperação transfronteiriça. A análise procura articular as diferentes escalas do território, relacionando o recorte empírico de Oiapoque às dinâmicas mais amplas do Corredor de Biodiversidade do Amapá e examinando as tensões e desafios que condicionam sua efetividade.

O Capítulo 7 – Modelo de gestão territorial integrado apresenta a proposta resultante da articulação entre os fundamentos teóricos, a caracterização territorial e os resultados empíricos da pesquisa. O modelo é estruturado em dimensões relacionadas à governança territorial integrada, ao desenvolvimento econômico sustentável, à cooperação transfronteiriça, à participação social e territorialidade e ao controle territorial e à presença do Estado. A proposta tem como referência o Corredor de Biodiversidade do Amapá em sua escala territorial ampla, incorporando as evidências obtidas no recorte empírico de Oiapoque para formular diretrizes capazes de responder aos desafios identificados na gestão do território.

Por fim, o Capítulo 8 – As Considerações finais que retoma o problema de pesquisa e os objetivos estabelecidos, sintetiza os principais resultados e apresenta as conclusões

decorrentes da investigação, destacando suas contribuições teóricas, metodológicas e aplicadas para a gestão territorial e socioambiental do Corredor de Biodiversidade do Amapá. Também são discutidas as limitações da pesquisa e indicadas possibilidades para estudos futuros, especialmente no que se refere ao aprofundamento das dimensões ecológica, social e transfronteiriça da gestão do Corredor.

Ao final, são apresentadas as referências utilizadas na fundamentação teórica, metodológica e analítica da tese, seguidas dos elementos pós-textuais correspondentes.

2 METODOLOGIA

2.1 CONSTRUÇÃO DO CAMPO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A produção do conhecimento científico, no contexto contemporâneo, tem sido atravessada por desafios que extrapolam os limites das disciplinas tradicionais, exigindo abordagens capazes de apreender a complexidade dos fenômenos sociais, ambientais e territoriais. Nesse cenário, a interdisciplinaridade se configura como uma exigência epistemológica, ao possibilitar a articulação entre diferentes campos do saber na construção de interpretações mais abrangentes da realidade.

> Uma das características deste estudo é a interdisciplinaridade. Entretanto, neste trabalho, não se vai trabalhar com várias disciplinas em conjunto, serão feitas as ligações necessárias com as disciplinas que forem pertinentes em um determinado aspecto do trabalho. [...] por falta de entendimento sobre a interdisciplinaridade, é que muitas vezes ela não é colocada em prática [...] (Machado e Salgado, 2025, p. 9).

Ao longo do desenvolvimento histórico da ciência, observa-se que a especialização dos saberes contribuiu significativamente para o avanço técnico e metodológico. Contudo, esse mesmo processo também resultou na fragmentação do conhecimento, dificultando a compreensão integrada dos fenômenos. Conforme assinala Morin (2005), a excessiva compartimentalização das disciplinas compromete a construção de uma visão global, na medida em que impede o diálogo entre diferentes perspectivas analíticas.

Diante desse quadro, a interdisciplinaridade emerge como um movimento que busca superar os limites impostos pela lógica disciplinar. Mais do que a simples justaposição de conhecimentos, trata-se de um esforço de integração que envolve a construção de novas formas de pensar e interpretar os fenômenos. Nesse sentido, Gusdorf (1977) aponta que a interdisciplinaridade representa uma tentativa de recompor a unidade do saber, historicamente fragmentada. E, Correia (2025) entende que pode relacionar os conteúdos e problemáticas ambientais tendo em vista as aplicações de suas ações no meio.

> A interdisciplinaridade vai além do simples entrelaçamento de elementos semelhantes. Trata-se de criar e consolidar diálogos baseados nas diferenças, valorizando concretamente a diversidade em sua essência. Nesse contexto, a ação interdisciplinar, integrada às práticas ambientais e ao desenvolvimento pedagógico-didático, promove a reconstrução e transmissão dos conteúdos disciplinares, permitindo vivências transformadoras que emergem do contato com o outro e com o diferente (Correia, 2025, p. 6).

Essa necessidade torna-se ainda mais evidente quando se consideram problemas complexos, como aqueles relacionados ao desenvolvimento sustentável, às dinâmicas territoriais e às relações socioculturais. Tais questões não podem ser compreendidas a partir de uma única lente disciplinar, exigindo, portanto, a mobilização de diferentes referenciais teóricos e metodológicos. Raynaut (2014) destaca que a complexidade contemporânea impõe a articulação entre saberes diversos como condição para a produção de conhecimento relevante.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade assume também um caráter crítico, ao questionar as hierarquias estabelecidas entre os diferentes tipos de conhecimento. A valorização exclusiva do saber científico moderno tem sido problematizada por autores como Santos (2007), que propõe a ampliação do campo epistemológico por meio do reconhecimento da pluralidade de saberes existentes na sociedade.

Essa perspectiva permite compreender que o conhecimento não se limita à produção acadêmica formal, mas inclui também os saberes construídos no cotidiano de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, Lévi-Strauss (1989) evidencia que os conhecimentos tradicionais resultam de processos sistemáticos de observação e experimentação, constituindo formas legítimas de compreensão do mundo.

Corroborando o que foi destacado por Martins e Martins (2025) que a interdisciplinaridade, numa perspectiva epistemológica, implica em postura de diálogo com a diversidade e a complexidade que liquefazem conceitos, afetam crenças e valores e despertam para o que Capra (2012, p. 13) chamou de “crise de percepção”.

> De forma metafórica, seria como considerar que precisamos de lentes novas que reduzam nossa miopia e nos permitam voltar a enxergar com menor distorção o mundo, a si próprio/a, às pessoas, recuperando-se do que [...] chamou de ‘vista cansada’. E, como se não bastasse, concluindo a metáfora, o prazo para retornar ao oftalmologista é cada vez menor. Assim, nesse peregrinar trôpego, a diversidade e complexidade contribuem ainda mais para a instabilidade do chão que temos para caminhar (Capra, 2012, p. 13-14).

A incorporação desses saberes no campo científico exige a construção de diálogos entre diferentes racionalidades, o que implica reconhecer a incompletude de qualquer forma de conhecimento isolada. Santos (2007) ressalta que a diversidade epistemológica deve ser entendida como uma condição para a ampliação das possibilidades de interpretação da realidade, especialmente em contextos marcados por elevada complexidade.

Dessa forma, a produção do conhecimento interdisciplinar demanda não apenas a integração de conteúdos, mas também a reformulação dos próprios procedimentos metodológicos. Marradi (2002) enfatiza que a escolha dos métodos deve estar diretamente

relacionada à natureza do problema investigado, o que implica flexibilidade e capacidade de adaptação por parte do pesquisador.

Nesse sentido, Yin (2005) destaca que esse tipo de abordagem contribui para o aprofundamento da compreensão dos fenômenos estudados, a articulação entre diferentes técnicas de pesquisa torna-se fundamental para a construção de análises mais consistentes. A combinação de estratégias como levantamento bibliográfico, análise documental e investigação empírica possibilita a triangulação de dados, ampliando a confiabilidade dos resultados obtidos.

A interdisciplinaridade está intrinsecamente relacionada à noção de complexidade, uma vez que os fenômenos contemporâneos se caracterizam pela interdependência de múltiplas dimensões. Tainter (2000) argumenta que a capacidade de lidar com essa complexidade é fundamental para a compreensão dos processos sociais e institucionais, bem como para a proposição de soluções adequadas.

A adoção de uma perspectiva interdisciplinar implica, portanto, uma mudança na postura epistemológica do pesquisador, que passa a reconhecer a necessidade de dialogar com diferentes áreas do conhecimento. Essa abertura permite a construção de análises mais densas, capazes de captar as múltiplas determinações que constituem a realidade social.

Nesse processo, torna-se essencial considerar que o conhecimento é sempre situado, sendo produzido a partir de contextos específicos e de experiências particulares. Santos (2007) destaca que toda forma de conhecimento está vinculada a práticas sociais, o que reforça a importância de incorporar diferentes perspectivas na análise dos fenômenos.

Raynaut (2014) enfatiza que a integração entre disciplinas depende da disposição dos pesquisadores em ultrapassar fronteiras epistemológicas e metodológicas. A interdisciplinaridade, nesse sentido, não deve ser compreendida como um modelo rígido, mas como um processo em constante construção, que exige negociação, diálogo e abertura para o novo. Ademais, a produção do conhecimento interdisciplinar envolve a articulação entre diferentes escalas de análise, considerando tanto os aspectos locais quanto os globais. Essa abordagem permite compreender como processos mais amplos influenciam dinâmicas específicas, contribuindo para uma análise mais contextualizada dos fenômenos.

A interdisciplinaridade se constitui como um elemento central na construção de uma ciência comprometida com a realidade social, capaz de responder aos desafios contemporâneos de forma crítica e reflexiva. Ao promover a integração de saberes e a ampliação das perspectivas analíticas, essa abordagem contribui para o fortalecimento da produção científica e para a construção de conhecimentos mais consistentes e socialmente relevantes.

A partir da construção metodológica delineada, observa-se que a presente investigação se estrutura como um percurso analítico que articula diferentes escalas, saberes e estratégias de coleta e interpretação de dados, em consonância com a complexidade do objeto de estudo. A adoção de uma abordagem interdisciplinar, aliada à triangulação entre levantamento bibliográfico, análise documental e investigação empírica, permite não apenas ampliar a compreensão sobre o Corredor de Biodiversidade (CdeB) no estado do Amapá, mas também evidenciar as múltiplas dimensões (ecológicas, sociais, políticas e territoriais) que o constituem.

Nesse sentido, a metodologia não se limita a um conjunto de técnicas, mas configura-se como uma escolha epistemológica coerente com a proposta da tese, ao reconhecer a necessidade de integrar diferentes perspectivas para compreender a efetividade do CdeB enquanto instrumento de gestão territorial em contexto transfronteiriço .

Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados possibilitam a construção de uma análise crítica acerca das potencialidades e limitações do CdeB na fronteira Amapá–Guiana Francesa, especialmente no que se refere à sua capacidade de promover a integração entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Ao incorporar dados empíricos provenientes do território, bem como os saberes locais e institucionais, a pesquisa busca superar abordagens normativas ou técnicas, aproximando-se das dinâmicas reais que permeiam a governança socioambiental.

Assim, a metodologia adotada sustenta a tese de que a efetividade dos corredores de biodiversidade depende não apenas de sua concepção técnica, mas da articulação entre atores, políticas públicas e contextos territoriais específicos, contribuindo, portanto, para o avanço do debate sobre estratégias integradas de conservação em regiões de elevada complexidade socioambiental.

2.2 DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A definição dos procedimentos metodológicos desta pesquisa fundamenta-se na compreensão de que o CdeB, no contexto da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, constitui um fenômeno complexo, multidimensional e territorialmente situado, cuja análise exige a articulação de diferentes abordagens teórico-metodológicas.

Dessa forma, a pesquisa adotou uma perspectiva metodológica integrada, de caráter qualitativo predominante e natureza aplicada, orientada por um enfoque territorial e sistêmico, tendo como eixo estruturante o estudo de caso único aprofundado. Essa escolha justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, as dinâmicas socioambientais, institucionais e

geopolíticas que configuram o corredor na fronteira Amapá–Guiana Francesa, conforme já indicado no próprio desenho da tese.

O estudo assume caráter analítico e propositivo, não se limitando à descrição da realidade empírica, mas buscando avaliar a efetividade do CdeB como instrumento de gestão territorial e, a partir dessa análise, propor diretrizes para sua implementação e aprimoramento em contextos transfronteiriços. Essa orientação responde diretamente ao problema de pesquisa e aos objetivos definida na tese, reforçando sua contribuição científica e aplicada.

A estratégia metodológica está ancorada na lógica da triangulação de dados, considerada elemento central para garantir consistência analítica e validade dos resultados. Nesse sentido, a investigação articula três dimensões principais de análise: (i) a dimensão normativa e institucional, por meio da análise documental; (ii) a dimensão empírica, a partir das percepções dos atores envolvidos; e (iii) a dimensão territorial, mediante a análise espacial e das dinâmicas de uso do território.

A adoção do estudo de caso como estratégia principal permitiu analisar o CdeB não apenas como um recorte espacial, mas como um sistema de gestão territorial em construção, inserido em um contexto de fronteira marcado por assimetrias institucionais, conflitos socioambientais e múltiplos interesses.

Nessa perspectiva, o corredor deixa de ser compreendido apenas como estratégia ecológica e passa a ser analisado como instrumento de governança territorial integrada, conforme defendido na tese.

A abordagem metodológica também incorpora uma perspectiva dialética e relacional, permitindo analisar as tensões entre conservação ambiental e desenvolvimento, bem como os conflitos e articulações entre os diferentes atores sociais envolvidos. Essa perspectiva é fundamental para compreender o corredor como uma arena de disputas e negociações, e não apenas como uma política pública formalmente instituída.

Foi adotada na pesquisa uma postura metodológica flexível e adaptativa, reconhecendo que o trabalho em campo, especialmente em áreas de fronteira amazônica, envolve desafios operacionais, institucionais e logísticos que exigem ajustes ao longo do processo investigativo.

A articulação entre estudo de caso, triangulação de dados e abordagem territorial permitiu construir uma análise integrada, capaz de não apenas explicar a realidade do CdeB do Amapá, mas também avançar na proposição de um modelo analítico-metodológico aplicável a outros contextos transfronteiriços, consolidando o caráter inovador e propositivo desta tese.

2.2.1 Delimitação da dimensão transfronteiriça da pesquisa

A dimensão transfronteiriça constitui elemento estruturante do objeto desta pesquisa, uma vez que o Corredor de Biodiversidade do Amapá se insere em uma área de fronteira internacional marcada por relações territoriais, ambientais, econômicas e institucionais entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa. Entretanto, a delimitação do campo empírico da pesquisa foi estabelecida no território brasileiro, com concentração das atividades de campo no município de Oiapoque. Essa definição está relacionada à condição do município como espaço estratégico de articulação entre o Corredor de Biodiversidade do Amapá e a dinâmica fronteiriça, permitindo observar, em escala localizada, processos associados à conservação ambiental, à circulação, às atividades econômicas, à infraestrutura, à participação social e à governança territorial.

A adoção desse recorte não significa restringir o objeto da pesquisa ao município de Oiapoque, tampouco atribuir ao território brasileiro a totalidade das dinâmicas que caracterizam a fronteira. O CdeB permanece como o objeto territorial mais amplo da investigação, enquanto Oiapoque constitui o espaço empírico privilegiado para a produção dos dados primários. A dimensão guianense da fronteira é incorporada à pesquisa por meio da análise de literatura, documentos institucionais, instrumentos de cooperação e demais fontes secundárias disponíveis, utilizadas para contextualizar as relações transfronteiriças e interpretar os processos observados no território brasileiro.

Dessa forma, estabelece-se uma distinção metodológica entre o objeto territorial da pesquisa, representado pelo Corredor de Biodiversidade do Amapá e suas relações na fronteira com a Guiana Francesa, e o recorte empírico da investigação, concentrado em Oiapoque. Essa distinção permite analisar as relações transfronteiriças sem atribuir aos dados primários produzidos no município uma representatividade que ultrapasse os limites efetivamente alcançados pela pesquisa.

2.3 NATUREZA, TIPOLOGIA E ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, uma vez que busca produzir conhecimentos orientados à solução de problemas concretos relacionados à gestão territorial e à conservação da biodiversidade em áreas de fronteira, com ênfase no CdeB. Nesse sentido, ultrapassa o campo exclusivamente teórico, assumindo um compromisso com a

proposição de diretrizes voltadas ao aprimoramento de políticas públicas e instrumentos de gestão socioambiental.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa apresentou caráter exploratório, descritivo e propositivo. A dimensão exploratória justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão de um fenômeno ainda pouco sistematizado no campo científico, especialmente no que se refere à reconfiguração dos corredores de biodiversidade em contextos transfronteiriços. A vertente descritiva permite analisar as dinâmicas territoriais, institucionais e socioambientais que estruturam o corredor. Já o caráter propositivo constitui elemento central da tese, ao orientar a construção de diretrizes voltadas à sua efetiva implementação como instrumento de gestão territorial.

No que se refere à abordagem metodológica, a pesquisa adotou enfoque qualitativo predominante, complementado por elementos quantitativos, configurando-se como uma estratégia de métodos mistos com integração analítica. A abordagem qualitativa possibilitou compreender as percepções, práticas e relações estabelecidas entre os diferentes atores sociais envolvidos na dinâmica do corredor, bem como interpretar os significados atribuídos às políticas e instrumentos de gestão. Por sua vez, os dados quantitativos contribuiram para identificar padrões, tendências e indicadores relacionados ao território, fortalecendo a análise empírica.

A investigação fundamenta-se no método do estudo de caso único, tendo como unidade de análise o CdeB do Amapá no contexto da fronteira com a Guiana Francesa. Essa escolha metodológica justificou-se pela possibilidade de análise aprofundada de um fenômeno contemporâneo inserido em seu contexto real, especialmente quando os limites entre o objeto e o contexto não são claramente definidos. Nesse caso, o corredor foi analisado em sua dimensão territorial, institucional e geopolítica, considerando a fronteira não como pano de fundo, mas como elemento estruturante da investigação.

A abordagem adotada também se orientou por uma perspectiva territorial e sistêmica, compreendendo o corredor como um espaço de articulação entre diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional) e múltiplos atores. Essa perspectiva permitiu analisar as interações entre políticas públicas, dinâmicas socioeconômicas e processos ecológicos, evidenciando a complexidade da gestão ambiental em áreas de fronteira.

Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa articula a lógica hipotético-dedutiva com elementos indutivos, permitindo tanto a verificação da hipótese relacionada à efetividade do corredor enquanto instrumento de gestão territorial, quanto a construção de interpretações a

partir dos dados empíricos. Essa combinação favoreceu análises integradoras da teoria e dos dados empíricos de forma dinâmica.

Adicionalmente, incorporou-se a abordagem dialética, fundamental para compreender as contradições inerentes ao objeto investigado, especialmente aquelas relacionadas às tensões entre conservação ambiental e desenvolvimento, bem como aos conflitos entre diferentes interesses e atores no território do CdeB do Amapá. Essa perspectiva contribuiu para a leitura crítica da realidade, evitando análises simplificadas ou unidimensionais.

Por fim, a adoção dessa abordagem metodológica integrada, baseada no estudo de caso, na triangulação de dados e na perspectiva territorial, permitiu não apenas compreender a realidade do CdeB do Amapá, mas também avançar na proposição de um modelo analítico e metodológico aplicável à gestão de corredores em contextos transfronteiriços, reforçando o caráter inovador e contributivo desta tese.

2.3.1 Delimitação do recorte empírico e sua relação com o corredor de biodiversidade do Amapá

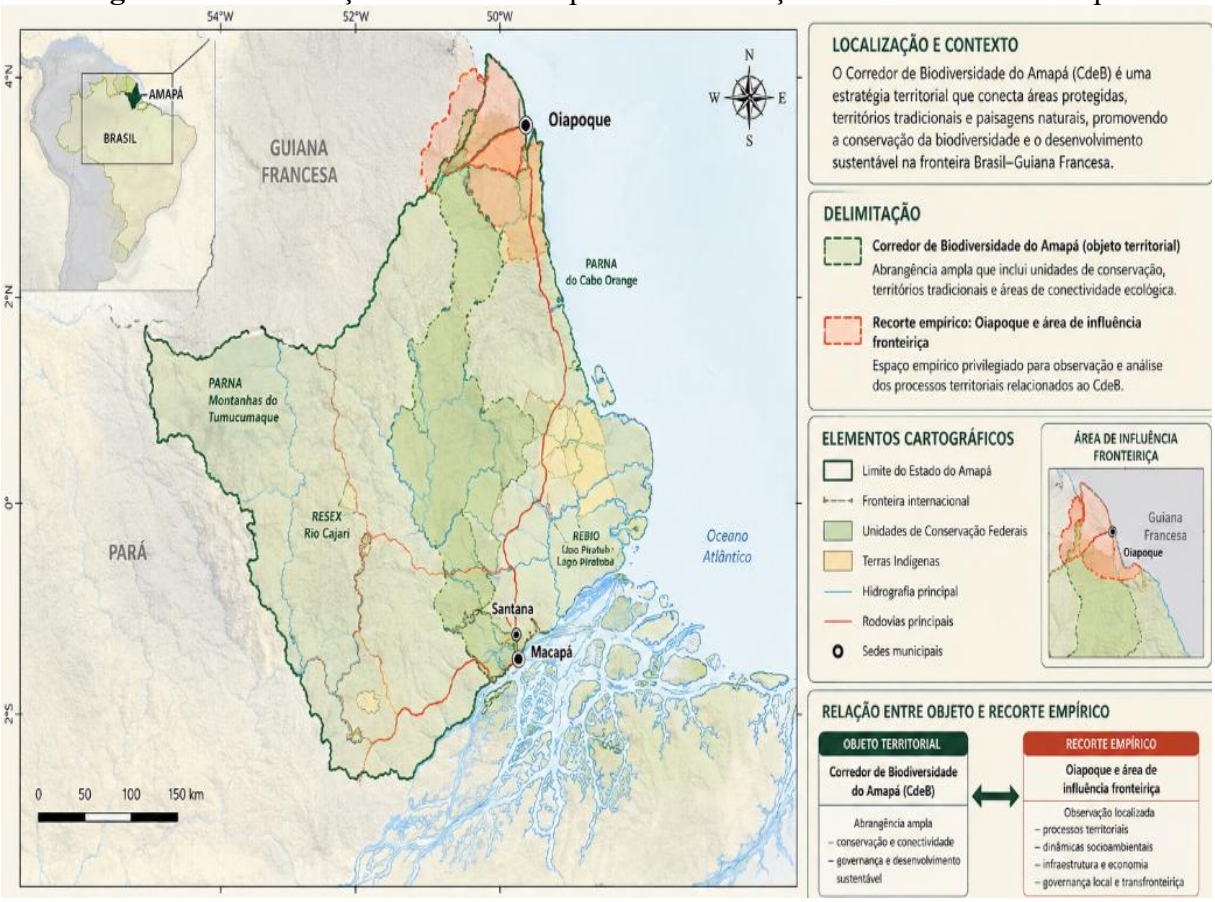
A delimitação do recorte empírico constitui uma etapa necessária para estabelecer a relação entre a abrangência territorial do objeto investigado e o espaço no qual são produzidas e analisadas as evidências da pesquisa. Nesta tese, o Corredor de Biodiversidade do Amapá constitui o objeto territorial mais amplo da investigação, enquanto o município de Oiapoque e sua área de influência fronteiriça são adotados como espaço empírico privilegiado para a observação de processos relacionados à conservação da biodiversidade, à conectividade territorial, à ocupação do espaço, à infraestrutura, às atividades econômicas e à governança.

A escolha de Oiapoque não significa, portanto, uma redução do objeto de pesquisa aos limites administrativos do município. Trata-se de uma delimitação empírica destinada a possibilitar a observação, em escala localizada, de processos territoriais que se articulam às dinâmicas mais amplas do Corredor de Biodiversidade do Amapá. Essa distinção entre objeto territorial e recorte empírico permite preservar a abrangência do CdeB, ao mesmo tempo em que estabelece condições metodológicas para o aprofundamento da investigação sobre uma área que reúne características ambientais, sociais, econômicas e institucionais particularmente relevantes para a problemática estudada.

A delimitação do recorte empírico e sua relação com a abrangência territorial do Corredor de Biodiversidade do Amapá são apresentadas na Figura 2, que evidencia a distinção

entre o objeto territorial mais amplo da investigação e o espaço empírico privilegiado para a análise dos processos fronteiriços.

Figura 2 – Delimitação do recorte empírico e sua relação com o CdeB do Amapá.



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A Figura 2 evidencia a relação entre o Corredor de Biodiversidade do Amapá (CdeB), enquanto objeto territorial mais amplo da investigação, e o município de Oiapoque, incluindo a porção do território municipal inserida no Corredor e sua área de influência fronteiriça, que constituíram o recorte empírico efetivamente analisado nesta tese.

A representação cartográfica demonstra, portanto, que a pesquisa não tomou todo o território do CdeB como unidade de observação direta, mas concentrou a investigação em Oiapoque e, especificamente, na parcela do município integrada ao Corredor, considerando sua posição estratégica na fronteira Brasil–Guiana Francesa.

Esse recorte permitiu analisar, em escala territorial localizada, processos relacionados à conservação da biodiversidade, conectividade territorial, ocupação e uso do espaço, infraestrutura, atividades econômicas e governança, sem desconsiderar a inserção dessa área nas dinâmicas mais amplas do CdeB. Dessa forma, a figura 2 explicita a articulação entre o

objeto territorial da tese e o recorte empírico efetivamente estudado, conferindo maior precisão à delimitação espacial e metodológica da pesquisa.

A opção por Oiapoque decorre de sua posição estratégica no extremo norte do Estado do Amapá e de sua condição de fronteira internacional com a Guiana Francesa. Nesse espaço, diferentes dimensões presentes no objeto da pesquisa se sobrepõem e podem ser observadas de maneira articulada.

A presença de áreas protegidas e territorialidades tradicionais, associada à circulação de pessoas e mercadorias, à infraestrutura de transporte, às atividades econômicas e às relações institucionais transfronteiriças, constitui um conjunto de condições que permite examinar concretamente os desafios relacionados à integração territorial, à conservação ambiental e à sustentabilidade.

Do ponto de vista metodológico, Oiapoque é compreendido, assim, como uma escala de observação dentro de uma estrutura territorial mais ampla. Os fenômenos identificados no município não são interpretados como representativos, de forma automática ou estatística, de todo o território do Corredor. Sua utilização decorre de sua capacidade de revelar processos, relações e tensões que possuem conexão com as dimensões estruturantes do CdeB.

A análise localizada permite, dessa maneira, aprofundar a compreensão de mecanismos territoriais que, embora se manifestem de forma particular no extremo norte, estão relacionados a questões mais amplas de conservação, conectividade, desenvolvimento, governança e ordenamento territorial.

Essa opção também permite articular diferentes escalas de análise. Em uma perspectiva mais ampla, considera-se a configuração territorial do Corredor, suas áreas protegidas, sua estrutura ambiental e os instrumentos institucionais associados à sua gestão. Em uma escala intermediária, são consideradas as relações territoriais estabelecidas no extremo norte do Amapá e na faixa de fronteira.

Em escala local, são analisadas as manifestações concretas desses processos no município de Oiapoque, incluindo as percepções dos atores pesquisados e as transformações associadas às atividades e infraestruturas existentes. A articulação dessas escalas constitui estratégia para evitar tanto uma abordagem excessivamente abrangente, que inviabilizaria o aprofundamento empírico, quanto uma interpretação restrita aos limites municipais.

A delimitação do recorte empírico também se relaciona aos procedimentos de coleta e análise adotados na pesquisa. Os dados primários produzidos junto aos atores selecionados permitem compreender percepções, experiências e avaliações relacionadas às condições territoriais e institucionais observadas no espaço investigado, enquanto os dados documentais,

bibliográficos e territoriais possibilitam ampliar a interpretação dessas evidências e relacioná-las à configuração mais abrangente do Corredor de Biodiversidade. Desse modo, diferentes fontes são articuladas para evitar que a análise do recorte local seja dissociada do contexto territorial no qual está inserida.

A escolha metodológica de Oiapoque deve ser compreendida, portanto, como uma estratégia de aproximação entre a escala macroterritorial do Corredor de Biodiversidade do Amapá e a escala concreta na qual suas contradições, possibilidades e desafios podem ser empiricamente observados.

O município constitui um espaço privilegiado para investigar a interação entre conservação da biodiversidade, conectividade territorial, infraestrutura, atividades econômicas, participação social, governança e cooperação transfronteiriça. A análise de tais relações contribui para compreender, a partir de uma realidade territorial específica, fatores que condicionam a efetividade do CdeB, sem restringir o objeto da investigação à realidade municipal de Oiapoque.

Por essa razão, a pesquisa adota uma perspectiva metodológica que articula objeto territorial amplo e recorte empírico localizado. O Corredor de Biodiversidade do Amapá permanece como referência central da investigação, enquanto Oiapoque constitui o espaço privilegiado para a produção e interpretação das evidências empíricas.

Essa delimitação possibilita estabelecer uma relação coerente entre a escala regional do objeto e a profundidade necessária à investigação de campo, permitindo que os resultados produzidos no extremo norte sejam posteriormente relacionados às dimensões mais amplas da gestão territorial, da conservação da biodiversidade e da sustentabilidade no âmbito do Corredor.

2.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

2.4.1 População

A definição da população e da amostra desta pesquisa está diretamente relacionada à natureza do estudo de caso e à abordagem qualitativa predominante adotada. Considerando que o objetivo da investigação não é a generalização estatística, mas a compreensão aprofundada do fenômeno, optou-se por uma seleção intencional dos participantes, orientada por critérios de relevância e inserção no contexto investigado.

A população da pesquisa compreende o conjunto de atores sociais, institucionais e territoriais envolvidos direta ou indiretamente na concepção, implementação e vivência do CdeB do Amapá, no contexto da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. Essa população inclui: gestores públicos, técnicos de órgãos ambientais, representantes de instituições governamentais e não governamentais, pesquisadores, lideranças locais e atores sociais inseridos nas dinâmicas socioambientais e territoriais da região de estudo.

2.4.2 Critérios de seleção dos participantes

Os critérios de seleção dos participantes incluíram:

a) Atuação direta na gestão ou implementação de políticas ambientais e territoriais relacionadas ao corredor;

b) Participação em instituições ou organizações com presença na região de fronteira;

c) Conhecimento técnico ou empírico sobre as dinâmicas socioambientais locais;

d) Envolvimento em processos de cooperação transfronteiriça ou em atividades impactadas pela existência do corredor.

2.4.3 Amostra

A amostra da pesquisa foi composta por 17 participantes, selecionados intencionalmente em razão de sua inserção institucional, técnica, econômica, territorial ou comunitária nas dinâmicas relacionadas ao Corredor de Biodiversidade do Amapá. Os participantes foram organizados em quatro segmentos analíticos: gestores públicos e institucionais, pesquisadores e especialistas, representantes do setor econômico e lideranças locais e comunitárias. A distribuição dos participantes encontra-se sistematizada no Quadro 1.

Quadro 1 – Composição dos participantes da pesquisa

Segmento de participantes	Identificação	Nº de participantes
Gestores públicos e institucionais	GI-01 a GI-03	3
Pesquisadores e especialistas	PE-01 a PE-03	3
Representantes do setor econômico	SE-01 a SE-07	7
Lideranças locais e comunitárias	LC-01 a LC-04	4
Total		**17**

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A composição diversificada da amostra buscou contemplar diferentes perspectivas sobre as dimensões territorial, ambiental, institucional, econômica e social relacionadas ao Corredor de Biodiversidade do Amapá. Os participantes foram identificados por códigos alfanuméricos, de modo a preservar sua confidencialidade e, simultaneamente, possibilitar a identificação analítica de suas manifestações ao longo da apresentação e discussão dos resultados.

Em consonância com a abordagem qualitativa adotada, a definição da amostra não esteve orientada exclusivamente por critérios estatísticos de representatividade, mas pela relevância dos participantes em relação ao objeto investigado e pela diversidade das perspectivas necessárias à compreensão do fenômeno. A seleção considerou, portanto, a relação dos sujeitos com as dinâmicas de gestão territorial, conservação ambiental, atividades econômicas, relações fronteiriças e processos sociais desenvolvidos no espaço de abrangência da pesquisa.

Além dos participantes, a investigação incorporou documentos institucionais, bases de dados secundários e informações territoriais como fontes complementares de evidências. Esses materiais não foram considerados participantes da pesquisa, mas fontes documentais e secundárias de dados, utilizadas em articulação com as informações obtidas junto aos participantes. Essa distinção permite caracterizar com maior precisão a composição da amostra e, simultaneamente, evidenciar o procedimento de triangulação de fontes e informações adotado no estudo.

A seleção dos participantes e das fontes documentais esteve, ainda, relacionada ao caráter propositivo da pesquisa, uma vez que a diversidade de perspectivas permitiu identificar percepções, limitações, potencialidades e demandas relacionadas à gestão do Corredor de Biodiversidade do Amapá. Os dados produzidos a partir dessas diferentes fontes subsidiaram a análise da realidade investigada e, posteriormente, a elaboração de diretrizes e recomendações para sua implementação como instrumento de gestão territorial em contexto transfronteiriço.

2.4.4 Amostragem

Dada a complexidade e a extensão desse universo, a pesquisa adotou uma amostragem não probabilística, do tipo intencional (ou por julgamento), selecionando sujeitos considerados estratégicos para a compreensão do objeto investigado. Esse tipo de amostragem é amplamente utilizado em pesquisas mista, especialmente em estudos de caso, por permitir a escolha de participantes que detenham conhecimento relevante, experiência prática e capacidade de contribuir com informações significativas para a análise.

2.4.5 Caracterização da amostra, distribuição dos participantes e limites da seleção intencional

A composição da amostra foi definida mediante seleção intencional de atores considerados estratégicos para a compreensão das dimensões territoriais, ambientais, econômicas e institucionais relacionadas ao Corredor de Biodiversidade do Amapá. A definição dos participantes considerou sua inserção, atuação ou conhecimento sobre os processos investigados, buscando contemplar diferentes perspectivas sobre conservação, gestão territorial, atividades econômicas, dinâmica fronteiriça, participação social e governança. A composição final da pesquisa foi organizada segundo os segmentos apresentados nos instrumentos constantes dos Apêndices A, B, C e D, permitindo identificar a quantidade de participantes vinculada a cada grupo e sua respectiva contribuição para a análise.

A distribuição dos participantes não foi estabelecida com finalidade de produzir representatividade estatística da população do território investigado, mas de assegurar a presença de diferentes posições e experiências relacionadas ao objeto da pesquisa. Nesse sentido, a seleção intencional buscou ampliar a diversidade das perspectivas consideradas na análise, especialmente diante da natureza qualitativa e interpretativa da investigação. A quantidade de participantes de cada segmento, portanto, deve ser considerada na interpretação dos resultados, uma vez que diferenças no número de interlocutores podem produzir diferentes níveis de expressão de determinadas percepções no conjunto dos dados.

A saturação foi considerada alcançada quando a continuidade da coleta passou a produzir recorrência de informações e categorias analíticas já identificadas, sem acréscimo substantivo de novos elementos capazes de alterar as categorias construídas para interpretação do fenômeno. A saturação foi, portanto, utilizada como critério qualitativo para encerramento da coleta, e não como mecanismo de determinação de representatividade numérica dos diferentes segmentos.

Reconhece-se, contudo, que a seleção intencional e a distribuição diferenciada dos participantes introduzem limites à generalização dos resultados. As percepções obtidas representam os atores efetivamente acessados pela pesquisa e não podem ser automaticamente estendidas a todos os grupos sociais, institucionais e econômicos relacionados ao Corredor de Biodiversidade do Amapá.

Diferenças de posição institucional, experiência territorial e inserção socioeconômica podem influenciar a forma como os participantes percebem problemas relacionados à conservação, à infraestrutura, à governança e à participação social. Tais diferenças não foram

consideradas como ruídos a serem eliminados, mas como elementos constitutivos da realidade investigada e, quando identificadas, foram incorporadas à interpretação dos resultados.

2.5 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Considerando a complexidade do objeto investigado e a necessidade de compreendê-lo em sua dimensão territorial, institucional e socioambiental, a coleta de dados foi estruturada a partir de uma estratégia de triangulação metodológica, articulando múltiplas fontes de evidência. Essa abordagem permite analisar o CdeB do Amapá sob diferentes perspectivas, fortalecendo a consistência analítica e a validade dos resultados.

A coleta de dados foi organizada em quatro eixos complementares: análise documental, questionários com atores estratégicos, levantamento de dados secundários e análise territorial, incorporando ainda a ponte binacional como elemento estruturante da investigação. Essa combinação metodológica está diretamente relacionada à proposta de compreender o corredor como instrumento de gestão territorial em contexto transfronteiriço.

2.5.1 Análise documental

A análise documental constituiu um dos eixos estruturantes desta investigação, sendo empregada como técnica fundamental para examinar o arcabouço normativo, institucional e político que orienta a implementação do Corredor de Biodiversidade (CdeB) no contexto da fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. Foram analisados dispositivos legais, políticas públicas, planos de gestão, acordos de cooperação internacional, documentos institucionais, relatórios técnicos e normativas ambientais, em diferentes escalas (federal, estadual e internacional), com o objetivo de compreender as bases formais que sustentam a proposta do corredor enquanto instrumento de gestão territorial e conservação da biodiversidade.

Essa estratégia metodológica permitiu identificar não apenas os fundamentos jurídicos e institucionais do CdeB, mas também as interfaces entre diferentes políticas setoriais, evidenciando os níveis de articulação (ou sua ausência) entre os instrumentos de planejamento ambiental, territorial e de desenvolvimento sustentável.

Possibilitou mapear incoerências normativas, sobreposições de competências, lacunas regulatórias e descontinuidades institucionais que impactam diretamente a efetividade do corredor, sobretudo em um contexto transfronteiriço marcado por assimetrias legais e administrativas.

A análise foi conduzida a partir de uma perspectiva crítica e contextualizada, considerando os documentos não como registros neutros, mas como expressões de interesses, disputas e projetos políticos. Nesse sentido, foram observados o contexto de produção dos documentos, os atores envolvidos em sua elaboração, suas finalidades explícitas e implícitas, bem como seu papel nos processos de governança territorial. Tal abordagem permitiu compreender como determinadas narrativas institucionais são construídas e legitimadas, influenciando a formulação e a implementação de políticas públicas no território.

Adicionalmente, a análise documental foi articulada às demais técnicas de coleta de dados, especialmente às informações empíricas provenientes dos atores sociais, permitindo um processo de triangulação analítica.

Essa integração contribuiu para confrontar o plano normativo com a realidade prática, evidenciando os descompassos entre o que está previsto nos instrumentos institucionais e o que efetivamente se materializa no território. Dessa forma, a análise documental não apenas subsidiou a compreensão da estrutura formal do CdeB, mas também possibilitou uma leitura aprofundada de seus limites, potencialidades e desafios no contexto da governança socioambiental em áreas de fronteira.

Para conferir maior sistematicidade ao procedimento, os documentos foram selecionados segundo sua pertinência direta aos objetivos da pesquisa e à delimitação espacial definida, com ênfase nos instrumentos relacionados ao CdeB, à gestão ambiental, à conservação da biodiversidade, ao ordenamento territorial, às áreas protegidas, às relações fronteiriças e à cooperação entre Brasil e Guiana Francesa.

O corpus documental foi organizado e analisado considerando aspectos como autoria institucional, período de elaboração, abrangência territorial, finalidade, conteúdo normativo, atores envolvidos e relação com as políticas públicas incidentes sobre Oiapoque e sobre a porção do município integrada ao Corredor.

Essa organização possibilitou estabelecer categorias analíticas relacionadas à governança territorial, conservação ambiental, conectividade, desenvolvimento econômico, cooperação transfronteiriça, participação social e presença do Estado, permitindo identificar convergências, contradições e lacunas entre os diferentes instrumentos examinados.

Os resultados da análise documental foram posteriormente confrontados com as evidências produzidas no trabalho de campo, especialmente aquelas obtidas por meio das entrevistas e dos questionários aplicados aos diferentes atores relacionados ao território pesquisado. Esse procedimento possibilitou verificar em que medida as diretrizes, competências e estratégias formalmente estabelecidas nos documentos encontram

correspondência nas práticas institucionais e nas condições concretas observadas em Oiapoque e na área do CdeB abrangida pelo recorte empírico da tese.

A triangulação entre fontes documentais e dados empíricos permitiu, assim, ultrapassar uma leitura exclusivamente normativa, favorecendo a compreensão das relações entre planejamento, institucionalidade e realidade territorial e contribuindo para a identificação dos fatores que condicionam a implementação e a efetividade das estratégias de conservação, desenvolvimento sustentável e governança no contexto fronteiriço analisado.

2.5.2 Entrevistas com atores estratégicos

Com o objetivo de apreender as múltiplas percepções acerca do Corredor de Biodiversidade do Amapá no contexto transfronteiriço, foram realizadas consultas junto a 17 atores sociais estratégicos, selecionados em razão de sua inserção institucional, técnica, econômica, territorial ou comunitária nas dinâmicas relacionadas ao objeto da pesquisa. Os participantes foram organizados em quatro segmentos: gestores públicos e institucionais (GI-01 a GI-03), pesquisadores e especialistas (PE-01 a PE-03), representantes do setor econômico (SE-01 a SE-07) e lideranças locais e comunitárias (LC-01 a LC-04).

Para a coleta das informações, foi elaborado instrumento estruturado em questões orientadoras, contemplando dimensões ambientais, sociais, econômicas, territoriais e institucionais relacionadas à dinâmica do Corredor de Biodiversidade do Amapá e da região de fronteira. A organização dos participantes em diferentes segmentos permitiu contemplar perspectivas distintas sobre o território investigado e sobre os processos de gestão, conservação ambiental, desenvolvimento econômico, integração fronteiriça e participação social.

Inicialmente, os participantes foram convidados a apresentar sua percepção acerca do Corredor de Biodiversidade do Amapá, considerando sua experiência, atuação ou relação com a região pesquisada. Em seguida, foram abordadas questões relativas aos possíveis benefícios decorrentes da implementação do corredor para as populações locais, bem como às limitações, dificuldades e desafios associados à sua consolidação como instrumento de gestão territorial.

As questões também buscaram compreender as percepções dos participantes acerca da necessidade de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento voltadas à melhoria das condições de vida das populações residentes na área do corredor e em seu entorno. Nesse eixo, foram consideradas as prioridades e demandas identificadas pelos diferentes segmentos, bem como as formas de atuação dos diferentes níveis e instituições de governo na condução de

iniciativas relacionadas ao território, incluindo os efeitos associados à construção e à operação da ponte binacional sobre o rio Oiapoque.

Outro eixo do instrumento contemplou a percepção dos participantes sobre a preservação ambiental e a gestão territorial, considerando os desafios decorrentes da coexistência de diferentes ordenamentos jurídicos e institucionais entre o Brasil e a Guiana Francesa. Buscou-se, nesse contexto, identificar percepções acerca das possibilidades de cooperação, articulação institucional e construção de estratégias capazes de contribuir para a gestão de um território marcado por relações transfronteiriças.

Também foram abordadas as transformações percebidas na região, particularmente aquelas relacionadas à integração física, econômica e social decorrente da intensificação das conexões entre os territórios brasileiro e francês. Os participantes foram convidados a analisar as ações governamentais destinadas à mitigação de impactos sociais e ambientais, bem como a apresentar suas percepções sobre possíveis cenários futuros para a região, considerando perspectivas de médio e longo prazo.

Por fim, o instrumento contemplou questões relacionadas à dinâmica econômica da região fronteiriça, aos investimentos, às atividades produtivas e comerciais, à segurança pública, aos fluxos transfronteiriços e aos desafios associados à circulação de pessoas e mercadorias. No caso dos participantes vinculados ao setor econômico, buscou-se ainda compreender as expectativas e percepções relacionadas à integração territorial e às transformações econômicas decorrentes da ampliação das conexões fronteiriças.

A organização das informações obtidas junto aos diferentes segmentos permitiu comparar percepções convergentes e divergentes entre os participantes, contribuindo para a identificação de potencialidades, limitações, conflitos, demandas e possibilidades de cooperação relacionadas ao Corredor de Biodiversidade do Amapá.

Embora o Corredor de Biodiversidade do Amapá seja analisado em sua dimensão territorial transfronteiriça, abrangendo as relações estabelecidas entre o Amapá e a Guiana Francesa, a etapa empírica primária desta pesquisa foi realizada no território brasileiro, particularmente no contexto territorial do Amapá e da faixa de fronteira associada ao município de Oiapoque.

As informações referentes à Guiana Francesa foram obtidas por meio de fontes documentais, institucionais, bibliográficas e dados secundários disponíveis, utilizados para a compreensão das relações transfronteiriças, dos instrumentos de cooperação e das dinâmicas territoriais que ultrapassam os limites nacionais.

Dessa forma, a pesquisa não pretende estabelecer uma equivalência entre os dados primários produzidos nos dois lados da fronteira, mas analisar a dimensão transfronteiriça do Corredor a partir da articulação entre evidências empíricas produzidas no lado brasileiro e informações documentais e secundárias relativas ao contexto franco-guianense.

2.5.3 Levantamento de dados secundários

Procedeu-se à coleta, sistematização e análise de dados provenientes de bases institucionais e sistemas oficiais, contemplando informações de natureza socioeconômica, ambiental, territorial e normativa, com o objetivo de identificar padrões, tendências e indicadores relevantes para a análise do Corredor de Biodiversidade do Amapá.

Para fins de organização e transparência metodológica, apresenta-se o Quadro 2, no qual se sistematizam as principais fontes de dados secundários utilizadas na pesquisa, classificadas segundo sua escala institucional: internacional, federal, estadual, municipal e indígena.

Quadro 2 – Sistematização do levantamento de dados secundários por escala institucional

Escala / Natureza	Fonte	Tipo de dado	Variáveis analisadas	Finalidade na pesquisa
Internacional	Acordos Brasil–França (cooperação transfronteiriça)	Dados normativos e institucionais	Tratados, acordos, diretrizes binacionais	Analisar a governança transfronteiriça e os mecanismos de integração territorial
Federal	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Dados estatísticos socioeconômicos	População, renda, escolaridade, emprego, infraestrutura	Caracterizar o perfil socioeconômico e identificar desigualdades regionais
Federal	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) – PRODES/DETER	Sensoriamento remoto	Desmatamento, degradação, cobertura vegetal	Analisar pressões ambientais e mudanças no uso da terra
Federal	MapBiomas	Dados geoespaciais históricos	Uso e cobertura da terra, transições territoriais	Identificar padrões de ocupação e transformação territorial
Federal	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Dados institucionais e ambientais	Políticas ambientais, zoneamento, áreas protegidas	Compreender diretrizes ambientais nacionais
Federal	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Dados geoespaciais e de gestão	Unidades de conservação, planos de manejo	Avaliar a estrutura de conservação no corredor
Federal	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Dados fundiários	Assentamentos, estrutura agrária	Analisar ocupação territorial e conflitos de uso da terra

Federal	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	Fiscalização ambiental	Autos de infração, áreas embargadas	Identificar pressões antrópicas e ilegalidades
Federal	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Infraestrutura territorial	Rodovias, fluxos logísticos	Avaliar integração territorial e acessibilidade
Estadual	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA/AP)	Dados ambientais e territoriais	Licenciamento, zoneamento, projetos ambientais	Compreender a gestão ambiental estadual
Estadual	Governo do Estado do Amapá	Dados institucionais	Programas e políticas públicas	Analisar estratégias estaduais para a fronteira
Municipal	Prefeituras de Oiapoque e entorno	Dados administrativos locais	Serviços públicos, infraestrutura urbana	Avaliar condições estruturais locais
Indígena	Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)	Dados territoriais e socioculturais	Terras indígenas, distribuição populacional	Compreender territorialidades indígenas
Indígena / Comunitária	Associações locais e lideranças tradicionais	Dados qualitativos territoriais	Uso tradicional, práticas culturais, percepção ambiental	Integrar saberes locais à análise territorial

Fonte: Elaboração própria (2026).

O quadro 2 explicita, de forma articulada, os tipos de dados mobilizados, as variáveis analisadas e suas respectivas finalidades no processo investigativo, evidenciando a natureza multiescalar da análise e a complexidade da governança do CdeB do Amapá.

Tal sistematização permitiu compreender como diferentes níveis institucionais e territoriais contribuem, de maneira complementar, para a interpretação das dinâmicas socioambientais e territoriais da região de fronteira, além de reforçar a consistência analítica e a triangulação metodológica adotada no estudo.

No âmbito socioeconômico, foram utilizados dados oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente aqueles provenientes do Censo Demográfico, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e de indicadores municipais. Essas bases possibilitam a análise de variáveis como densidade populacional, distribuição de renda, níveis de escolaridade, condições de moradia, acesso a serviços públicos e estrutura produtiva local, permitindo a caracterização das dinâmicas sociais na região de fronteira.

No que se refere à dimensão ambiental, foram mobilizados dados geoespaciais provenientes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com destaque para os sistemas PRODES (Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal) e DETER (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), bem como informações do projeto MapBiomas, que fornece séries históricas sobre uso e cobertura da terra. Complementarmente, foram

considerados dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), especialmente no que diz respeito à delimitação e gestão de unidades de conservação e outras áreas protegidas.

No plano territorial e geoespacial, foram utilizados produtos cartográficos digitais e bases vetoriais que permitiram a elaboração de mapas temáticos por meio de técnicas de geoprocessamento. Esses materiais incluem dados sobre uso do solo, rede hidrográfica, infraestrutura de transportes (rodovias, portos e conexões transfronteiriças), delimitação da faixa de fronteira, localização de assentamentos rurais, terras indígenas e áreas urbanas. A análise espacial foi realizada com apoio de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), possibilitando a identificação de padrões de ocupação territorial, zonas de pressão antrópica e áreas estratégicas para conservação.

Adicionalmente, foram incorporados dados institucionais e normativos, incluindo legislações ambientais e territoriais, planos de manejo de unidades de conservação, programas governamentais e acordos de cooperação internacional entre Brasil e França. Essa dimensão permitiu compreender o arcabouço político-institucional que orienta a gestão do território e a implementação do corredor em contexto transfronteiriço.

A integração desses diferentes conjuntos de dados possibilitou uma análise multiescalar e interdisciplinar, articulando variáveis quantitativas e qualitativas. Dessa forma, o levantamento de dados secundários contribuiu para a triangulação metodológica, fortalecendo a robustez analítica da pesquisa e permitindo uma compreensão mais abrangente das dinâmicas socioambientais e territoriais que caracterizam o Corredor de Biodiversidade do Amapá.

2.5.4 Análise territorial e espacial:

Constituiu um eixo estruturante da pesquisa, possibilitando a compreensão do Corredor de Biodiversidade do Amapá a partir de sua configuração enquanto espaço geográfico complexo, marcado por múltiplas interações socioambientais, políticas e econômicas. Tal abordagem fundamentou-se na perspectiva de que o território não se reduz à sua dimensão física, mas configura-se como produto de relações de poder, usos diferenciados e processos históricos que se materializam no espaço.

Para a operacionalização dessa análise, foram integrados dados geoespaciais, cartográficos e estatísticos, tratados por meio de técnicas de geoprocessamento em Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Foram elaborados mapas temáticos voltados à identificação e sobreposição de variáveis estratégicas, tais como a delimitação de unidades de conservação,

terras indígenas, assentamentos rurais, áreas urbanizadas e infraestrutura logística. Essa abordagem permitiu visualizar a organização espacial do corredor e suas zonas de interface, evidenciando áreas de convergência e conflito de usos.

No que se refere ao uso e cobertura da terra, a análise considerou séries históricas que possibilitaram identificar padrões de transformação territorial, incluindo processos de desmatamento, expansão antrópica e manutenção de áreas conservadas. Essas dinâmicas foram examinadas em articulação com as formas de ocupação do território, destacando a presença de populações tradicionais, atividades econômicas locais e pressões decorrentes de processos recentes de integração regional.

Outro aspecto central consistiu na análise dos fluxos transfronteiriços, compreendidos não apenas em termos de circulação física (pessoas, mercadorias e serviços), mas também como expressões de interações econômicas, culturais e institucionais entre Brasil e Guiana Francesa. Esses fluxos foram analisados à luz das infraestruturas existentes, com destaque para a ponte binacional sobre o rio Oiapoque, bem como das assimetrias normativas e institucionais que caracterizam a fronteira.

Adicionalmente, foram identificadas e analisadas áreas de maior vulnerabilidade socioambiental, considerando a sobreposição de fatores como pressão antrópica, fragilidade ecológica, precariedade de infraestrutura e baixa presença estatal. Essa etapa permitiu evidenciar zonas críticas do território, nas quais os desafios de gestão se mostram mais intensos e exigem ações integradas e multiescalares.

A partir dessa abordagem, o corredor foi compreendido como um espaço de articulação entre diferentes territorialidades (institucionais, comunitárias e tradicionais) e entre múltiplas escalas de governança, que vão do local ao internacional. Tal compreensão evidencia a complexidade inerente à sua gestão, marcada por tensões, assimetrias e desafios relacionados à conciliação entre conservação ambiental, desenvolvimento regional e integração transfronteiriça.

Dessa forma, a análise territorial e espacial não apenas permitiu descrever a configuração do corredor, mas também interpretar suas dinâmicas internas e suas relações externas, contribuindo para uma leitura crítica e integrada do território enquanto construção social, política e ambiental.

Os resultados dessa análise foram integrados às demais dimensões metodológicas da investigação, especialmente à análise documental e às informações obtidas junto aos atores sociais, permitindo confrontar a configuração espacial identificada nos dados geográficos com os processos institucionais, econômicos e sociais observados no território. A utilização

articulada dessas informações possibilitou interpretar a área analisada não apenas como uma porção espacial delimitada, mas como um território em permanente transformação, no qual conservação, ocupação, infraestrutura, atividades econômicas e relações fronteiriças produzem diferentes formas de apropriação e gestão.

Nesse sentido, a análise territorial e espacial forneceu elementos para a compreensão das condições concretas que interferem na gestão do Corredor de Biodiversidade do Amapá, subsidiando a identificação de potencialidades, conflitos, vulnerabilidades e possibilidades de integração entre conservação ambiental, desenvolvimento sustentável e governança territorial na área de Oiapoque estudada pela tese.

2.5.5 A ponte binacional como elemento estruturante

A Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque foi incorporada como elemento analítico central da pesquisa, sendo compreendida não apenas como infraestrutura física de conexão entre o Amapá e a Guiana Francesa, mas como componente capaz de produzir e reorganizar relações territoriais, econômicas, sociais e institucionais na fronteira.

Nessa perspectiva, a infraestrutura participa da produção do território ao interferir nos fluxos de pessoas, mercadorias, serviços e informações, bem como nas formas de apropriação e uso do espaço. Sua análise relaciona-se, portanto, à compreensão do território como espaço marcado por diferentes relações de poder e territorialidades, conforme discutido por Haesbaert (2021), permitindo observar como uma infraestrutura de integração pode produzir efeitos diferenciados sobre os sujeitos e espaços envolvidos.

No contexto do Corredor de Biodiversidade do Amapá, a ponte assume particular relevância porque conecta uma área de elevada importância ambiental a um eixo internacional de circulação e atividades econômicas. Essa condição estabelece uma relação entre conectividade territorial e conectividade ecológica que não deve ser considerada automaticamente convergente.

Enquanto a primeira pode ser intensificada pela expansão da circulação e da infraestrutura, a segunda depende da manutenção das condições ambientais que asseguram a continuidade dos processos ecológicos e a integridade dos espaços protegidos. A análise da ponte foi, desse modo, articulada aos pressupostos da ecologia da paisagem e dos corredores de biodiversidade trabalhados na tese, considerando que a integração territorial pode produzir simultaneamente oportunidades de desenvolvimento e novas pressões sobre os sistemas socioambientais.

A infraestrutura também foi considerada a partir de sua inserção nas dinâmicas de governança transfronteiriça. Sua existência amplia as possibilidades de circulação e interação entre os dois lados da fronteira, mas não elimina as diferenças institucionais, normativas, econômicas e territoriais que condicionam essas relações.

Nesse sentido, a ponte constitui um espaço estratégico para observar como diferentes atores públicos, privados e sociais se relacionam diante dos processos de integração territorial, conservação ambiental e desenvolvimento econômico. A perspectiva adotada aproxima-se, assim, da compreensão da governança como processo de articulação entre múltiplos atores e escalas, superando uma interpretação exclusivamente estatal da gestão territorial e permitindo examinar as tensões entre interesses econômicos, objetivos de conservação e demandas sociais presentes na fronteira.

Por essa razão, a Ponte Binacional foi incorporada aos diferentes eixos de coleta e análise de dados, permitindo investigar seus efeitos sobre a circulação, as atividades econômicas, as relações sociais, a infraestrutura, a governança e as condições territoriais relacionadas ao CdeB.

Sua utilização como elemento analítico não significa atribuir à infraestrutura, isoladamente, a responsabilidade pelas transformações observadas no território, mas compreendê-la como parte de um conjunto mais amplo de processos que articulam escalas local, regional, nacional e transfronteiriça. A análise busca, portanto, identificar como a intensificação da integração proporcionada pela ponte se relaciona com os objetivos de conservação e sustentabilidade do Corredor, considerando as diferentes territorialidades, interesses e capacidades institucionais que participam da produção e transformação do espaço fronteiriço.

2.5.6 Delimitação da dimensão transfronteiriça da coleta empírica

Embora o objeto da pesquisa esteja inserido em uma dinâmica territorial transfronteiriça, a produção dos dados primários concentrou-se quase que predominantemente no território brasileiro, especialmente no município de Oiapoque, definido como recorte empírico privilegiado da investigação. Entretanto, a pesquisa também contou com a participação de um comerciante e uma liderança de associação de garimpo estabelecido na Guiana Francesa, cuja contribuição foi incorporada ao conjunto dos dados primários como evidência pontual da perspectiva de um ator diretamente relacionado à dinâmica econômica da fronteira pelo lado guianense.

A participação desse interlocutor permite incorporar à análise uma perspectiva produzida no território francês, contribuindo para a compreensão das relações econômicas e territoriais que ultrapassam o limite internacional. Todavia, sua participação não configura, por si só, uma amostra representativa dos atores sociais, econômicos ou institucionais da Guiana Francesa. Dessa forma, a dimensão transfronteiriça da pesquisa é constituída pela articulação entre os dados primários produzidos predominantemente no lado brasileiro, a contribuição específica do interlocutor localizado na Guiana Francesa e as informações secundárias, documentais e bibliográficas referentes ao território guianense.

Essa delimitação é particularmente relevante para a interpretação dos resultados, uma vez que a pesquisa não pretende produzir uma representação estatística ou uma caracterização exaustiva das percepções dos atores franceses. O dado produzido junto ao comerciante da Guiana Francesa é utilizado como evidência qualitativa complementar, permitindo estabelecer contrapontos e ampliar a compreensão das relações econômicas e transfronteiriças observadas a partir de Oiapoque.

2.5.7 Incorporação do caráter propositivo da pesquisa

Para além da dimensão descritiva e analítica, a presente investigação incorporou, de forma estruturante, um eixo orientado ao seu caráter propositivo, compreendendo a pesquisa como instrumento de produção de conhecimento aplicado, voltado à transformação da realidade socioambiental investigada. Nesse sentido, o estudo não se limitou à interpretação do CdeB, mas buscou avançar na formulação de diretrizes, recomendações e proposições metodológicas que contribuíssem para sua efetiva implementação como instrumento de gestão territorial em contexto transfronteiriço.

Tal orientação propositiva fundamentou-se no reconhecimento do hiato identificado entre a formulação teórica e normativa do CdeB e sua operacionalização prática no território, aspecto evidenciado ao longo da pesquisa e recorrente nas análises sobre governança ambiental na Amazônia. Dessa forma, a proposição emergiu como resposta analítica a essas lacunas, assumindo caráter crítico e interventivo.

A operacionalização desse eixo propositivo ocorreu por meio da articulação de três dimensões complementares:

a) As evidências empíricas obtidas nas entrevistas com atores sociais e na análise territorial e espacial, que revelaram percepções, conflitos, potencialidades e limitações concretas do corredor;

b) A análise documental e institucional, que permitiu identificar fragilidades na governança, descontinuidades de políticas públicas e assimetrias entre os diferentes níveis de gestão;

c) O aporte teórico-conceitual, fundamentado nos debates sobre governança socioambiental, territorialidade, fronteiras e corredores de biodiversidade, que orientou a construção de interpretações críticas e soluções possíveis.

A partir dessa integração, a pesquisa avançou para a construção de um modelo interpretativo-propositivo, no qual o CdeB foi compreendido simultaneamente como objeto de análise e como instrumento potencial de reconfiguração territorial. Nesse modelo, foram delineadas diretrizes voltadas ao fortalecimento da governança multiescalar, à integração entre políticas públicas, à incorporação efetiva das populações locais e tradicionais e à superação das assimetrias institucionais que caracterizam a região de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. Destaque-se, a nível de proposta.

Adicionalmente, o caráter propositivo da pesquisa materializou-se na elaboração de recomendações voltadas à melhoria dos processos de planejamento e gestão do corredor, incluindo:

a) mecanismos de articulação interinstitucional;

b) estratégias de integração transfronteiriça;

c) instrumentos de monitoramento e avaliação territorial;

d) diretrizes para a inclusão socioterritorial das comunidades locais.

Tais proposições não se configuraram como modelos normativos rígidos, mas como referenciais analíticos flexíveis, passíveis de adaptação às especificidades do território.

Dessa forma, a coleta e análise dos dados estiveram diretamente vinculadas à construção de um arcabouço interpretativo orientado à ação, no qual o conhecimento produzido extrapolou o campo teórico e projetou-se como subsídio à formulação e ao aprimoramento de políticas públicas.

Assim, a pesquisa consolidou-se como um estudo de natureza aplicada, comprometido não apenas com a compreensão da realidade, mas com a sua transformação, especialmente em contextos complexos e estratégicos como as áreas de fronteira amazônicas.

2.6 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

O percurso metodológico desta pesquisa foi estruturado em etapas sequenciais, interdependentes e articuladas, com o objetivo de assegurar coerência entre o referencial

teórico, a investigação empírica e a proposição de diretrizes. Essa organização operacional está fundamentada na estratégia de estudo de caso único com triangulação de dados, aplicada ao CdeB do Amapá no contexto da fronteira com a Guiana Francesa.

A primeira etapa consistiu na construção do arcabouço teórico e na delimitação analítica do objeto de estudo. Nessa fase, foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais voltados à compreensão dos conceitos centrais da pesquisa (gestão territorial, biodiversidade, corredores ecológicos e governança transfronteiriça) bem como à identificação das bases normativas e institucionais que estruturam o CdeB. Paralelamente, foram definidos os recortes espacial e analítico da investigação, com ênfase na região de fronteira Amapá–Guiana Francesa.

A segunda etapa envolveu o planejamento da pesquisa empírica, incluindo a definição das técnicas de coleta de dados, a elaboração dos instrumentos de investigação (roteiros de entrevistas e protocolos de análise documental) e a seleção dos participantes. A escolha dos sujeitos ocorreu por amostragem intencional, priorizando atores estratégicos com atuação direta na gestão, implementação ou vivência do corredor, tais como gestores públicos, técnicos, representantes institucionais e atores locais inseridos nas dinâmicas territoriais da fronteira.

A terceira etapa correspondeu à realização do trabalho de campo e à coleta de dados, estruturada a partir da triangulação metodológica. Nessa fase, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, levantamento e análise de documentos institucionais e normativos, além da coleta de dados secundários. De forma articulada, realizou-se a análise territorial, considerando o uso e ocupação do solo, a distribuição das unidades de conservação, os fluxos transfronteiriços e os elementos estruturantes do território, com destaque para a ponte binacional, entendida como fator relevante na dinâmica de integração e na reconfiguração do corredor.

A quarta etapa consistiu na organização, sistematização e integração dos dados coletados. Os materiais empíricos foram organizados de forma a possibilitar o cruzamento entre diferentes fontes de evidências documentais, empíricas e espaciais, permitindo identificar padrões, convergências, divergências e lacunas na implementação do CdeB. Esse processo foi orientado pelo princípio da triangulação, fortalecendo a validade analítica da pesquisa.

A quinta etapa correspondeu à análise interpretativa dos dados, articulando os resultados empíricos ao referencial teórico da pesquisa. Nessa fase, buscou-se compreender o corredor como instrumento de gestão territorial, evidenciando suas potencialidades, limitações e desafios no contexto transfronteiriço. A análise considerou as relações entre políticas públicas, atores sociais, dinâmicas territoriais e estruturas institucionais, permitindo uma leitura crítica e integrada do fenômeno investigado.

Por fim, a sexta etapa foi dedicada à construção do caráter propositivo da pesquisa, na qual, a partir da integração entre teoria e evidência empírica, foram elaboradas diretrizes e recomendações voltadas ao aprimoramento da gestão do CdeB do Amapá. Essa etapa consolida a natureza aplicada da tese, ao transformar os achados da pesquisa em contribuições práticas para a formulação e implementação de políticas públicas em contextos de fronteira.

O conjunto desses procedimentos assegura rigor metodológico, coerência analítica e alinhamento com os objetivos da pesquisa, permitindo não apenas compreender a realidade investigada, mas também avançar na proposição de soluções para os desafios identificados no âmbito da gestão territorial e da conservação da biodiversidade.

2.7 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados constitui etapa central desta pesquisa, uma vez que possibilita a organização, interpretação e integração das diferentes evidências produzidas ao longo da investigação. Considerando a abordagem multimetodológica adotada, fundamentada no estudo de caso e na triangulação de dados, optou-se por uma estratégia analítica integrada, capaz de articular dimensões qualitativas, quantitativas e territoriais do fenômeno investigado.

No que se refere aos dados qualitativos, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011), aplicada às entrevistas e aos documentos institucionais. Essa técnica permitiu a identificação de categorias analíticas, padrões de discurso, percepções dos atores e elementos recorrentes relacionados à gestão do Corredor de Biodiversidade do Amapá. O processo analítico foi desenvolvido em etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, possibilitando a construção de categorias interpretativas alinhadas aos objetivos da pesquisa.

A análise documental foi conduzida a partir de uma abordagem crítica e interpretativa, considerando não apenas o conteúdo dos documentos, mas também seu contexto de produção, intencionalidade, base normativa e papel na estrutura de governança do corredor. Essa estratégia permitiu identificar lacunas institucionais, inconsistências normativas e limites na implementação das políticas públicas relacionadas ao CdeB, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada de sua efetividade enquanto instrumento de gestão territorial.

No que se refere aos dados quantitativos, procedeu-se à análise estatística descritiva, com o objetivo de identificar padrões, tendências e relações associadas às dinâmicas territoriais e socioambientais da região de fronteira. Esses dados foram integrados à análise qualitativa,

permitindo a construção de evidências convergentes e o fortalecimento das interpretações produzidas.

A análise territorial e espacial constituiu um eixo fundamental do processo analítico, permitindo compreender o corredor em sua dimensão geográfica e geopolítica. Foram considerados aspectos como uso e ocupação do solo, distribuição das unidades de conservação, fluxos transfronteiriços e áreas de vulnerabilidade socioambiental. Nesse contexto, a ponte binacional foi analisada como elemento estruturante, influenciando diretamente as dinâmicas de integração territorial, circulação de pessoas, bens e políticas, e, consequentemente, a efetividade do corredor.

A integração dessas diferentes dimensões analíticas foi orientada pelo princípio da triangulação de dados, conforme proposto por Yin (2001), que consiste na convergência de múltiplas fontes de evidência sobre o mesmo fenômeno. Essa estratégia permitiu confrontar informações, validar achados e reduzir vieses interpretativos, assegurando maior consistência e confiabilidade aos resultados da pesquisa.

Adicionalmente, a análise foi conduzida a partir de uma perspectiva dialética e relacional, permitindo identificar contradições, tensões e disputas presentes na gestão do corredor, especialmente no que se refere às relações entre conservação ambiental, desenvolvimento econômico e interesses institucionais. Essa abordagem possibilitou compreender o CdeB não apenas como instrumento técnico, mas como um espaço de negociação e conflito entre diferentes atores e escalas de poder.

Por fim, a análise dos dados foi orientada pelo caráter propositivo da pesquisa, no qual os resultados interpretativos foram sistematicamente articulados à construção de diretrizes e recomendações. A partir da identificação de potencialidades, limitações e lacunas na implementação do corredor, foram elaboradas proposições voltadas ao aprimoramento da gestão territorial em contextos transfronteiriços. Dessa forma, a análise não se restringe à compreensão do fenômeno, mas avança na formulação de contribuições aplicadas, consolidando o papel da pesquisa como instrumento de transformação da realidade investigada.

3 SUSTENTABILIDADE À GESTÃO TERRITORIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO CORREDOR DE BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

O presente capítulo tem como objetivo estabelecer as bases conceituais que sustentam a análise proposta nesta tese, articulando os principais referenciais teóricos relacionados à sustentabilidade, às políticas públicas, à biodiversidade e à governança territorial.

3.1 CONCEITOS DA TESE

Nesse contexto, esta seção discute os fundamentos epistemológicos que orientam a investigação, destacando a necessidade de abordagens integradas e interdisciplinares para a compreensão das dinâmicas socioambientais em territórios complexos.

3.1.1 Gestão territorial

A gestão territorial, no âmbito desta tese, deve ser compreendida como um campo teórico e prático que articula dimensões políticas, sociais, econômicas e ambientais na organização e no uso do espaço. Diferentemente de abordagens tradicionais centradas no planejamento técnico, a gestão territorial contemporânea incorpora a complexidade das relações entre sociedade e natureza, reconhecendo o território como produto histórico e social. Nesse sentido, a gestão territorial dialoga diretamente com as bases do desenvolvimento sustentável, ao integrar múltiplas dimensões da sustentabilidade (social, econômica, ecológica, espacial e cultural), conforme proposto por Sachs (2002) e aprofundado por Leff (2001; 2006) .

Do ponto de vista conceitual, a gestão territorial implica compreender o território não apenas como delimitação geográfica, mas como espaço produzido por relações de poder, conforme Raffestin (1993). Essa perspectiva é ampliada por Santos (1996), ao definir o território como espaço usado, constituído por sistemas de objetos e ações, e por Haesbaert (2004), ao destacar a multiplicidade de territorialidades que coexistem em um mesmo espaço. Assim, a gestão territorial exige a consideração dessas diferentes camadas de uso, apropriação e significado do território, especialmente em contextos complexos como as regiões amazônicas.

No contexto das políticas públicas, a gestão territorial configura-se como um processo que vai além da formulação normativa, envolvendo a implementação, a coordenação e a avaliação de ações voltadas à organização do espaço. Conforme discutido na tese, as políticas públicas devem ser compreendidas como processos dinâmicos e interativos, que envolvem

múltiplos atores e interesses, demandando articulação institucional e capacidade de mediação de conflitos (Amador-Lartey, 2019; Cavalcante e Silva, 2020). Nesse sentido, a gestão territorial depende diretamente da qualidade dos arranjos institucionais e da governança estabelecida.

A gestão territorial no contexto amazônico apresenta especificidades que a diferenciam de outras regiões, sobretudo pela presença de ecossistemas frágeis, elevada biodiversidade e diversidade sociocultural. A tese evidencia que a complexidade socioambiental da Amazônia exige abordagens integradas que considerem tanto o conhecimento científico quanto os saberes tradicionais, especialmente das populações indígenas e comunidades locais (Souza, Cezar e Azevedo, 2024; Vons, 2024) . Essa integração é fundamental para garantir a efetividade das estratégias de gestão e a sustentabilidade dos territórios.

Nesse contexto, os corredores de biodiversidade emergem como instrumentos estratégicos de gestão territorial, ao promoverem a conectividade ecológica e a integração entre diferentes áreas protegidas e territórios sociais. Conforme destacado na tese, esses corredores ampliam a concepção tradicional de conservação, incorporando dimensões sociais, políticas e econômicas, e configurando-se como unidades de planejamento territorial em larga escala (Bennett, 2003; Brasil, 2006). Assim, a gestão territorial passa a ser orientada por uma lógica sistêmica e multiescalar, fundamental para contextos de elevada complexidade.

Entretanto, a efetividade da gestão territorial enfrenta desafios estruturais, especialmente no que se refere à articulação entre diferentes níveis de governo, à integração de políticas setoriais e à superação de conflitos territoriais. No caso do Amapá, embora haja um elevado percentual do território sob regimes de proteção, persistem pressões sobre os recursos naturais e dificuldades na implementação de políticas públicas (Rylands e Brandon, 2005; Marques e Peres, 2015). Esses desafios evidenciam a necessidade de fortalecer capacidades institucionais e mecanismos de coordenação.

Além disso, a gestão territorial deve ser analisada à luz das disputas em torno do uso e da apropriação dos recursos naturais, especialmente em contextos de fronteira. A coexistência de diferentes interesses (econômicos, ambientais, sociais e políticos) transforma o território em uma arena de conflitos e negociações. Nesse sentido, a gestão territorial não se limita a um processo técnico-administrativo, mas constitui-se como prática política, na qual se confrontam diferentes projetos de desenvolvimento (Redeclift, 2003; Sachs, 2000).

Por fim, a gestão territorial, no contexto desta tese, revela-se como elemento central para a promoção da sustentabilidade e da integração em regiões de fronteira. Sua efetividade depende da articulação entre governança, políticas públicas e participação social, bem como da capacidade de integrar diferentes escalas e atores.

Dessa forma, a gestão territorial configura-se como um processo dinâmico e estratégico, essencial para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos, especialmente em territórios complexos como a Amazônia.

3.1.2 Biodiversidade

A literatura especializada sobre biodiversidade apresenta-se ampla e diversificada. Barbosa, Lima e Lima (2023) apresentaram o conceito de biodiversidade (ou diversidade biológica) referindo-o à variedade de formas de vida existentes no planeta, abrangendo a variabilidade de organismos vivos de todas as origens e os complexos ecológicos dos quais fazem parte.

> O termo biodiversidade é usado para descrever a diversidade de importantes entidades ecológicas que abrangem múltiplas escalas espaciais, de genes a espécies e comunidades [...]. Assim, a biodiversidade pode ser entendida como a variedade de plantas, animais e microrganismos, os genes que eles contêm e os ecossistemas que eles formam [...]. A biodiversidade é um patrimônio importante da humanidade, pois através dela se dá a sinergia ambiental (equilíbrio ambiental). Nos últimos tempos, o homem vem utilizando de forma irresponsável os recursos naturais, desencadeando um desequilíbrio ambiental sem precedentes. A sobrevivência humana está ligada ao bom uso do ecossistema e, dessa forma, é necessário incumbir o ser humano como fiel protetor da biodiversidade, visto que o homem não existe sem um ambiente saudável e equilibrado (Barbosa, Lima e Lima, 2023, p. 195).

Esse conceito contempla diferentes níveis de organização biológica, incluindo a diversidade genética, de espécies e de ecossistemas, evidenciando a complexidade dos sistemas naturais. Nesse contexto, inclui-se a espécie humana em sua dimensão biológica e sociocultural, considerando a diversidade de práticas, saberes e formas de organização social.

A biodiversidade contribui diretamente para a manutenção das condições de vida no planeta, atuando na regulação dos ciclos biogeoquímicos, no equilíbrio climático e hídrico, bem como no fornecimento de recursos essenciais à alimentação e à saúde. Ademais, apresenta valores diversos, incluindo dimensões ecológicas, genéticas, sociais, econômicas, culturais, educacionais e estéticas.

A relevância da biodiversidade manifesta-se em múltiplas dimensões, ultrapassando seu valor ecológico intrínseco e assumindo papel estratégico nas atividades humanas. Ela constitui base essencial para setores produtivos como a agricultura, a pecuária, a pesca e a silvicultura, além de desempenhar papel central no desenvolvimento da indústria farmacêutica e da biotecnologia.

Barbosa, Lima e Lima (2023) e Martins (2023), relacionam biodiversidade a ecossistemas mais equilibrados por poderem reduzir a incidência de doenças zoonóticas, ao limitar a proliferação de vetores e patógenos. No entanto, esse equilíbrio vem sendo progressivamente comprometido por práticas como o desmatamento e as queimadas, que intensificam a emissão de gases de efeito estufa e contribuem para alterações climáticas significativas. Tais mudanças impactam diretamente a biodiversidade, favorecendo, por exemplo, a expansão de insetos transmissores de doenças, em função do aumento da temperatura e das alterações nos regimes de precipitação.

Martins (2023) destaca que a degradação ambiental deixa de ser apenas uma questão ecológica e passa a configurar um problema estrutural que afeta a saúde, a economia e a qualidade de vida das populações. Essa perspectiva amplia o entendimento da biodiversidade para além de seu valor biológico, situando-a como elemento central na organização das sociedades contemporâneas e na definição de estratégias de desenvolvimento. A perda de biodiversidade implica não apenas a redução de espécies, mas também o comprometimento de serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação climática, a disponibilidade hídrica e a segurança alimentar.

No caso da Amazônia, essa problemática assume maior complexidade, uma vez que o bioma concentra uma das maiores diversidades biológicas do planeta, ao mesmo tempo em que sofre pressões crescentes decorrentes de atividades econômicas predatórias e de fragilidades na governança ambiental. A persistência de práticas como o desmatamento ilegal, a expansão desordenada das fronteiras produtivas e a exploração de recursos naturais sem planejamento evidencia a dificuldade de consolidar um modelo de desenvolvimento que incorpore, de forma efetiva, os princípios da sustentabilidade.

Diante desse cenário, a biodiversidade passa a ser compreendida, segundo Martins (2023) como um eixo estruturante para a formulação de políticas públicas e para a redefinição das estratégias de ocupação territorial. Essa mudança de paradigma exige a superação de abordagens fragmentadas e a adoção de modelos integrados que considerem as inter-relações entre fatores ecológicos, sociais e econômicos.

Nos primeiros tempos da colonização, a tarefa dos seres humanos de origem europeia consistia em civilizar os povos não europeus do mundo. Isto significou, acima de tudo, privá-los de seus recursos e de seus direitos mais elementares. Nas fases posteriores da colonização, a missão dos seres humanos consistia na necessidade de “desenvolver” os espaços urbanos e os sistemas de comércio e mercado. Isto envolveu mais uma vez privar as comunidades locais de recursos e direitos.

Vive-se agora o limiar da terceira fase da colonização, na qual a missão dos seres humanos é a proteger o meio ambiente, sendo que isto também envolve o controle dos direitos e recursos ambientais muito importantes no que diz respeito às populações que destes dependem. A proteção do meio ambiente não pode ser garantida por meio da ordem colonial, neocolonial e do colonialismo interno, baseada nas missões dos seres humanos de origem europeia, mas a partir de uma mentalidade e procedimentos que beneficiem os interesses coletivos. Questões que passam pela ética e pela economia e, epistemologicamente, elas parecem incongruentes, mas não necessariamente (Omena Neto, Dantas Campoi e Ribeiro, 2025).

Quando se criaram as primeiras unidades de conservação no Brasil, observou-se que objetivo foi sempre o de resguardar áreas virgens para a pesquisa científica e o lazer das populações urbanas com perfil sustentável. Para Gama e Brasileiro (2024), essa visão conceitual foi totalmente importada dos Estados Unidos (EUA), onde tal modelo de conservação baseia-se na ideia de que existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado puro. Esse mito leva a pensar na incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza.

No plano específico da biodiversidade no estado do Amapá, destaca-se que sua configuração territorial, marcada por extensas áreas protegidas, insere o estado entre os mais conservados do Brasil, embora essa condição não esteja isenta de tensões socioambientais e políticas. A literatura aponta que a Amazônia, como um todo, desempenha papel estratégico no equilíbrio climático global, mas enfrenta pressões crescentes decorrentes da expansão de atividades econômicas, como mineração, agropecuária e exploração madeireira (Hassane et al., 2025).

A consolidação de UCs no Amapá deve ser compreendida não apenas como resultado de políticas ambientais, mas como parte de um processo mais amplo de territorialização do poder e de regulação do uso dos recursos naturais. Essas áreas representam instrumentos fundamentais de ordenamento territorial, embora sua efetividade dependa da articulação entre políticas públicas, governança e participação social (Simonian, 2004).

A criação e a gestão dessas unidades estão diretamente vinculadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que estabelece diretrizes para a proteção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, observa-se que a existência de marcos legais não garante, por si só, a conservação efetiva, sendo necessário considerar os contextos locais e as dinâmicas territoriais que influenciam sua implementação (Brasil, 2000).

Do ponto de vista crítico, a ampliação das UCs na Amazônia historicamente desconsiderou a presença e os modos de vida das populações tradicionais, gerando conflitos e fragilizando a legitimidade dessas políticas. Estudos evidenciam que essas populações possuem conhecimentos fundamentais para a conservação ambiental, o que reforça a necessidade de modelos de gestão mais inclusivos (Coelho; Simonian; Fenzl, 2004).

3.1.3 Corredores ecológicos

As concepções pioneiras relacionadas ao conceito de corredor ecológico remontam aos estudos de Simpson (1963), que utilizou o termo no contexto da dispersão da fauna entre continentes, antecipando uma leitura ecológica baseada na conectividade entre habitats. Essa perspectiva foi posteriormente ampliada, incorporando dimensões mais complexas da biodiversidade, especialmente no que se refere à manutenção dos fluxos ecológicos e genéticos em escala regional e global. No caso amazônico, essa evolução conceitual encontra ressonância nas propostas de corredores de biodiversidade, que passam a ser compreendidos como instrumentos estratégicos de planejamento territorial.

No contexto do Amapá, o Relatório da oficina no enfoque participativo: corredor de biodiversidade do Amapá – desafios e oportunidades (Amapá, 2004) evidencia que a implementação de corredores ecológicos não se restringe à conectividade física entre áreas protegidas, mas envolve uma proposta mais ampla de articulação entre conservação ambiental, desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida. A construção do corredor foi concebida como um processo participativo, envolvendo diferentes níveis de governo, instituições científicas e organizações da sociedade civil, o que revela uma tentativa de superar modelos centralizados de gestão ambiental.

Essa abordagem participativa se materializa na definição de linhas estratégicas estruturantes, como a gestão integrada de unidades de conservação e terras indígenas, o planejamento por bacias hidrográficas, a capacitação em ciência e tecnologia e a construção de redes de cooperação institucional. Tais eixos indicam uma compreensão avançada do corredor como um sistema territorial complexo, no qual a conservação depende da articulação entre múltiplos fatores ecológicos, sociais e institucionais.

Do ponto de vista analítico, essa estrutura revela uma tentativa de incorporar princípios de governança ambiental contemporânea, especialmente no que se refere à integração entre políticas públicas e à valorização do conhecimento local. No entanto, como já apontado por Simonian (2004), a efetividade dessas propostas depende da capacidade institucional de

implementá-las, o que historicamente tem se mostrado um dos principais entraves das políticas ambientais na Amazônia.

A matriz de planejamento apresentada no relatório explicita a ambição do programa ao articular objetivos que vão desde o desenvolvimento sustentável do estado até a consolidação de sistemas integrados de gestão territorial. Essa estrutura evidencia que o Corredor de Biodiversidade do Amapá foi concebido não apenas como uma política ambiental, mas como um instrumento de desenvolvimento regional, integrando conservação e desenvolvimento.

Entretanto, ao analisar os resultados esperados e as ações propostas, observa-se que muitos dos desafios identificados à época permanecem atuais. A necessidade de estudos sobre biodiversidade, regularização fundiária, elaboração de planos de manejo e fortalecimento institucional, continuam sendo pontos críticos para a consolidação do corredor. Isso reforça a ideia de que há um descompasso entre o planejamento estratégico e sua implementação efetiva no território.

Outro aspecto relevante refere-se à centralidade da dimensão socioambiental na proposta do corredor. O relatório destaca, em diversas passagens, a importância da participação das populações tradicionais, da educação ambiental e da construção de redes comunitárias. Essa perspectiva está alinhada às contribuições de Coelho, Simonian e Fenzl (2004), que defendem a integração entre saberes científicos e tradicionais como condição fundamental para a sustentabilidade dos territórios amazônicos.

A distinção entre corredor ecológico e corredor de biodiversidade pode ser compreendida, de forma prática, a partir de sua escala, finalidade e complexidade de gestão. O corredor ecológico, em sua concepção mais clássica, refere-se essencialmente à conexão física entre fragmentos de habitats, com o objetivo de permitir o deslocamento de espécies e a manutenção do fluxo gênico.

Trata-se, portanto, de um instrumento predominantemente biológico e espacial, frequentemente aplicado em contextos de fragmentação ambiental, como a criação de faixas de vegetação que ligam duas unidades de conservação. Um exemplo concreto seria a implementação de passagens de fauna entre áreas isoladas por rodovias ou a recuperação de matas ciliares para conectar remanescentes florestais, priorizando a funcionalidade ecológica sem necessariamente integrar dimensões sociais ou econômicas mais amplas.

Por outro lado, o corredor de biodiversidade representa uma ampliação conceitual e operacional desse modelo, incorporando uma abordagem sistêmica e territorial. Além da conectividade ecológica, ele envolve planejamento integrado, governança multinível e a articulação entre conservação, desenvolvimento sustentável e inclusão social.

No caso do Amapá, por exemplo, o corredor de biodiversidade não se limita à ligação entre áreas protegidas, mas engloba territórios indígenas, comunidades tradicionais, políticas públicas e estratégias econômicas sustentáveis, como o manejo florestal e o ecoturismo.

Assim, enquanto o corredor ecológico pode ser entendido como uma solução técnica voltada à conservação da fauna e flora, o corredor de biodiversidade configura-se como uma estratégia político-institucional mais abrangente, que busca conciliar conservação ambiental com desenvolvimento regional, evidenciando uma diferença fundamental entre uma abordagem funcional e outra estrutural do território.

3.1.4 Governança transfronteiriça

A governança transfronteiriça, no âmbito desta tese, deve ser compreendida como um constructo teórico-analítico que emerge da necessidade de gerir territórios marcados pela sobreposição de soberanias, pela diversidade de atores e pela complexidade socioambiental, especialmente em regiões como a fronteira entre Amapá e Guiana Francesa.

Diferentemente das abordagens tradicionais de governança, centradas no Estado-nação, a governança transfronteiriça implica a articulação de múltiplas escalas (local, regional, nacional e internacional), exigindo arranjos institucionais flexíveis e cooperativos. Tal perspectiva dialoga com os fundamentos da sustentabilidade ao incorporar dimensões ecológicas, sociais e políticas de forma integrada, superando modelos fragmentados de gestão territorial (Sachs, 2002; Leff, 2001; 2006).

Do ponto de vista conceitual, a governança transfronteiriça está diretamente relacionada à reconfiguração do papel do Estado, que deixa de atuar como único agente regulador para compartilhar responsabilidades com outros atores, incluindo organizações internacionais, ONGs, comunidades locais e populações tradicionais. Essa abordagem encontra respaldo nas discussões sobre políticas públicas, entendidas como processos dinâmicos e não apenas como dispositivos normativos, envolvendo negociação, conflitos e construção coletiva de soluções (Amador-Lartey, 2019; Cavalcante e Silva, 2020). Nesse sentido, a governança passa a ser compreendida como um processo relacional, no qual o poder é distribuído e constantemente renegociado.

A partir das contribuições teóricas sobre território, a governança transfronteiriça pode ser interpretada como uma prática que se insere em espaços marcados por múltiplas territorialidades. O território deixa de ser concebido apenas como delimitação político-administrativa e passa a ser entendido como construção social mediada por relações de poder

(Raffestin, 1993), como espaço usado constituído por sistemas de objetos e ações (Santos, 1996) e como expressão da sobreposição de territorialidades (Haesbaert, 2004). Nesse contexto, a governança transfronteiriça exige o reconhecimento dessas múltiplas dimensões territoriais.

No contexto amazônico, essa discussão assume maior complexidade devido à presença de ecossistemas frágeis, populações tradicionais e dinâmicas socioeconômicas diversas. A governança ambiental, conforme evidenciado na tese, ainda ocorre de forma limitada e assimétrica, com decisões concentradas em instâncias institucionais superiores, o que reforça desigualdades de poder e dificulta a efetiva participação social (Vons, 2024; Souza, Cezar e Azevedo, 2024) . Nesse cenário, a governança transfronteiriça apresenta-se como uma alternativa para ampliar a inclusão e a integração entre os atores.

A relação entre governança transfronteiriça e corredores de biodiversidade é central para a análise proposta na tese. Os corredores de biodiversidade extrapolam a lógica territorial dos Estados e demandam coordenação internacional, incorporando dimensões ecológicas, sociais e políticas em sua concepção (Bennett, 2003; Brasil, 2006). Dessa forma, configuram-se como instrumentos de gestão territorial que exigem arranjos de governança transfronteiriça para sua efetividade, especialmente em áreas de fronteira marcadas por elevada complexidade socioambiental.

Entretanto, a operacionalização da governança transfronteiriça enfrenta desafios significativos, sobretudo no que se refere à harmonização de legislações, à compatibilização de interesses econômicos e à coordenação entre diferentes sistemas institucionais. No caso da fronteira Amapá–Guiana Francesa, essas dificuldades são intensificadas pelas diferenças entre os marcos jurídicos nacionais e pelas assimetrias administrativas e políticas. Além disso, a efetividade das políticas de conservação depende da capacidade institucional e da continuidade das ações governamentais (Rylands e Brandon, 2005; Marques e Peres, 2015).

Ademais, a governança transfronteiriça deve ser analisada à luz da noção crítica de sustentabilidade, entendida como um campo em disputa e não como consenso normativo. Diferentes atores possuem visões distintas sobre desenvolvimento, conservação e uso dos recursos naturais, o que exige mecanismos de mediação e negociação capazes de conciliar interesses divergentes (Redeclift, 2003; Sachs, 2000). Nesse sentido, a governança transfronteiriça assume papel estratégico na construção de soluções que articulem conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico.

Por fim, a governança transfronteiriça revela-se como elemento central para a compreensão das dinâmicas territoriais em áreas de fronteira amazônica. Mais do que um arranjo institucional, trata-se de um processo político e social que envolve construção de

consensos, gestão de conflitos e articulação multiescalar. Sua efetividade depende da integração entre diferentes níveis de poder, da participação social e da consolidação de políticas públicas contínuas, configurando-se como um dos principais desafios contemporâneos para a gestão socioambiental em contextos transfronteiriços.

3.1.5 Desenvolvimento sustentável ou Sustentabilidade

Antes mesmo de se iniciar o debate aqui proposto, deve-se levar em conta que há muitas concepções por meio das quais se podem compreender a teoria do Desenvolvimento Sustentável atualmente. Sem tentar fazer deste trabalho um confronto dispendioso de cada uma dessas visões, sobrevém a visão de Desenvolvimento Sustentável preconizada alguns autores, dentro os quais Amazonas (1994; 2002), o qual discute a economia do meio ambiente e faz também uma análise da abordagem neoclássica a partir de marcos evolucionistas e institucionalistas e o Desenvolvimento Sustentável, tal como fora concebido dentro da teoria econômica.

Em termos teóricos, o conceito de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade é central para o objeto de pesquisa ora definido. De acordo com Prates e Avelino (2024), a palavra “sustentabilidade” tem forte conotação valorativa: reflete mais uma expressão dos desejos e valores de quem a exprime do que algo concreto, de aceitação geral. Em razão disso, consideram que as definições correntes ainda são vagas e amplas o suficiente para englobar o máximo de condições que se possa requerer do processo de desenvolvimento.

Segundo Dias e Galina (2025), esse conceito implica uma perspectiva, um critério geral no que se refere às relações básicas da organização social, mais do que um conjunto concreto e específico de ações a serem empreendidas por indivíduos ou organizações públicas e privadas de uma sociedade em particular.

Neste discurso em particular, por diversas vezes encarou-se o tema como foco principal de movimentos sociais por meio da justiça ambiental, centrada no desenvolvimento sustentável; mas o importante mesmo é que o debate seja aberto para a sociedade em geral. Somente assim, com transparência e objetividade, isso será elemento transformador para minimizar os problemas em esferas diversas do poder político. Com essa ideia, se concebe a premissa básica de que as articulações precisam ser retomadas e refeitas dentro de um patamar de realidades locais agregando o saber dos atores sociais que moram na área de estudo ora proposta.

O debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica é bastante profícuo a essa investigação. Nesse mesmo campo de interesse, Balduino Junior et al. (2024) compreendem o meio ambiente pelo instrumento da convenção sobre

Diversidade Biológica, em que algumas considerações sobre questões regulatórias não perderam o fôlego.

Prates e Avelino (2024), com visão mais crítica questionam quem podem ser os responsáveis pela sustentação do Desenvolvimento Sustentável. Sua interrogação retórica faz saber como anda o desenvolvimento sustentável no âmbito de uma reinvenção da natureza e do desafio deste tipo de desenvolvimento, sobretudo depois do advento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Muitas decisões foram tomadas de lá para cá, enquanto outras, importantes também, já que existem, foram negligenciadas no todo ou em parte.

Pereira et al. (2022) concentra seu interesse em questionar a validade da teoria dentro do Estado e dentro do meio ambiente brasileiro, arrolando quais são os principais desafios institucionais que se precisa ultrapassar a fim de se repensar o desenvolvimento sustentável. Busca por meio de estudos de parâmetros capazes de dimensionar a capacidade de um processo de desenvolvimento autônomo, esmiuçar as contribuições disso sobre a Amazônia brasileira.

Foi também relevante recorrer ao pensamento histórico. Goulet (2001) sobre o desenvolvimento autêntico e a sustentabilidade, assim como foi importante recorrer a Mcgrath (1997) a fim de identificar a amplitude dual de sua visão sobre a biosfera ou biodiversidade, quando sobre elas propôs uma avaliação crítica. Pereira (2000) e Pinto (2008) compreendem nossas relações sociais locais com o meio ambiente, e as definições de objetivos e visões voltadas ao futuro como contribuição à gestão biorregional, cada um defendendo o seu próprio espaço.

No rumo da sustentabilidade, Redclift (1996, 2003) defende a existência de novos discursos de sustentabilidade, assim como Sachs (1993, 2000), Simas (2003), Simonian (2007, 2000) e Silva (2007) discutem num ou noutro ponto de sua obra a dimensão da sustentabilidade no contexto da Amazônia brasileira, trabalhando as perspectivas do desenvolvimento sustentável, no plano administrativo e de gestão.

Terminada essa rápida recuperação teórica, pode-se dizer que a origem da chamada questão ambiental contemporânea se remete à década de 1960 e tem sua especificidade voltada para a idéia da utilização dos recursos naturais. Até então se perseguia egoisticamente os interesses próprios do crescimento incessante da riqueza nacional que se encontrava dominada pelas burguesias nacionais e internacional, e esta tendência se tornou um caminho de desastre do planeta. Conforme ensina Pereira et al. (2022), depois de mais de duzentos anos de industrialização no mundo ocidental e mais de cinquenta anos do “desenvolvimentismo” no

terceiro mundo, os benefícios alcançados pelos formidáveis planos para o progresso e pelos processos de modernização são, por certo, questionáveis.

É importante destacar que o avanço fenomenal da ciência, tecnologia, produção agrícola entre outras mais remete ao entendimento e mesmo à promessa de que o ponto central de "desenvolvimento sustentável" erradicaria a pobreza em grande parte do mundo. Para Pereira et al. (2022), este progresso chegou com um preço muito alto e com problemas de impactos amplos sobre a população humana. E ainda conforme este autor, significativamente, é mais prejudicial para os pobres de países do terceiro mundo e para os povos que retiram da terra seu sustento.

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação, em que a exploração dos recursos, o destino dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional devem considerar as necessidades das futuras gerações. A respeito deste ponto de vista, Balduino Junior (2024) afirma que, para planejar o desenvolvimento, é imprescindível ponderar simultaneamente cinco dimensões de sustentabilidade: a social, a econômica, a ecológica, a espacial e a cultural.

O desenvolvimento sustentável não pode ser reduzido a uma fórmula técnica ou a um consenso normativo universal, mas deve ser interpretado como um campo em disputa, atravessado por diferentes racionalidades, interesses e escalas de poder. As contribuições de autores de distintas matrizes evidenciam que a sustentabilidade implica uma reconfiguração profunda das relações entre sociedade, economia e natureza, exigindo a superação de modelos estritamente produtivistas e a incorporação de princípios de equidade, justiça social e responsabilidade intergeracional.

Nesse sentido, mais do que um conceito estático, o desenvolvimento sustentável configura-se como um processo dinâmico e relacional, cuja efetividade depende da articulação entre instituições, atores sociais e políticas públicas capazes de responder às especificidades territoriais, especialmente em contextos complexos como o amazônico.

Por conseguinte, a consolidação do desenvolvimento sustentável demanda não apenas avanços no campo discursivo, mas sobretudo a materialização de práticas concretas que integrem planejamento, governança e participação social. A consideração simultânea das dimensões social, econômica, ecológica, espacial e cultural, conforme destacado por Balduino Junior et al. (2024), reforça a necessidade de abordagens interdisciplinares e territorialmente sensíveis, capazes de enfrentar desigualdades históricas e promover alternativas de desenvolvimento que respeitem a diversidade socioambiental.

Assim, o desafio reside em transformar o ideal de sustentabilidade em ação efetiva, o que implica fortalecer capacidades institucionais, ampliar mecanismos de cooperação e assegurar que os benefícios do desenvolvimento sejam distribuídos de forma mais justa, garantindo, de fato, condições dignas para as gerações presentes e futuras.

3.1.6 Políticas Públicas

As políticas públicas, no âmbito do planejamento ambiental, inserem-se em um contexto ampliado de construção de ações orientadas por princípios de equidade social e justiça ambiental. A formulação de estratégias voltadas a um determinado território exige coerência entre os instrumentos institucionais, a produção e circulação de informações e a capacidade de articulação entre os diferentes atores envolvidos. A ausência dessa integração tende a comprometer a efetividade das políticas, resultando em fragilidades na gestão e, consequentemente, em impactos negativos sobre os ecossistemas e as populações que deles dependem.

Nesse sentido, as políticas públicas não podem ser compreendidas apenas como dispositivos normativos, mas como processos complexos que envolvem múltiplas dimensões, incluindo aspectos técnicos, políticos e sociais. O planejamento ambiental, ao incorporar tais dimensões, demanda o desenvolvimento de metodologias capazes de integrar diferentes formas de conhecimento, de modo a superar limitações decorrentes de abordagens fragmentadas. Essa perspectiva reforça a necessidade de considerar o sujeito como elemento central na construção e na implementação das políticas, especialmente no que se refere à produção e à interpretação dos saberes.

A noção de sujeito, conforme problematizada por Morin (1974), apresenta-se como um conceito complexo e, ao mesmo tempo, paradoxal, na medida em que se manifesta de forma simultaneamente evidente e não evidente. Tal compreensão contribui para ampliar o debate sobre políticas públicas, ao evidenciar que os processos decisórios e de gestão não se restringem a dimensões objetivas, mas envolvem percepções, experiências e interpretações construídas socialmente. Essa abordagem contrapõe-se à tradição cartesiana, que tende a dissociar sujeito e objeto, reforçando a necessidade de uma análise mais integrada e reflexiva.

Dessa forma, a compreensão das políticas públicas, especialmente no campo ambiental, requer a articulação entre o conhecimento científico e as experiências empíricas, reconhecendo a importância das práticas sociais e dos saberes locais na construção de soluções mais adequadas às realidades territoriais. Essa integração permite avançar na análise das políticas

para além de sua dimensão formal, incorporando elementos que refletem as dinâmicas sociais e ambientais observadas em campo (Palmerston e Tejerina-Garro, 2025).

Amanor-Lartey (2019) destaca que políticas públicas são os meios para configuração do norte da tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos. Sabe-se ainda que é um tema que permite a transversalidade, além de estabelecer um diálogo consciencioso entre as partes. Neste sentido, Políticas públicas compreendem um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos.

É preciso mesmo compreender ainda que o Estado exerça uma função de extrema seriedade enquanto gestor maior na esfera pública. Seu principal objetivo em evidência é a defesa externa quanto aos ataques inimigos. Esse pensar volta-se para a auto-afirmação do papel do Estado que estão se dissipando cada vez mais e se diversificam com a expansão do saber. O que se pensa mesmo é que é preciso muitas mudanças em todas as áreas das esferas públicas, onde os governos possam realmente oportunizar a sociedade uma chance de expor as demandas e assim atendê-las também.

Quanto a essa postura não há o que se questionar nas relações voltadas para o grande conceito de políticas públicas, até porque há uma grande demanda reprimida e que o Estado necessita responder a todas as questões em ênfase. Amanor-Lartey (2019) afirma que na ciência política menciona como uma maneira de se distinguir esse pensar sob a ótica de três abordagens em consonância com os problemas de investigação levantados.

Em um primeiro momento, relata sobre o questionamento clássico da ciência política que se integra total ao sistema político e pela ordem política certa ou verdadeira fazem-se os seguintes posicionamentos de indagação: o que é um bom governo? e qual é o melhor Estado para garantir e proteger a felicidade dos cidadãos ou da sociedade? São percepções de sentimento clássico que ainda necessitam de respostas.

Em um segundo momento tem-se o questionamento político, propriamente dito, que se refere à análise das forças políticas cruciais no processo decisório. E, por último momento têm-se o despertar para as investigações que estão voltadas aos resultados que um dado sistema político que vem amplamente se produzindo. Nesse caso, o interesse primordial consiste na avaliação das contribuições que certas estratégias escolhidas podem trazer para a solução de problemas específicos.

Quanto às indagações já mencionadas refere-se à análise de campos específicos de políticas públicas como as políticas econômicas, financeiras, tecnológicas, sociais ou ambientais. Entretanto, conforme Cavalcante e Silva (2020), o interesse da análise de políticas públicas não se restringe simplesmente ao constante crescimento de planos, programas e

projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais. O que se percebe é que eles consideram com foco da explanação de leis e princípios próprios das políticas específicas. E como abordagem analítica das políticas existentes observa-se a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política com todo o arcabouço de indagações convencionais da ciência política.

Foi no Brasil que a postura quanto aos estudos sobre políticas públicas foi se realizando aos poucos, e, de maneira tardiamente esses conceitos chegaram com um perfil de planejamento e nesses estudos, ainda esporádicos, deu-se ênfase ou à análise das estruturas e instituições como caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas.

É preciso atentar para o fato de que programas ou políticas setoriais por muitas vezes foram analisados em direção aos contextos de respeito atrelado a seus efeitos como esses estudos se tornaram, inicialmente, de natureza descritiva com graus de complexidade analítica e metodológica bastante distintos. Então nesse raciocínio lógico surgiram predominações de micro abordagens embasadas de referencial ímpar, entretanto dissociadas dos macroprocessos restritos a um único *approach* em que ficam limitadas no tempo (Cavalcante e Silva, 2020).

Normalmente, tais estudos carecem de um embasamento teórico que deve ser considerado um pressuposto para que se possa chegar a maior generalização dos resultados adquiridos. Na verdade, a falta de teorização é uma crítica comumente direcionada à análise de políticas públicas. Porém, a ausência de explicáveis teorias em que se considera o interesse de conhecimento próprio das referidas políticas é algo para se repensar. Nesse sentido, há de ser mencionado que é preciso considerar o saber empírico dentro do aprendizado na prática (Cavalcante e Silva, 2020).

Até porque muitas pessoas até chegam a contestar a cientificidade das políticas, bem como pela ausência de teorização. E no que diz respeito à análise das políticas públicas nos países em desenvolvimento. É preciso levar em consideração o fato de que o instrumento analítico-conceitual (deficitário) foi elaborado nos países industrializados e, portanto, é ajustado às particularidades das democracias mais consolidadas do Ocidente.

Assim sendo defende-se a teoria de que as peculiaridades socioeconômicas e políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores específicos de cunho político, mas que é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento (Amanor-Lartey, 2019).

3.1.7 Território, territorialidades e conflitos socioambientais na gestão do Corredor de Biodiversidade

A compreensão do Corredor de Biodiversidade do Amapá exige que o território seja analisado para além de sua dimensão físico-administrativa, considerando as relações sociais, políticas, econômicas e ambientais que produzem e transformam seus espaços. Nessa perspectiva, território e territorialidade não constituem categorias estáticas, mas expressam relações de apropriação, controle, uso e significação que se desenvolvem entre diferentes atores e instituições.

Haesbaert (2021) destaca que a análise territorial deve considerar a coexistência de múltiplas territorialidades e formas de pertencimento, controle e mobilidade, aspecto particularmente relevante para espaços amazônicos marcados pela sobreposição de unidades de conservação, terras indígenas, áreas de ocupação, atividades econômicas e estruturas estatais.

No caso do CdeB, essa perspectiva permite compreender que sua delimitação institucional não elimina a existência de diferentes formas de apropriação e gestão do território, mas estabelece uma referência espacial dentro da qual essas territorialidades se relacionam, cooperam e, em determinadas circunstâncias, entram em tensão.

A dimensão territorial do CdeB também está associada à diversidade dos atores que participam direta ou indiretamente de sua produção e gestão. Estado, órgãos ambientais, municípios, comunidades locais, povos indígenas, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e agentes econômicos estabelecem diferentes relações com os recursos naturais e com as áreas que integram o corredor.

A existência dessa multiplicidade de atores significa que a gestão territorial não pode ser compreendida exclusivamente como uma atribuição administrativa do Estado, uma vez que diferentes sujeitos possuem interesses, capacidades de intervenção e formas de conhecimento distintas.

Para Acselrad (2022), os conflitos ambientais estão relacionados às diferentes formas de apropriação do espaço e dos recursos, de modo que a definição dos usos legítimos do território constitui também uma disputa política. Aplicada ao CdeB, essa abordagem permite compreender a conservação da biodiversidade como parte de uma arena territorial na qual diferentes projetos de uso e apropriação do espaço coexistem e disputam legitimidade.

Nesse sentido, os conflitos socioambientais não devem ser interpretados apenas como manifestações de deficiência administrativa ou como resultado da ausência de articulação entre instituições. Eles podem expressar contradições mais amplas entre diferentes projetos

territoriais, especialmente quando objetivos de conservação ambiental se relacionam com expansão da infraestrutura, circulação de pessoas e mercadorias, atividades econômicas, exploração de recursos naturais e demandas de populações que possuem vínculos históricos com o território.

Acselrad (2022) contribui para essa interpretação ao demonstrar que os conflitos ambientais envolvem disputas sobre os modos de apropriação e distribuição dos recursos e dos riscos ambientais. Essa perspectiva desloca a análise de uma compreensão predominantemente gerencial para uma abordagem que considera as assimetrias existentes entre os atores e os diferentes interesses que incidem sobre o território do corredor.

No contexto amazônico, essa discussão adquire particular relevância porque a conservação da biodiversidade ocorre em territórios submetidos simultaneamente a políticas de proteção ambiental, estratégias de desenvolvimento econômico, expansão de infraestrutura e diferentes formas de ocupação e uso dos recursos.

A Amazônia não constitui, portanto, um espaço homogêneo de conservação, mas um território marcado pela coexistência de projetos distintos de desenvolvimento e de diferentes concepções sobre a relação entre sociedade e natureza. Escobar (2020) chama atenção para a existência de diferentes formas de compreender e produzir territórios, indicando que as relações entre natureza, cultura e sociedade não podem ser reduzidas a uma única racionalidade de desenvolvimento. Para a análise do CdeB, essa contribuição permite reconhecer que a conservação da biodiversidade envolve também disputas sobre quais usos do território são considerados legítimos, sustentáveis ou prioritários.

Essa abordagem é especialmente importante diante da relação entre conservação ambiental e infraestrutura de integração territorial. A implantação e a ampliação de estruturas de circulação, como a BR-156 e a Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, podem ampliar conexões econômicas e territoriais, mas também modificar fluxos, formas de ocupação e pressões sobre áreas ambientalmente sensíveis. A infraestrutura, nesse sentido, não deve ser compreendida apenas como elemento técnico destinado à circulação, mas como componente capaz de reorganizar relações territoriais.

Haesbaert (2021) permite interpretar essas transformações a partir da multiplicidade de territorialidades produzidas pela mobilidade, pelos fluxos e pelas diferentes formas de controle do espaço. No âmbito do CdeB, essa perspectiva contribui para analisar a integração territorial não apenas como ampliação da conectividade física, mas como processo que pode produzir simultaneamente oportunidades econômicas, novas formas de circulação e pressões sobre os sistemas socioambientais.

A dimensão transfronteiriça amplia essa complexidade porque o território do CdeB está relacionado a uma área em que diferentes regimes institucionais, jurídicos e administrativos se encontram. A fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa não representa apenas uma separação territorial entre Estados nacionais, mas um espaço de circulação, relações econômicas, interação social, controle institucional e cooperação.

Nessa perspectiva, a governança transfronteiriça depende da capacidade de diferentes instituições e atores articularem interesses que não estão submetidos a uma única estrutura administrativa. A análise das territorialidades fronteiriças permite, portanto, compreender que a efetividade da conservação e da sustentabilidade não depende exclusivamente das decisões tomadas dentro do território brasileiro, mas também das relações estabelecidas com o território vizinho e das formas pelas quais os fluxos transfronteiriços interferem nas dinâmicas locais.

No caso específico do Amapá, o Corredor de Biodiversidade constitui, assim, uma estrutura territorial na qual conservação, desenvolvimento, circulação, ocupação e governança se articulam de maneira complexa. A efetividade do corredor não pode ser avaliada somente pela existência formal de áreas protegidas ou pela extensão territorial abrangida, mas também pela capacidade de compatibilizar diferentes usos do território, reduzir conflitos, fortalecer a governança e assegurar condições para a conservação da biodiversidade.

Essa compreensão aproxima a gestão territorial da análise das relações de poder e das disputas socioambientais, pois a definição das prioridades de conservação e desenvolvimento implica escolhas que afetam diferentes grupos e espaços. Haesbaert (2021) e Acselrad (2022) permitem, nesse sentido, compreender o território como resultado de relações sociais e políticas, enquanto Escobar (2020) contribui para questionar perspectivas que tratam desenvolvimento e natureza como dimensões separadas.

A partir dessa perspectiva, o Corredor de Biodiversidade do Amapá é compreendido nesta tese como uma estrutura territorial de conservação que também se encontra inserida em um campo de disputas, negociações e diferentes projetos de apropriação do território. Oiapoque assume, nesse contexto, função de recorte empírico privilegiado, não por substituir o corredor como objeto da investigação, mas por constituir um espaço estratégico no qual se tornam particularmente visíveis as relações entre conservação, conectividade, infraestrutura, atividades econômicas, territorialidades e governança transfronteiriça.

A análise localizada permite, desse modo, observar processos que se relacionam a uma estrutura territorial mais ampla e, posteriormente, articulá-los às dimensões do CdeB. A abordagem adotada reconhece, portanto, que compreender a efetividade do corredor exige

relacionar sua estrutura ambiental e institucional às dinâmicas sociais, econômicas e políticas que produzem continuamente o território.

3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO PAUTA DE DEFESA CIENTÍFICA MUNDIAL

É aconselhável que não haja desenvolvimento sem depreciar a natureza, apesar de que o grande mérito dessa questão está em saber administrá-la, ou seja, em saber gerenciá-la com as mudanças que ocorrem na sociedade de hoje; e isso tem de ser mais eficiente que antes. Assim, é fundamental que se faça uma gestão boa do desenvolvimento, aliada a uma utilização responsável dos recursos naturais disponíveis. Portanto, em muitas situações, o desenvolvimento econômico se beneficiará desta boa gestão, em vez de ser impedido por ela (Gama e Brasileiro, 2024).

Na opinião de Prates e Avelino (2024), a ideia que se tem quando se examina o componente das diversas definições de desenvolvimento sustentável, é a necessidade de um mercado regulado, que vise ao longo prazo, pois o mesmo só é eficiente para algumas variáveis, tais como a biodiversidade e a camada de ozônio que são difíceis de serem tratados com mecanismos de mercado.

Posição diferente parece defender Dias e Galina (2025), o qual reconhece a difícil exeqüibilidade da abordagem dos elos econômicos, sociais e ambientais para o desenvolvimento sustentável. Na verdade, a sugestão de evitar o desastre ecológico pela reconstrução dos níveis sociais, econômicos e políticos parece ilusória ou mesmo virtual. Resumir o problema ambiental apenas à limpeza da atmosfera, aos mananciais hídricos ou à conservação do solo não parece suficiente e uma das grandes problemáticas da proposta do desenvolvimento sustentável deve-se à dificuldade de operacionalizar isto tudo.

No entendimento de Prates e Avelino (2024), ao contrário, o que se poderia analisar por meio da crise ambiental deriva de um modelo de desenvolvimento desigual para as sociedades humanas e agressor para os sistemas naturais. Ainda para este autor, esta realidade reafirma a necessidade de abordagem dos desafios de natureza social e ecológica à luz da Ecopolítica. Qualquer pessoa que se proponha a compreender este processo diante das bases conceituais de desenvolvimento sustentável, das políticas públicas, da biodiversidade e do CdeB, encontrará um meio de saída para caracterizar elementos fundamentais que estão inseridos no contexto de cada conceito acima.

No entendimento de Prates e Avelino (2024), esta fundamentação dar-se-á à medida que se entenderem as implicações que ocorrem na sociedade, como se pode aceitar isto de modo global, identificando-se as dificuldades em saber exatamente cada um destes conceitos, como parte desta pesquisa e da vida de muitos que trabalham com o meio natural. Conhecer também os pontos de vista contraditórios, ou seja, um discurso contrário aos elementos da sustentabilidade, para que se possam viabilizar as conquistas do presente século com harmonia. Isto é importante também agora.

De acordo com Caldas e Silva (2025), não é surpresa que tal enfoque trouxesse consigo semelhanças sobre as posições expressas por Thomas Malthus nos primeiros anos do século XIX. Algumas décadas depois, precisamente a partir da década iniciada em 1960, o problema ambiental emergiu acoplado à discussão sobre o crescimento demográfico e suas implicações. Na melhor das hipóteses, este assunto tinha tido influência na evolução dos argumentos voltados para o meio ambiente em conflito de gestão dos recursos.

Outra diferença importante seria o cenário futuro projetado para as situações variadas encontradas com todas as tendências de crescimento neste planeta, porque, sem dúvida, tal situação será sempre de catástrofe. Com essas perspectivas de análise, tornava-se possível vislumbrar o apelo que, alguns anos mais tarde, fora feito sobre o conceito de "desenvolvimento sustentável", tal como foi elaborado em *Our common future* [Nosso Futuro Comum], ou, numa abordagem mais técnica, o Relatório Brundtland (Caldas e Silva, 2025).

Conforme Caldas e Silva (2025), o maior impacto do movimento do desenvolvimento sustentável era a rejeição à ideia de que a conservação ambiental significasse necessariamente poluição ambiental, posto que não se tratava certamente de um ganho desprezível.

Então, como abordado por Prates e Avelino (2024) e Caldas e Silva (2025), é prudente dar mais um reforço quanto aos conceitos aqui em questão. E para tal reflexão agora com um foco voltado para o envolvimento integrado do desenvolvimento com o cuidado e responsabilidade social ou ecodesenvolvimento. Nesse sentido, Cerqueira et al. (2025) afirmam que as primeiras discussões sobre ecodesenvolvimento foram engendradas pelo Clube de Roma, organização formada em 1968 por iniciativa do industrial italiano Aurelio Peccei, com o objetivo de examinar o complexo de problemas que desafiavam a humanidade: a pobreza em meio à riqueza; a degradação do meio ambiente; a perda de confiança nas instituições; o crescimento urbano descontrolado; a insegurança no emprego; a alienação da juventude; a rejeição de valores tradicionais; e a inflação e outras rupturas econômicas e monetárias. Pressupunham que era possível entender o mundo como um sistema e analisá-lo como um todo (visão sistêmica).

De acordo com Kruger (2001), justamente nesse cenário que emergiu o Clube que reunia cientistas com conhecimentos e experiências diversas tais como: pedagogos, economistas, humanistas, geógrafos, geólogos, sociólogos, biólogo, industriais e funcionários públicos, com o objetivo de debater a crise atual e futura da humanidade.

Em resposta a essas ações em 1972 foi publicado o relatório *The limits to growth* (Os limites do crescimento), que defendia a necessidade de se conquistar um equilíbrio global baseado em limites ao crescimento da população, no desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos e em uma atenção aos problemas ambientais. Por isso, suas conclusões foram polemicas e geraram enorme impacto entre a comunidade científica, por apresentar cenários catastróficos de como seria o planeta, caso persistisse o padrão de desenvolvimento vigente na época (Cerqueira et al., 2025).

> Então, outros relatórios foram publicados alertando sobre a necessidade de se mudar o padrão de desenvolvimento vigente. E, por isso, o ecodesenvolvimento passou a ser visto como uma perspectiva sistêmica de análise e intervenção, aberta à harmonização dos aspectos simultaneamente ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos da dinâmica dos sistemas sociais (Alves e Fernandes, 2020, p. 11).

Todas as ações e planejamento voltados para o espaço ambiental ainda está-se muito distante da noção conceitual. Mas nesse percurso observa-se que na realidade, está-se muito distante dessa noção conceitual. O percurso em torno das décadas de 1970 a 2000 indica a escassez quanto ao patamar da sustentabilidade efetiva. Nesta direção, considera-se que esta década foi decisiva para o problema de teor ecológico, e, neste mesmo período, foi realizada a primeira conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o meio ambiente humano, em Estocolmo (capital da Suécia), organizada pelo recém-criado Programa Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi criado em 1972, no contexto da Conferência de Estocolmo, com a finalidade de coordenar as ações ambientais no âmbito do sistema das Nações Unidas e apoiar países na formulação e implementação de políticas voltadas à proteção do meio ambiente.

Ao longo de sua trajetória, o PNUMA consolidou-se como uma das principais instituições internacionais na promoção do desenvolvimento sustentável, atuando na produção de conhecimento científico, no monitoramento ambiental global e no fortalecimento da governança ambiental.

Na atualidade, suas funções abrangem o apoio à implementação de acordos multilaterais ambientais, o enfrentamento das mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade e o

combate à poluição. Em 2026, o PNUMA mantém papel estratégico na articulação entre ciência, políticas públicas e cooperação internacional, contribuindo para a construção de agendas globais voltadas à sustentabilidade, com ênfase na integração entre dimensões ambientais, sociais e econômicas.

Por fim, a abordagem adotada neste estudo busca integrar essas dimensões ao propor uma análise que considere, simultaneamente, os referenciais teóricos e a experiência empírica, com o intuito de compreender de forma mais aprofundada os processos que envolvem a formulação e a implementação de políticas públicas em contextos socioambientais complexos. Essa perspectiva contribui para o desenvolvimento de estratégias mais consistentes, capazes de responder aos desafios contemporâneos relacionados à conservação da biodiversidade e à gestão sustentável dos territórios (Palmerston e Tejerina-Garro, 2025).

No que se refere às abordagens voltadas para o CdeB que discute as políticas públicas para o estado do Amapá na fronteira com a Guiana Francesa, isso remete a preocupações constantes quanto ao cuidado com os parques existentes nestes espaços em diferentes escalas e, também, com os diversos atores existentes nesta transição de territórios. Há leis que dispõem sobre a apreciação legal do que seja uma UC para cada país, e, torna-se prudente investigar um pouco a legislação e a adoção das políticas públicas voltadas para a biodiversidade nas áreas de fronteira.

A ideia é entender como os países em voga nessa pesquisa podem articular uma norma comunitária para erradicar os problemas sociais, ambientais e econômicos existentes. Portanto, a definição do paradigma social e crítico se alicerça no fato de que esta pesquisa pode ser entendida como o estudo das possíveis relações existentes ou não na fronteira e, também, contribuir na construção de inovadoras ideias que possam fortalecer a concepção de CdeB como fator de integração e sustentabilidade na fronteira do Amapá - Guiana Francesa.

Sabe-se que o estudo de CdeB será determinante para influenciar a qualidade de vida dos indivíduos pesquisados, porque nessas áreas consideradas de risco onde as pessoas que residem nestas localidades procuram alternativas de sobrevivência nem sempre são consideradas legais. Com a interpretação deste cenário de fronteira como pano de fundo para a contextualização da biodiversidade como fator de integração terão por certas algumas alternativas emergentes para todos os envolvidos.

A questão é compreender no que tudo isso pode se revelar para as pessoas que residem nestas áreas e vão estar nas proximidades de florestas de produção, dentro de uma UC, em áreas de assentamento e TI. Qual o papel do Estado como regulador e regulamentador das ações? Por

certo, a eleição do problema há de gerar informações sobre o problema social, ambiental e econômica que se forma no CdeB, usando-se como pano de fundo a fronteira.

Esse cenário oferece margem à comparação entre os direitos do cidadão, quer seja brasileiro, quer de outra nacionalidade, na possibilidade de existirem ações à erradicação dos problemas, sendo isso uma justificativa a mais para que se desenvolva uma postura comunitária entre o Brasil e a Guiana Francesa, para erradicar os conflitos sociais que tem sido latentes a todo o momento.

Então, no estudo aqui proposto, também abordar-se-á conceitos de biodiversidade em que há a ênfase à compreensão dos CdeB como áreas de conectividade de ambientes com suas particularidades, as quais merecem ser entendido com melhores condições de desdobramentos da literatura científica. Basta mencionar que a preocupação com a criação de um CdeB imenso que se integre à florestas de produção no centro deste cenário é importante, e, ainda, inserem-se nelas as Unidades de Conservação (UC) e as Terras Indígenas (TI), com populações de costumes tradicionais, alvos de debates e pesquisas constantes (Beck, 2011; Bertocin, 2015; Brasil. 2015; Cabrera, 2021; Cunha, Silva e Gomes, 2017).

Essa tese envolve preâmbulos variados e concernentes à cultura e às etnias das populações tradicionais, o que demanda respeito a elas e condições para o fortalecimento de todas. E é fato que atualmente se vive em uma época de turbulências. Agora, a única atividade constante é a mudança ou os processos sociais novos de inteligência para adaptar-se ou modificar-se diante do imprevisível movimento das sociedades modernas.

Em um contexto em que se privilegia a biodiversidade como em um corredor protegido, há de pensar no estado do Amapá como um todo, nas regiões circunvizinhas e nas mais, em que se pode incluir fronteiras internacionais e outras áreas de terra, isto em conexão com as políticas públicas, ou com os movimentos sociais aí mencionados.

3.2.1 Origem do termo: Relatório Brundtland

Na trajetória de diálogos e frequentes reuniões frente à problemática no planeta que atingiria o mundo, eis que em 1987 emerge o conceito de desenvolvimento sustentável na Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (criada em 1983). Evento que foi dirigido pela ex-primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que produziu, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU), o relatório *Our common future* (Nosso futuro comum ou Relatório de Brundtland), onde foram devidamente detalhados os desafios e os esforços comuns, incluindo-se como pautas principais: administração de áreas comuns; paz,

segurança, desenvolvimento e o meio ambiente; propostas de mudança institucional e legal (Atmaca, Kiray e Pehlivan, 2018).

A força do Relatório Brundtland consistia justamente na vagueza com que se propunha o conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, se tornou, intencionalmente, um texto político, mais do que um tratado científico sobre os problemas do mundo. Não é, portanto, de surpreender que a parte mais forte do relatório residisse na proposta detalhada de transformação legal e institucional em todas as esferas de gestão pública.

Esse relatório foi considerado imperfeito por Barbieri (2020) em relação às questões e às caracterizações ambientais; entretanto, é possível perceber a contribuição dele para a politização dos problemas ambientais e suas inter-relações com as desigualdades sociais, a pobreza e as políticas de comércio internacionais.

Isso significou um reforço importância para a aliança dos países em desenvolvimento, para que eles acompanhassem este processo, o qual foi decisiva no próprio encaminhamento da Rio-92 (no Brasil), e nos debates que decorreram dos problemas relacionados ao meio ambiente global.

Barbieri (2020) explicou que a Conferência de Estocolmo foi designada na época como abordagem do ecodesenvolvimento e, posteriormente, renomeado desenvolvimento sustentável. Apesar da significativa similaridade entre os termos, o autor explicou que o fator diferenciador reside a favor do último quanto à sua dimensão, globalizante, tanto desde o lado do questionamento dos problemas ambientais como a ótica das reações e soluções que formuladas pela sociedade.

Ele não se refere especificamente ao problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia para sociedade que deve levar em conta tanto à viabilidade econômica quanto a ecológica.

Em outro estudo, em um sentido mais abrangente, essa noção de que a sustentabilidade leva à necessária redefinição das relações sociedades humanas/natureza, é portanto uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de pensar a passagem do conceito para ação. Então, por ocasião do vigésimo aniversário da Conferência de Estocolmo, em junho de 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a conferência mundial sobre Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, denominada Eco 92 ou Rio 92 (Banerjee, Macpherson e Alavalapti, 2009).

Esse momento acabou sendo considerado como marco global das discussões sobre participação de representantes governamentais de todo o mundo; seus principais resultados

foram dois grandes documentos: A Carta da Terra (rebatizada de Declaração do Rio) e a Agenda 21 (Reis et al., 2020).

> A Agenda 21 dedica-se aos problemas da atualidade e almeja preparar o mundo para os desafios do século XXI. Ela reflete o consenso global e compromisso político em seu mais alto nível, objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental. A Declaração do Rio visa estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e proteja a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento. A partir desse momento, começa a existir de maneira globalizada uma preocupação no que diz respeito à Gestão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável tanto por parte das entidades governamentais das organizações públicas e privadas como dos consumidores deste mercado global (Reis et al., 2020, p. 84).

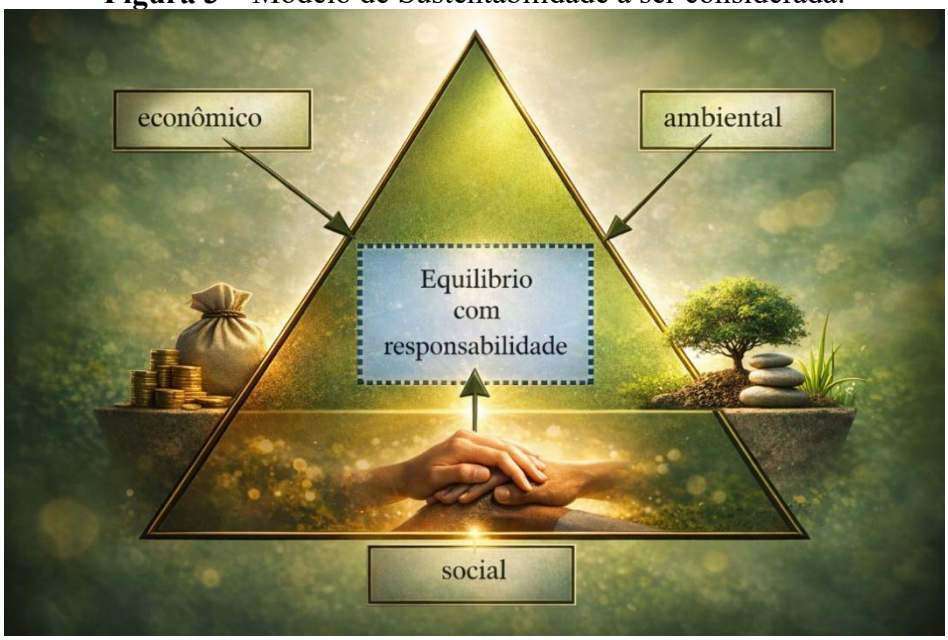
A Agenda 21 se tornou o documento dos compromissos acordados por 170 países presentes, que assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas públicas, princípios do desenvolvimento sustentável. Em seguida, diante da continuas incertezas globais ao meio ambiente, o ano de 2002 marcou novo encontro da ONU, aconteceu em Joanesburgo, na África do Sul, a maior conferência mundial sobre o tema Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+10.

Foi a partir desse encontro que se gerou um documento chamado Protocolo de Kioto onde se firma compromissos com países de maior nível de industrialização, consequentemente maiores utilizadores de recursos naturais geradores de resíduos poluentes devem ser tributados e responsabilizados de maneira maior no que diz respeito às responsabilidades da não preservação do planeta para gerações futuras.

Foi necessário um esforço gigantesco de compreensão e de síntese, para que a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, e a Rio+10, conseguissem encontrar um caminho ao dizer que o Desenvolvimento Sustentável tem uma base formada por três pilares - o econômico, o social e o ambiental (*triple-bottom line*) – que é um objetivo fundamental de erradicação da pobreza (Reis et al., 2020).

Nesse pilar todos que se inserem no mercado, geram riquezas, e tem por responsabilidade ética se enquadrar no sistema sustentável empresarial para que não venha a complicar ainda mais o meio ambiente que já se encontra. Logo é prudente considerar que nesse desenho delineado como (*triple-bottom line*) é compreensível e pertinente adotar o referido modelo para que se mantenha a responsabilidade social, econômica e ambiental com muita seriedade como se exemplifica abaixo na figura 3.

Figura 3 – Modelo de Sustentabilidade a ser considerada.



Fonte: Elaborado pela autora com base em Reis et al. (2020).

A Figura 3 sintetiza, de forma esquemática, o princípio do equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social, evidenciando que a sustentabilidade não se constitui apenas como um ideal normativo, mas como uma exigência prática para a organização dos territórios contemporâneos, especialmente em contextos transfronteiriços.

No âmbito desta pesquisa, tal modelo assume relevância particular ao ser projetado sobre a dinâmica de integração entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa, onde processos de crescimento econômico, circulação de pessoas e cooperação internacional intensificam as pressões sobre os recursos naturais e as estruturas sociais locais.

Diferentemente de abordagens anteriores, amplamente difundidas em conferências e convenções internacionais sobre biodiversidade, nas quais a centralidade recaía predominantemente sobre a dimensão ambiental, o modelo em análise reposiciona o eixo social como elemento estruturante. Essa inflexão analítica indica que o desenvolvimento sustentável, sobretudo em regiões de fronteira, não pode ser efetivado sem a consideração das desigualdades sociais, das especificidades culturais e das condições de vida das populações locais. Assim, o social deixa de ser um componente complementar para se constituir como fundamento articulador, a partir do qual as dimensões econômica e ambiental devem ser equilibradas.

No contexto amapaense, essa perspectiva revela-se ainda mais urgente. A fronteira com a Guiana Francesa apresenta um cenário complexo, marcado por assimetrias econômicas, fluxos migratórios, exploração de recursos naturais (como no caso do garimpo ilegal) e desafios institucionais relacionados à governança territorial. Tais elementos evidenciam que o

crescimento econômico, quando dissociado de políticas sociais inclusivas e de mecanismos efetivos de proteção ambiental, tende a aprofundar vulnerabilidades e comprometer a sustentabilidade regional.

Dessa forma, a adoção do tripé da sustentabilidade, conforme representado na Figura 4, deve ser compreendida não apenas como diretriz conceitual, mas como instrumento orientador de políticas públicas e práticas institucionais. Os agentes inseridos no mercado global (especialmente aqueles que operam em territórios sensíveis do ponto de vista socioambiental) precisam incorporar, de maneira obrigatória, os princípios do desenvolvimento sustentável em suas estratégias de atuação. Isso implica reconhecer limites ecológicos, promover justiça social e garantir que os benefícios econômicos sejam distribuídos de forma equitativa.

O equilíbrio com responsabilidade, destacado no centro da figura, traduz-se em um compromisso ético e político com as gerações presentes e futuras. No caso específico da fronteira Amapá–Guiana Francesa, esse compromisso exige ações integradas, cooperação internacional e uma abordagem crítica que vá além do discurso, assegurando que o desenvolvimento territorial ocorra de forma efetivamente sustentável e socialmente referenciada.

3.2.2 Os resultados gerados pelo Relatório Brundtland

Voltando-se a questão abordada acerca da definição de Desenvolvimento Sustentável, trazida ao público pelo Relatório Brundtland, de 1987, se percebe não dizer respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. Este pensamento se referia principalmente às consequências desta relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade moderna, tanto presente quanto futura.

A atividade econômica, o meio ambiente e o bem-estar da sociedade formaram o tripé básico sobre o qual se apoiava a ideia de sustentabilidade ambiental. A aplicação do conceito à realidade requeria, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como por parte da iniciativa privada, assim como a exigência de um consenso internacional sobre este tema. É preciso frisar, agora principalmente, que a participação de movimentos sociais, constituídos principalmente na modalidade de ONG, surgiu em busca de melhores condições de vida e cidadania, associadas à preservação do meio ambiente e à condução da economia mais adequada a tais exigências internacionais.

No entendimento de Costa et al. (2019), o desenvolvimento sustentável não é somente um modismo intelectual do final do século XX, senão o fruto dos graves problemas ambientais

e socioeconômicos que a humanidade estava enfrentando. Esta questão é realmente intrigante, porque introduz o leitor a perceber o quanto é importante ter este senso e olhar crítico para o modismo imperialista que forçadamente se amarra e deixam muitas vezes amordaçadas para as grandes correções dos problemas que emergem no dia-a-dia.

Concepção de desenvolvimento sustentável que implica mesmo em trilhar novos paradigmas do pensar globalizado contendo ética de oportunidades e justiça social, de modo que este planejamento remeta a compreensão da dinâmica em todos os sentidos seguidos de total compromisso para com os recursos naturais.

Essa definição de investigação mais precisa se volta ao discurso das ciências sociais, as quais descrevem, portanto, o entendimento de pesquisa/investigação em seu eixo central. Neste contexto específico, a relação que envolve a participação social no processo de escolha de uma decisão direciona-se como requisito principal à sustentabilidade e à legitimidade de todo e qualquer projeto planejado que se estabelece neste foco conceitual.

O desenvolvimento sustentável pode ainda ser compreendido, afirmam Reis et al (2020), como uma contraposição conceitual à "modernização", um envolvimento a novos paradigmas que vem dominando as ciências sociais desde 1945, dando estrutura às políticas de desenvolvimento, e, desde os anos de 1970, tem sido constantemente indagado por este mesmo ramo científico.

No centro desse debate, Barbieri (2020) destaca que a natureza não pode mais ser concebida de forma dissociada da cultura, sendo necessário adotar uma perspectiva transversal que considere as interações entre ecossistemas, sistemas técnicos e dimensões sociais e subjetivas. Essa abordagem implica superar visões fragmentadas do conhecimento e reconhecer a complexidade das relações que estruturam a realidade contemporânea, valorizando a experiência coletiva e os processos participativos na construção de alternativas sustentáveis.

Nessa direção, o Relatório Brundtland (1987) consolida-se como um marco fundamental ao propor diretrizes que articulam crescimento econômico, equidade social e conservação ambiental. Suas recomendações evidenciam a necessidade de reorganização dos padrões de produção e consumo, da incorporação de tecnologias sustentáveis e da proteção dos ecossistemas em escala global. Contudo, tais proposições demandam a atuação efetiva dos Estados e das instituições internacionais, de modo a evitar que a sustentabilidade seja subordinada às dinâmicas do mercado.

A concepção de desenvolvimento sustentável ganha relevância à medida que se busca enfrentar os limites impostos à expansão do bem-estar social. Entretanto, essa perspectiva exige

uma revisão crítica dos modelos econômicos predominantes, sobretudo quando orientados exclusivamente pela lógica do crescimento (Barbieri, 2020).

Nesse sentido, alertam que transformações conduzidas sem critérios éticos e sociais tendem a aprofundar desigualdades e a comprometer a própria base de sustentação dos sistemas naturais. Por isso, Alves e Fernandes (2020) reforçam essa discussão ao evidenciar que a crise contemporânea está associada ao esgotamento dos recursos naturais e à insustentabilidade dos padrões de desenvolvimento vigentes.

Cenário que revela contradições estruturais que atravessam o discurso da sustentabilidade, exigindo não apenas ajustes técnicos, mas transformações profundas nas dimensões sociais, políticas e institucionais. As políticas públicas assumem papel central, ao orientar a construção de estratégias que articulem conservação ambiental e justiça social.

A formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à gestão dos recursos naturais enfrentam desafios recorrentes, especialmente no que se refere à sua efetividade e continuidade. Assim, a construção de políticas ambientais deve ser compreendida como um processo coletivo e dinâmico, que envolve múltiplos atores e interesses, configurando-se como um dos principais instrumentos para a promoção de mudanças estruturais em direção à sustentabilidade.

3.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS: O GRANDE DESAFIO EM COMUM

Nesta seção pretende-se discutir o surgimento das políticas públicas para a gestão das áreas verdes brasileiras e, fundamentalmente, como se deu a necessidade de crescimento econômico, que muito se opôs à preservação ambiental do País. Em seguida, foi articulada uma incursão sobre a teoria do Desenvolvimento Sustentável, considerando-se a radical mudança teórica em relação ao paradigma que atualmente vigora.

A ordem política concreta configura o quadro no qual a política material se efetiva, sendo mediada por estratégias que articulam conflito e consenso. Nesse contexto, a prática recorrente na análise de políticas públicas de distinguir entre variáveis dependentes e independentes é apontada por Biosca e Galaso (2020) como um recurso metodológico relevante para a redução da complexidade social.

Entretanto, tal abordagem pode revelar-se limitada, ou mesmo inadequada, diante da complexidade dos casos empíricos, sobretudo quando se considera o grau de influência exercido pelas estruturas políticas e pelos processos de negociação sobre os resultados materiais concretos. Isso porque a dinâmica das políticas públicas não se restringe a relações lineares de

causalidade, mas envolve interações multifacetadas entre atores, interesses e contextos institucionais (Biosca e Galaso, 2020).

A compreensão das políticas públicas exige reconhecer seu caráter intrinsecamente orientador e processual, no qual os resultados não são previamente determinados, mas construídos ao longo de disputas, mediações e acomodações políticas que redefinem continuamente seus sentidos e efeitos. No entender acadêmico científico de Bonelli et al. (2019) sobre o pressuposto de concatenações de efeitos lineares, tal conjectura contradiz a experiência empírica da existência de inter-relações entre as três dimensões da política, especialmente entre as dimensões existentes.

> Ainda que seja plausível supor que o arcabouço institucional, ao condicionar os processos políticos, possa manter-se relativamente estável por um longo período, o que permitiria, em certa medida, inferir uma relativa independência da variável *policy* em situações empíricas específicas, torna-se difícil sustentar tal independência no que se refere às dimensões *politics* e *policy*. As disputas políticas e as relações de força inerentes ao exercício do poder deixam, inevitavelmente, suas marcas nos programas e projetos formulados e implementados, influenciando tanto seus conteúdos quanto seus resultados (Bonelli et al., 2019, p. 805).

Nesse sentido, Bonelli et al. (2019) argumentam que a proposição segundo a qual *policies* determine *politics* pode ser válida apenas em campos específicos ou em determinados *policy issues*, sob condições particulares, não se configurando, portanto, como uma lei geral. A análise de políticas setoriais, sobretudo aquelas marcadas por maior dinamismo e controvérsia, evidencia a interdependência entre processos políticos e resultados das políticas.

Corroborando essa perspectiva, Biosca e Galaso (2020) demonstra que a evolução histórica da política ambiental explicita, de forma inequívoca, a influência recíproca e contínua entre as dimensões *politics* e *policy*. As constelações de atores, os interesses em jogo e as orientações valorativas, elementos que condicionam o grau de conflito nos processos políticos, sofreram transformações à medida que os problemas ambientais se intensificaram e esse campo de atuação se consolidou.

No esforço de ampliar o debate sobre políticas públicas, Busch (2020) insere a discussão no âmbito da reforma do Estado e da sustentabilidade, destacando o papel das instituições desenvolvimentistas na Amazônia. Nessa mesma direção, Bonelli et al. (2019), enfatizam a necessidade de compreender as políticas públicas voltadas à Amazônia a partir de uma perspectiva que articule escalas nacional e regional, considerando suas especificidades socioambientais.

Dessa forma, conforme apontam Bezerra (2025), Falcão, El-Deir e Holanda (2022), Ferreira et al. (2023), Krell e Souza (2020) e Lima, D'Ascenzi e Aguiar (2021), as políticas públicas destinadas à Amazônia devem ser concebidas em sua abrangência territorial e sociocultural, articulando instrumentos técnicos, experiências históricas e práticas sociais concretas. Tal abordagem permite superar análises estritamente normativas ou instrumentais, incorporando a complexidade dos processos de implementação.

Nesse contexto, as contribuições de Bezerra (2025) e Falcão, El-Deir e Holanda (2022), destacam a importância de políticas públicas voltadas à promoção de direitos fundamentais, à integração econômica e ao fortalecimento da agricultura familiar, como elementos centrais para um modelo de desenvolvimento rural sustentável na região amazônica. Trata-se, em última instância, de construir políticas orientadas pelas necessidades e protagonismo das populações locais.

No plano regional, autores como Capobianco (2022), Lopes e Chiavari, (2021) e Matos (2016) analisam o processo de criação e gestão de áreas protegidas na Amazônia, evidenciando que as políticas públicas nesse campo se configuram como arranjos complexos, marcados por tensões e conflitos internos. Tais políticas são orientadas por concepções que integram diferentes dimensões do meio natural (água, ar, solo, flora, fauna e recursos minerais), reforçando seu caráter multidimensional.

A originalidade das políticas públicas ambientais reside na articulação entre condicionantes institucionais e naturais, compreendidos como parte de um mesmo contexto analítico. Essa perspectiva amplia o entendimento do papel do mercado, não apenas como agente regulado, mas também como potencial provedor de alternativas para a gestão ambiental. A avaliação dessas políticas, portanto, deve considerar essa complexidade em âmbito nacional (Krell e Souza, 2020).

Os avanços registrados a partir da década de 1990, especialmente a incorporação das questões ambientais na agenda política brasileira, representam um marco significativo na consolidação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Uma parte dessas políticas, principalmente as de caráter ambiental, foi gerada em esfera que necessitava de um entendimento transparente, direcionado.

O governo local frequentemente se encontra diante do processo de instauração destas políticas. Entretanto, vislumbrar as ações de maneira hierárquica seria, na verdade, subestimar as práticas e as influências destes gestores no confronto com problemas que necessitavam de ações eficazes. Seja como for, ainda que os avanços tenham ocorrido de fato, o Brasil permaneceu distante de solucionar os problemas ambientais existentes, sem mencionar o ritmo

de contaminação ambiental seguido de perto pela destruição da natureza, o que tem sido acelerado; mesmo assim, as ações de proteção ao meio natural continuam ineficientes diante da força do desenvolvimento preconizado agora (Krell e Souza, 2020).

3.3.1 A necessidade de crescimento econômico se opõe à preservação do país

Embora tenha havido ampliação dos recursos financeiros destinados aos programas ambientais a partir da década de 1990, esses investimentos ainda permanecem reduzidos quando comparados aos recursos direcionados a atividades que promovem a degradação ambiental. Tal desproporção evidencia a fragilidade estrutural das políticas ambientais no Brasil, que, diante da complexidade dos problemas enfrentados, ainda se encontram em estágio incipiente no que se refere à sua efetividade e alcance (Lira et al., 2025).

Nesse contexto, um dos principais desafios consiste na superação das ambiguidades conceituais que envolvem o campo das políticas públicas. É necessário reconhecê-las como um direito fundamental, o que implica priorizar sua implementação de forma articulada e socialmente orientada. Essa perspectiva demanda a integração entre diferentes atores, incluindo o setor produtivo e a sociedade, considerando tanto a responsabilidade das empresas em contextos de competitividade global quanto o papel social do trabalho na construção de modelos mais equitativos e sustentáveis.

A articulação entre políticas públicas nacionais e as exigências do sistema econômico internacional constitui um elemento central para a promoção de mudanças estruturais. A análise das políticas públicas tende a concentrar-se em estudos empíricos e resultados imediatos, o que pode limitar a compreensão de suas dimensões mais amplas. Além disso, o campo ainda carece de uma teoria unificada, sendo marcado por abordagens diversas que, apesar dessa heterogeneidade, contribuem para o desenvolvimento contínuo de novos referenciais analíticos (Matos, 2016).

Por outro lado, a política ambiental brasileira no plano internacional apresenta fragilidades relacionadas à ausência de diretrizes claras, objetivos consistentes e estratégias eficazes. Essa condição resulta em práticas marcadas por ambiguidades, descontinuidades e omissões, comprometendo a credibilidade e a efetividade da atuação do país em temas ambientais no cenário global (Lira et al., 2025).

Por fim, a sustentabilidade, enquanto princípio orientador das políticas públicas, ainda enfrenta desafios significativos em sua consolidação. Trata-se de um conceito amplamente difundido, porém marcado por certa indefinição, o que exige sua incorporação de forma mais

estruturada no campo científico e nas práticas institucionais. Nesse sentido, sua consolidação pode ser compreendida como parte de um processo de transformação paradigmática, que demanda novas formas de articulação entre conhecimento, política e ação no enfrentamento das questões socioambientais (Lopes e Chiavari, 2021).

3.3.2 O desenvolvimento sustentável: mudança teórica em relação ao paradigma atual

É relevante, neste momento, discutir as transformações pelas quais passou a teoria do desenvolvimento sustentável até sua configuração contemporânea, de modo a possibilitar a compreensão da interseção proposta neste estudo entre seus fundamentos teóricos e sua aplicação no contexto atual.

Tal análise requer a incorporação de uma perspectiva socioeconômica inserida nos paradigmas da sustentabilidade, articulada às relações internacionais e, de forma particular, à realidade do estado do Amapá, cuja inserção no cenário global se intensifica à medida que os recursos naturais passam a adquirir valor estratégico no contexto da economia internacional.

Nesse sentido, Smolarek e Miranda (2024) destacam que o estudo das relações internacionais, anteriormente restrito a diplomatas, historiadores e juristas, passou por um processo de reconfiguração, consolidando-se como um campo autônomo e interdisciplinar. Essa transformação permitiu a ampliação das análises sobre o meio ambiente, superando abordagens fragmentadas e incorporando perspectivas integradas capazes de compreender a complexidade das interações entre economia, política e natureza. Ainda assim, tais relações permanecem marcadas por elevada complexidade, exigindo abordagens teóricas articuladas e multidisciplinares para sua adequada compreensão.

A análise das políticas públicas, nesse contexto, ultrapassa os limites tradicionais da economia e da administração pública, incorporando novas abordagens teóricas que refletem as transformações contemporâneas. No entanto, observa-se que, em muitos casos, essas políticas permanecem atreladas a modelos de desenvolvimento que reproduzem desigualdades e priorizam interesses econômicos específicos (Smolarek e Miranda, 2024).

Tal condição evidencia a necessidade de uma leitura crítica do papel do Estado, especialmente no que se refere à formulação e à implementação de projetos que, embora orientados por discursos de modernização, revelam contradições e limitações estruturais. Essas contradições tornam-se ainda mais evidentes na análise das políticas ambientais, nas quais se observa um descompasso entre o discurso e a prática.

A incorporação das questões ambientais nas políticas públicas ainda apresenta caráter incipiente, especialmente em regiões periféricas, onde os processos de interiorização do desenvolvimento não foram capazes de promover mudanças estruturais significativas. Ao mesmo tempo, verifica-se a ampliação do debate internacional sobre os serviços ambientais prestados pela Amazônia, bem como o aumento de recursos destinados à sua proteção, o que reforça a complexidade das relações entre escalas locais e globais (Moreira, 2021).

A trajetória histórica da questão ambiental no Brasil também revela a persistência de tensões entre conservação e desenvolvimento. As preocupações com a degradação ambiental remontam a períodos anteriores, ainda que tenham ocupado posição marginal no pensamento teórico nacional. Ao longo do tempo, especialmente a partir da década de 1930 e nas últimas décadas do século XX, observa-se maior mobilização social e institucional em torno da temática ambiental, com destaque para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável (Moreira, 2021).

No entanto, tais políticas apresentam diversidade de interpretações e prioridades, refletindo a complexidade do campo e a influência de diferentes estruturas de poder. A análise das políticas públicas no Brasil evidencia que, embora essenciais, essas políticas frequentemente assumem caráter compensatório e limitado em sua capacidade transformadora.

No entanto, sua efetividade depende da superação de condicionantes estruturais que ainda vinculam o desenvolvimento à exploração intensiva dos recursos naturais. Nesse sentido, a construção de políticas públicas voltadas à sustentabilidade exige não apenas avanços institucionais, mas também mudanças paradigmáticas que integrem justiça social, conservação ambiental e desenvolvimento econômico de forma articulada.

As interpretações clássicas sobre a formação do Estado e das políticas públicas no Brasil encontram respaldo em obras fundamentais como Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e Casa-Grande e Senzala (1933), de Gilberto Freyre, que contribuíram para a compreensão das bases históricas, culturais e institucionais que moldaram a atuação estatal no país.

Tais análises permitem identificar que os entraves ao desenvolvimento econômico e social brasileiro estão associados, em grande medida, às formas de ocupação territorial e às estratégias políticas adotadas, especialmente na Amazônia, onde prevaleceram modelos extrativistas que comprometeram a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações locais.

Nesse contexto, Moreira (2021) abordou o conceito de economia de fronteira, no qual o desenvolvimento é concebido a partir da exploração contínua de recursos naturais, considerados, de forma equivocada, como inesgotáveis. Tal paradigma influenciou

significativamente as políticas públicas brasileiras, ao reforçar a ideia de crescimento econômico ilimitado, desconsiderando os limites ecológicos e as consequências socioambientais dessa dinâmica.

A incorporação de novos valores à agenda pública, como a conservação ambiental, os direitos humanos e a democracia, reflete transformações no entendimento do desenvolvimento, que passa a integrar dimensões sociais e ambientais às estratégias econômicas. Contudo, as políticas públicas voltadas para a Amazônia ainda apresentam caráter seletivo e, muitas vezes, desarticulado, expressando contradições entre o discurso do desenvolvimento sustentável e as práticas efetivamente implementadas no território.

A atuação do Estado, nesse cenário, revela-se ambígua, ao mesmo tempo em que se configura como agente regulador e promotor do bem-estar social, também exerce controle sobre as dinâmicas sociais e territoriais. As políticas públicas, nesse sentido, funcionam como instrumentos de gestão das relações e das tensões sociais, refletindo interesses e prioridades que nem sempre correspondem às demandas das populações locais (Pannunzio, 2014).

Essa condição evidencia a centralidade do poder estatal na definição das agendas e na condução das estratégias de desenvolvimento. No plano internacional, as relações entre Estados e a ausência de uma autoridade soberana global tornam ainda mais complexa a formulação de políticas públicas ambientais. As interações internacionais extrapolam os limites do Estado-nação, exigindo abordagens que considerem múltiplas escalas e atores. Essa complexidade é particularmente relevante em contextos como o da Amazônia, onde as dinâmicas territoriais são influenciadas por interesses globais e por processos de integração regional.

A noção de desenvolvimento sustentável, por sua vez, apresenta-se como um campo de disputas conceituais e práticas. Para Lira et al. (2025), esse conceito envolve, simultaneamente, a satisfação das necessidades básicas da população, especialmente dos grupos mais vulneráveis, e o reconhecimento dos limites impostos pelos sistemas naturais. No entanto, a lógica econômica predominante tende a priorizar a satisfação de demandas de mercado, em detrimento das necessidades sociais, evidenciando a fragilidade e as contradições do modelo vigente.

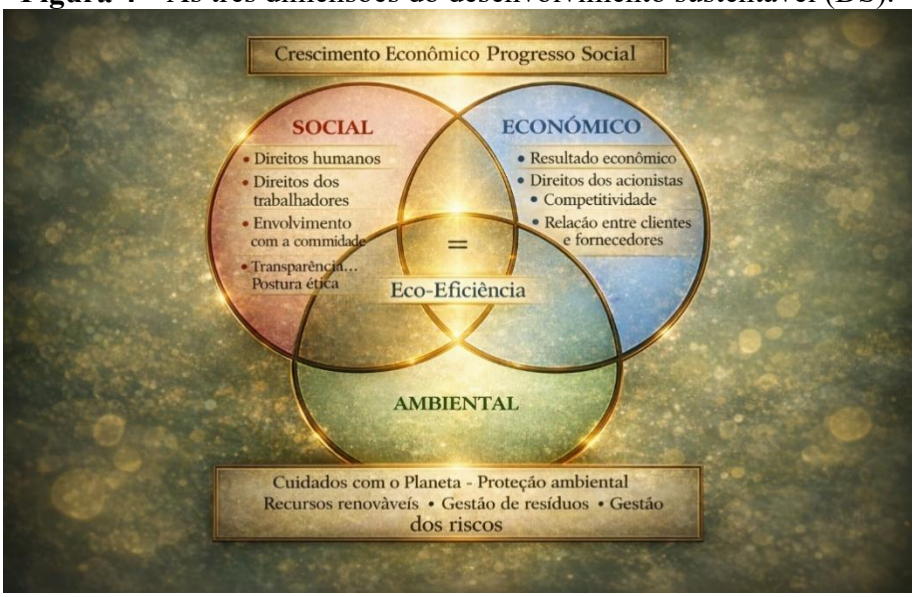
O conceito de desenvolvimento sustentável assume múltiplos significados, sendo frequentemente apropriado por diferentes discursos, inclusive aqueles vinculados ao crescimento econômico e aos interesses empresariais. Tal ampliação semântica, embora amplie sua difusão, contribui para sua indefinição teórica e para a dificuldade de sua operacionalização prática (Smolarek e Miranda, 2024).

Diante desse cenário, torna-se evidente que a construção de um modelo efetivo de desenvolvimento sustentável depende da superação de desafios estruturais, incluindo a redução

das desigualdades sociais, o fortalecimento da ciência e da tecnologia e a reconfiguração das políticas de ocupação do território. A adoção de estratégias mais eficazes requer a transformação dos espaços urbanos e rurais, o investimento em infraestrutura sustentável e a promoção de políticas que integrem desenvolvimento econômico, inclusão social e conservação ambiental.

A centralidade desse tripé tem orientado grande parte das discussões teóricas e práticas no campo do desenvolvimento sustentável, reforçando a necessidade de articulação entre aspectos sociais, ambientais e econômicos, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4 – As três dimensões do desenvolvimento sustentável (DS).



Fonte: Elaborado pela autora com base em Capobianco (2022).

A consolidação desse modelo enfrenta desafios significativos, sobretudo diante da persistência de abordagens setoriais e fragmentadas que dificultam a construção de estratégias integradas de gestão territorial. A sustentabilidade ambiental depende de um conjunto de ações que envolvem a limitação do uso de recursos esgotáveis, a substituição por fontes renováveis, a redução do consumo e o desenvolvimento de tecnologias limpas, além do fortalecimento de mecanismos institucionais de proteção ambiental.

O desenvolvimento sustentável configura-se como um processo em construção, que exige não apenas avanços conceituais, mas também mudanças profundas nas estruturas políticas, econômicas e institucionais. As políticas públicas assumem papel central, ao constituírem instrumentos capazes de orientar a transição para modelos mais equilibrados e sustentáveis, especialmente em contextos de elevada complexidade socioambiental, como o da Amazônia.

As diferentes percepções sobre desenvolvimento sustentável passam a articular-se de forma integrada às demandas contemporâneas, incluindo aquelas oriundas do setor produtivo, ao mesmo tempo em que incorporam as necessidades humanas e a redução dos impactos socioambientais. Tal integração pressupõe a valorização das especificidades territoriais e das condições concretas de vida das populações, orientando práticas que considerem tanto a dimensão social quanto a ambiental.

Capobianco (2022) destacam que o desenvolvimento sustentável fundamenta-se em três dimensões interdependentes: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, constituindo o denominado tripé da sustentabilidade. Nessa perspectiva, a sustentabilidade social está associada à distribuição mais equitativa das riquezas, enquanto a sustentabilidade econômica depende de uma gestão eficiente e racional dos recursos. Já o equilíbrio ecológico relaciona-se à manutenção das funções ambientais e à preservação dos ecossistemas. Assim, a integração dessas dimensões torna-se condição essencial para a construção de modelos de desenvolvimento que atendam às necessidades presentes sem comprometer as futuras.

A efetividade dessas ações está diretamente relacionada à capacidade de articulação entre os diferentes pilares da sustentabilidade, de modo que se tornem interdependentes e mutuamente condicionantes. Entretanto, observa-se que, na prática, ainda predominam abordagens fragmentadas, nas quais interesses econômicos, sociais e ambientais são tratados de forma dissociada.

Enquanto o mercado tende a expandir-se orientado por lógicas próprias, setores especializados frequentemente permanecem restritos a suas áreas de atuação, dificultando a construção de respostas integradas aos desafios contemporâneos. Essa fragmentação contribui para a manutenção de lacunas entre o discurso e a prática da sustentabilidade, evidenciando a necessidade de maior articulação entre os diferentes campos do conhecimento (Lopes e Chiavari, 2021).

Diante desse cenário, torna-se evidente que os avanços alcançados ainda são insuficientes frente às demandas das gerações futuras e à urgência das questões ambientais. É recorrente a existência de conflitos entre especialistas, quando, na realidade, seria necessário promover maior cooperação e convergência de esforços. Ressalta-se a necessidade de harmonização entre objetivos sociais, ambientais e econômicos, especialmente no contexto do ecodesenvolvimento (Lopes e Chiavari, 2021).

Assim, o desenvolvimento sustentável configura-se como um campo em constante construção, que exige a superação de abordagens fragmentadas e a adoção de práticas integradas, capazes de articular diferentes interesses e promover mudanças estruturais. Nesse

sentido, a consolidação desse paradigma depende do fortalecimento das políticas públicas, da integração entre os diversos atores sociais e da incorporação de perspectivas interdisciplinares na gestão dos territórios.

Nesse contexto, a efetivação do desenvolvimento sustentável demanda a construção de instrumentos de gestão que operem em múltiplas escalas, capazes de integrar dimensões locais e globais, bem como de articular diferentes níveis de governança. Tal exigência torna-se ainda mais evidente em territórios de elevada complexidade socioambiental, como as regiões amazônicas e, particularmente, as áreas de fronteira, onde coexistem distintos regimes institucionais, interesses econômicos e dinâmicas socioculturais.

Nesses espaços, a ausência de coordenação entre políticas públicas e a fragmentação das ações tendem a comprometer a efetividade das estratégias de conservação e desenvolvimento. Dessa forma, torna-se imprescindível avançar na construção de modelos de gestão territorial que incorporem a participação social, o reconhecimento das especificidades locais e a valorização dos saberes tradicionais.

A adoção de abordagens integradas, aliada ao fortalecimento institucional e à continuidade das políticas públicas, configura-se como condição necessária para a consolidação de práticas sustentáveis. Nesse sentido, instrumentos como os corredores de biodiversidade apresentam-se como alternativas promissoras, ao promoverem a conectividade ecológica e a articulação entre conservação ambiental e desenvolvimento regional, especialmente em contextos transfronteiriços.

Então, a ideia é tentar ultrapassar os obstáculos diante da velha tradição da composição do trabalho isolado, por segmentos que provavelmente não é uma das ações a serem compreendidas de maneira fácil. A sustentabilidade ambiental seria alavancada pela limitação no uso dos recursos esgotáveis e sua substituição pelos renováveis, pela limitação no consumo, pela geração de tecnologias limpas, além da criação e consolidação de mecanismos administrativos de proteção ambiental.

3.4 A EVOLUÇÃO CONCEITUAL DE BIODIVERSIDADE

Neste momento buscou-se compreender como foi estruturado o discurso que originou o termo biodiversidade, buscando-se identificar alguns fundamentos teóricos relevantes caracterizadores das suas finalidades e a forma como seus pressupostos estão a incidir sobre as estratégias de preservação dos recursos naturais no mundo, no Brasil e de modo estratégico, na Amazônia brasileira.

Torna-se relevante reconhecer o papel das populações tradicionais e dos conhecimentos locais na conservação dos ecossistemas, bem como fortalecer instrumentos de gestão que promovam a conectividade ambiental e a sustentabilidade em escala regional. Assim, a evolução da pauta da biodiversidade no Brasil revela um movimento de crescente complexificação, no qual a conservação deixa de ser um objetivo isolado e passa a integrar um projeto mais amplo de desenvolvimento sustentável. No entanto, a efetivação desse processo depende da capacidade de articulação entre diferentes atores, da continuidade das políticas públicas e da construção de uma governança ambiental capaz de responder aos desafios contemporâneos impostos à Amazônia.

Ao longo do processo histórico, a Amazônia foi interpretada sob diferentes perspectivas, muitas vezes marcadas por interesses externos e por uma visão utilitarista dos recursos naturais. Durante décadas, predominou uma lógica de ocupação baseada na exploração intensiva, o que contribuiu para a fragilização dos ecossistemas e para a ineficácia de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. A partir da década de 1980, com o fortalecimento dos movimentos ambientalistas em escala global, a Amazônia passou a ocupar posição central no debate internacional, sendo reconhecida não apenas por sua riqueza biológica, mas também por sua relevância climática e estratégica (Loyola, 2023).

Contudo, essa mudança de percepção não se traduziu, de forma homogênea, em políticas públicas eficazes. Observa-se, ainda, a coexistência de discursos voltados à conservação com práticas que perpetuam a degradação ambiental, revelando contradições estruturais no modelo de desenvolvimento adotado. Nesse contexto, a biodiversidade passa a assumir um papel central não apenas como patrimônio natural, mas como elemento estratégico na redefinição das relações entre sociedade e natureza.

Dessa forma, a pauta da biodiversidade no Brasil, e especialmente na Amazônia, apresenta um caráter evolutivo, ao transitar de uma visão estritamente exploratória para uma abordagem que incorpora dimensões científicas, sociais e políticas. Entretanto, esse processo permanece incompleto, exigindo o fortalecimento de políticas públicas integradas, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a construção de estratégias que conciliem conservação ambiental e desenvolvimento sustentável a longo prazo (Loyola, 2023).

A abordagem da biodiversidade no âmbito teórico mostra-se multidisciplinar, ou seja, envolve a articulação de diferentes campos do conhecimento, como a ecologia, a economia, a sociologia, a geografia, a biotecnologia e as ciências políticas. Essa diversidade de perspectivas permite compreender a biodiversidade não apenas como um fenômeno biológico, mas como um elemento estratégico no desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente no que se

refere à inovação, ao uso sustentável dos recursos naturais e à geração de conhecimento aplicado.

A biodiversidade também passa a ser compreendida como um elemento estratégico no desenvolvimento científico e tecnológico. Assad e Pereira (1998) e Azevedo et al. (2001) destacam sua relação com a inovação e com a regulação da propriedade intelectual, especialmente no que se refere aos recursos genéticos. Becker (2001), por sua vez, amplia essa discussão ao situar a conservação da biodiversidade no contexto amazônico, evidenciando sua complexidade e a necessidade de abordagens que ultrapassem visões estritamente econômicas.

Nesse contexto, a biodiversidade também deve ser analisada a partir de sua dimensão territorial e sociocultural, uma vez que sua existência e conservação estão diretamente relacionadas às formas de uso e ocupação do espaço, bem como aos saberes e práticas das populações locais. A interação entre sociedade e natureza, especialmente em regiões como a Amazônia, evidencia que os processos de conservação não podem ser dissociados das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que estruturam os territórios.

A ampliação do debate incorpora ainda contribuições que enfatizam a dimensão territorial e sociocultural da biodiversidade. Bensusan (2006) analisa a conservação em áreas protegidas, enquanto Castro (1997) destaca a importância dos saberes das populações tradicionais na gestão dos recursos naturais. Nesse mesmo campo, Garcia (1995) contribui ao relacionar biodiversidade, biotecnologia e saúde, evidenciando a necessidade de articulação entre diferentes áreas do conhecimento para a gestão desses processos. Para Valois (1998), a diversidade biológica também desempenha papel fundamental na definição de áreas prioritárias para conservação, além de orientar estratégias de uso sustentável e fomentar a conscientização global acerca da necessidade de preservação dos ecossistemas.

Outras abordagens reforçam a relação entre biodiversidade, planejamento territorial e instrumentos de conservação, destacando a importância de estratégias que promovam a conectividade entre ecossistemas e a gestão integrada dos recursos naturais. Nesse sentido, instrumentos como unidades de conservação, corredores ecológicos e corredores de biodiversidade assumem papel relevante na organização do território, contribuindo para a manutenção dos processos ecológicos e para a redução dos efeitos da fragmentação ambiental.

Muchailh (2007) discute a formação de corredores de biodiversidade como estratégia inovadora, enquanto Santilli (2001) e Santos (2001) abordam a proteção dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos. Complementarmente, Valois (1988) e Wilson (1997) oferecem contribuições relevantes para a compreensão do percurso institucional da biodiversidade, destacando sua inserção nas agendas científicas e políticas.

No contexto da globalização, a biodiversidade consolida-se como um dos principais referenciais científicos e políticos, sendo incorporada às agendas internacionais e às estratégias de desenvolvimento dos países. Essa centralidade reflete não apenas sua importância ecológica, mas também seu valor econômico, social e geopolítico, especialmente em regiões megadiversas como o Brasil. Contudo, essa valorização também evidencia disputas e interesses diversos, o que reforça a necessidade de políticas públicas consistentes, capazes de articular conservação, desenvolvimento e justiça socioambiental.

Conforme apontam Ximenes (1997), as transformações ocorridas ao final do século XX evidenciaram tanto os limites dos avanços tecnológicos quanto a necessidade de construção de novos modelos capazes de responder às demandas socioambientais. Nesse processo, a biodiversidade passa a ser articulada a temas como unidades de conservação, socioambientalismo e turismo, ampliando seu campo de aplicação.

No Brasil, a biodiversidade ocupa posição central nos debates ambientais contemporâneos, influenciando discursos e práticas sociais em diferentes esferas. Conforme Simonian, Pinto e Campos (2007), as crises ambientais evidenciaram limitações no conhecimento da população mundial sobre essas questões, ao mesmo tempo em que impulsionaram a emergência de novas formas de organização social e de reflexão teórica. Nesse cenário, o Brasil destaca-se como um país de megadiversidade biológica, ainda parcialmente conhecida, mas com elevado potencial científico e econômico. No caso do estado do Amapá, destacam-se as contribuições do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas, que sistematizou conhecimentos sobre a biota regional, evidenciando a riqueza e a complexidade dos ecossistemas locais.

Nesse contexto, estudos como os de Arruda (1997; 2000; 2001) ganham relevância ao abordar a gestão integrada de ecossistemas, articulando conservação da biodiversidade, ecologia humana e sustentabilidade em diferentes contextos territoriais. Entretanto, apesar de sua ampla difusão, o conceito de biodiversidade ainda apresenta certa indefinição teórica, decorrente de sua rápida incorporação por diferentes áreas do conhecimento e atores sociais.

Essa pluralidade de significados, embora contribua para sua expansão, também dificulta sua operacionalização e compreensão, inclusive no âmbito acadêmico. Assim, a consolidação da biodiversidade como conceito estruturante das políticas ambientais exige maior rigor conceitual e integração entre diferentes perspectivas teóricas e práticas.

Diante disso, torna-se fundamental que os países detentores de elevada biodiversidade desenvolvam estratégias para conhecer, valorizar e gerir seus recursos naturais. O mapeamento

da diversidade biológica, de sua distribuição geográfica e de seu valor estratégico constitui base para a formulação de políticas públicas voltadas à conservação e ao uso sustentável.

Essas informações orientam decisões relacionadas a investimentos em infraestrutura, à criação e gestão de áreas protegidas e ao fortalecimento da ciência e da tecnologia. Nesse sentido, conforme Simonian (2003), as relações estabelecidas entre biodiversidade e conhecimentos tradicionais assumem papel central na construção histórica das sociedades, evidenciando a importância da integração entre saberes locais e políticas ambientais.

3.4.1 Um breve discurso em torno da percepção conceitual da biodiversidade

As concepções de biodiversidade consolidaram-se historicamente à medida que as sociedades humanas ampliaram sua capacidade de intervenção sobre os ecossistemas, intensificando a disputa por recursos naturais cada vez mais escassos. Nesse processo, a biodiversidade deixou de ser apenas um atributo descritivo da natureza para assumir o papel de indicador estratégico do equilíbrio ambiental e da sustentabilidade ecológica, funcionando, como uma espécie de parâmetro para aferir o bem-estar ambiental.

Tal deslocamento conceitual revela uma inflexão importante: a biodiversidade passa a ser compreendida não apenas como diversidade biológica, mas como expressão das relações de poder, uso e apropriação dos territórios. Do ponto de vista histórico, Trivellato (2026) defende que a noção de diversidade da vida antecede sua formalização científica, estando presente em diferentes tradições culturais que desenvolveram sistemas próprios de classificação dos organismos.

Essas etnoclassificações evidenciam que a biodiversidade sempre foi um elemento estruturante das relações entre sociedade e natureza. Contudo, com a consolidação da ciência moderna, especialmente a partir dos séculos XVI e XVII, esse conhecimento foi progressivamente sistematizado, ao mesmo tempo em que se distanciou dos saberes tradicionais. Essa ruptura epistemológica, ainda hoje presente, constitui um dos principais desafios para a construção de políticas públicas mais inclusivas e eficazes no campo ambiental (Loyola, 2023).

A emergência do termo biodiversidade no final do século XX representa um marco na reconfiguração desse debate, ao integrar diferentes níveis de organização da vida em uma única categoria analítica. Entretanto, essa consolidação conceitual ocorre em um contexto de intensificação da crise ambiental global, o que confere à biodiversidade um caráter simultaneamente científico, político e econômico (Trivellato, 2026).

A biodiversidade no século XXI representa então um conceito que se insere em um novo paradigma, no qual a complexidade dos sistemas naturais exige abordagens interdisciplinares e integradas. No entanto, sua apropriação não se dá de forma neutra. Ao contrário, ela é atravessada por interesses econômicos, especialmente no campo da biotecnologia e da bioprospecção, o que a transforma em ativo estratégico no contexto da globalização.

> Assim, pós-SNUC, o termo "populações tradicionais" passa a qualificar as mediações entre o Estado/sociedade nacional e as pessoas em Reservas Extrativistas, assumindo dois novos modos de existência: a) filosófico-conceitual, como signo do "ser" e justificante da entidade Reserva Extrativista (parte da sua função existencial e de projeção de futuros); e, b) normativa, como propriedade dirigente na configuração de artefatos normativo-legais e de presunções e expectativas ético-morais que estabelecem variados tipos de controles impostos às pessoas em Reservas Extrativistas (Silva, 2024, p. 173).

Silva (2024) já indica que a difusão do conceito está associada à necessidade de organizar e controlar o acesso aos recursos genéticos, evidenciando que a biodiversidade também se insere em dinâmicas de mercado e em disputas geopolíticas. Nesse sentido, a sua valorização internacional convive com processos locais de degradação, revelando contradições profundas entre discurso e prática.

Essa contradição torna-se ainda mais evidente no caso da Amazônia, onde a biodiversidade é simultaneamente reconhecida como patrimônio global e submetida a pressões intensas decorrentes da expansão econômica.

Trivellato (2026) e Silva (2024) destacam que a principal ameaça à biodiversidade continua sendo a destruição dos habitats naturais, impulsionada por modelos de desenvolvimento que desconsideram os limites ecológicos. Assim, a crise da biodiversidade não pode ser compreendida apenas como um problema ambiental, mas como expressão de um modelo civilizatório baseado na exploração intensiva dos recursos naturais.

Por outro lado, a consolidação da biodiversidade como conceito estruturante das políticas ambientais ganha força com a Convenção sobre Diversidade Biológica, estabelecida na Conferência do Rio de 1992, que institucionaliza princípios como conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. Contudo, embora esse marco represente um avanço normativo significativo, sua implementação permanece limitada, especialmente em países megadiversos como o Brasil, onde persistem desafios relacionados à governança, à fiscalização e à integração entre diferentes escalas de gestão.

Dessa forma, a biodiversidade deve ser compreendida, em 2026, como um campo em disputa, no qual se entrecruzam interesses científicos, econômicos, políticos e culturais. Sua

evolução conceitual revela não apenas avanços no conhecimento, mas também as tensões inerentes à tentativa de conciliar conservação ambiental e desenvolvimento.

Nesse sentido, a construção de políticas públicas eficazes exige a superação de abordagens fragmentadas, a valorização dos saberes locais e a adoção de estratégias integradas que reconheçam a biodiversidade como elemento central na reorganização das relações entre sociedade e natureza, especialmente em contextos complexos como o da Amazônia.

A abordagem contemporânea da biodiversidade, especialmente no contexto brasileiro, revela um deslocamento significativo de sua compreensão tradicional para uma perspectiva ampliada, relacional e crítica. Nesse cenário, a biodiversidade deixa de ser interpretada apenas como estoque de recursos naturais e passa a ser concebida como um sistema complexo de interações entre dimensões ecológicas, sociais, econômicas e políticas, inseridas em dinâmicas globais e locais simultaneamente (Putini; Klanovicz, 2025).

> Entendemos esse campo como emergente a partir de leituras derivadas dos problemas apontados na busca pela sustentabilidade, ao mesmo tempo em que consideramos que suas provocações geram desafios epistemológicos para a própria noção de sustentabilidade. Se a noção abstrata de sustentabilidade arregimenta iniciativas que têm buscado identificar elementos, promover ações de mudança e construção de indicadores de mudança ambiental, como é o caso dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), perceber as diferentes vidas e seus processos de mudança a partir de um olhar multiespécie significa pensar de maneira mais demorada e detida sobre as relacionalidades horizontais entre agentes humanos e não humanos na busca por sociedades mais sustentáveis (Putini; Klanovicz, 2025, p. 180)..

Esse movimento teórico evidencia que a sustentabilidade, historicamente construída sob bases antropocêntricas, encontra-se em processo de revisão. Conforme Putini e Klanovicz (2025), emergem abordagens que questionam a centralidade do ser humano e propõem uma leitura baseada na interdependência entre humanos e não humanos, indicando uma inflexão epistemológica relevante para o campo ambiental.

Nesse sentido, a biodiversidade passa a ser entendida como resultado de relações dinâmicas e contínuas entre diferentes formas de vida, o que exige a incorporação de novos referenciais analíticos. A perspectiva multiespécie, por exemplo, amplia o debate ao reconhecer que os processos ecológicos e sociais são coproduzidos por múltiplos agentes, deslocando a análise de uma visão linear para uma abordagem relacional (Putini; Klanovicz, 2025).

No contexto brasileiro, essa mudança de paradigma é particularmente relevante, considerando a complexidade dos biomas nacionais. Estudos recentes demonstram que a biodiversidade está diretamente associada à provisão de serviços ecossistêmicos fundamentais

para a manutenção da vida e das atividades econômicas, reforçando sua centralidade no planejamento ambiental e no desenvolvimento regional (Nikokavouras; Meireles, 2025).

> As sociedades dependem do meio ambiente para assegurar seu bem-estar e crescimento econômico, usufruindo tanto de seus benefícios diretos, como água e alimentos, quanto dos indiretos, como recreação e valores culturais. Esses benefícios fornecidos pelos ecossistemas são denominados Serviços Ecossistêmicos– SE [...]. No entanto, a crescente pressão sobre os recursos naturais tem aumentado a degradação dos SE, o que ameaça a saúde dos ecossistemas, a economia e a própria sobrevivência humana [...]. Entre os ecossistemas ameaçados, a Caatinga enfrenta desafios significativos decorrentes da exploração insustentável de recursos e dos efeitos das mudanças climáticas. Portanto, compreender os SE oferecidos por este bioma é fundamental para promover sua conservação e uso sustentável, assegurando a biodiversidade local e o sustento das comunidades que dependem desses recursos (Nikokavouras; Meireles, 2025, p. 2).

A noção de serviços ecossistêmicos, nesse contexto, contribui para traduzir a importância da biodiversidade em termos mais tangíveis, evidenciando sua relação com o bem-estar humano, a segurança alimentar e a estabilidade climática. Entretanto, essa abordagem também revela tensões, na medida em que pode reforçar uma visão utilitarista da natureza, subordinando-a às necessidades humanas.

No caso da Caatinga, por exemplo, observa-se que a degradação ambiental compromete diretamente a oferta desses serviços, impactando não apenas os ecossistemas, mas também as comunidades que deles dependem. A intensificação da exploração dos recursos naturais e os efeitos das mudanças climáticas têm ampliado a vulnerabilidade desse bioma, evidenciando a necessidade de estratégias mais integradas de conservação (Nikokavouras; Meireles, 2025).

Essa realidade não é exclusiva da Caatinga, mas reflete um padrão mais amplo observado em diferentes biomas brasileiros, incluindo a Amazônia. A persistência de modelos de desenvolvimento baseados na exploração intensiva dos recursos naturais evidencia um descompasso entre o avanço do conhecimento científico e sua aplicação nas políticas públicas.

No campo da produção agrícola, por exemplo, estudos recentes apontam que a intensificação do uso de insumos químicos tem gerado impactos negativos sobre a biodiversidade e os ecossistemas. A dependência de fertilizantes sintéticos, associada à degradação do solo, evidencia os limites do modelo agrícola dominante (Oliveira et al., 2025).

> A Revolução Verde se expandiu de forma exorbitante na utilização de fertilizantes químicos [...]. Diante desse cenário, nota-se que a agricultura foi uma das atividades humanas que mais contribui para a crescente liberação de poluentes pelo uso excessivo de agroquímicos nocivos ao homem e a todo o meio ambiente [...]. Avanços em gerenciamento de dados e soluções robóticas estão evoluindo a agricultura, maximizando a produtividade e a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que reduz o uso indevido de recursos e a poluição ambiental (Oliveira et al., 2025, p. 3).

Diante desse cenário, emergem propostas que buscam reconfigurar as práticas produtivas, incorporando princípios da sustentabilidade e da conservação da biodiversidade. O uso de biofertilizantes, a valorização da matéria orgânica e a atuação de microrganismos no solo são exemplos de estratégias que apontam para a construção de agroecossistemas mais resilientes.

Essas iniciativas indicam que a biodiversidade não se restringe aos ecossistemas naturais, mas também desempenha papel fundamental na sustentabilidade dos sistemas produtivos. Nesse sentido, a conservação da biodiversidade passa a ser compreendida como condição para a própria continuidade das atividades econômicas.

Contudo, a incorporação dessas práticas ainda ocorre de forma limitada, o que evidencia a persistência de barreiras estruturais, institucionais e culturais. A transição para modelos mais sustentáveis exige não apenas inovação tecnológica, mas também mudanças profundas nos padrões de produção e consumo.

A biodiversidade, como demonstrado nos estudos de Putini e Klanovicz (2025), Nikokavouras e Meireles (2025), e, Oliveira et al. (2025), consolida-se como um dos principais referenciais científicos no contexto da globalização, sendo incorporada às agendas internacionais de desenvolvimento sustentável. No entanto, essa centralidade também a insere em disputas geopolíticas, especialmente no que se refere ao acesso e uso dos recursos genéticos.

No caso da Amazônia, essa condição é ainda mais evidente, uma vez que o bioma se configura como espaço estratégico tanto para a conservação ambiental quanto para interesses econômicos globais. A biodiversidade amazônica passa, assim, a ocupar posição central nas discussões sobre mudanças climáticas, bioeconomia e governança ambiental.

Dessa forma, a evolução da pauta da biodiversidade no Brasil revela um processo marcado por avanços conceituais e limitações práticas. Se, por um lado, observa-se uma ampliação das abordagens teóricas e o reconhecimento de sua importância estratégica, por outro, persistem desafios relacionados à sua efetiva incorporação nas políticas públicas e na gestão dos territórios.

Por fim, compreende-se que a biodiversidade constitui um campo em permanente transformação, no qual se articulam ciência, política e sociedade. Sua compreensão exige abordagens interdisciplinares, capazes de integrar diferentes escalas e atores, contribuindo para a construção de modelos de desenvolvimento mais justos, equilibrados e sustentáveis.

Nesse sentido, o manejo comunitário de recursos naturais emerge como alternativa relevante para a conciliação entre conservação e desenvolvimento local. Esse modelo tem se consolidado como estratégia que valoriza os saberes tradicionais e promove a sustentabilidade

a partir da participação ativa das comunidades na gestão dos recursos naturais (Soares et al., 2022).

3.4.2 As unidades de conservação e biodiversidade no Amapá

Entretanto, apesar de seu potencial, o manejo comunitário ainda enfrenta desafios estruturais, como a ausência de regularização fundiária, limitações no acesso a crédito e fragilidades na assistência técnica. Tais obstáculos evidenciam que a sustentabilidade, no contexto amazônico, depende de políticas públicas integradas e de longo prazo (Miranda et al., 2020). A degradação ambiental na Amazônia está diretamente associada a práticas inadequadas de uso do solo, especialmente em áreas de expansão agropecuária e mineração. Esses processos intensificam a erosão, comprometem a fertilidade dos solos e geram impactos socioeconômicos significativos (Sales, 2019; Hassane et al., 2025).

> A ação antrópica, especialmente por meio do desmatamento intensivo, da expansão urbana desordenada e de práticas agrícolas inadequadas, amplifica drasticamente os efeitos erosivos na região [...]. A remoção da cobertura vegetal reduz a estabilidade estrutural do solo, aumentando sua suscetibilidade à erosão hídrica. Além disso, o uso excessivo do solo para atividades agropecuárias sem técnicas de conservação compromete sua fertilidade e contribui para a formação de ravinas e voçorocas, alterando significativamente os ecossistemas locais (Hassane et al., 2025, p. 11).

A erosão do solo, nesse contexto, deixa de ser apenas um problema ambiental e passa a constituir uma questão estrutural, com implicações diretas na segurança alimentar, na qualidade de vida das populações locais e na manutenção dos ecossistemas. Tal cenário reforça a necessidade de estratégias de conservação que integrem dimensões ecológicas, sociais e econômicas (Nunes et al., 2012).

A biodiversidade amazônica deve ser compreendida como um sistema complexo, cuja conservação depende do conhecimento detalhado sobre a composição florística e a dinâmica ecológica das espécies. Estudos etnobiológicos demonstram que a diversidade vegetal está diretamente relacionada à resiliência dos ecossistemas e à sustentabilidade das práticas de manejo (Matos; Lima, 2023).

A valorização dos saberes tradicionais assume papel central na conservação da biodiversidade, uma vez que esses conhecimentos representam formas históricas de interação sustentável com o meio ambiente. A crescente produção científica sobre etnobotânica evidencia a importância de integrar esses saberes às políticas públicas de conservação e saúde (Lima et al., 2026).

Ao mesmo tempo, observa-se que o campo da sustentabilidade tem passado por transformações teóricas significativas, especialmente com o avanço de abordagens críticas que questionam o caráter antropocêntrico das políticas ambientais. Os estudos multiespécie, por exemplo, propõem uma visão relacional entre humanos e natureza, ampliando as bases epistemológicas da gestão ambiental (Putini; Klanovicz, 2025).

Essas abordagens indicam que a crise ambiental contemporânea não pode ser compreendida de forma isolada, mas como resultado de processos históricos e estruturais que envolvem relações de poder, modelos econômicos e formas de apropriação do território. Nesse sentido, a biodiversidade passa a ser entendida como elemento estratégico no debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

No caso específico do Amapá, essa discussão ganha maior complexidade devido à sua posição geopolítica e à presença de extensas áreas protegidas em regiões de fronteira. Essa condição exige a construção de estratégias de gestão que considerem não apenas a conservação ambiental, mas também as dinâmicas transfronteiriças e os interesses diversos que incidem sobre o território.

Dessa forma, torna-se evidente que a análise das unidades de conservação e dos corredores de biodiversidade no Amapá deve ultrapassar uma perspectiva normativa, incorporando uma leitura crítica das limitações institucionais, dos conflitos sociais e das disputas territoriais que marcam esses espaços.

A biodiversidade no Amapá e na Amazônia configura-se como um campo estratégico de disputa e construção de políticas públicas, no qual a efetividade das ações de conservação depende da integração entre conhecimento científico, saberes tradicionais e práticas de gestão territorial. A consolidação de estratégias como os corredores de biodiversidade representa, portanto, não apenas um avanço técnico, mas um desafio político e social que exige novas formas de pensar e gerir o território.

Para compreender a dimensão histórica e política da criação das unidades de conservação no Brasil, é necessário situá-la no contexto de institucionalização das políticas ambientais a partir da segunda metade do século XX. Entre as décadas de 1970 e 1980, observa-se a criação de áreas protegidas estratégicas, como a Reserva Biológica do Rio Trombetas, o Parque Nacional da Serra da Capivara e o Atol das Rocas, evidenciando uma preocupação crescente com a conservação da biodiversidade e do patrimônio natural, ainda que marcada por uma lógica centralizada e tecnocrática (Putini; Klanovicz, 2025).

Entretanto, a expansão das áreas protegidas no território brasileiro não ocorreu de maneira homogênea nem isenta de conflitos, sobretudo em regiões amazônicas. A literatura

evidencia que a implementação dessas unidades frequentemente desconsiderou a presença histórica de populações tradicionais, gerando tensões territoriais e fragilizando a legitimidade das políticas ambientais (Soares et al., 2022).

No caso específico da Amazônia e, particularmente, do estado do Amapá, esses conflitos assumem contornos ainda mais complexos, uma vez que envolvem disputas por terra, acesso a recursos naturais e reconhecimento de direitos. Estudos indicam que a ausência de políticas integradas e a limitada atuação do Estado contribuem para a marginalização dessas populações, evidenciando lacunas estruturais na gestão ambiental (Hassane et al., 2025).

Nesse cenário, a conservação da biodiversidade brasileira passou a ser reconhecida como um dos principais desafios nacionais, especialmente diante da condição do país como detentor de uma das maiores biodiversidades do planeta. Tal reconhecimento impulsionou a formulação de políticas públicas voltadas à proteção ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais (Matos; Lima, 2023).

A construção do SNUC representa, portanto, um marco na consolidação dessas políticas, ao incorporar diferentes categorias de proteção e promover a articulação entre esferas governamentais. Esse sistema resulta de um processo histórico de amadurecimento institucional, que buscou integrar experiências diversas e ampliar a participação social na gestão ambiental (Brasil, 2000).

Contudo, é fundamental destacar que as UCs não devem ser compreendidas apenas como instrumentos de proteção ecológica, mas também como dispositivos de ordenamento territorial e de regulação do uso dos recursos naturais. Nesse sentido, sua implementação reflete disputas políticas e interesses econômicos que permeiam o território (Putini; Klanovicz, 2025).

A criação do SNUC configura-se como uma das principais estratégias de conservação no Brasil, ao estabelecer diretrizes legais para a proteção da biodiversidade e promover a integração entre conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Além disso, o sistema reconhece a importância da participação social, especialmente de populações tradicionais, na gestão dos territórios protegidos (Soares et al., 2022).

A Lei n. 9.985/2000, que institui o SNUC, define conceitos fundamentais como conservação, preservação e uso sustentável, estruturando o sistema em categorias distintas de manejo. Essa legislação representa um avanço significativo na normatização das políticas ambientais, embora sua efetividade dependa da capacidade de implementação e fiscalização por parte do Estado (Brasil, 2000). No âmbito do estado do Amapá, a análise das UCs revela um cenário singular, caracterizado por elevada proporção de áreas protegidas e por uma complexa dinâmica territorial. A espacialização dessas unidades evidencia tanto avanços na

conservação quanto desafios relacionados à gestão, à governança e à integração com as comunidades locais (Hassane et al., 2025).

A gestão dessas áreas demanda a incorporação de conhecimentos científicos e tradicionais, especialmente no que se refere à compreensão da biodiversidade e à recuperação ambiental. Estudos florísticos e fitossociológicos têm se mostrado fundamentais para subsidiar ações de conservação e planejamento ambiental na região Norte (Matos; Lima, 2023).

A valorização dos saberes tradicionais também se apresenta como elemento central nesse processo, uma vez que esses conhecimentos contribuem para práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais. A etnobotânica, por exemplo, tem evidenciado a importância desses saberes na conservação da biodiversidade e na formulação de políticas públicas mais inclusivas (Lima et al., 2026).

Nesse sentido, a gestão das UCs deve ser compreendida como um processo interdisciplinar, que articula diferentes dimensões: ecológicas, sociais, econômicas e culturais. Essa abordagem amplia a compreensão dessas áreas como territórios vivos, nos quais múltiplos atores e interesses se inter-relacionam (Putini; Klanovicz, 2025). A discussão proposta neste estudo busca, portanto, aprofundar a análise das UCs no Amapá, considerando seus desdobramentos socioambientais contemporâneos. Destacam-se, nesse contexto, os desafios relacionados à gestão em áreas de fronteira, onde se intensificam disputas territoriais e pressões sobre os recursos naturais (Hassane et al., 2025).

Adicionalmente, observa-se que a consolidação do SNUC possibilitou a articulação entre diferentes níveis de governo, promovendo uma gestão mais integrada das áreas protegidas. No entanto, persistem desafios relacionados à efetividade das políticas, à fiscalização ambiental e à participação social (Soares et al., 2022).

O sistema brasileiro de UCs se organiza em dois grandes grupos: proteção integral e uso sustentável, refletindo diferentes estratégias de conservação. Essa classificação evidencia a tentativa de conciliar preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, especialmente em contextos como o amazônico, onde a presença humana é parte constitutiva do território (Brasil, 2000).

A análise das UCs no estado do Amapá evidencia um paradoxo que desafia as abordagens convencionais da política ambiental: ao mesmo tempo em que o estado apresenta um dos maiores percentuais de áreas protegidas do Brasil, persistem fragilidades estruturais que comprometem a efetividade da conservação da biodiversidade. A existência de extensos territórios legalmente protegidos não tem sido suficiente para conter pressões decorrentes de

atividades como garimpo ilegal, exploração madeireira e expansão de infraestruturas associadas à lógica desenvolvimentista.

Em regiões como o entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e áreas próximas à Terra Indígena Uaçá, observa-se a intensificação de dinâmicas transfronteiriças que favorecem práticas ilícitas, revelando limitações na fiscalização ambiental e na cooperação internacional entre Brasil e Guiana Francesa. Nesse contexto, as UCs, embora juridicamente consolidadas, mostram-se vulneráveis diante de um cenário de governança fragmentada e insuficiente articulação institucional (Hassane et al., 2025).

Os problemas relacionados à biodiversidade no Amapá não podem ser dissociados das desigualdades socioeconômicas e da histórica marginalização das populações tradicionais que habitam esses territórios. A implementação de unidades de conservação, em muitos casos, ocorreu sem a devida incorporação dos conhecimentos locais e das práticas tradicionais de manejo, o que contribuiu para a construção de conflitos e para a baixa adesão social às políticas de conservação.

Experiências de manejo comunitário na Amazônia demonstram que a participação ativa dessas populações pode resultar em melhores indicadores de conservação e geração de renda, como observado em projetos de manejo florestal comunitário em áreas de uso sustentável (Soares et al., 2022). No entanto, no Amapá, essas iniciativas ainda enfrentam entraves como a ausência de regularização fundiária, limitações no acesso a políticas públicas e fragilidade no apoio técnico, o que reduz seu potencial transformador e evidencia a necessidade de revisão dos modelos de gestão adotados.

Por fim, a sustentabilidade nos territórios protegidos do Amapá deve ser compreendida como um campo de disputas que envolve múltiplas escalas e interesses, indo além da dimensão ecológica e incorporando aspectos políticos, econômicos e geopolíticos. A crescente pressão por exploração de recursos naturais, como a recente discussão sobre a Margem Equatorial e seus possíveis impactos indiretos sobre áreas protegidas, exemplifica a tensão entre conservação e desenvolvimento. Soma-se a isso o avanço das mudanças climáticas, que intensificam processos de degradação ambiental, como erosão do solo e perda de biodiversidade, exigindo respostas mais integradas e inovadoras (Hassane et al., 2025).

Assim, a consolidação das UCs no Amapá depende não apenas da manutenção de seus limites territoriais, mas da construção de um modelo de governança socioambiental efetivo, capaz de articular ciência, políticas públicas e saberes tradicionais, sob pena de se perpetuar um modelo de conservação formalmente robusto, porém materialmente frágil.

3.4.3 A governança socioambiental e a proteção da biodiversidade

No contexto da legislação ambiental brasileira vigente, torna-se pertinente, nesta etapa da investigação, apresentar uma descrição sistematizada das principais categorias de UC, bem como de suas finalidades. Embora não se pretenda esgotar o tema, busca-se oferecer uma síntese analítica que permita compreender a lógica de organização dessas áreas no âmbito das políticas públicas ambientais.

Em termos gerais, todas as UC têm como finalidade a conservação, a preservação e a proteção da natureza. Contudo, em termos específicos, cada categoria apresenta objetivos, formas de uso e regimes de manejo definidos legalmente, refletindo diferentes estratégias de conservação da biodiversidade.

O modelo de proteção integral, embora fundamental para a conservação de ecossistemas sensíveis, apresenta limitações quando desconsidera a presença de populações locais e suas formas de uso tradicional dos recursos naturais. Tal aspecto evidencia a necessidade de articulação entre diferentes categorias de unidades de conservação, bem como de estratégias complementares, como corredores ecológicos e instrumentos de gestão participativa, no âmbito da governança socioambiental.

Nesse sentido, a governança socioambiental emerge como elemento central para a efetividade das políticas de conservação, ao promover a articulação entre diferentes categorias de unidades de conservação, atores institucionais e populações locais, integrando dimensões ecológicas, sociais e políticas na gestão do território. Essa abordagem reconhece que a proteção da biodiversidade não pode ser dissociada das dinâmicas socioeconômicas e culturais que permeiam os espaços protegidos, especialmente em contextos amazônicos e transfronteiriços.

Assim, a adoção de mecanismos participativos, a valorização dos saberes tradicionais e a coordenação entre múltiplas escalas de governança tornam-se fundamentais para superar modelos conservacionistas excludentes, permitindo a construção de estratégias mais inclusivas, adaptativas e territorialmente sensíveis, capazes de conciliar conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, o objetivo central dessas unidades consiste em compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais, estabelecendo um modelo de gestão que articula proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico.

Nesse sentido, as unidades de proteção integral constituem o núcleo mais restritivo das políticas de conservação ambiental, uma vez que limitam significativamente o uso direto dos recursos naturais. Conforme diretrizes estabelecidas pelo SNUC (Brasil, 2000), essas unidades

estão organizadas em categorias específicas, cada uma com objetivos próprios, conforme sistematizado no Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias e finalidades das Unidades de Conservação de Proteção Integral

Categoria	Finalidade principal	Regime de domínio
Estação Ecológica	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas	Domínio público
Reserva Biológica	Proteção integral da biota e dos processos ecológicos naturais, sem interferência humana direta	Domínio público
Parque Nacional	Preservação de ecossistemas de relevância ecológica e beleza cênica, com possibilidade de uso público controlado	Domínio público
Monumento Natural	Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande valor paisagístico	Público ou privado
Refúgio de Vida Silvestre	Proteção de ambientes naturais que asseguram a existência e reprodução de espécies da fauna e flora	Público ou privado

Fonte: Adaptado de Brasil (2000).

Importa destacar que a gestão dessas unidades envolve diferentes esferas administrativas, podendo ser atribuída a órgãos federais, estaduais ou municipais, conforme a titularidade da área e o nível de criação da unidade. No entanto, independentemente da esfera de gestão, observa-se que a efetividade dessas áreas depende não apenas de sua regulamentação legal, mas também da capacidade institucional de implementação, fiscalização e integração com as dinâmicas territoriais.

De acordo com a Lei n. 9.985/2000, as UCs de uso sustentável são definidas, no artigo 2º, inciso XI, como aquelas que permitem a exploração do ambiente de forma a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, assegurando a manutenção da biodiversidade e de seus atributos, em bases socialmente justas e economicamente viáveis.

Diferentemente das UCs de proteção integral, as UCs de uso sustentável reconhecem a presença humana como elemento constitutivo do território, especialmente no caso de populações tradicionais, cujas práticas historicamente contribuíram para a conservação dos ecossistemas. Assim, essas categorias representam uma inflexão importante nas políticas ambientais, ao incorporarem dimensões sociais, culturais e econômicas no planejamento e na gestão dos espaços protegidos.

Cabe destacar que o SNUC é orientado por um conjunto de diretrizes que visam assegurar a representatividade ecológica e a viabilidade das unidades de conservação, garantindo que diferentes biomas, ecossistemas e populações estejam adequadamente contemplados. Tais diretrizes também enfatizam a necessidade de integração entre as unidades, a participação social na gestão e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Conforme estabelecido pelo SNUC (Brasil, 2000), as unidades de uso sustentável estão organizadas em diferentes categorias, cada uma com objetivos específicos, conforme sistematizado no Quadro 4.

Quadro 4 – Categorias e finalidades das Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Categoria	Finalidade principal	Regime de domínio
Área de Proteção Ambiental (APA)	Proteção da diversidade biológica, ordenamento territorial e promoção do uso sustentável dos recursos naturais em áreas com ocupação humana	Público ou privado
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Conservação de ecossistemas de importância regional ou local e regulação do uso sustentável em áreas de pequena extensão	Público ou privado
Floresta Nacional (FLONA)	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica voltada à exploração sustentável	Domínio público
Reserva Extrativista (RESEX)	Proteção dos modos de vida e da cultura de populações tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais	Domínio público com uso concedido
Reserva de Fauna	Manejo sustentável de populações animais nativas para fins científicos e econômicos	Domínio público
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Conservação da natureza associada à manutenção de populações tradicionais e seus sistemas sustentáveis de uso dos recursos	Domínio público
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Conservação da biodiversidade em áreas privadas com caráter perpétuo	Domínio privado

Fonte: Adaptado de Brasil (2000).

Entretanto, a efetividade dessas diretrizes depende de sua implementação concreta nos territórios, o que envolve desafios relacionados à governança, à articulação institucional e à mediação de conflitos entre conservação ambiental e interesses econômicos. Nesse sentido, as unidades de uso sustentável assumem papel estratégico, ao possibilitarem a construção de

modelos de gestão que conciliem conservação da biodiversidade e inclusão social, especialmente em contextos como o amazônico.

Nesse contexto, torna-se evidente que a consolidação do SNUC ultrapassa a dimensão normativa e exige a construção de arranjos institucionais capazes de integrar diferentes escalas de gestão, saberes e interesses que incidem sobre o território. A complexidade socioambiental, especialmente em regiões como a Amazônia, impõe a necessidade de modelos de governança que articulem o conhecimento científico com os saberes tradicionais, promovendo maior legitimidade e efetividade das políticas públicas.

Assim, as unidades de uso sustentável configuram-se como espaços privilegiados para a experimentação de práticas inovadoras de gestão ambiental, desde que acompanhadas de mecanismos efetivos de participação social, fortalecimento institucional e continuidade das ações governamentais, sob pena de permanecerem como instrumentos formalmente avançados, porém limitados em sua capacidade de transformação territorial.

Além dos conceitos anteriormente apresentados, torna-se necessário incorporar um conjunto de definições fundamentais que orientam a compreensão das políticas ambientais no Brasil. Tais conceitos, sistematizados por Brasil (2004), constituem a base normativa e teórica que sustenta a gestão ambiental e o funcionamento do sistema de unidades de conservação, sendo essenciais para a análise desenvolvida nos capítulos subsequentes.

Não se pretende, neste momento, esgotar a complexidade conceitual que envolve o campo ambiental, mas apresentar um conjunto de definições fundamentais que permitam estabelecer distinções analíticas e orientar a compreensão dos principais elementos que estruturam a gestão ambiental contemporânea.

Esses conceitos refletem diferentes perspectivas teóricas e normativas, sendo amplamente utilizados por pesquisadores, formuladores de políticas públicas e instituições responsáveis pela conservação ambiental. A incorporação desses referenciais conceituais permite não apenas delimitar o campo de análise, mas também compreender a complexidade das relações entre conservação, uso dos recursos naturais e organização territorial.

Nesse sentido, a articulação entre esses conceitos evidencia que a gestão ambiental contemporânea não pode ser compreendida de forma fragmentada, mas sim como um campo integrado de práticas, normas e saberes que se materializam nos territórios. A compreensão dessas categorias permite avançar para análises mais complexas, nas quais as unidades de conservação deixam de ser apenas espaços delimitados de proteção e passam a ser entendidas como elementos estruturantes de políticas territoriais mais amplas.

Não se pretende, neste momento, esgotar a complexidade conceitual que envolve o campo ambiental, mas apresentar um conjunto de definições fundamentais que permitam estabelecer distinções analíticas e orientar a compreensão dos principais elementos que estruturam a gestão ambiental contemporânea.

Trata-se de categorias que operam como instrumentos analíticos e normativos, orientando tanto a formulação de políticas públicas quanto a implementação de estratégias de gestão ambiental em diferentes escalas, conforme pode-se verificar no quadro 5.

Quadro 5 – Conceitos ambientais relevantes.

Conceito	Definição
Áreas Protegidas	Áreas terrestres e/ou marinhas destinadas à proteção e manutenção da diversidade biológica, incluindo recursos naturais e culturais associados, geridas por instrumentos legais ou outros mecanismos eficazes.
Unidades de Conservação (UC)	Espaços territoriais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e regime especial de administração que assegura sua proteção.
Áreas de Preservação Permanente (APP)	Áreas definidas pelo Código Florestal cuja vegetação deve ser mantida, sendo permitida intervenção apenas em casos de utilidade pública ou interesse social, como margens de rios e topos de morros.
Reserva Legal	Área localizada no interior de propriedades rurais destinada à conservação da vegetação nativa, com percentual definido conforme a região do país e com caráter permanente.
Corredores Ecológicos	Espaços territoriais que conectam áreas protegidas, visando reduzir a fragmentação dos ecossistemas e garantir a manutenção dos fluxos ecológicos.
Corredor de Biodiversidade (CdeB)	Rede integrada de áreas protegidas e territórios com diferentes usos, cujo manejo visa assegurar a conservação da biodiversidade, a manutenção dos processos ecológicos e o desenvolvimento sustentável regional.
Ecossistemas	Unidades funcionais que integram os seres vivos e o meio físico, considerando suas interações e processos ecológicos.
Biomas	Grandes unidades geográficas caracterizadas por formações vegetais e condições ambientais específicas, que abrigam diferentes ecossistemas.

Fonte: Adaptado de Brasil (2004).

Dessa forma, tais categorias contribuem para a consolidação de uma base conceitual necessária à análise do sistema de unidades de conservação no estado do Amapá. A partir desse

referencial, torna-se possível avançar na compreensão das dinâmicas territoriais, dos instrumentos de gestão e das estratégias de conservação que caracterizam essas áreas, permitindo uma leitura mais crítica e integrada do papel das unidades de conservação no contexto socioambiental amazônico.

Assim, ao considerar as inter-relações entre conservação, uso sustentável e governança socioambiental, estabelece-se uma base analítica consistente para compreender os desafios e as potencialidades da proteção da biodiversidade no estado do Amapá, especialmente em um contexto marcado por pressões ambientais crescentes e pela necessidade de construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis.

Dessa maneira, a articulação entre esses referenciais teóricos e conceituais não apenas fortalece a compreensão do sistema de unidades de conservação no Amapá, como também evidencia a necessidade de abordagens integradas que considerem simultaneamente as dimensões ecológicas, sociais, econômicas e institucionais do território.

Ao reconhecer as unidades de conservação como espaços dinâmicos, inseridos em contextos de múltiplas pressões e interesses, torna-se possível avançar para além de uma visão normativa, incorporando análises críticas sobre sua efetividade, governança e capacidade de promover o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a consolidação dessa base analítica contribui para a formulação de estratégias mais coerentes e territorialmente sensíveis, capazes de alinhar a conservação da biodiversidade às demandas sociais e aos desafios contemporâneos da Amazônia.

3.4.4 Sistemática legal das Unidades de Conservação do Amapá

Conforme relatório da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amapá (SISEUC) é composto pelo conjunto de unidades de conservação existentes no estado. Esse sistema representa um importante instrumento de proteção ambiental, na medida em que contempla amostras representativas dos ecossistemas e da diversidade biológica do estado, contribuindo, para a conservação dos recursos naturais e para a manutenção dos modos de vida das populações tradicionais.

No estado do Amapá, as UCs estão distribuídas entre diferentes esferas administrativas, As unidades estaduais são geridas pela SEMA, enquanto as federais estão sob responsabilidade de órgãos como o IBAMA, além da existência de unidades municipais, que ampliam a escala de atuação das políticas ambientais. 72% do seu território é composto por áreas protegidas, conforme o Quadro 4 e figura 6.

Quadro 6 – Unidades de Conservação do Amapá.

UC	Tipo	Ano	Decreto	Categoria	Área (há)	Jurisdição	Gestor
REBIO Lago Piratuba	REBIO	1980	Dec. 84.914/1980	Proteção Integral	395.000,00	Federal	SEMA/GEA
PARNA Cabo Orange	PARNA	1980	Dec. 84.913/1980	Proteção Integral	619.000,00	Federal	ICMBio
ESEC Maca-Jipioca	ESEC	1981	Dec. 86.061/1981	Proteção Integral	72.000,00	Federal	ICMBio
ESEC do Jari	ESEC	1982	Dec. 87.092/1982	Proteção Integral	207.370,00	Federal	SEMA/GEA
REBIO do Parazinho	REBIO	1985	Dec. Territorial 05/1985	Proteção Integral	111,32	Estadual	SEMA/GEA
FLONA do Amapá	FLONA	1989	Dec. 97.630/1989	Uso Sustentável	412.000,00	Federal	ICMBio
RESEX do Rio Cajari	RESEX	1990	Dec. 99.145/1990	Uso Sustentável	481.650,00	Federal	SEMA/GEA
RPPN Retiro Paraíso	RPPN	1997	Port. IBAMA 86/1997	Uso Sustentável	46,75	Particular	ICMBio
RDS do Rio Iratapuru	RDS	1997	Lei Estadual 392/1997	Uso Sustentável	806.184,00	Estadual	SEMA/GEA
RPPN Seringal Triunfo	RPPN	1998	Port. IBAMA 89-N/1998	Uso Sustentável	9.996,16	Particular	ICMBio
RPPN Revecon	RPPN	1998	Port. IBAMA 54-N/1998	Uso Sustentável	17,18	Particular	ICMBio
RPPN Boa Esperança	RPPN	1998	Port. IBAMA 120-N/1998	Proteção Integral	43,01	Particular	ICMBio
APA do Rio Curiau	APA	1998	Lei Estadual 431/1998	Uso Sustentável	21.676,00	Estadual	SEMA/GEA
RPPN Ekinox	RPPN	2000	Port. IBAMA 91/2000	Uso Sustentável	10,87	Particular	ICMBio
PARNA Montanhas do Tumucumaque	PARNA	2002	Dec. s./n./2002	Proteção Integral	3.867.000,00	Federal	ICMBio
APA da Fazendinha	APA	2004	Lei estadual 873/2004	Uso Sustentável	136,59	Estadual	SEMA/GEA
Floresta Estadual do Amapá	FLOTA	2006	Lei estadual 1028/2006	Uso Sustentável	2.369.400,00	Estadual	SEMA/GEA
RESEX Municipal Beija Flor Brilho de Fogo	RESEX	2007	Dec. municipal 139/2007	Uso Sustentável	68.524,20	Municipal	Sec. Mun. de Meio Amb. Pedra Branca do Amaparí
Parque Natural Municipal do Canção	PARMU	2007	Dec. Municipal 85/2007	Proteção Integral	370,26	Municipal	Sec. Mun. de Meio Ambiente de Serra do Navio
APA do Carmo do Macacoari	APA	2021	Dec. Municipal 109/2021	Uso Sustentável	0,56	Municipal	Sec. Mun. De Meio Ambiente de Itaubal
REBIO Ninhal do Macacoari	REBIO	2022	Dec. Municipal 033/2022	Proteção Integral	5,37	Municipal	Sec. Mun. De Meio Ambiente de Itaubal

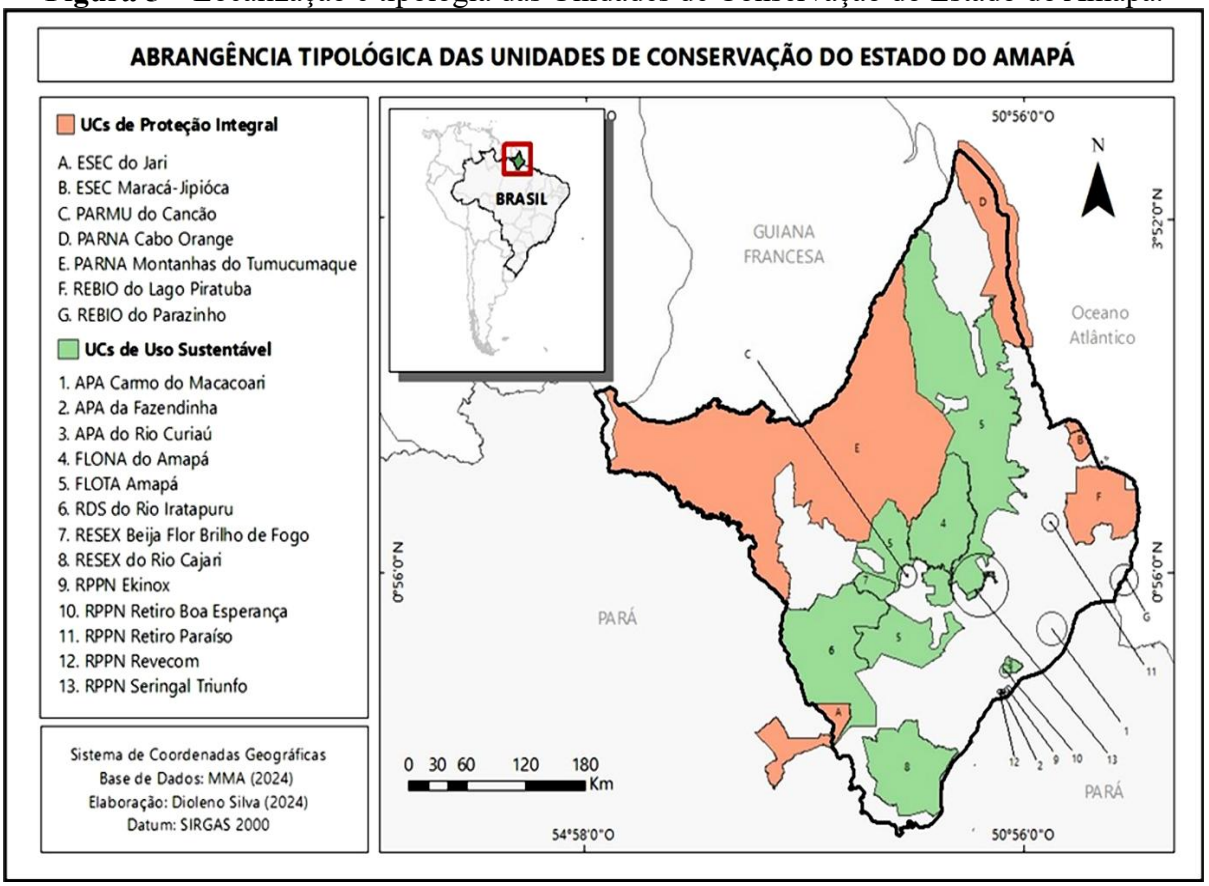
Fonte: Amapá (2024)

Esses números e áreas estabelecidas ressaltam a relevância das políticas de conservação e proteção adotadas pelo Amapá, especialmente considerando a significativa percentagem de território designada para preservação ambiental. Tal compromisso é fundamental não apenas

para a manutenção da diversidade biológica, mas também para o reconhecimento e respeito aos modos de vida e culturas locais.

As UCs apresentadas constituem parte fundamental da estratégia de conservação da biodiversidade no estado do Amapá (Figura 5), integrando-se a iniciativas mais amplas, como os corredores de biodiversidade.

Figura 5 – Localização e tipologia das Unidades de Conservação do Estado do Amapá.



Fonte: Amapá (2024).

As UCs são definidas como espaços territoriais com características naturais relevantes, instituídos pelo poder público, com objetivos específicos de conservação e submetidos a um regime especial de administração. Nesse sentido, configuram-se como um dos principais mecanismos de preservação da biodiversidade *in situ*, ou seja, no próprio local de ocorrência dos ecossistemas.

Essas iniciativas refletem uma mudança de paradigma, ao buscar integrar áreas protegidas e promover a conectividade ecológica em escala regional, especialmente na Amazônia, onde a fragmentação dos ecossistemas representa um desafio crescente (Silva, 2025).

Os desafios associados à gestão das unidades de conservação no Brasil, particularmente na Amazônia e no estado do Amapá, evidenciam limites estruturais do modelo tradicional de política ambiental baseado na criação de áreas de uso restritivo. Conforme apontado no documento analisado, esse modelo, ao priorizar a delimitação jurídica das unidades, tende a desconsiderar as especificidades ecológicas, sociais e econômicas dos territórios, comprometendo a efetividade das ações de conservação. Tal perspectiva reforça a crítica de que a proteção ambiental não pode ser reduzida à simples institucionalização de espaços protegidos, mas deve estar articulada a processos mais amplos de governança territorial (Simonian, Coelho e Mathis, 2005).

Nesse sentido, a concepção de unidades de conservação como instrumentos isolados revela-se insuficiente diante da complexidade dos sistemas socioecológicos amazônicos. A literatura contemporânea enfatiza que a conservação da biodiversidade depende da integração entre diferentes escalas e atores, incluindo o reconhecimento do papel das populações tradicionais na manutenção dos ecossistemas (Simonian, Coelho e Mathis, 2005).

Quando políticas restritivas são implementadas sem essa integração, observa-se, frequentemente, a geração de conflitos, a desestruturação de modos de vida locais e, paradoxalmente, o aumento da vulnerabilidade ambiental. A ideia de que as unidades de conservação possam funcionar como “ilhas de preservação” em meio a territórios degradados é amplamente questionada, uma vez que os fluxos ecológicos, biológicos e socioeconômicos extrapolam os limites dessas áreas.

Conforme argumentam Miller (1997) e Silva (2007), a efetividade da conservação exige abordagens territoriais mais amplas, capazes de integrar diferentes usos do solo e promover a conectividade ecológica. Essa perspectiva reforça a necessidade de instrumentos complementares, como corredores de biodiversidade, que ampliam a escala de planejamento e gestão ambiental.

Do ponto de vista histórico, a implementação das unidades de conservação no Brasil esteve, em muitos casos, associada à exclusão de populações locais, especialmente em áreas previamente ocupadas por comunidades tradicionais. Não são raros os casos em que a criação dessas unidades ocorreu à revelia dessas populações, resultando em processos de deslocamento forçado e conflitos territoriais. Essa abordagem, hoje amplamente criticada, revela a influência de um modelo conservacionista excludente, que desconsiderava a dimensão social da sustentabilidade.

Entretanto, observa-se, ao longo das últimas décadas, uma inflexão importante nesse paradigma, com o reconhecimento gradual do papel das populações tradicionais na conservação

da biodiversidade. A criação das Reservas Extrativistas, a partir da década de 1990, constitui um marco nesse processo, ao incorporar a dimensão social e cultural à política ambiental. Conforme destacam Soares et al. (2022), essas unidades representam uma alternativa relevante ao modelo tradicional, ao conciliar conservação e reprodução dos modos de vida locais.

Apesar desses avanços, persistem desafios significativos relacionados à governança das unidades de conservação, especialmente no que se refere à articulação entre políticas públicas, capacidade institucional e participação social. A ausência de planos de manejo, a insuficiência de recursos financeiros e a fragilidade dos mecanismos de fiscalização comprometem a efetividade dessas áreas, como também apontado por Brito e Drummond (2022). Tais limitações evidenciam que a existência formal das unidades não garante, por si só, a conservação da biodiversidade.

No caso do estado do Amapá, esses desafios assumem contornos ainda mais complexos, em razão de sua elevada proporção de áreas protegidas e de sua inserção em um contexto geopolítico de fronteira. A presença de UCs de grande extensão, associada a territórios indígenas e áreas de uso tradicional, exige a construção de modelos de gestão que considerem a diversidade de atores e interesses envolvidos. Conforme Hassane et al. (2025), as pressões antrópicas, ainda que relativamente controladas, continuam a representar riscos à integridade dos ecossistemas amazônicos.

A consolidação de um modelo efetivo de conservação no Amapá e na Amazônia depende da superação de abordagens fragmentadas e da adoção de estratégias integradas de gestão territorial. Isso implica reconhecer que as unidades de conservação não são fins em si mesmas, mas parte de um sistema mais amplo de governança socioambiental, no qual a articulação entre ciência, políticas públicas e saberes tradicionais constitui elemento fundamental para a proteção da biodiversidade e para a construção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

3.4.5 A legislação ambiental brasileira de respaldo a biodiversidade

Os corredores ecológicos encontram respaldo no arcabouço jurídico nacional e internacional, especialmente na Convenção sobre Diversidade Biológica, que adota o enfoque ecossistêmico como princípio orientador das políticas ambientais. No Brasil, essa base legal é consolidada pela Lei n. 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), bem como pelo Código Florestal e por normativas complementares, como a Resolução n. 9/1996 do CONAMA, que estabelece diretrizes para a identificação e implementação de corredores ecológicos. Tais instrumentos evidenciam que a

conectividade entre ecossistemas não é apenas uma diretriz técnica, mas uma exigência normativa para a manutenção da biodiversidade e da funcionalidade ecológica.

A construção e consolidação dos corredores ecológicos articulam-se com outros marcos legais voltados à proteção dos recursos naturais, especialmente aqueles relacionados à gestão hídrica e à proteção das florestas. Nesse contexto, a água assume papel central como elemento estruturante dos ecossistemas e da própria vida.

Durante muito tempo esse recurso foi considerado inesgotável; contudo, a partir da Conferência Rio-92, passou a ser reconhecido como um bem limitado, dotado de valor econômico e estratégico. Apesar de cerca de três quartos da superfície terrestre serem cobertos por água, apenas uma fração mínima é disponível para consumo humano, o que evidencia a necessidade de gestão racional e integrada desse recurso.

A água, portanto, configura-se como recurso indispensável à existência humana e ao equilíbrio ambiental, estando presente em praticamente todas as atividades produtivas e sociais. Entretanto, a crescente escassez hídrica tem se consolidado como um dos principais desafios contemporâneos.

Segundo Silva, Ribeiro e Soares (2023), projeções indicam que uma parcela significativa da população mundial viverá sob condições de restrição hídrica, o que reforça a centralidade desse tema nas agendas ambientais globais. Essa realidade decorre de fatores interdependentes, como o crescimento populacional, a intensificação das atividades econômicas e a degradação dos mananciais.

A escassez de água não se limita à sua disponibilidade física, mas também está relacionada à sua distribuição desigual e à qualidade dos recursos hídricos. Em diferentes regiões do planeta, observa-se um contraste entre áreas com abundância hídrica e outras marcadas por severa escassez, como exemplificado por países com regimes pluviométricos concentrados em curtos períodos do ano. Fatores sociais e políticos também interferem no acesso à água, evidenciando que sua gestão ultrapassa a dimensão ambiental, configurando-se como uma questão de justiça social e de governança territorial.

Nesse sentido, a má gestão dos recursos hídricos tem resultado em impactos ambientais significativos, comprometendo ecossistemas inteiros e a qualidade de vida das populações. Um dos exemplos mais emblemáticos é o desastre do Mar de Aral, na Ásia Central, que evidencia as consequências de intervenções antrópicas desarticuladas dos limites ecológicos. O desvio dos rios que alimentavam o lago para fins de irrigação agrícola provocou uma redução drástica de seu volume, transformando extensas áreas em desertos e causando colapso econômico e ecológico da região (Devide e Silva, 2022).

As consequências desse processo foram profundas, incluindo o aumento da salinidade das águas remanescentes, a extinção de espécies e o colapso da atividade pesqueira, que sustentava milhares de pessoas. Esse caso ilustra de forma contundente como a exploração inadequada dos recursos naturais pode gerar efeitos irreversíveis, reforçando a necessidade de planejamento ambiental integrado e de políticas públicas eficazes.

Diante desse cenário, a problemática da água passou a ocupar posição central nas discussões ambientais em escala global. Diversas conferências internacionais foram realizadas com o objetivo de discutir estratégias para sua gestão sustentável, como a Conferência de Mar del Plata (1977), a Conferência de Dublin (1992) e os Fóruns Mundiais da Água. Esses eventos contribuíram para consolidar princípios fundamentais, como o reconhecimento da água como um recurso finito e a necessidade de sua gestão participativa e integrada.

A Conferência de Dublin, em particular, representa um marco na formulação de políticas hídricas contemporâneas, ao estabelecer princípios que reconhecem a água como um bem econômico e um direito humano essencial. A partir desse momento, consolidou-se a compreensão de que a gestão dos recursos hídricos deve ser baseada na integração entre diferentes setores, na participação social e na sustentabilidade ambiental, princípios que dialogam diretamente com as estratégias de corredores ecológicos e de biodiversidade.

Nesse contexto, evidenciou-se de forma clara a relação entre a gestão dos recursos hídricos e questões estruturais como a redução da pobreza, o controle de doenças, a mitigação de desastres naturais e a promoção do desenvolvimento urbano sustentável. Destacam-se, ainda, aspectos como a conservação e o reaproveitamento da água, a garantia do abastecimento em áreas rurais, a proteção dos sistemas aquáticos e a complexidade das relações transfronteiriças, nas quais a posse e o uso das bacias hidrográficas podem gerar conflitos geopolíticos. Essa abordagem amplia a compreensão da água como elemento central não apenas para a sustentabilidade ambiental, mas também para a estabilidade social e política em escala global.

À luz das experiências históricas, torna-se pertinente o reconhecimento de que a escassez hídrica pode intensificar disputas entre nações, sobretudo em regiões já marcadas por tensões geopolíticas. Estudos indicam que áreas como o Oriente Médio, o Sul da Ásia e partes da África tendem a enfrentar elevados níveis de estresse hídrico, o que agrava conflitos preexistentes. Exemplos históricos, como as disputas entre Iraque, Síria e Turquia pelas águas do rio Eufrates, bem como as tensões entre Egito e Etiópia em torno do rio Nilo, evidenciam que a água pode assumir papel estratégico comparável a outros recursos naturais historicamente disputados (Elvas, Bueno e Olifiers, 2023).

Nesse cenário, a relação entre disponibilidade hídrica e segurança alimentar torna-se cada vez mais evidente. Projeções indicam que, caso se mantenham os padrões atuais de consumo e degradação dos recursos naturais, a escassez de água poderá comprometer diretamente a produção de alimentos, configurando um cenário de vulnerabilidade global. Considerando que aproximadamente 70% da água doce disponível é destinada à agricultura irrigada, impõe-se o desafio de desenvolver tecnologias e práticas que permitam maior eficiência no uso desse recurso, garantindo a sustentabilidade da produção agrícola (Castro, 2023).

No campo jurídico, observa-se que a proteção ambiental no Brasil evoluiu de uma abordagem inicialmente indireta para um sistema mais estruturado e abrangente. Conforme destaca Castro (2023), por muito tempo a tutela ambiental esteve subordinada a interesses privados, sendo acionada apenas quando havia prejuízo individual. Essa limitação começou a ser superada com a consolidação de instrumentos legais específicos, que passaram a reconhecer o meio ambiente como bem jurídico autônomo e de interesse coletivo.

Nesse processo evolutivo, o Código Florestal de 1965 representou um marco importante ao estabelecer diretrizes para a proteção da vegetação nativa. Posteriormente, a Lei n. 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, consolidou princípios, objetivos e instrumentos de gestão ambiental, além de criar o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Essa legislação introduziu mecanismos fundamentais, como o licenciamento ambiental e a responsabilização por danos ambientais, fortalecendo a atuação do Estado na regulação das atividades potencialmente poluidoras.

A institucionalização da responsabilidade ambiental também foi ampliada com a criação de instrumentos jurídicos que possibilitam a atuação do Ministério Público e de outros órgãos na defesa do meio ambiente. A adoção da responsabilidade objetiva, prevista na legislação brasileira, representa um avanço significativo ao facilitar a responsabilização por danos ambientais, independentemente da comprovação de culpa. Esse mecanismo contribui para a efetividade das políticas ambientais, ao priorizar a reparação dos danos e a proteção dos interesses coletivos.

Outro marco relevante foi a Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/1985), que ampliou os instrumentos de defesa do meio ambiente ao possibilitar a atuação de diferentes atores institucionais na responsabilização por danos ambientais. Essa legislação reforça o caráter difuso do direito ambiental, reconhecendo-o como um bem de interesse coletivo e estabelecendo mecanismos para sua proteção judicial, o que fortalece a governança ambiental no país.

A Constituição Federal de 1988 representa, contudo, o ponto de inflexão mais significativo nesse processo, ao elevar o meio ambiente à condição de direito fundamental. Ao estabelecer que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Carta Magna atribui ao poder público e à coletividade a responsabilidade compartilhada por sua proteção. Além disso, define competências entre os entes federativos e incorpora princípios fundamentais, como prevenção e precaução, que orientam a formulação de políticas ambientais.

A Constituição também introduz uma perspectiva integrada de desenvolvimento, ao articular crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental. Ao inserir a defesa do meio ambiente como princípio da ordem econômica, reconhece-se a necessidade de compatibilizar desenvolvimento e sustentabilidade, superando modelos predatórios de exploração dos recursos naturais. Essa abordagem dialoga diretamente com as estratégias contemporâneas de conservação, como os corredores de biodiversidade, que buscam integrar diferentes dimensões do território.

A consolidação do arcabouço jurídico ambiental brasileiro evidencia avanços significativos, mas também revela desafios relacionados à sua implementação efetiva. A coexistência de competências entre União, Estados e Municípios, embora amplie a capacidade de atuação, pode gerar sobreposição de ações e dificuldades de coordenação. Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer a articulação institucional e promover uma governança ambiental mais integrada, capaz de responder à complexidade dos problemas contemporâneos e garantir a efetividade das políticas públicas voltadas à proteção do meio ambiente (Vilhena, 2025).

> A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n. 6.938/1981, representa um marco estruturante na consolidação da proteção ambiental no Brasil, ao estabelecer como objetivo central a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida. Conforme disposto em seu artigo 2º, essa política orienta-se por princípios que incluem a manutenção do equilíbrio ecológico, a proteção de áreas ameaçadas e a recuperação de áreas degradadas, reconhecendo o meio ambiente como patrimônio público de uso coletivo. Tal perspectiva evidencia a incorporação de uma visão sistêmica da gestão ambiental, articulando conservação e desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis (Vilhena, 2025, p. 101).

No âmbito urbano, a Lei n. 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo, estabelece diretrizes fundamentais para o ordenamento territorial, condicionando a expansão urbana à existência de infraestrutura básica adequada. Entre os requisitos exigidos, destacam-se sistemas de drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e vias de circulação, o que reforça a necessidade de planejamento urbano integrado.

Essa legislação também impõe restrições à ocupação de áreas ambientalmente sensíveis, como terrenos alagadiços, áreas de preservação ecológica e locais com condições geológicas inadequadas, evidenciando a preocupação com a prevenção de impactos ambientais e riscos à população.

Nesse sentido, a proibição do parcelamento em áreas sujeitas a inundações ou com fragilidade ambiental revela a tentativa de evitar a ocupação desordenada e a degradação de ecossistemas sensíveis. Entretanto, observa-se que, na prática, a ocupação dessas áreas ocorre de forma recorrente, gerando conflitos socioambientais e dificultando a implementação de políticas públicas. Tal realidade evidencia a distância entre a normatização legal e sua efetiva aplicação, especialmente em contextos marcados por desigualdade social e déficit habitacional.

A Lei n. 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, amplia essa discussão ao estabelecer diretrizes para a política urbana e instrumentos voltados à gestão democrática do território. Entre esses instrumentos, destacam-se o plano diretor, o zoneamento ambiental, o estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e o estudo de impacto de vizinhança (EIV), que visam orientar o uso do solo de forma sustentável. A inclusão desses mecanismos reforça a importância do planejamento participativo e da avaliação prévia dos impactos das intervenções urbanas, contribuindo para a prevenção de danos ambientais.

No contexto estadual, a Constituição do Estado do Amapá, promulgada em 1991 e posteriormente atualizada, evidencia um avanço significativo ao incorporar de forma explícita a proteção ambiental como princípio estruturante. Ao assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e atribuir ao poder público e à coletividade a responsabilidade por sua defesa, o texto constitucional alinha-se às diretrizes da Constituição Federal de 1988, reforçando o caráter difuso e coletivo do direito ambiental.

A Constituição estadual estabelece instrumentos específicos para a gestão ambiental, como a obrigatoriedade do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que visa compatibilizar desenvolvimento e conservação. Esse instrumento assume papel estratégico na organização do território, ao orientar a ocupação e o uso dos recursos naturais com base em critérios científicos e técnicos. A previsão de monitoramento contínuo e atualização do ZEE demonstra a preocupação com a adaptação às dinâmicas ambientais e socioeconômicas.

Outro aspecto relevante refere-se à exigência de que atividades produtivas e empreendimento estejam condicionados à preservação do equilíbrio ambiental. A Constituição do Amapá estabelece limites claros à exploração dos recursos naturais, proibindo práticas predatórias e incentivando o uso sustentável. Essa abordagem evidencia a tentativa de conciliar

desenvolvimento econômico com conservação ambiental, especialmente em um contexto amazônico marcado pela elevada biodiversidade e pela pressão sobre os recursos naturais.

A criação de um sistema estadual de gestão ambiental, previsto na legislação, reforça a necessidade de articulação entre diferentes órgãos e níveis de governo, bem como a participação da sociedade na tomada de decisões. Esse modelo de governança busca integrar políticas públicas, promover a educação ambiental e garantir o acesso à informação, elementos essenciais para a construção de uma gestão ambiental eficaz e democrática.

Destaca-se, ainda, a ênfase na proteção da biodiversidade, incluindo a preservação de espécies ameaçadas, a recuperação de áreas degradadas e o estímulo ao reflorestamento. Tais diretrizes evidenciam uma abordagem abrangente, que considera não apenas a conservação dos ecossistemas, mas também a restauração ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais, aspectos fundamentais para a manutenção dos serviços ecossistêmicos (Silva, 2025).

A análise do arcabouço legal demonstra que o Brasil e, em particular, o estado do Amapá dispõem de instrumentos normativos robustos para a proteção ambiental. No entanto, os desafios relacionados à implementação, fiscalização e articulação institucional permanecem significativos.

A efetividade dessas políticas depende da capacidade de integrar diferentes escalas de governança e de promover ações coordenadas, capazes de enfrentar as complexidades socioambientais contemporâneas e garantir a conservação da biodiversidade em longo prazo. Como se observa, a Constituição do Estado do Amapá atribui centralidade à questão ambiental, conferindo-lhe tratamento normativo abrangente e articulado, com ênfase na proteção da biodiversidade e no uso sustentável dos recursos naturais.

Todavia, a efetividade desse arcabouço jurídico depende da consolidação de leis ordinárias e instrumentos operacionais capazes de regulamentar, de forma concreta, os dispositivos constitucionais. Nesse sentido, persiste o desafio de transformar princípios e diretrizes em mecanismos institucionais eficazes, que assegurem a proteção ambiental e a gestão integrada do território (Silva, 2025).

Diante desse cenário, os esforços empreendidos no âmbito estadual revelam a importância da articulação entre diferentes esferas de governo e da atuação de equipes técnicas qualificadas na condução das políticas ambientais. As discussões em torno da conservação da biodiversidade no Amapá evidenciam um processo de construção coletiva, no qual a formulação de propostas, como os corredores de biodiversidade, emerge como resposta às especificidades territoriais e ecológicas da região. A realização de eventos técnicos e espaços de debate

contribuiu para o fortalecimento dessas iniciativas, consolidando a compreensão de que a conectividade ecológica constitui elemento estratégico para a gestão ambiental no estado.

Nesse contexto, a incorporação do conceito de Corredor de Biodiversidade (CdeB) no Amapá está diretamente associada ao reconhecimento da necessidade de integrar áreas protegidas, territórios tradicionais e zonas de uso produtivo em uma perspectiva sistêmica. Tal abordagem reforça a importância do processo participativo como fundamento da gestão ambiental, ao envolver diferentes atores sociais na construção de estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, exige uma base conceitual sólida, ancorada na releitura crítica de categorias como biodiversidade, conservação e preservação ambiental, à luz das transformações contemporâneas no campo das políticas públicas e da ciência ambiental (Sandoval Murillo e Morera Beita, 2025).

Por fim, conforme destacam Sandoval Murillo e Morera Beita (2025), um dos maiores desafios científicos e institucionais do Brasil consiste em planejar sistemas de gestão territorial capazes de conciliar a conservação da biodiversidade amazônica com a promoção do desenvolvimento social e econômico das populações locais.

No caso do Amapá, essa equação assume contornos ainda mais complexos, dada a elevada diversidade ecológica e sociocultural do território. Assim, a consolidação de instrumentos como os corredores de biodiversidade apresenta-se como uma estratégia promissora para enfrentar esse desafio, ao articular conservação, inclusão social e desenvolvimento regional em uma perspectiva integrada.

3.5 ESTADO DE ARTE: CORREDORES ECOLÓGICOS

3.5.1 Corredores Ecológicos: Perspectivas teóricas

As concepções pioneiras relacionadas ao conceito de corredor ecológico remontam aos estudos de Simpson (1963), que utilizou o termo corredores no contexto da dispersão da fauna entre continentes. Posteriormente, dados do Relatório da oficina no enfoque participativo: corredor de biodiversidade do Amapá – desafios e oportunidades (Amapá, 2004) indicam que a implementação de corredores ecológicos representa uma espécie de testamento do valor dos corredores intercontinentais para a conservação da biodiversidade, evidenciando sua importância para a conectividade entre ecossistemas.

A consolidação do Corredor de Biodiversidade do Amapá depende da criação de instâncias permanentes de articulação interinstitucional e da continuidade das ações ao longo

do tempo. No entanto, a própria necessidade de reiterar essas medidas revela a fragilidade estrutural da governança ambiental, indicando que, apesar dos avanços conceituais e metodológicos, a efetivação do corredor ainda enfrenta desafios significativos no cenário contemporâneo.

A análise do Projeto de Desenvolvimento Integrado das Bacias Araguaia-Tocantins (PRODIAT), insere-se no conjunto de estratégias estatais voltadas ao ordenamento territorial e ao desenvolvimento regional, especialmente no período de reorganização político-administrativa que culmina na criação do estado do Tocantins. O PRODIAT configura-se como uma iniciativa vinculada à lógica de planejamento regional integrada, articulada a programas mais amplos, como aqueles coordenados por órgãos federais de desenvolvimento, a exemplo da SUDAM e da SUDECO. Nesse sentido, o projeto não deve ser compreendido de forma isolada, mas como parte de uma estratégia estatal mais ampla de ocupação econômica e integração territorial das regiões consideradas periféricas ou de fronteira econômica (Silva, 2015).

Do ponto de vista histórico, o PRODIAT emerge em um contexto marcado pela necessidade de estruturar economicamente o norte de Goiás, posteriormente Tocantins, região caracterizada por fragilidades institucionais, baixa densidade econômica e forte dependência de políticas públicas indutoras. Assim, sua formulação está diretamente associada ao processo de construção territorial e política que culmina na criação do novo ente federativo em 1988 (Silva, 2015).

No entanto, a análise crítica revela que, embora o PRODIAT apresentasse uma proposta de integração de bacias hidrográficas como unidade de planejamento, sua abordagem ainda estava fortemente ancorada em uma racionalidade produtivista, priorizando a expansão econômica e a ocupação territorial, em detrimento de uma abordagem socioambiental mais abrangente, tal como exigida pelas agendas contemporâneas de sustentabilidade (Silva, 2015).

Outro aspecto relevante diz respeito à limitada participação social nos processos de formulação e implementação dessas políticas. Conforme evidenciado no estudo, muitas políticas públicas desse período foram concebidas sem a efetiva participação dos atores diretamente afetados, o que comprometeu sua eficácia e capacidade de gerar resultados sustentáveis no longo prazo (Silva, 2015).

O PRODIAT compartilha características estruturais com outras políticas públicas analisadas no Tocantins, especialmente no que se refere à distância entre planejamento e execução. A existência de metas ambiciosas, associada a limitações institucionais e

operacionais, resultou em baixo desempenho efetivo de diversas iniciativas, fenômeno que se repete em diferentes políticas analisadas no período (Silva, 2015).

Sob uma perspectiva evolutiva, é possível afirmar que o PRODIAT representa uma etapa intermediária no desenvolvimento das políticas territoriais no Brasil. Ele antecipa a necessidade de integração espacial e de planejamento em escala regional, mas ainda não incorpora plenamente conceitos que hoje são centrais, como conectividade ecológica, governança participativa e valorização dos saberes tradicionais (Silva, 2015).

Na atualidade, sua análise ganha relevância ao evidenciar que muitos dos desafios enfrentados atualmente na implementação de corredores de biodiversidade e políticas socioambientais na Amazônia já estavam presentes, ainda que de forma incipiente, em iniciativas como o PRODIAT. Assim, compreender suas limitações e contribuições permite não apenas corrigir interpretações passadas, mas também qualificar o debate atual sobre planejamento territorial, sustentabilidade e governança ambiental em regiões de fronteira, como o Amapá (Silva, 2015).

Entretanto, é importante destacar que, apesar do caráter inovador dessas propostas, muitas iniciativas não avançaram para além da fase de planejamento, seja por limitações institucionais, seja pela ausência de articulação entre os diferentes atores envolvidos. No caso amazônico, essa descontinuidade evidencia fragilidades históricas na implementação de políticas públicas ambientais, mesmo quando sustentadas por bases técnicas consistentes.

Embora programas como o PRODIAT não possam ser caracterizados como corredores ecológicos, suas propostas de planejamento em escala regional contribuíram para a construção de bases técnicas e territoriais que, posteriormente, influenciaram a formulação de estratégias mais integradas de conservação, como os corredores de biodiversidade.

Nesse contexto, instrumentos como o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) configuram-se como mecanismos estratégicos de governança territorial, ao possibilitarem a organização do espaço com base em critérios ambientais, econômicos e sociais. Contudo, sua efetividade permanece condicionada à coerência institucional, à articulação intersetorial e à continuidade das políticas públicas, aspectos que historicamente se mostram frágeis no contexto amazônico. Dessa forma, apesar de representar um avanço normativo significativo, o ZEE frequentemente evidencia um descompasso entre sua formulação e sua implementação no território, refletindo limitações estruturais da governança ambiental (Arantes, Silva e Lourenço, 2023).

A evolução conceitual dos corredores ecológicos, por sua vez, expressa uma inflexão paradigmática no campo da conservação ambiental. A Resolução n. 09/1996 do CONAMA

define os corredores ecológicos como faixas de vegetação destinadas à conexão entre remanescentes florestais, assegurando a mobilidade das espécies e a manutenção dos processos ecológicos. Tal definição representa um afastamento dos modelos tradicionais de conservação baseados em áreas isoladas, ao reconhecer que a persistência da biodiversidade depende fundamentalmente da conectividade espacial.

De forma complementar, Arantes, Silva e Lourenço (2023) ampliaram essa concepção ao definir os corredores ecológicos como sistemas biorregionais que integram unidades de conservação de diferentes categorias com territórios ocupados por populações humanas. Essa abordagem desloca a conservação para uma perspectiva territorial e socioecológica, na qual a integridade dos ecossistemas está intrinsecamente relacionada às dinâmicas sociais e aos usos do território. Nesse sentido, os corredores ecológicos passam a ser compreendidos como instrumentos de governança capazes de mediar interesses diversos em múltiplas escalas.

Do ponto de vista teórico, essa transição encontra respaldo na consolidação da ecologia da paisagem e da biologia da conservação. Autores como Acselrad (2000) introduzem conceitos fundamentais, como matriz, mancha e corredor, que estruturam as abordagens contemporâneas de planejamento espacial. Da mesma forma, Arantes, Silva e Lourenço (2023) concebem a paisagem como um mosaico heterogêneo, no qual a conectividade entre seus elementos é determinante para a resiliência ecológica. Tais contribuições fornecem base científica consistente para a implementação de estratégias de conservação baseadas na conectividade.

Adicionalmente, abordagens como a gestão biorregional (Reis, 2022; Maurício, 2021) e a governança ecológica em múltiplas escalas (Silva et al., 2025; Vilhena, 2025; Castro, 2023) reforçam a necessidade de integrar processos ecológicos e sistemas socioeconômicos. Essas perspectivas questionam as dicotomias tradicionais entre conservação e desenvolvimento, propondo modelos nos quais a sustentabilidade emerge da interação entre integridade ecológica e ação humana.

A abordagem da gestão biorregional, conforme discutida por Reis (2022), fundamenta-se na compreensão da paisagem a partir de unidades ecológicas integradas, como áreas de endemismo, nas quais a conectividade é analisada por meio de métricas espaciais e geotecnologias. Nesse modelo, a ênfase recai sobre a identificação de padrões ecológicos e a proposição de cenários de conectividade que orientem o planejamento ambiental em escala regional, considerando a heterogeneidade da paisagem e os fluxos ecológicos.

De forma complementar, Maurício (2021) destaca que a abordagem biorregional também incorpora critérios biológicos e territoriais para definição de áreas prioritárias, como a

presença de espécies ameaçadas, endêmicas e a provisão de serviços ecossistêmicos, reforçando uma perspectiva técnico-científica voltada à conservação sistemática.

Em contraste, os corredores ecológicos do Amapá, embora dialoguem com a base teórica da abordagem da gestão biorregional, conforme discutida por Reis (2022) e por Maurício (2021), destaca-se ser a abordagem mais ampliada e politicamente situada, ao integrar não apenas critérios ecológicos, mas também dimensões socioambientais, territoriais e de governança. Enquanto a gestão biorregional tende a priorizar a modelagem ecológica da paisagem e a definição técnica de áreas estratégicas, os corredores de biodiversidade no Amapá inserem-se em um contexto de fronteira e diversidade sociocultural, exigindo articulação entre unidades de conservação, territórios tradicionais e políticas públicas. Assim, sua relevância reside justamente na capacidade de transpor o enfoque técnico da biorregionalização, incorporando processos de negociação, participação social e integração transfronteiriça, o que os torna mais aderentes às complexidades territoriais amazônicas e ao modelo de desenvolvimento sustentável adotado na região.

A abordagem da governança ecológica em múltiplas escalas, conforme discutida por Silva et al. (2025), parte do reconhecimento de que os desafios ambientais da atualidade (como as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade) exigem respostas articuladas entre diferentes níveis de atuação, do local ao global. Nesse sentido, a governança assume caráter sistêmico e integrado, envolvendo múltiplos atores, como Estado, sociedade civil e instituições científicas, articulados em torno de agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)[8]. Tal perspectiva enfatiza a necessidade de coordenação institucional e de superação de abordagens fragmentadas, promovendo uma visão holística que integra dimensões sociais, econômicas e ambientais no planejamento territorial (Silva et al., 2025).

Vilhena (2025) propõe uma leitura da governança ecológica sob o viés sistêmico e jurídico, destacando a insuficiência das estruturas tradicionais de gestão ambiental diante da complexidade dos sistemas socioecológicos. A autora evidencia que a governança deve ser transformativa, baseada na articulação entre instituições públicas, setor privado e comunidades locais, com ênfase na participação social e na corresponsabilização dos atores envolvidos. Nesse modelo, a tomada de decisão deixa de ser centralizada e passa a incorporar mecanismos

[8] Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) consistem em um conjunto de 17 metas globais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, no âmbito da Agenda 2030, com o objetivo de erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental (ONU, 2026).

de diálogo, monitoramento contínuo e adaptação, especialmente em contextos de gestão de recursos essenciais, como a água.

Na mesma direção, Castro (2023) amplia essa discussão ao compreender os territórios amazônicos como sistemas social-ecológicos (SES)[9], nos quais a governança deve considerar a interdependência entre dimensões biofísicas e socioculturais. A autora propõe um *framework* de governança sistêmica estruturado em múltiplas dimensões: biosfera, capital social, política, economia e territorialidade[10], assim, a gestão ambiental eficaz depende da integração entre essas esferas e da valorização das identidades e práticas locais. Tal abordagem reforça a importância da adaptabilidade e da aprendizagem social como elementos centrais para lidar com a complexidade e a incerteza do Antropoceno.

Em comparação, os corredores ecológicos do Amapá, embora dialoguem com essas abordagens teóricas, configuram-se como um modelo mais territorializado e operacional de governança. Diferentemente da ênfase multiescalar e normativo presente em Silva et al. (2025), Vilhena (2025) e Castro (2023), os corredores amazônicos materializam a conectividade ecológica por meio da articulação entre UCs, territórios tradicionais (ribeirinhos e indígenas) e políticas públicas regionais. Sua relevância reside justamente na capacidade de integrar escalas (local, regional e até transfronteiriça) a partir de práticas concretas de gestão do território, incorporando dimensões socioculturais e políticas de forma mais direta. Assim, o modelo adotado no Amapá evidencia uma síntese entre teoria e prática, ao operacionalizar princípios da governança ecológica em múltiplas escalas, adaptando-os às especificidades amazônicas e reforçando a centralidade da participação social e da gestão territorial integrada.

Entretanto, é fundamental evitar interpretações lineares que estabeleçam uma relação direta entre experiências clássicas de planejamento territorial e a formulação contemporânea dos corredores ecológicos. Iniciativas como o Projeto de Desenvolvimento Integrado das Bacias Araguaia-Tocantins (PRODIAT), embora relevantes no contexto histórico do planejamento regional brasileiro, estavam ancoradas em uma racionalidade desenvolvimentista, fortemente orientada pela integração territorial, expansão econômica e uso intensivo dos recursos naturais.

---

[9] Os sistemas social-ecológicos (SES) referem-se a sistemas integrados e interdependentes que articulam componentes sociais e ecológicos, caracterizados por dinâmicas coevolutivas entre as populações humanas e o meio biofísico (Castro, 2023).

[10] O *framework* de governança sistêmica é estruturado em múltiplas dimensões inter-relacionadas: biosfera, que se refere à conservação dos ecossistemas e dos processos ecológicos; capital social, relacionado às redes de cooperação, confiança e organização comunitária; política, que envolve as instituições, normas e processos decisórios; economia, ligada às formas de produção, distribuição e uso sustentável dos recursos; e territorialidade e identidade, que dizem respeito às relações simbólicas, culturais e de pertencimento das populações com o território (Castro, 2023).

À luz das abordagens mais atuais, observa-se que tais iniciativas não incorporavam, de forma estruturante, os princípios da conectividade ecológica, da resiliência dos sistemas socioecológicos e da governança participativa que caracterizam os modelos contemporâneos de conservação.

Nesse sentido, a relação entre o PRODIAT e os corredores ecológicos deve ser compreendida como indireta e não evolutiva em sentido estrito. Enquanto o PRODIAT contribuiu para a consolidação de instrumentos técnico-institucionais de planejamento em escala regional, os corredores ecológicos emergem de uma inflexão paradigmática no campo ambiental, influenciada pela ecologia da paisagem, pela teoria dos sistemas socioecológicos e pelas abordagens de governança multinível. Essa mudança implica a incorporação de dimensões como conectividade funcional, participação social, justiça socioambiental e adaptação às mudanças climáticas, o que reforça a necessidade de evitar leituras anacrônicas e garantir maior rigor analítico na interpretação dessas experiências.

No plano empírico, experiências internacionais mais recentes têm evidenciado o potencial das estratégias baseadas em conectividade ecológica, especialmente quando associadas a modelos de governança integrados e adaptativos. O Corredor Biológico Mesoamericano[11] permanece como uma referência emblemática, ao articular diferentes países, ecossistemas e arranjos institucionais em uma abordagem multiescalar de conservação.

Contudo, à luz das agendas contemporâneas, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os debates climáticos globais, observa-se que o êxito dessas iniciativas depende não apenas da conectividade ecológica, mas também da incorporação de justiça socioambiental, inclusão de comunidades locais e fortalecimento das capacidades institucionais (Silva et al., 2025).

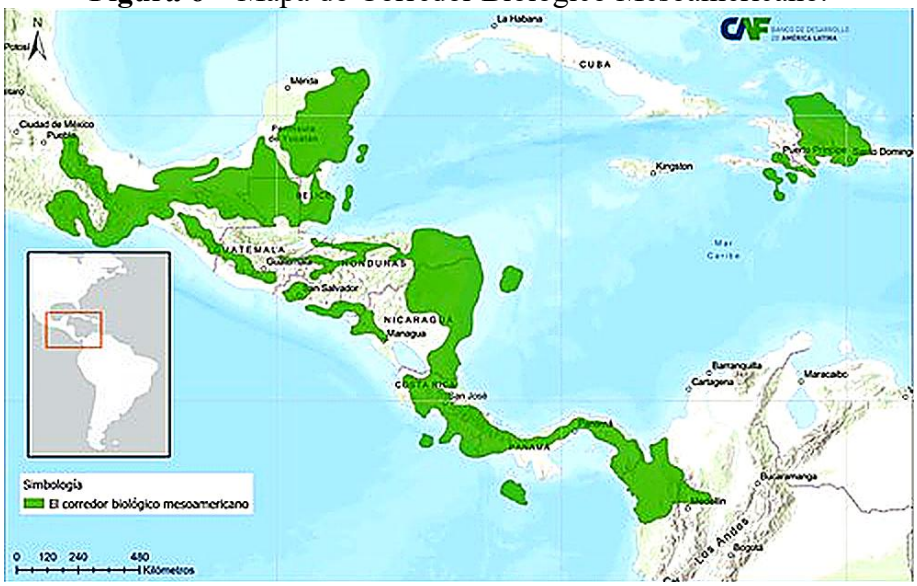
Ainda assim, a efetividade dos corredores ecológicos continua condicionada a desafios estruturais persistentes, como a fragmentação institucional, a limitação de recursos financeiros, a sobreposição de competências e os conflitos de uso do território. Tais desafios são particularmente intensos em regiões de fronteira, como a Amazônia, onde a governança ambiental se dá em contextos de elevada complexidade socioespacial e pressões econômicas crescentes. Nesses territórios, os corredores devem ser compreendidos como componentes de sistemas socioecológicos complexos, cuja gestão exige abordagens adaptativas, aprendizagem

[11] O Corredor Biológico Mesoamericano é uma estratégia regional de conservação que conecta áreas naturais desde o sul do México até o Panamá, integrando: Unidades de Conservação, Terras indígenas e Áreas de uso sustentável. Seu objetivo central é garantir a conectividade ecológica entre ecossistemas, permitindo o fluxo de espécies, genes e processos ecológicos em larga escala. Consolidando um modelo de gestão territorial baseado na conectividade ecológica e na governança socioambiental (Castro, 2023).

social contínua e integração entre escalas locais, regionais e globais (Castro, 2023; Vilhena, 2025).

Como exemplificação dessa abordagem, destaca-se o Corredor Biológico Mesoamericano (CBM), apresentado na Figura 6, que ilustra a operacionalização da conectividade ecológica em escala regional, evidenciando a articulação entre conservação, desenvolvimento e governança em múltiplos contextos territoriais.

Figura 6 – Mapa do Corredor Biológico Mesoamericano.



Fonte: CAF (2024, p. 1).

A consolidação do Corredor Biológico Mesoamericano (CBM) deve ser compreendida à luz de uma abordagem contemporânea de conservação que articula conectividade ecológica, governança multiescalar e participação social. Embora frequentemente citado como abrangendo cerca de 0,5% da superfície terrestre global e aproximadamente 7% da biodiversidade mundial, esse dado não deve ser interpretado apenas como indicador quantitativo, mas como expressão da relevância estratégica da região para a conservação global (Portillo et al., 2023).

A consolidação dos corredores ecológicos como estratégia central de conservação reflete uma transformação mais ampla no pensamento ambiental contemporâneo, que supera modelos preservacionistas excludentes e avança em direção a abordagens integradoras, territoriais e participativas. Essa transição evidencia a necessidade de articular conhecimento científico, políticas públicas e saberes locais, promovendo estratégias de conservação mais eficazes, inclusivas e contextualizadas.

Nesse sentido, o CBM configura-se como uma resposta estruturada aos processos de fragmentação dos habitats, que se intensificaram com a expansão das atividades antrópicas e o avanço de modelos econômicos predatórios.

A gênese institucional do corredor, iniciada na década de 1990 com o financiamento do *Global Environment Facility* (GEF) e consolidada por acordos políticos entre países da América Central, evidencia uma construção progressiva baseada na cooperação internacional. Contudo, mais do que um arranjo institucional, o CBM deve ser interpretado como um modelo de governança ambiental que articula escalas locais, nacionais e regionais, integrando políticas públicas, iniciativas comunitárias e estratégias de conservação da biodiversidade. Essa característica o diferencia de modelos tradicionais centrados exclusivamente em unidades de conservação isoladas.

Do ponto de vista conceitual, os corredores biológicos associados ao CBM evoluíram significativamente, incorporando contribuições da ecologia da paisagem e da biologia da conservação. Conforme destacado por Sandoval e Morera (2025), os corredores surgem como resposta à fragmentação dos ecossistemas, atuando como espaços de conectividade que permitem o fluxo de espécies e a manutenção dos processos ecológicos essenciais. Essa função torna-se ainda mais relevante em contextos de mudanças climáticas, nos quais a mobilidade das espécies e a adaptabilidade dos ecossistemas são fatores determinantes para sua sobrevivência.

Os corredores biológicos não se limitam à função ecológica, assumindo também papel socioeconômico e territorial. No caso da Costa Rica, por exemplo, a implementação de mais de 50 corredores cobrindo cerca de 38% do território nacional demonstra a ampliação dessa estratégia como instrumento de planejamento territorial e desenvolvimento sustentável (Sandoval; Moreira, 2025). Entretanto, mesmo em contextos considerados bem-sucedidos, persistem lacunas relacionadas ao monitoramento da conectividade e à avaliação da efetividade desses instrumentos.

Outro aspecto relevante refere-se à integração entre conservação e produção. Estudos realizados no âmbito do CBM demonstram que sistemas produtivos, como as plantações de cacau, podem desempenhar papel estratégico na manutenção da conectividade ecológica em paisagens antropizadas. Ao funcionarem como áreas de refúgio e alimentação para a fauna, esses agroecossistemas contribuem para a conservação da biodiversidade em contextos de fragmentação (Sánchez-Soto et al., 2025). Essa perspectiva amplia o entendimento dos corredores, incorporando a matriz produtiva como elemento ativo na conservação.

No plano metodológico, avanços recentes destacam a importância do monitoramento participativo e da educação ambiental como componentes estruturantes dos corredores

biológicos. No Corredor Amistosa, por exemplo, a integração entre pesquisa participativa, educação e comunicação tem se mostrado fundamental para o fortalecimento da gestão territorial e para a construção de uma cultura de conservação junto às comunidades locais (Gómez-Hoyos et al., 2022). Essa abordagem reforça a ideia de que a efetividade dos corredores depende não apenas de sua configuração espacial, mas também do engajamento social.

Apesar desses avanços, a literatura também aponta limites importantes. A fragmentação institucional, a insuficiência de dados espaciais e a dificuldade de articulação entre atores permanecem como desafios centrais para a consolidação dos corredores biológicos. Mesmo em países com políticas consolidadas, como a Costa Rica, observa-se a necessidade de aprimorar metodologias de avaliação e fortalecer mecanismos de governança local (Sandoval; Moreira, 2025). Esses entraves revelam que a implementação de corredores exige não apenas planejamento técnico, mas também capacidade institucional e continuidade política.

Nesse sentido, o CBM deve ser compreendido como um modelo em constante construção, cuja efetividade depende da integração entre ciência, políticas públicas e práticas locais. Sua relevância reside na capacidade de articular conservação da biodiversidade com desenvolvimento sustentável, superando abordagens fragmentadas e promovendo uma visão integrada do território. Trata-se, portanto, de um referencial que transcende sua dimensão regional, influenciando estratégias de conservação em diferentes partes do mundo.

Ao estabelecer um paralelo com o Corredor de Biodiversidade do Amapá, observa-se que ambos compartilham princípios estruturantes, como a conectividade ecológica, a integração de áreas protegidas e a valorização das dimensões socioambientais. No entanto, diferentemente do CBM, que apresenta maior grau de institucionalização e consolidação, o caso amapaense ainda enfrenta desafios relacionados à implementação efetiva, à articulação entre atores e à consolidação de mecanismos de governança territorial. Nesse aspecto, a experiência mesoamericana oferece importantes lições, especialmente no que se refere à cooperação internacional e à participação comunitária (Gómez-Hoyos et al., 2022; Sandoval; Moreira, 2025).

Por outro lado, o contexto amazônico impõe especificidades que diferenciam o modelo do Amapá. A presença de extensas áreas preservadas, a diversidade sociocultural e a condição transfronteiriça com a Guiana Francesa conferem ao corredor amapaense um potencial estratégico singular.

Assim, ao mesmo tempo em que o CBM serve como referência, o Corredor de Biodiversidade do Amapá demanda soluções próprias, capazes de integrar conservação, desenvolvimento e soberania territorial em uma escala ampliada. Dessa forma, o estudo

comparativo entre essas experiências evidencia não apenas convergências conceituais, mas também a necessidade de adaptações contextuais para a efetiva implementação de políticas de conservação.

A proposição de corredores ecológicos no contexto brasileiro insere-se em um movimento mais amplo de internacionalização das políticas de conservação, no qual experiências consolidadas em diferentes regiões do mundo passam a influenciar a formulação de estratégias nacionais.

Iniciativas como o Corredor Verde da Província de Misiones (Argentina), os corredores ecológicos andinos na Venezuela e o programa EcoAméricas evidenciam a consolidação de uma agenda global voltada à conectividade ecológica e à gestão integrada da biodiversidade.

Tais experiências contam com o apoio de organismos multilaterais, como o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), além de agências internacionais de cooperação, o que demonstra a centralidade da governança global na estruturação dessas políticas (Sandoval e Moreira, 2025; Gómez-Hoyos et al., 2022).

Nesse cenário, os corredores ecológicos passam a ser compreendidos não apenas como instrumentos técnicos de conservação, mas como dispositivos estratégicos de ordenamento territorial, capazes de articular diferentes escalas de governança e integrar dimensões ecológicas, econômicas e sociais.

A partir da consolidação de experiências como o Corredor Biológico Mesoamericano, observa-se a difusão desse modelo para outros contextos, incluindo o Brasil, onde a implementação de corredores ecológicos ganhou força especialmente a partir das décadas de 1990 e 2000, no âmbito de programas como o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Essa transposição, no entanto, não ocorreu de forma homogênea, refletindo as especificidades territoriais e institucionais do país.

Atualmente, a implementação de corredores ecológicos no Brasil apresenta forte relação com a necessidade de enfrentar a fragmentação dos ecossistemas e promover a conectividade entre unidades de conservação e áreas produtivas. Nesse sentido, tais corredores assumem papel estratégico na manutenção dos fluxos ecológicos, na conservação da biodiversidade e na provisão de serviços ecossistêmicos, além de contribuírem para a adaptação às mudanças climáticas (Portillo et al., 2023; Sánchez-Soto et al., 2025).

A sistematização das principais iniciativas de corredores ecológicos no Brasil pode ser observada no quadro 7, que apresenta exemplos relevantes distribuídos em diferentes regiões

do país, evidenciando a diversidade de escalas, arranjos institucionais e estágios de implementação.

Quadro 7 – Corredores ecológicos no Brasil: características e estágio de implementação.

Região	Localização	UF/Países	Nome do corredor	Área aproximada	Órgão executor	Estágio do projeto
Amazônia (Norte, Nordeste e Centro-Oeste)	Distribuído em 9 estados brasileiros e países vizinhos	Brasil e países amazônicos	Corredores do PPG7	~5.000.000 km²	IBAMA MMA	Em implementação
Norte (fronteira Brasil–Bolívia)	Rondônia e Bolívia	RO / Bolívia	Guaporé–Itenez-Mamoré	~23.000.000 ha	IBAMA	Avançado
Centro-Oeste	Estado de Goiás	GO	Paranã–Pirineus	~2.000.000 ha	IBAMA	Em consolidação
Centro-Oeste Norte	Região Araguaia–Bananal	TO, MT, GO, PA	Araguaia–Bananal	~10.000.000 ha	IBAMA WWF CI	Em desenvolvimento
Nordeste	Jalapão–Mangabeiras	TO, PI, BA	Jalapão–Mangabeiras	~3.000.000 ha	IBAMA	Em estruturação
Sul	Santa Catarina	SC	Atlântico Sul	~50.000 km²	IBAMA	Avançado
Sul	Paraná	PR	Corredor do Rio Paraná	—	IBAMA	Avançado
Centro-Oeste / Sul	Cerrado–Pantanal	GO, MT, MS	Cerrado–Pantanal	~1.000.000 ha	IBAMA	Avançado
Norte	Zona Costeira do Pará	PA	Zona Costeira do Pará	~45.096 km²	IBAMA	Em desenvolvimento
Centro-Oeste	Região do Distrito Federal	GO	Cerrado/DF	~400.000 ha	IBAMA	Avançado
Norte	Sul do Amapá	AP	Corredor do Amapá	~3.730 km²	IBAMA	Em execução

Fonte: elaborado pela autora com base em Sandoval e Moreira (2025).

A análise comparativa dessas iniciativas revela que, embora o Brasil tenha avançado significativamente na proposição de corredores ecológicos, persistem desafios relacionados à sua efetiva consolidação, especialmente no que se refere à integração entre políticas públicas, atores locais e instrumentos de gestão territorial. Nesse contexto, observa-se que muitos corredores ainda se encontram em estágios distintos de implementação, evidenciando a necessidade de fortalecer mecanismos de governança, financiamento e monitoramento.

Dessa forma, os corredores ecológicos no Brasil devem ser compreendidos como parte de um processo em construção, no qual se articulam influências internacionais, avanços conceituais e desafios estruturais. A consolidação dessas iniciativas, particularmente em regiões estratégicas como a Amazônia e o estado do Amapá, depende da capacidade de integrar

conhecimento científico, participação social e ação institucional, de modo a transformar esses instrumentos em efetivos vetores de conservação e desenvolvimento sustentável.

As experiências desenvolvidas no Brasil, especialmente no âmbito do IBAMA e em parceria com organizações não governamentais, evidenciam um processo progressivo de amadurecimento conceitual e metodológico das propostas de corredores ecológicos. Ao longo de sua implementação, observa-se o aprimoramento dos diagnósticos socioambientais e a incorporação de abordagens mais integradas, que articulam conservação da biodiversidade, planejamento territorial e desenvolvimento sustentável. Esse movimento tem possibilitado a construção de alternativas produtivas compatíveis com as especificidades locais, favorecendo a inserção das comunidades em estratégias de uso sustentável dos recursos naturais (Sandoval; Moreira, 2025; Gómez-Hoyos et al., 2022).

Assim, os corredores passam a ser compreendidos não apenas como instrumentos de conservação, mas como dispositivos de governança territorial voltados à sustentabilidade. Nesse contexto, a difusão desses modelos no território brasileiro contribuiu para que diferentes estados passassem a estruturar iniciativas próprias, adaptadas às suas realidades socioambientais.

O estado do Amapá insere-se nesse movimento ao desenvolver propostas voltadas à proteção de áreas consideradas estratégicas, especialmente no sul do estado, onde se concentram ecossistemas sensíveis e territórios ocupados por populações tradicionais. A incorporação de instrumentos como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) reforça essa perspectiva, ao orientar o planejamento territorial com base em critérios ambientais, sociais e econômicos, buscando conciliar conservação e desenvolvimento (Portillo et al., 2023).

No caso amapaense, destaca-se a articulação entre políticas de conservação e a realidade das populações locais, incluindo comunidades tradicionais, reservas extrativistas e áreas de assentamento. Essa abordagem amplia o escopo dos corredores ecológicos, ao integrar dimensões socioculturais e econômicas ao planejamento ambiental, reconhecendo o papel dessas populações na manutenção dos ecossistemas. Nesse sentido, a proposta de corredor no Amapá não se restringe à conectividade ecológica, mas incorpora a promoção da sustentabilidade territorial e a valorização dos modos de vida locais.

Historicamente, a concepção do corredor ecológico no Amapá remonta ao início dos anos 2000, quando estudos vinculados ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), associados ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e em parceria com o IBAMA, começaram a delinear propostas para a região. Em 2002, o projeto passa a receber apoio institucional mais consistente, sendo incorporado como ação prioritária,

o que evidencia o reconhecimento de sua relevância para o enfrentamento de problemas socioambientais em áreas críticas do estado. Tal iniciativa já apontava, naquele momento, para a necessidade de integrar conservação ambiental e desenvolvimento local.

Embora a proposta inicial apresentasse menor complexidade territorial em comparação a grandes corredores internacionais, sua relevância reside justamente na adequação às especificidades regionais. Essa característica permite maior viabilidade de gestão e implementação, ao mesmo tempo em que reforça a importância de estratégias territorialmente contextualizadas. Ademais, a experiência brasileira demonstra que a ampliação conceitual dos corredores ecológicos para a noção de corredores de biodiversidade representa um avanço significativo, ao incorporar múltiplas dimensões da sustentabilidade e fortalecer a integração entre diferentes escalas de planejamento.

Dessa forma, o caso do Amapá evidencia a transição de uma abordagem inicial, ainda incipiente e centrada na conservação, para um modelo mais complexo e integrado, alinhado às tendências contemporâneas de governança socioambiental. Essa evolução reforça a importância dos corredores de biodiversidade como instrumentos estratégicos para a gestão territorial na Amazônia, capazes de articular conservação, desenvolvimento e inclusão social em contextos de elevada diversidade ecológica e sociocultural.

3.5.2 Corredor de biodiversidade: uma estratégia do Brasil e do Amapá

A biodiversidade configura-se como um dos principais fundamentos analíticos para a compreensão da conservação ambiental em escala global, especialmente diante do avanço das pressões antrópicas sobre os ecossistemas. No contexto brasileiro, reconhecido como o país com maior diversidade biológica do planeta, concentrando cerca de 14% da biodiversidade mundial, observa-se que essa riqueza natural convive com processos intensos de degradação, fragmentação de habitats e perda de espécies (Silva; Ribeiro; Soares, 2023).

Tal cenário evidencia a necessidade de estratégias que transcendam modelos tradicionais de conservação, incorporando abordagens integradas e multiescalares. Nesse sentido, as UCs desempenham papel central na preservação da biodiversidade, na manutenção dos serviços ecossistêmicos e na promoção da educação ambiental. Entretanto, estudos recentes demonstram que muitas dessas áreas, especialmente no Brasil, ainda carecem de informações básicas sobre sua biodiversidade, como inventários de fauna e flora, o que compromete a efetividade de seus planos de manejo e limita a implementação de políticas de conservação mais robustas (Elvas;

Bueno; Olifiers, 2023). Essa lacuna revela um descompasso entre a criação formal dessas áreas e sua gestão efetiva.

A fragmentação dos ecossistemas tem se consolidado como um dos principais desafios à conservação da biodiversidade. A expansão urbana, a intensificação das atividades agropecuárias e a introdução de espécies exóticas contribuem para a redução e o isolamento dos fragmentos florestais, comprometendo os fluxos ecológicos e a viabilidade das populações naturais (Martins; Martines; Toppa, 2024). Nesse contexto, a conectividade da paisagem emerge como um elemento central para a manutenção dos processos ecológicos.

Os corredores ecológicos surgem, portanto, como uma estratégia fundamental para mitigar os efeitos da fragmentação, ao possibilitar a conexão entre áreas naturais isoladas e favorecer o fluxo gênico entre populações. De acordo com Ricklefs (2011), esses corredores funcionam como faixas de habitat que facilitam o deslocamento das espécies, contribuindo para a manutenção da diversidade genética e para a resiliência dos ecossistemas (Martins; Martines; Toppa, 2024). Essa abordagem representa um avanço significativo em relação aos modelos conservacionistas tradicionais, centrados em áreas isoladas.

No contexto urbano, a relevância dos corredores ecológicos torna-se ainda mais evidente. Com mais da metade da população mundial vivendo em cidades, as áreas verdes urbanas passam a desempenhar funções essenciais na conservação da biodiversidade e na melhoria da qualidade de vida. No entanto, essas áreas enfrentam pressões significativas, como poluição, introdução de espécies exóticas e uso intensivo, o que reforça a necessidade de estratégias que promovam sua conectividade e funcionalidade ecológica (Elvas; Bueno; Olifiers, 2023).

Nesse cenário, as soluções baseadas na natureza (SbN) têm se destacado como instrumentos inovadores para a formação de corredores ecológicos, especialmente em ambientes urbanos e periurbanos. Essas soluções envolvem a integração entre áreas públicas e privadas, a restauração ecológica e a participação social, promovendo não apenas a conservação da biodiversidade, mas também benefícios socioeconômicos, como segurança alimentar e melhoria das condições ambientais (Devide; Silva, 2022).

Adicionalmente, experiências no contexto de corredores biológicos demonstram a importância da participação social e da educação ambiental na consolidação dessas estratégias. No Corredor Biológico Amistosa, por exemplo, a integração entre pesquisa participativa, educação e comunicação tem contribuído para o fortalecimento da gestão territorial e para a construção de uma cultura de conservação junto às comunidades locais, o que evidencia que a

efetividade dos corredores depende da articulação entre conhecimento científico e saberes locais (Gómez-Hoyos et al., 2022).

No caso brasileiro, a presença de corredores biológicos em áreas de ecótono, como a transição Cerrado-Amazônia, reforça a importância dessas estratégias para a conservação de espécies ameaçadas e para a manutenção de habitats complexos. Estudos demonstram que essas áreas apresentam elevada diversidade de mamíferos, incluindo espécies ameaçadas, o que evidencia seu papel estratégico na conservação da biodiversidade. Os corredores contribuem para a proteção de áreas prioritárias e para a integração de diferentes biomas (Silva; Ribeiro; Soares, 2023).

Entretanto, apesar dos avanços conceituais e das experiências bem-sucedidas, a implementação de corredores ecológicos ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a fragmentação institucional, a falta de integração entre políticas públicas, a escassez de recursos financeiros e a ausência de monitoramento sistemático. Esses fatores limitam a efetividade das iniciativas e evidenciam a necessidade de fortalecer a governança ambiental e a articulação entre diferentes atores sociais (Gómez-Hoyos et al., 2022).

Dessa forma, a consolidação dos corredores de biodiversidade no Brasil e, em particular, na Amazônia e no estado do Amapá, depende da adoção de abordagens integradas que articulem conservação, desenvolvimento e participação social. A incorporação de soluções baseadas na natureza, aliada ao fortalecimento das políticas públicas e à produção de conhecimento científico, constitui um caminho promissor para enfrentar os desafios contemporâneos da conservação da biodiversidade, promovendo a sustentabilidade dos territórios e a resiliência dos sistemas socioecológicos (Devide; Silva, 2022; Martins; Martines; Toppa, 2024).

A incorporação do conceito de corredores de conservação da biodiversidade representa um avanço significativo no campo das políticas ambientais contemporâneas, sobretudo ao deslocar o foco da conservação de áreas isoladas para uma perspectiva territorial integrada. Os corredores de biodiversidade configuram-se como unidades de planejamento regional que articulam a manutenção dos processos ecológicos naturais à compatibilização entre conservação e desenvolvimento socioeconômico. Essa abordagem amplia o escopo das estratégias conservacionistas, ao reconhecer que a biodiversidade não pode ser mantida de forma efetiva em espaços fragmentados e desconectados.

Entretanto, é fundamental estabelecer uma distinção analítica entre corredores ecológicos e corredores de biodiversidade, evitando reducionismos conceituais. Enquanto os corredores ecológicos correspondem a instrumentos de manejo voltados à conectividade entre fragmentos específicos, os corredores de biodiversidade assumem uma dimensão mais ampla,

incorporando a gestão da paisagem como um todo, incluindo áreas produtivas, territórios ocupados e diferentes formas de uso da terra. Essa diferenciação é essencial para compreender a complexidade dos arranjos territoriais contemporâneos.

Nessa perspectiva, a literatura clássica da ecologia da paisagem reforça que a fragmentação dos habitats constitui um dos principais fatores de perda da biodiversidade. Metzger (1998) destaca que a estrutura da paisagem interfere diretamente na dinâmica ecológica, uma vez que o isolamento de fragmentos reduz a diversidade de espécies e compromete os fluxos ecológicos. De modo convergente, Soulé e Gilpin (1991) e Saunders, Hobbs e Margules (1991) apontam que os corredores funcionam como elementos estruturais capazes de restabelecer a conectividade entre áreas previamente integradas, favorecendo o movimento de organismos e a manutenção da diversidade biológica.

Essa compreensão é reforçada por abordagens mais recentes, que evidenciam a necessidade de estratégias multiescalares para a conservação da biodiversidade. Estudos contemporâneos demonstram que a criação de unidades de conservação, embora fundamental, não é suficiente para garantir a persistência de espécies em longo prazo, especialmente em contextos de intensa pressão antrópica (Silva; Ribeiro; Soares, 2023).

Nesse sentido, os corredores emergem como instrumentos complementares, capazes de integrar áreas protegidas e ampliar sua efetividade ecológica. Adicionalmente, a literatura aponta que a qualidade estrutural e funcional dos corredores é um fator determinante para sua eficácia. Elementos como largura, composição da vegetação, presença de barreiras e proporção de áreas de borda influenciam diretamente a capacidade de dispersão das espécies e o fluxo gênico entre populações. A presença de microhabitats adequados pode ser mais relevante do que a extensão da área, evidenciando a complexidade dos processos ecológicos envolvidos na conectividade da paisagem.

Por outro lado, a implementação de corredores não está isenta de controvérsias. Primack e Rodrigues (2001) destacam que esses sistemas podem, potencialmente, facilitar a disseminação de espécies invasoras, doenças e pressões antrópicas, como a caça. No entanto, autores como Sutherst (2000) argumentam que ambientes fragmentados apresentam maior vulnerabilidade a esses impactos, o que reforça a importância da conectividade como estratégia de resiliência ecológica. Assim, prevalece na literatura o entendimento de que os benefícios dos corredores superam seus possíveis riscos.

No contexto das mudanças climáticas, os corredores de biodiversidade assumem papel ainda mais estratégico. Conforme Sutherst (2000), a redistribuição geográfica das espécies, impulsionada pelo aumento das temperaturas, depende da existência de rotas ecológicas que

permitam sua adaptação a novos ambientes. Dessa forma, os corredores tornam-se instrumentos fundamentais para garantir a mobilidade das espécies e a manutenção dos processos ecológicos em cenários de instabilidade climática.

No plano das políticas públicas, observa-se que a incorporação desses conceitos tem ocorrido de forma gradual no Brasil. Iniciativas como os corredores da Mata Atlântica, da Amazônia e do Cerrado evidenciam esforços de articulação entre diferentes escalas de governança e múltiplos atores institucionais. No entanto, tais iniciativas ainda enfrentam desafios relacionados à fragmentação institucional, à limitação de recursos e à dificuldade de integração entre políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento regional.

No caso específico do estado do Amapá, observa-se a emergência de propostas alinhadas a essa perspectiva, especialmente a partir da articulação entre órgãos governamentais e organizações internacionais. A incorporação da biodiversidade como eixo estruturante do desenvolvimento regional representa uma mudança paradigmática, ao reconhecer o valor estratégico dos recursos naturais e a necessidade de sua gestão sustentável.

Todavia, essa transição não ocorre de forma linear. A persistência de modelos econômicos baseados na exploração intensiva dos recursos naturais evidencia as contradições entre desenvolvimento e conservação. A perda da biodiversidade está associada a processos como desmatamento, fragmentação, poluição e mudanças climáticas, os quais continuam presentes no contexto amazônico. Assim, a implementação de corredores deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de reestruturação das relações entre sociedade e natureza.

As abordagens contemporâneas, como as soluções baseadas na natureza, reforçam a necessidade de integrar conservação ambiental, inclusão social e desenvolvimento econômico. Essas estratégias, ao promoverem a gestão integrada da paisagem e a participação das comunidades locais, ampliam as possibilidades de construção de modelos mais sustentáveis de uso do território (Devide; Silva, 2022).

Por fim, a consolidação dos corredores de biodiversidade como estratégia de conservação exige o fortalecimento da governança ambiental, a produção contínua de conhecimento científico e a valorização dos saberes locais. O manejo da matriz da paisagem constitui um dos principais avanços conceituais desse modelo, ao reconhecer que a conservação da biodiversidade depende não apenas das áreas protegidas, mas da forma como o território como um todo é organizado e utilizado.

3.5.3 Abrangência administrativa do Corredor de Biodiversidade

Embora exista um amplo conjunto de referências teóricas acerca da biodiversidade na Amazônia, permanece evidente que a complexidade e a fragilidade de seus ecossistemas sempre demandaram formas de ocupação territorial mais cautelosas e planejadas. Conforme argumenta Silva; Costa Silva (2022), a dinâmica de ocupação da região, especialmente a partir do final da década de 1960, foi marcada por processos intensos de exploração associados às chamadas "economias de fronteira", nas quais o desenvolvimento foi historicamente reduzido à lógica do crescimento econômico ilimitado, sustentado pela apropriação de recursos naturais considerados inesgotáveis.

Esse modelo contribuiu significativamente para a degradação ambiental e para a fragmentação dos ecossistemas, revelando os limites de abordagens dissociadas da sustentabilidade. Dele, emergiu a necessidade de reorientar as estratégias de conservação, incorporando perspectivas que considerem não apenas a proteção dos recursos naturais, mas também a permanência das populações humanas nesses territórios.

A conservação da biodiversidade deve ser compreendida como uma estratégia de longo prazo, voltada à manutenção dos recursos naturais para as gerações futuras, sem desconsiderar as dimensões sociais e culturais associadas ao uso desses espaços. Tal entendimento reforça a centralidade do ser humano enquanto agente e, ao mesmo tempo, beneficiário das políticas ambientais (Silva e Costa Silva, 2022).

A compreensão da biodiversidade como um sistema dinâmico também constitui um elemento fundamental para o avanço dessas abordagens. A biodiversidade está em constante transformação, sendo influenciada por múltiplos fatores que atuam na composição das espécies, na configuração dos ecossistemas e na dinâmica das paisagens. Essa perspectiva rompe com visões estáticas da natureza, evidenciando que os processos ecológicos são contínuos e interdependentes, o que exige estratégias de conservação adaptativas e flexíveis.

É nesse cenário que se insere a construção conceitual dos Corredores de Biodiversidade (CdeB), compreendidos como redes integradas de áreas protegidas intercaladas por territórios com diferentes níveis de ocupação humana, nas quais o manejo se dá de forma articulada. Segundo definição da *Conservation International* (2002), os CdeB visam garantir a sobrevivência das espécies, a manutenção dos processos ecológicos e evolutivos e o fortalecimento de economias regionais baseadas no uso sustentável dos recursos naturais. Trata-se, portanto, de uma abordagem que amplia o escopo da conservação ao integrar dimensões ecológicas e socioeconômicas.

A proposta dos corredores de biodiversidade incorpora uma visão ampliada da conservação, ao considerar não apenas as áreas protegidas, mas também seus entornos e as populações que nelas vivem. Essa perspectiva valoriza o conhecimento tradicional e reconhece o papel das comunidades locais na gestão dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que promove alternativas econômicas sustentáveis capazes de melhorar a qualidade de vida nesses territórios (Gomez-Hoyos et al., 2022).

A evolução conceitual dos corredores também está associada à incorporação de múltiplas variáveis na análise ambiental. A consolidação do conceito de corredores ecológicos representa a ampliação da escala de conservação, que deixa de se restringir a unidades isoladas e passa a considerar biomas e ecossistemas como unidades integradas. Essa mudança de escala constitui um avanço significativo, ao reconhecer a importância da conectividade ecológica para a manutenção da biodiversidade.

Nesse mesmo sentido, o SNUC e a *Conservation International* (2000) definem os corredores como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais que conectam áreas protegidas, possibilitando o fluxo gênico e o deslocamento da biota. Essa definição reforça a função dos corredores como elementos estruturantes da paisagem, fundamentais para a dispersão de espécies, a recolonização de áreas degradadas e a manutenção de populações viáveis em longo prazo (Elvas, Bueno e Olifiers, 2023).

Contudo, apesar das convergências conceituais, observa-se que os corredores de biodiversidade apresentam características próprias, especialmente no que se refere à sua escala e à sua natureza dinâmica. Conforme Elvas, Bueno e Olifiers (2023), esses corredores podem ser implementados tanto em áreas altamente fragmentadas, como hotspots, quanto em regiões ainda relativamente preservadas. Em cada caso, as estratégias de manejo variam, podendo envolver a restauração da conectividade ou a manutenção de conexões já existentes, sempre associadas a práticas sustentáveis de uso da terra.

Apesar dos avanços teóricos, persistem desafios significativos no que se refere à implementação dessas propostas. Conforme Devide e Silva (2022), as dificuldades relacionadas à gestão ambiental estão diretamente associadas às condições socioeconômicas das populações locais, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que integrem conservação e desenvolvimento. Ainda assim, os corredores de biodiversidade apresentam potencial para gerar benefícios concretos, como a melhoria das condições de vida, o manejo sustentável dos recursos naturais e a valorização dos territórios tradicionais.

A literatura também destaca a importância de abordagens ecológicas mais refinadas para a conservação da biodiversidade. Devide e Silva (2022) chama atenção para o conceito de

espécies-chave, cuja influência na estrutura e funcionamento dos ecossistemas pode orientar estratégias mais eficazes de conservação. A biodiversidade é essencial para a resiliência e a eficiência dos ecossistemas, reforçando a necessidade de estratégias integradas, como os corredores de biodiversidade, que considerem a complexidade das interações ecológicas e sociais na construção de modelos sustentáveis de gestão ambiental.

Com base nessa perspectiva, o reconhecimento de áreas que concentram elevada diversidade de fauna e flora constitui etapa fundamental para a proteção da biodiversidade, uma vez que representa o ponto de partida para o planejamento de ações futuras de conservação. Nesse sentido, as UCs são instituídas com a finalidade de preservar ambientes naturais e assegurar a integridade dos recursos ali existentes, especialmente aqueles dotados de características ecológicas singulares. No caso brasileiro, a criação dessas áreas reflete uma preocupação institucional em estruturar órgãos capazes de planejar, gerir e monitorar os territórios protegidos, evidenciando a importância da atuação do Estado na organização e manutenção desses espaços.

No âmbito das políticas públicas, destaca-se a atuação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), que, em articulação com instituições como o Instituto Socioambiental (ISA), promoveu, entre 1999 e 2001, o projeto de Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira. Esse estudo teve como foco a Amazônia Legal, buscando compreender a situação da biodiversidade regional a partir da integração de dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais, com vistas à formulação de estratégias voltadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, bem como à repartição dos benefícios associados (Vilhena, 2025).

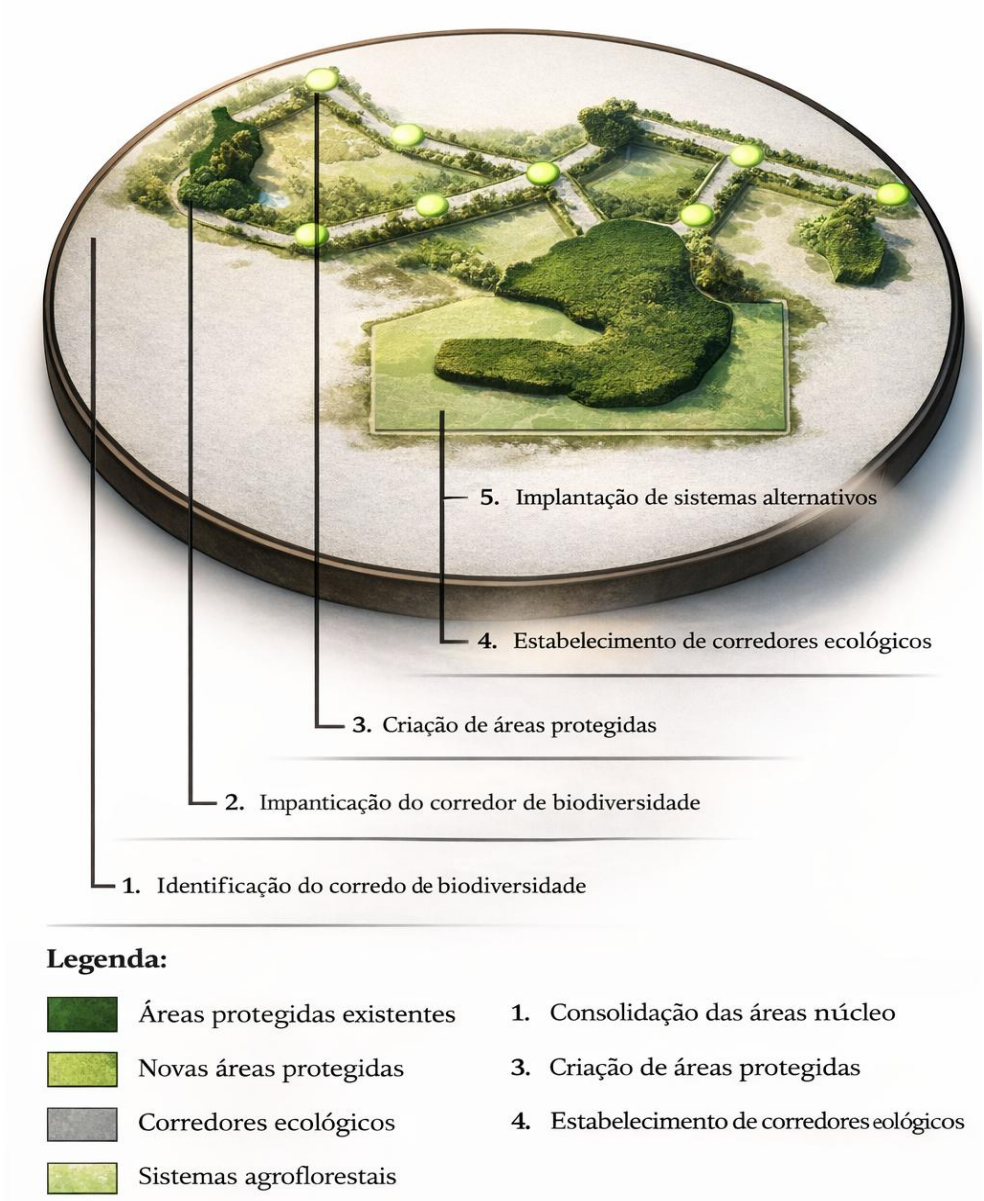
Nessa mesma direção, Silva et al. (2025) argumentam que os corredores de biodiversidade ultrapassam a função tradicional de conservação, configurando-se como um dos grandes desafios contemporâneos, sobretudo diante da crescente pressão antrópica sobre os recursos naturais. Os autores destacam que a intensificação do consumo e a expansão das atividades humanas tendem a ampliar significativamente a demanda por recursos, o que impõe limites aos modelos tradicionais de gestão ambiental baseados exclusivamente na proteção de áreas isoladas.

De acordo com esses autores, a tendência de concentração populacional em centros urbanos, aliada ao aumento da demanda por recursos naturais, tende a intensificar a pressão sobre os ecossistemas, resultando na redução dos espaços florestais e na sua restrição a áreas economicamente menos atrativas. Nesse contexto, torna-se evidente que a conservação baseada

apenas em unidades protegidas não será suficiente para garantir a manutenção de espécies, comunidades e ecossistemas em longo prazo, especialmente diante da fragmentação crescente das paisagens naturais.

Nesse contexto, a construção de um corredor de biodiversidade deve ser compreendida como um processo contínuo, que envolve a interação entre fatores naturais e sociais. Trata-se de uma estratégia que incorpora a ação humana como elemento estruturante do território, reconhecendo que a sustentabilidade depende da articulação entre conservação ambiental, práticas produtivas e participação social. A Figura 7 ilustra esse processo, evidenciando o delineamento e a dinâmica de formação dos corredores no espaço geográfico.

Figura 7 – Desenho esquemático de um corredor de biodiversidade.



Fonte: Elaborado pela autora com base em Vilhena (2025).

Considera-se que a Figura 7 corrobora um entendimento amplamente compartilhado entre estudiosos da conservação: a manutenção dos processos ecológicos e evolutivos depende da ampliação das estratégias de planejamento ambiental, incorporando múltiplas variáveis ecológicas, sociais e territoriais. Nesse sentido, as UCs desempenham papel relevante no sistema de proteção da biodiversidade, ao estabelecer diretrizes que orientam o planejamento em escala regional. Contudo, isoladamente, essas áreas mostram-se insuficientes para garantir a integridade dos ecossistemas, o que reforça a necessidade de abordagens mais integradas e dinâmicas.

É nesse cenário que os corredores de biodiversidade assumem relevância estratégica, ao se configurarem como instrumentos capazes de mitigar os efeitos da fragmentação e promover a conectividade ecológica entre diferentes áreas. Ao integrar territórios com distintos usos e níveis de ocupação, os CdeB possibilitam a manutenção dos fluxos ecológicos e a conservação da biodiversidade em escala regional, contribuindo para a resiliência dos ecossistemas e para a sustentabilidade das paisagens.

Contudo, as pressões sobre a biodiversidade permanecem intensas e multifacetadas. Conforme destacam Devide e Silva (2022), os impactos sobre os ecossistemas decorrem de uma combinação de fatores, como fragmentação de habitats, exploração excessiva dos recursos naturais, poluição e mudanças climáticas. Esses processos atuam de forma interdependente, comprometendo a integridade dos ecossistemas e a sobrevivência das espécies, o que reforça a necessidade de estratégias integradas de conservação.

Dessa forma, os corredores de biodiversidade consolidam-se como instrumentos de planejamento regional que articulam dois eixos fundamentais: a formação de uma rede integrada de áreas protegidas e o manejo sustentável de um mosaico de usos da terra. Essa abordagem permite superar a fragmentação das políticas ambientais, ao integrar conservação e desenvolvimento em uma perspectiva territorial mais ampla e dinâmica.

Nesse contexto, a consolidação dos corredores de biodiversidade como estratégia de gestão territorial exige não apenas a articulação ecológica entre áreas protegidas, mas também o fortalecimento de arranjos institucionais e mecanismos de governança capazes de enfrentar as pressões estruturais que incidem sobre esses territórios.

A experiência amazônica demonstra que, sem integração efetiva entre políticas públicas, participação social e instrumentos de ordenamento territorial, os corredores tendem a operar de forma limitada, muitas vezes incapazes de conter o avanço de atividades predatórias. Assim, mais do que uma solução técnica, os CdeB devem ser compreendidos como dispositivos

político-territoriais complexos, cuja efetividade depende da capacidade de conciliar interesses divergentes, promover justiça socioambiental e incorporar conhecimentos científicos e tradicionais na construção de modelos sustentáveis de uso do território (Silva; Costa Silva, 2022).

Essa concepção amplia o escopo da conservação ao permitir que os corredores sejam implementados tanto em áreas prioritárias para a conservação, como os chamados hotspots, quanto em grandes extensões ainda relativamente preservadas. Nessas últimas, os corredores assumem a função de manter e fortalecer conexões ecológicas já existentes, ao mesmo tempo em que orientam modelos de ocupação territorial baseados no uso sustentável da paisagem.

Sob essa perspectiva, a adoção do conceito de corredores de biodiversidade representa um avanço significativo em relação aos modelos tradicionais de conservação, ao propor a articulação entre áreas protegidas e territórios com diferentes formas de uso. Trata-se de uma proposta que vem sendo incorporada tanto no Brasil quanto em outros países, consolidando-se como uma estratégia inovadora de gestão ambiental.

Nesses termos, os corredores de biodiversidade podem ser definidos como áreas geográficas delimitadas cuja função central é promover a manutenção dos processos ecológicos naturais, ao mesmo tempo em que buscam compatibilizar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento socioeconômico regional (Castro, 2023).

Assim, conforme destacam Gomez-Hoyoz et al. (2022), os corredores de biodiversidade configuram-se como unidades de planejamento em larga escala, voltadas à conservação de áreas de elevada relevância biológica e à manutenção das espécies e dos processos ecológicos.

No caso específico do estado do Amapá, a proposição de corredores de biodiversidade adquire relevância estratégica, especialmente diante da presença de áreas de alta prioridade para conservação na região amazônica. Ainda que não se configure, em termos clássicos, como um hotspot global, o território amapaense apresenta elevada diversidade biológica e desempenha papel fundamental na conectividade ecológica regional.

Nesse contexto, a implementação de corredores demanda medidas eficazes de gestão e planejamento, capazes de assegurar a conservação desses ecossistemas e a sustentabilidade de seus recursos naturais. Os desdobramentos dessa análise serão aprofundados no capítulo 4, no qual se examinam, de forma mais detalhada, os aspectos estruturais e operacionais do corredor de biodiversidade no Amapá.

3.5.4 Corredor de Biodiversidade no extremo norte do Amapá: o contexto ambiental de Oiapoque

Os corredores de biodiversidade constituem instrumentos de conservação que ultrapassam a lógica de proteção de áreas isoladas, ao estabelecer conexões ecológicas entre unidades de conservação, territórios tradicionais e espaços submetidos a diferentes formas de uso. No contexto amazônico, essa abordagem assume particular relevância diante da extensão territorial dos ecossistemas, da elevada diversidade biológica e das pressões decorrentes dos processos históricos de ocupação e exploração dos recursos naturais.

No Amapá, essa perspectiva encontra condições especialmente favoráveis em razão da expressiva presença de áreas protegidas e da necessidade de articulação entre conservação e ordenamento territorial. O Relatório do Corredor de Biodiversidade do Amapá já destacava a possibilidade de integração das áreas protegidas estaduais e federais em uma estrutura territorial destinada à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável (Amapá, 2004).

A concepção de corredor, entretanto, não deve ser reduzida à simples ligação física entre unidades de conservação. Sua efetividade depende da manutenção de processos ecológicos e da capacidade de integrar diferentes componentes da paisagem, inclusive aqueles submetidos à ocupação humana. Simas (2003), ao analisar a proposta de corredor ecológico integrado no Amapá, demonstrou que a conectividade entre áreas protegidas pode contribuir para reduzir processos de isolamento de ecossistemas e, simultaneamente, favorecer alternativas de uso sustentável dos recursos naturais.

Essa compreensão é particularmente pertinente ao extremo norte do Estado, onde a conservação se desenvolve em meio à presença de populações tradicionais, territórios indígenas, atividades econômicas e estruturas de circulação. A conectividade, nesse sentido, não constitui apenas uma propriedade ecológica da paisagem, mas uma condição territorial que exige articulação entre conservação, uso do solo e participação social (Simas, 2003).

No extremo norte do Amapá, essa discussão ganha densidade em Oiapoque, município cuja posição geográfica o coloca simultaneamente como espaço de conservação, circulação e contato transfronteiriço. A inserção do município na dinâmica do Corredor de Biodiversidade deve ser compreendida, portanto, a partir da sobreposição de diferentes funções territoriais. Oiapoque não constitui uma unidade isolada dentro do corredor, mas um espaço em que processos ecológicos e territoriais de maior escala adquirem expressão local.

Tostes e Moura (2017), ao analisarem a relação entre biodiversidade, unidades de conservação e pequenas cidades no corredor transfronteiriço entre o Amapá e a Guiana

Francesa, evidenciam que a conservação nesses espaços está diretamente relacionada às condições territoriais e às formas de organização das populações locais. A proteção da biodiversidade, consequentemente, depende da capacidade de articular as áreas protegidas às dinâmicas sociais e econômicas existentes em seu entorno.

A condição fronteiriça amplia essa complexidade porque Oiapoque se encontra diante de uma estrutura territorial que não termina no limite político brasileiro. A fronteira com a Guiana Francesa produz fluxos permanentes de pessoas, mercadorias, serviços e relações sociais, fazendo com que o espaço local seja submetido simultaneamente a lógicas nacionais e transfronteiriças.

Vales (2024) demonstra que os movimentos migratórios entre o Amapá e a Guiana Francesa contribuíram para consolidar Oiapoque como espaço estratégico de circulação e permanência populacional. Essa dinâmica possui implicações ambientais porque a intensificação dos fluxos modifica as demandas sobre infraestrutura, serviços, ocupação territorial e utilização dos recursos naturais.

Assim, a condição fronteiriça de Oiapoque não constitui elemento externo à conservação, mas uma variável que interfere diretamente na organização territorial na qual o corredor se insere.

A relação entre fronteira e conservação também precisa ser compreendida a partir da continuidade ecológica que ultrapassa os limites político-administrativos. A fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa não representa uma ruptura dos processos naturais, uma vez que ecossistemas, cursos d'água, espécies e territorialidades não obedecem necessariamente às delimitações estabelecidas pelos Estados (Vales, 2024).

Rocha e Silva (2025) demonstram que a fronteira participou historicamente da própria formação territorial do Amapá, constituindo espaço de disputas, fluxos e redefinições territoriais. Sob a perspectiva dos corredores de biodiversidade, essa característica impõe uma abordagem que considere simultaneamente a escala local de Oiapoque, a escala estadual do Corredor de Biodiversidade e a dimensão transfronteiriça associada à Guiana Francesa.

A conservação, nesse contexto, depende da capacidade de reconhecer a continuidade territorial dos processos ambientais sem desconsiderar as diferentes estruturas institucionais que regulam cada lado da fronteira.

A escala local de Oiapoque também evidencia que a conectividade ecológica ocorre em uma paisagem composta por áreas protegidas, territórios tradicionais, espaços produtivos, infraestrutura e áreas de ocupação humana. Essa característica exige que o corredor seja interpretado como uma estrutura dinâmica, na qual a conservação não depende exclusivamente

da existência formal das unidades de conservação, mas da qualidade das conexões existentes entre elas e das condições de uso da matriz territorial (Rocha; Silva, 2025).

Murillo e Beita (2025), ao discutirem metodologias de monitoramento da estrutura da paisagem e de sua conectividade, reforçam a necessidade de avaliar os corredores a partir da organização espacial dos elementos que compõem o território. Aplicada ao contexto amapaense, essa perspectiva permite compreender Oiapoque como uma área na qual a manutenção da conectividade deve ser analisada conjuntamente às transformações provocadas pela circulação, pela infraestrutura e pelas atividades econômicas.

Dessa forma, o extremo norte do Amapá, particularmente Oiapoque, constitui uma escala privilegiada para observar empiricamente como os princípios do Corredor de Biodiversidade se relacionam com as condições concretas do território. A relevância desse recorte não decorre de substituir o CdeB como objeto da investigação, mas de permitir a observação localizada de processos que interferem em sua efetividade, especialmente aqueles relacionados à conectividade ecológica, conservação, ocupação territorial, infraestrutura, atividades econômicas e cooperação transfronteiriça.

Reis (2022), ao discutir o planejamento biorregional na Amazônia Oriental, evidencia a importância de compreender a paisagem como unidade integrada, na qual padrões ecológicos, conectividade e uso territorial devem ser considerados conjuntamente. Nesse sentido, Oiapoque pode ser compreendido como um espaço estratégico de observação das relações entre a estrutura macroterritorial do Corredor de Biodiversidade do Amapá e as dinâmicas ambientais e socioespaciais que se manifestam no extremo norte do Estado.

A inserção de Oiapoque nessa perspectiva permite compreender que sua importância para o Corredor de Biodiversidade do Amapá não decorre apenas de sua localização fronteiriça, mas de sua posição em uma estrutura territorial na qual áreas protegidas, territórios indígenas, ecossistemas e espaços de ocupação humana estabelecem relações de continuidade e interdependência.

O Corredor, concebido em escala estadual, articula diferentes porções do território amapaense e pressupõe que a conservação da biodiversidade seja tratada para além dos limites individuais das unidades de conservação. Nessa configuração, Oiapoque representa um ponto estratégico do extremo norte, no qual as dimensões ambiental, territorial e transfronteiriça se sobrepõem e permitem observar, em escala local, processos que repercutem sobre a conectividade e a gestão do território.

Essa compreensão é coerente com a concepção original do Corredor de Biodiversidade do Amapá, estruturado para integrar áreas protegidas e diferentes espaços territoriais em uma estratégia mais ampla de conservação e desenvolvimento sustentável (Amapá, 2004).

A conexão de Oiapoque com as demais regiões do Estado também deve ser compreendida pela lógica da continuidade territorial e ecológica. As áreas protegidas distribuídas pelo Amapá não constituem unidades independentes, mas componentes de uma paisagem na qual os processos ambientais, os fluxos econômicos, as formas de ocupação e as redes de infraestrutura estabelecem relações que ultrapassam os limites municipais.

Simas (2003) já destacava, na discussão sobre corredores ecológicos no Amapá, a necessidade de estabelecer articulações entre áreas protegidas e espaços submetidos a diferentes formas de uso, enquanto Reis (2022) reforça a importância de interpretar a paisagem amazônica de maneira integrada, considerando simultaneamente sua estrutura ecológica, sua conectividade e as formas de apropriação territorial.

Sob essa perspectiva, Oiapoque deve ser situado em relação às demais porções do corredor e às diferentes regiões do Amapá, pois as pressões ou oportunidades produzidas em um determinado segmento territorial podem repercutir sobre a funcionalidade ecológica, econômica e institucional do conjunto.

Assim, o extremo norte do Amapá constitui uma área na qual a escala local e a escala regional do Corredor de Biodiversidade se encontram de maneira particularmente evidente. Oiapoque articula, de um lado, a dinâmica territorial interna do Estado, envolvendo conservação, infraestrutura, atividades econômicas, territórios tradicionais e circulação; de outro, estabelece relações com a Guiana Francesa, introduzindo uma dimensão transfronteiriça que amplia a complexidade da gestão ambiental.

Tostes e Moura (2017) demonstraram que a relação entre biodiversidade, unidades de conservação e pequenas cidades no corredor transfronteiriço Amapá–Guiana Francesa exige considerar conjuntamente as dimensões ambientais e socioespaciais. Desse modo, Oiapoque não constitui um ponto isolado dentro da pesquisa, mas uma área estratégica a partir da qual se torna possível compreender como as diferentes regiões do Amapá, suas áreas protegidas, seus sistemas de circulação e suas relações transfronteiriças se articulam na configuração e na efetividade do Corredor de Biodiversidade.

3.5.5 Participação social e territorialidades tradicionais na construção do Corredor de Biodiversidade do Amapá

A compreensão histórica do Corredor de Biodiversidade do Amapá requer distinguir a participação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais na constituição territorial do espaço protegido daquela participação formal nos processos de formulação das políticas públicas que estruturaram o Corredor.

A existência de terras indígenas, comunidades tradicionais e outras territorialidades socialmente constituídas no espaço abrangido ou relacionado ao CdeB demonstra que esses grupos não são elementos externos à dinâmica territorial da conservação, mas sujeitos que historicamente produzem, utilizam e atribuem significados ao território. Entretanto, a presença desses grupos no território não permite, por si só, concluir que tenham participado de forma direta e institucionalizada da concepção histórica do Corredor.

Essa distinção é particularmente importante porque a institucionalização de estratégias de conservação e ordenamento territorial no Amapá foi conduzida predominantemente por instrumentos estatais de planejamento, legislação ambiental e estruturas administrativas responsáveis pela gestão das áreas protegidas.

Nesse processo, os povos indígenas e as comunidades tradicionais passaram a constituir atores fundamentais para a implementação e para a gestão cotidiana dos territórios protegidos, mas sua participação na definição histórica das estruturas institucionais do Corredor não pode ser presumida sem evidências documentais específicas. Assim, a análise desenvolvida nesta tese não atribui a esses grupos uma participação formal na formulação histórica do CdeB que não esteja demonstrada pelas fontes examinadas.

A pesquisa de campo, por sua vez, confirma a relevância desses sujeitos para a compreensão da gestão territorial contemporânea. A presença de liderança indígena entre os participantes e as manifestações relacionadas à participação social, à conservação e às formas de uso do território demonstram que os conhecimentos e experiências dos atores locais constituem fontes relevantes para interpretar a efetividade do Corredor.

Entretanto, a participação identificada na pesquisa refere-se principalmente à percepção dos atores sobre a realidade territorial e aos desafios de gestão existentes, não sendo suficiente para reconstruir uma participação histórica desses grupos na formulação original do CdeB.

Essa constatação não reduz a importância das territorialidades indígenas e tradicionais. Ao contrário, evidencia uma questão central para a gestão contemporânea do Corredor: a necessidade de superar uma concepção na qual esses grupos sejam considerados apenas

beneficiários, usuários ou participantes posteriores das políticas de conservação. A efetividade de uma gestão territorial integrada pressupõe seu reconhecimento como sujeitos capazes de produzir conhecimento, formular demandas, participar das decisões e influenciar as estratégias de conservação e desenvolvimento territorial. Nessa perspectiva, a participação social deixa de representar apenas um mecanismo complementar de implementação de políticas e passa a constituir uma dimensão da própria governança territorial.

Dessa forma, a análise histórica realizada nesta tese permite distinguir duas dimensões complementares:

a) A primeira corresponde à participação efetivamente demonstrada na construção institucional das políticas e estruturas relacionadas ao Corredor, predominantemente organizada por instrumentos estatais e administrativos.

b) A segunda corresponde à participação necessária para sua gestão contemporânea e futura, na qual povos indígenas, comunidades tradicionais e demais atores territoriais devem ocupar posição efetiva nos processos decisórios.

Essa distinção é fundamental para evitar uma reconstrução histórica que atribua aos atores sociais uma participação formal não comprovada e, simultaneamente, para evidenciar a necessidade de ampliar sua participação na governança atual e futura do CdeB.

4 A FRONTEIRA AMAPÁ - GUIANA FRANCESA COMO ESPAÇO GEOPOLÍTICO

4.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DA FRONTEIRA OIAPOQUE - GUIANA FRANCESA

Apresenta-se breve contextualização histórica da área de fronteira entre o município de Oiapoque e a Guiana Francesa. Trata-se de um espaço geográfico marcado por intensa circulação populacional, sobretudo de brasileiros, o que desperta interesse analítico quanto às dinâmicas sociais, econômicas e territoriais que caracterizam essa região.

Observa-se que a mobilidade humana nesse contexto está frequentemente associada à busca por melhores condições de vida, oportunidades de trabalho e acesso a benefícios sociais, ainda que tais expectativas nem sempre sejam plenamente atendidas. Essa realidade contribui para a configuração de um território permeado por tensões e assimetrias, podendo ser compreendido, em determinados aspectos, como uma zona de conflitos e disputas simbólicas e materiais.

De acordo com Vales (2024), a intensificação dos fluxos migratórios para a Guiana Francesa pode ser analisada a partir da década de 1960, período em que transformações econômicas e sociais passaram a influenciar diretamente a dinâmica populacional da região. Nesse contexto, observa-se um aumento significativo da migração de brasileiros para o Departamento Ultramarino Francês, motivada tanto pela oferta de trabalho quanto pelos benefícios sociais disponibilizados pelo Estado francês. A autora reforça essa análise ao evidenciar que grande parte dos migrantes é oriunda do território brasileiro, especialmente do estado do Amapá, consolidando a região como um importante corredor migratório transfronteiriço.

O município de Oiapoque destaca-se como um ponto estratégico para a compreensão dessas dinâmicas, uma vez que sua localização fronteiriça o transforma em espaço privilegiado de circulação, permanência e transição de fluxos migratórios. Nesse sentido, a análise das rotas de migração e das características socioeconômicas locais permite compreender, de forma mais ampla, os fatores que impulsionam a mobilidade populacional e os impactos decorrentes desse processo na organização territorial da região.

Sob uma perspectiva histórica, Vales (2024) propõe uma leitura que articula os processos migratórios contemporâneos com a formação territorial da região amazônica, marcada por disputas coloniais e por diferentes projetos de ocupação. A construção do espaço territorial no extremo norte do Brasil está diretamente relacionada aos períodos colonial e republicano, sendo marcada por conflitos entre potências europeias, como portugueses,

espanhóis, franceses e holandeses, que disputavam o controle das terras e buscavam consolidar sua presença na região. Nesse contexto, o território atualmente correspondente ao estado do Amapá esteve inserido em uma complexa rede de tratados e acordos internacionais, que refletiam as disputas geopolíticas da época.

> Entretanto, nem todas as fronteiras nem toda a cooperação transfronteiriça seguem essa função; por exemplo, a "cooperação" ou laços existentes entre a fronteira franco-brasileira, ou a fronteira entre França e Brasil. O que é possível ressaltar é que mesmo com a proximidade e cooperação transfronteiriça existente entre os países, sua relação ainda é precária, periférica e distante. Em palavras mais sucintas, desde seus conflitos territoriais, a dinâmica entre os dois extremos é caracterizada como uma relação conflituosa, obviamente, no entanto, a partir de 39 suas limitações fronteiriças, de acordo com o histórico de tratados ou acordos que fizeram com que esse limite fosse determinado, ambas as gestões (francesa e brasileira) fizeram a fronteira ser dada como esquecida [...]. Assim, pode-se dizer que quando se fala sobre a fronteira em um aspecto "esquecida", não é que ela deixou de existir ou que não há um sistema de cooperação fronteiriça, a questão é que as políticas públicas existentes nas duas extremidades ainda são distintas, ou seja, não há um laço fortalecido, principalmente voltado ao fator migratório (Vales, 2024, p. 38-39).

A assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494, representou um marco inicial na divisão territorial do Novo Mundo, posicionando a região amapaense sob domínio espanhol. Posteriormente, expedições exploratórias, como as realizadas por Vicente Pinzón e Diogo de Lepe, contribuíram para o reconhecimento da foz do rio Amazonas e da região do Oiapoque, ainda que marcadas por conflitos com os povos indígenas que habitavam essas áreas.

Ao longo de sua trajetória histórica, a Amazônia foi alvo de constantes incursões estrangeiras, motivadas pelo interesse em suas riquezas naturais e pela percepção de fragilidade na ocupação colonial portuguesa. A ausência de uma política efetiva de ocupação e exploração sistemática dessas terras abriu espaço para a atuação de outras nações europeias, que passaram a disputar o controle da região. Nesse sentido, conforme aponta Azevedo (2025), ingleses, irlandeses e holandeses aproveitaram o contexto de abandono para tentar se apropriar desses territórios, evidenciando a vulnerabilidade geopolítica da Amazônia naquele período.

Com o avanço do processo de colonização, a Coroa portuguesa buscou implementar mecanismos de controle territorial mais estruturados, como o sistema de capitanias hereditárias, instituído em 1534 por D. João III. Paralelamente, a Coroa espanhola também intensificou suas estratégias de ocupação na região amazônica, concedendo terras a exploradores e navegadores, como Francisco Orellana, a quem foi atribuída, em 1544, a administração de áreas que abrangiam o atual território amapaense, denominado à época como Adelantado de Nueva Andalucía (Azevedo, 2025).

Os núcleos de ocupação estabelecidos ao longo do litoral, por meio do sistema de capitanias hereditárias, constituíam estratégias deliberadas de afirmação do domínio territorial. Esses focos, inicialmente dispersos, expandiram-se progressivamente em direção ao norte e ao sul, evidenciando o projeto político de consolidação do controle colonial sobre o território brasileiro.

Em decorrência do insucesso de diversas expedições, incluindo as lideradas por Francisco Orellana, os espanhóis perderam interesse em explorar o extremo norte do território, abrindo espaço para o avanço português na região amazônica. Nesse contexto, em 1546, Luís de Melo e Silva, após explorar a foz do rio Amazonas, obteve da Coroa portuguesa a concessão dessas terras, incluindo o atual território do Amapá. Posteriormente, com a morte de D. Sebastião e a consequente União Ibérica, houve uma reconfiguração administrativa das capitanias, permitindo aos portugueses ampliar sua atuação na Amazônia. A fundação do Forte do Presépio, em 1616, marco inicial da cidade de Belém, simboliza esse processo de ocupação estratégica. Em 1621, a administração colonial foi reorganizada em dois grandes blocos, o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, posteriormente denominado Grão-Pará, evidenciando a importância crescente da região amazônica no contexto colonial (Azevedo, 2025).

No decorrer desse processo, destaca-se a criação da Capitania do Cabo do Norte, em 1637, abrangendo áreas correspondentes ao atual estado do Amapá. Embora tenha sido concedida a Bento Maciel Parente, a efetiva colonização não se concretizou, em grande medida devido à falta de recursos financeiros e à prioridade dada à defesa militar contra invasões estrangeiras. Ainda assim, a região permaneceu como área estratégica, sendo posteriormente reincorporada à Capitania do Grão-Pará, consolidando-se como espaço de interesse geopolítico.

No plano diplomático, a disputa entre Portugal e França pela região intensificou-se ao longo do tempo, resultando na assinatura de diversos tratados. O acordo firmado em Lisboa, em 1700, buscou estabelecer normas provisórias para a ocupação da área, proibindo a construção de fortificações que pudessem legitimar reivindicações territoriais. Apesar de assegurar o direito de circulação entre os territórios, o tratado não solucionou definitivamente a questão fronteiriça, evidenciando a complexidade das relações entre as potências coloniais.

A questão foi parcialmente resolvida com o Tratado de Utrecht, em 1713, que estabeleceu o rio Oiapoque como limite entre as possessões portuguesa e francesa. Contudo, como destacam Azevedo (2025), as disputas territoriais persistiram, em razão de interpretações divergentes e do contínuo interesse expansionista francês. Esse cenário revela que a definição de fronteiras na região amazônica esteve longe de ser estável, sendo marcada por tensões permanentes e disputas diplomáticas.

Nesse contexto, a necessidade de reforçar a presença portuguesa na região tornou-se evidente, especialmente diante das recorrentes ameaças externas. A política de fortificação não se limitava à reação ao descumprimento de tratados, mas fazia parte de uma estratégia mais ampla de garantia da soberania territorial. Ainda que frequentemente prejudicada por limitações de recursos, essa política buscava consolidar a presença colonial em áreas consideradas vulneráveis.

Durante os séculos XVI e XVII, enquanto a atenção da metrópole estava voltada para a economia açucareira do Nordeste, a Amazônia permanecia como espaço periférico, sendo explorada principalmente por missionários e viajantes. Esse movimento, embora incipiente, contribuiu para a abertura de caminhos e para a formação das primeiras fronteiras na região, evidenciando um processo gradual de ocupação e integração territorial (Placide, 2024).

Essa dinâmica se altera significativamente com a ascensão de D. José I ao trono português e a atuação do Marquês de Pombal, que promoveu uma reestruturação das políticas coloniais. A nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como Capitão-Geral marcou o início de uma nova fase de planejamento estratégico para a Amazônia, com ênfase na fortificação e no povoamento da região. A construção de estruturas militares robustas passou a ser vista como elemento essencial para a defesa do território e a afirmação da soberania portuguesa (Cardoso, 2025).

Como resultado dessas políticas, destacam-se iniciativas como a construção da Fortaleza de São José de Macapá, a fundação da cidade de Mazagão e a consolidação da Vila de São José de Macapá. Essas ações evidenciam uma mudança significativa na forma de ocupação da região, marcada por maior planejamento e pela tentativa de integrar defesa, povoamento e exploração econômica, consolidando a presença portuguesa no extremo norte do Brasil.

O descumprimento do Tratado de Utrecht (1713) por parte da França contribuiu para o acirramento dos conflitos na região fronteiriça entre o Brasil e a Guiana Francesa, especialmente a partir da descoberta de ouro em Calçoene. Esse evento intensificou o interesse econômico sobre o território e estimulou incursões francesas em áreas consideradas sob domínio brasileiro. Diferentemente do cenário contemporâneo, no final do século XIX eram os franceses que avançavam sobre a fronteira em busca de recursos minerais, alcançando, em 1894, um dos momentos de maior exploração aurífera, com significativa extração de ouro, o que evidencia a relevância econômica da região naquele período (Cardoso, 2025).

Para além da dimensão econômica, a influência cultural francesa também se fez presente na área do Contestado, manifestando-se na toponímia local e nos costumes das populações. A criação do Triunvirato, em 1894, contribuiu para intensificar as tensões entre brasileiros e

franceses, culminando em confrontos diretos que resultaram no conflito armado de 1895. Esse episódio evidencia o grau de instabilidade da região, agravado pelo isolamento geográfico e pela limitada presença do Estado brasileiro, que pouco atuava na efetiva ocupação e controle do território (Cardoso, 2025).

A resolução formal desse conflito ocorreu com o Laudo de Berna, em 1900, que estabeleceu o rio Oiapoque como limite definitivo entre Brasil e França. Embora tenha encerrado juridicamente a disputa territorial, esse acordo não foi suficiente para consolidar a presença efetiva do Estado brasileiro na região. Ao longo do século XX, persistiram problemas estruturais, como o contrabando e a ausência de políticas públicas consistentes, evidenciando um processo contínuo de marginalização do território fronteiriço (Dias, 2025).

> Nesse contexto, o contrabando tornou-se uma atividade recorrente, contribuindo para a desestruturação social e econômica de diversos povoados. A fragilidade institucional e o abandono estatal favoreceram a atuação de redes ilegais, transformando antigas localidades em áreas praticamente desertas ou dominadas por atividades ilícitas. A situação era agravada pela percepção, amplamente divulgada pela imprensa da época, de que a região estava sendo explorada por interesses estrangeiros, em detrimento da soberania nacional (Dias, 2025, p. 89).

Diante desse cenário, setores da sociedade passaram a pressionar o governo federal por medidas mais efetivas de ocupação e controle do território. A mobilização de lideranças locais, associada à atuação de parlamentares e à repercussão nos meios de comunicação, resultou na formulação de políticas voltadas à colonização da região. Nesse contexto, destaca-se a criação da Comissão Colonizadora do Oiapoque, cujo objetivo era identificar áreas estratégicas para a implantação de núcleos urbanos e promover a ocupação sistemática da fronteira.

A proposta de colonização, defendida por lideranças políticas como o senador Justo Chermont, buscava não apenas estimular o povoamento, mas também reduzir a influência francesa na região. A estratégia incluía o deslocamento de migrantes, especialmente oriundos do Nordeste brasileiro, com o intuito de fortalecer a presença nacional na fronteira. Contudo, essa política apresentou limitações, uma vez que nem sempre considerava as condições socioeconômicas dos migrantes e os interesses locais, revelando contradições entre o discurso nacionalista e as práticas adotadas (Dias, 2025).

No início da década de 1920, a implementação da Comissão Colonizadora resultou na criação de núcleos urbanos que passaram a desempenhar papel estratégico no processo de ocupação territorial. Entre esses, destaca-se o Núcleo Cleveland, posteriormente conhecido como Clevelândia do Norte, que, apesar de sua função inicial como espaço de colonização,

também foi utilizado como local de detenção de presos políticos, evidenciando a complexidade das políticas de ocupação da região.

A formação do município de Oiapoque, por sua vez, apresenta uma trajetória marcada pela diversidade de origens de sua população, incluindo comunidades quilombolas, migrantes e populações tradicionais. Conforme Dias (2025), a ocupação da região esteve associada a atividades econômicas como a mineração e o comércio, além de processos históricos que envolveram disputas territoriais e fluxos migratórios. Essa diversidade contribui para a configuração de um território multifacetado, marcado por diferentes identidades e práticas culturais.

Apesar dessas iniciativas, a região permaneceu, por longos períodos, marcada pelo abandono estatal. Somente a partir da criação do Território Federal do Amapá, em 1943, observa-se uma tentativa mais sistemática de integrar a região às estratégias nacionais de desenvolvimento e segurança. Essa medida estava alinhada a uma lógica geopolítica que buscava fortalecer a presença do Estado em áreas de fronteira, consideradas estratégicas para a soberania nacional.

Atualmente, embora haja avanços na presença institucional e no desenvolvimento socioeconômico, persistem desafios estruturais relacionados à integração territorial, à gestão da fronteira e à promoção do desenvolvimento sustentável. O município de Oiapoque, com suas especificidades históricas, sociais e culturais, continua a desempenhar papel estratégico na dinâmica transfronteiriça, evidenciando a necessidade de políticas públicas que articulem soberania, desenvolvimento e conservação ambiental em uma perspectiva integrada (Dias, 2025).

4.2 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA A GUIANA FRANCESA

Neste tópico, apresenta-se uma breve análise sobre o estado do Amapá, destacando sua relevância geográfica como principal rota de acesso terrestre e fluvial do Brasil à Guiana Francesa. Nesse contexto, sobressaem-se como pontos estratégicos de conexão fronteiriça o Porto de Santana, o Aeroporto Internacional de Macapá, o Terminal Rodoviário de Macapá e, sobretudo, o município de Oiapoque. Esses espaços configuram-se como eixos oficiais de integração entre o Brasil e a França, desempenhando papel fundamental na circulação de pessoas, mercadorias e fluxos socioterritoriais na região.

De acordo com Silva e Granger (2025), observa-se que muitos indivíduos que se deslocam pela primeira vez para a Guiana Francesa não buscam regularizar sua entrada por

meio dos canais consulares, em razão das exigências documentais e dos elevados custos associados à obtenção de visto. Tal constatação foi corroborada por observações de campo, nas quais se verificou a recorrência de práticas migratórias irregulares, frequentemente motivadas por dificuldades econômicas e pela expectativa de inserção em oportunidades de trabalho no território francês.

No entanto, tais práticas expõem os migrantes a riscos significativos, incluindo penalidades legais e condições de vulnerabilidade. Nesse sentido, os custos relacionados à emissão de passaporte e visto constituem fatores determinantes para a adoção de estratégias informais de travessia. Uma das práticas mais comuns consiste no uso de pequenas embarcações, conhecidas localmente como “catraias” (Figura 8), para cruzar o rio Oiapoque, especialmente em horários de menor fiscalização.

Figura 8 – Travessia de catraia na fronteira do Oiapoque para Saint George.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Tradicionalmente, esse tipo de travessia apresenta baixo custo, o que a torna acessível a um número expressivo de migrantes. Contudo, observa-se que a dinâmica econômica dessa atividade vem sendo impactada por transformações recentes na infraestrutura regional, como a construção da ponte binacional, que, mesmo antes de sua plena operação, já produz efeitos sobre a redução da demanda por esse tipo de transporte. Essa mudança não apenas altera a lógica econômica dos catraieiros, mas também redefine as formas de mobilidade na fronteira,

indicando um processo de transição entre práticas informais e estruturas mais institucionalizadas de circulação.

Nesse contexto de transformação, persistem, entretanto, as dificuldades estruturais que caracterizam a região, especialmente no que se refere à precariedade da infraestrutura e às limitações nas condições de vida da população local. Tais fatores contribuem para que muitos indivíduos continuem a se arriscar em travessias irregulares, mesmo diante dos riscos envolvidos.

Conforme aponta Silva e Miceli (2025), o município de Oiapoque configura-se como um dos pontos mais avançados do território brasileiro para aqueles que buscam ingressar no Departamento Ultramarino Francês, assumindo, portanto, papel estratégico nas dinâmicas migratórias transfronteiriças.

Todavia, essa condição estratégica não elimina os riscos associados ao deslocamento, os quais se manifestam tanto nas condições materiais da travessia quanto nas formas de tratamento dispensadas aos migrantes. Observa-se a existência de situações de vulnerabilidade, agravadas pela precariedade dos serviços de saúde e pelas tensões relacionadas à condição migratória irregular, especialmente no território francês. Nesse percurso, que se estende de Oiapoque a Saint-Georges, são recorrentes episódios de constrangimento e insegurança, evidenciando a fragilidade das garantias de direitos nesse espaço fronteiriço.

Ademais, conforme registros de campo apresentados por Silva e Miceli (2025), o deslocamento entre Saint-Georges e Caiena envolve custos adicionais que variam de acordo com o meio de transporte utilizado, podendo alcançar valores significativos para os migrantes. Esse trajeto poderia atingir cerca de sessenta reais, o que, convertido para a moeda local, corresponde aproximadamente a trinta e dois euros. Mesmo após a travessia da fronteira, os custos de mobilidade continuam a representar um obstáculo relevante, reforçando as desigualdades que permeiam os fluxos migratórios na região.

A busca por melhores condições de vida, frequentemente associada à inserção no mercado de trabalho francês, contrasta com as barreiras legais e operacionais impostas ao ingresso regular, o que contribui para a manutenção de fluxos migratórios marcados pela informalidade e pela vulnerabilidade. Tal dinâmica evidencia a existência de uma fronteira funcionalmente permeável, porém seletiva, na qual o acesso a direitos e oportunidades permanece desigual.

A persistência dessas práticas revela limitações estruturais na gestão da fronteira, tanto do lado brasileiro quanto do lado francês, especialmente no que se refere à articulação de políticas públicas voltadas à mobilidade humana, à assistência social e à garantia de direitos.

Assim, a travessia entre Oiapoque e Saint-Georges, seguida pelo deslocamento até Caiena, configura-se como um percurso que extrapola a dimensão geográfica, assumindo caráter simbólico e material de transição entre diferentes realidades socioeconômicas. Nesse sentido, a Figura 9 ilustra o ponto de referência de partida de Caiena para a cidade de Saint-Georges, evidenciando um dos principais eixos de circulação nessa dinâmica transfronteiriça.

Figura 9 - Ponto de referência de partida de Caiena para a cidade de Saint-Georges.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Para os migrantes em situação irregular, os custos da travessia tendem a ser mais elevados, uma vez que, segundo os próprios condutores de vans, o risco é maior. Nesse contexto, estratégias para burlar a fiscalização das autoridades francesas passam a ser organizadas ainda no início da viagem.

Antes da partida, orientações são repassadas aos passageiros sem documentação, como esconder-se na mata até a saída da polícia, deitar-se no interior do veículo durante abordagens ou justificar a presença na região como uma visita pontual ao Oiapoque. Entretanto, observa-se que, com o aumento da rigidez no controle fronteiriço, tais estratégias vêm perdendo eficácia, restando, em muitos casos, apenas a evasão para áreas de mata como alternativa de fuga.

As informações obtidas durante o trabalho de campo permitiram compreender que essas práticas se estruturam a partir de uma rede informal de circulação de saberes, construída ao longo do percurso entre Saint-Georges e Caiena. Nesse trajeto, motoristas e passageiros, em

especial brasileiros, compartilham experiências e orientações com aqueles em situação irregular, configurando uma espécie de solidariedade pragmática entre migrantes.

Ao mesmo tempo, a intensificação das ações de fiscalização evidencia o esforço das autoridades em conter os fluxos migratórios não autorizados, o que torna o deslocamento cada vez mais tenso e incerto para aqueles que se encontram nessa condição. Apesar desse cenário de maior controle, observa-se a persistência de mecanismos que, de forma direta ou indireta, contribuem para a continuidade desses fluxos.

A existência de redes informais e, em alguns casos, de facilitação institucional, revela a complexidade da gestão fronteiriça, marcada por contradições entre o controle migratório e as dinâmicas socioeconômicas que sustentam a mobilidade na região. Assim, o transporte realizado por vans entre Saint-Georges e Caiena configura-se como elemento central dessa dinâmica.

Pode-se afirmar que esses grupos apresentam uma estrutura organizacional relativamente complexa, atuando, em muitos casos, de forma paralela a outras redes ilícitas, como o narcotráfico. Nesse contexto, circula entre os moradores da orla do rio Oiapoque a orientação de que, para atravessar a fronteira de maneira clandestina, é necessário ambientar-se e estabelecer contato com as pessoas certas. Um dos pontos tradicionais para esse tipo de articulação situa-se nas proximidades do Posto Oiapoque, localizado praticamente às margens do rio homônimo, evidenciando a centralidade desse espaço nas dinâmicas informais de mobilidade transfronteiriça.

A travessia fluvial permanece como uma alternativa amplamente utilizada, mesmo após a construção da estrada que conecta Saint-Georges a Caiena. Isso demonstra que, apesar dos avanços na infraestrutura regional, persistem práticas consolidadas que atendem às demandas dos trabalhadores brasileiros em deslocamento para o território francês. Nesse cenário, o catraio continua sendo um dos meios de transporte mais eficazes para evitar a fiscalização, sobretudo pela flexibilidade e discrição que oferece ao longo do percurso.

Entretanto, é importante destacar que essa modalidade de travessia envolve riscos significativos à integridade física e jurídica dos migrantes, além de expô-los a situações de vulnerabilidade social. Assim, compreender as dinâmicas do município de Oiapoque exige uma análise que vá além de sua dimensão geográfica, incorporando os aspectos sociais, políticos e econômicos que estruturam esse território. Trata-se de um espaço marcado por especificidades que o diferenciam de outras cidades amazônicas, especialmente por sua condição fronteiriça e pela intensidade dos fluxos migratórios que o atravessam pelo rio Oiapoque (Figura 10).

Figura 10 – Catraieiro às margens do rio que separa o Brasil da Guiana Francesa.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

O município de Oiapoque, situado na fronteira com a Guiana Francesa, apresenta uma dinâmica própria que exige uma análise fundamentada em sua localização estratégica, especialmente por se constituir como ponto de contato direto entre o Brasil e um território europeu. Trata-se de uma cidade marcada por um "tempo de fronteira", no qual fluxos, relações e práticas sociais assumem características singulares.

Apesar de amplamente conhecido no imaginário nacional, sobretudo pela expressão "do Oiapoque ao Chuí", o município ainda carece de estudos sistematizados que aprofundem a compreensão de sua realidade socioeconômica e territorial. Localizado a aproximadamente 590 km de Macapá, Oiapoque revela-se um espaço de elevada complexidade, no qual se entrelaçam dimensões econômicas, culturais e sociais que justificam sua notoriedade.

Nesse contexto, observa-se a presença de práticas que evidenciam a centralidade da informalidade e da ilegalidade nas dinâmicas locais. O comércio clandestino, o câmbio paralelo, os elevados índices de criminalidade, a prostituição como atividade recorrente e o tráfico de pessoas e de drogas configuram elementos estruturantes desse território.

Conforme apontam Mota et al. (2026), tais práticas contribuem para a constituição de um modo de vida no qual a ilegalidade se naturaliza como estratégia de sobrevivência. Contudo, apesar da visibilidade desses fenômenos, ainda são escassas as análises que investiguem de forma aprofundada como essas dinâmicas se articulam e se reforçam mutuamente, ampliando as vulnerabilidades sociais e territoriais.

Paralelamente a esse cenário, o município apresenta significativa relevância ambiental, abrigando extensas áreas florestais, ecossistemas frágeis e ambientes inundáveis e costeiros. Destaca-se, nesse contexto, a presença do Parque Nacional do Cabo Orange, unidade de conservação de grande importância ecológica, que contribui para a proteção da biodiversidade regional. Essa coexistência entre riqueza ambiental e fragilidades socioeconômicas evidencia a complexidade do território, no qual se articulam conservação e pressões antrópicas em diferentes escalas.

A região do Oiapoque é marcada pela presença de populações indígenas, especialmente os povos Caripuna, Galibi e Palikur, localizados na Terra Indígena Uaçá. Esses grupos ocupam uma área significativa e mantêm modos de vida que transcendem as fronteiras políticas estabelecidas pelos Estados nacionais, evidenciando uma territorialidade própria, baseada em vínculos históricos, culturais e simbólicos. Embora reconheçam as diferenças materiais entre o Brasil e a Guiana Francesa, esses povos mantêm práticas e relações que desafiam a lógica fronteiriça convencional (Mota et al., 2026).

Essas identidades, profundamente enraizadas em práticas, valores e modos de vida próprios, não podem ser facilmente dissociadas de seus contextos históricos e simbólicos. Assim, mais do que uma resistência, trata-se da afirmação de pertencimento e continuidade cultural, o que evidencia os limites de políticas que desconsideram a diversidade sociocultural desses grupos.

Nesse sentido, os povos do Uaçá, apesar de enfrentarem processos históricos de colonização, catequização e invasões territoriais, conseguiram preservar elementos fundamentais de sua identidade cultural. Caracterizados por origens diversas e por processos de mistura étnica, esses grupos evidenciam a complexidade sociocultural da região, reforçando a necessidade de abordagens analíticas que considerem a pluralidade de atores e dinâmicas presentes no território.

A Figura 11 ilustra a presença desses grupos indígenas no município de Oiapoque, destacando sua importância no contexto socioterritorial da fronteira.

Figura 11 – Família de produtores indígenas na Feira Internacional de Oiapoque.



Fonte: Sebrae (2025, p. 1).

A meta, segundo o Sebrae (2025), consiste em promover a integração dessas populações à condição de cidadãos brasileiros plenamente inseridos na lógica nacional de trabalho e de institucionalidade estatal. No entanto, observa-se que tal objetivo não se concretiza de forma homogênea, sobretudo em razão das especificidades culturais que caracterizam os diferentes povos indígenas presentes na região.

No plano econômico, as informações indicam que o território do Oiapoque possui significativa riqueza mineral, fator que intensifica as tensões na região de fronteira. A atividade garimpeira, frequentemente realizada de forma ilegal e sem respaldo institucional ou cuidado ambiental, amplia os conflitos socioambientais e fragiliza os mecanismos de controle territorial.

Ainda assim, essa atividade representa uma alternativa econômica para parte da população, atraindo indivíduos dispostos a assumir riscos em busca de melhores condições de vida. Nesse contexto, Oiapoque consolida-se como um espaço de intenso fluxo populacional, no qual a população nativa se restringe, em grande medida, aos grupos indígenas e a algumas famílias pioneiras vinculadas ao antigo Território Federal do Amapá (Sebrae, 2025).

Atualmente, observa-se um cenário de desânimo e incerteza entre os moradores locais, associado, em parte, à percepção de distanciamento entre as decisões políticas e as demandas da população. A construção da ponte sobre o rio Oiapoque, por exemplo, é frequentemente mencionada como um empreendimento que não contou com ampla participação social, gerando impactos diretos nas dinâmicas econômicas e sociais da região fronteiriça. Esse tipo de intervenção evidencia fragilidades nos processos de planejamento e governança, especialmente em territórios sensíveis como as zonas de fronteira.

No que se refere à saúde pública, embora o sistema seja formalmente municipalizado, o Estado do Amapá ainda desempenha papel fundamental na provisão de serviços no município. Oiapoque enfrenta graves desafios relacionados à infraestrutura de saúde e ao saneamento básico, com destaque para a escassez de profissionais especializados. Mesmo com incentivos salariais relativamente elevados, há dificuldades em fixar médicos na região, o que leva à adoção de soluções emergenciais, como o deslocamento periódico de equipes de saúde a partir de Macapá. Em casos mais graves, recorre-se inclusive ao atendimento no lado francês, em Saint-Georges, evidenciando a interdependência funcional entre os dois territórios (Brito, 2025).

> O município do Oiapoque é atualmente um lugar de confluência de povos, línguas e tradições diversas. Os problemas sociais estão escancarados para qualquer pessoa que chegar à localidade. Se antes os principais conflitos foram relacionados à demarcação da fronteira nacional, os conflitos de hoje são de outra ordem: o crime organizado, a questão indígena, as ameaças ao bioma local, o desmatamento, a biopirataria, o crime organizado, o tráfico de drogas, de armas, prostituição, desemprego, subemprego, carência de infraestrutura e de serviços públicos, entre outros. Refletir sobre as questões do presente, dialogando com o passado, é um esforço necessário para identificarmos as continuidades e os novos desafios colocados para a sociedade do Oiapoque e para o poder público (Brito, 2025, p. 145-146).

Atualmente o mundo tem voltado os seus olhares para a Amazônia. Apesar das múltiplas interações que aproximam brasileiros e franceses na região, as diferenças econômicas e culturais são marcantes. O controle migratório exercido pelo governo francês contrasta com a maior permeabilidade observada no lado brasileiro, gerando assimetrias nas relações transfronteiriças. Enquanto a margem brasileira busca atrair o consumo de visitantes franceses, a população de Saint-Georges convive com a presença cotidiana de brasileiros, muitas vezes associados a práticas informais ou ilícitas. Esse cenário contribui para o enfraquecimento das relações de cordialidade e para o aumento das tensões sociais na fronteira (Brito, 2025).

Adicionalmente, a ausência de investimentos consistentes em políticas públicas nas áreas de fronteira brasileiras agrava as desigualdades e reforça sentimentos ambíguos de revolta e resignação entre a população local. Para além da violência física, observa-se a presença de formas de violência simbólica, conforme discutido por Bourdieu (1990), nas quais se internalizam percepções de inferioridade em relação ao outro. Expressões cotidianas que exaltam o comportamento ou o poder econômico dos franceses contribuem para legitimar relações assimétricas de dominação, nas quais os próprios sujeitos subordinados reproduzem discursos que reforçam sua posição de desvantagem.

No campo econômico, a influência francesa mostra-se significativa, estabelecendo parâmetros que orientam as dinâmicas locais. Conforme apontam dados levantados junto às autoridades policiais, há um baixo índice de crimes praticados contra cidadãos franceses, mesmo em um contexto de elevada violência urbana no município (Brito, 2025).

Esse dado evidencia não apenas o reconhecimento das assimetrias de poder entre os grupos sociais envolvidos, mas também a conformação de uma lógica tácita de convivência, marcada por estratégias de acomodação e evitar conflitos diretos com os chamados “vizinhos ricos”. Trata-se de uma dinâmica relacional que revela a internalização dessas desigualdades no cotidiano das interações transfronteiriças, contribuindo para a manutenção de um equilíbrio instável no território.

As estratégias de controle territorial adotadas por Brasil e França revelam contrastes significativos. No lado francês, observa-se um aparato de vigilância mais estruturado e permanente, com atuação contínua da Polícia Aduaneira Francesa (PAF), especialmente por meio de patrulhamentos sistemáticos e rondas noturnas.

Essa presença institucional reforça o controle sobre a circulação de pessoas e mercadorias, contribuindo de forma mais efetiva para a regulação dos fluxos transfronteiriços e a contenção de movimentos migratórios considerados irregulares. A Figura 12 ilustra essa realidade, destacando a presença institucional do aparato policial às margens do rio Oiapoque, no lado francês.

Figura 12 – Embarcação no lado francês do rio Oiapoque recebida por policiais.



Fonte: Baía (2016, p. 1).

Outra prática recorrente em Saint-Georges refere-se à solicitação e ao controle rigoroso de documentos, como vistos e passaportes, evidenciando o fortalecimento das políticas migratórias do Estado francês. Nesse sentido, o Ministério do Ultramar tem destinado investimentos significativos para o combate à migração clandestina, reforçando a vigilância sobre a entrada e saída de pessoas na Guiana Francesa.

Tal postura reflete uma mudança mais ampla na atuação estatal contemporânea, na qual o controle territorial e a segurança passam a ocupar papel central. Conforme analisa Silva e Granger (2025), o Estado social vem sendo progressivamente substituído por um modelo mais repressivo, caracterizado pela militarização e pela criminalização de problemas sociais, especialmente aqueles associados às populações marginalizadas.

> Dessa forma, constrói-se uma visão panorâmica da evolução das relações geopolíticas e econômicas da região, essencial para compreender o contexto atual, identificar oportunidades, tendências e desafios em termos de desenvolvimento regional e de relações com outros atores regionais e globais. Permite, portanto, entender como as Guianas se adaptaram às mudanças no cenário geopolítico global na elaboração de suas políticas e estratégias, e como a cooperação e a integração regional, bem como o diálogo entre elas, se transformaram ao longo dos períodos mencionados (Silva e Granger, 2025, p. 2).

Em contraste, no lado brasileiro da fronteira, observa-se uma fragilidade institucional que se expressa na ausência de controle efetivo sobre a circulação de pessoas e mercadorias. A falta de fiscalização em pontos estratégicos, como o porto de Oiapoque, aliada à inexistência de exigências sistemáticas de documentos, como passaportes e certificados internacionais de vacinação, contribui para a consolidação de um ambiente propício à ilegalidade.

Essa lacuna na atuação estatal favorece não apenas a intensificação dos fluxos migratórios irregulares, mas também a disseminação de práticas ilícitas e riscos sanitários, configurando um cenário de vulnerabilidade ampliada.

Nesse contexto, a dinâmica da clandestinidade adquire uma lógica própria, estruturando-se como parte integrante da economia local. Atividades como o turismo sexual e o tráfico de pessoas, embora socialmente problemáticas e juridicamente condenáveis, assumem relevância econômica no município, evidenciando as contradições de um território marcado pela ausência de alternativas formais de inserção produtiva.

Segundo Ferreira (2025), a atuação de redes organizadas que exploram essas atividades reforça a complexidade da fronteira, na qual legalidade e ilegalidade coexistem de maneira interdependente. Como explicado pela autora:

> O secretário de Justiça e Segurança Pública, César Vieira, explicou que Oiapoque foi escolhida por estar na fronteira, o que torna a ação estratégica. Trazemos aqui para o município de Oiapoque uma grande ação da segurança pública no combate a criminalidade organizada, mostrando força e que aqui na fronteira a segurança pública vem trazer essa pacificação social, disse o secretário. A operação conta com agentes da Polícia Civil, Polícia Federal (PF), Grupo Tático Aéreo (GTA) e do Batalhão de Operações Especiais (Bope) (Ferreira, 2025, p. 1).

Diante desse cenário, observa-se que o Estado brasileiro tem buscado, ainda que de forma pontual, implementar ações de enfrentamento à criminalidade organizada na região de fronteira. As operações integradas de segurança pública, como a descrita por Ferreira (2025), evidenciam uma tentativa de reafirmação da presença estatal em um território historicamente marcado por fragilidades institucionais. A atuação conjunta de diferentes órgãos, como Polícia Civil, Polícia Federal, Grupo Tático Aéreo e unidades especializadas, indica um esforço de articulação interinstitucional voltado ao controle das dinâmicas ilícitas e à promoção de maior estabilidade social no município de Oiapoque.

As informações obtidas nas reportagens de Luckezie (2025) e Prazeres (2026) destacam que no outro lado da fronteira, as autoridades também têm intensificado suas ações de controle e repressão, especialmente no combate ao garimpo ilegal e às atividades associadas à exploração clandestina de recursos naturais.

Conforme reportado por Luckezie (2025), operações conduzidas por forças de segurança da Guiana resultaram na prisão de mais de 30 pessoas envolvidas em atividades de mineração irregular em áreas próximas à fronteira com o Brasil. Essas ações evidenciam a adoção de uma política mais rigorosa, pautada na lógica de “tolerância zero”, com destruição de equipamentos e presença militar em regiões consideradas estratégicas, o que demonstra um padrão de atuação estatal mais incisivo no controle territorial.

Paralelamente, estudos recentes indicam que essas dinâmicas não se restringem ao plano local, mas estão inseridas em redes transnacionais de ilegalidade que envolvem a circulação de recursos naturais, como o ouro, em escala internacional. Conforme destaca Prazeres (2026), tem-se observado a consolidação de novas rotas de escoamento do ouro clandestino, nas quais regiões de fronteira, como aquelas próximas à Guiana, assumem papel estratégico como corredores logísticos para o mercado global.

Esse processo evidencia a capacidade de adaptação das organizações criminosas frente ao aumento da fiscalização interna no Brasil, deslocando suas operações para áreas onde o controle é mais flexível ou onde já existe uma infraestrutura clandestina consolidada. Dessa forma, a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa passa a ser compreendida não apenas como

um espaço de circulação migratória, mas como um território-chave nas redes contemporâneas de economia ilegal, articulando dinâmicas locais a circuitos econômicos globais.

Entretanto, tais iniciativas, embora relevantes, ainda se mostram insuficientes diante da complexidade estrutural que caracteriza a região. A persistência de redes clandestinas e a continuidade dos fluxos migratórios irregulares demonstram que o enfrentamento dessas questões exige políticas públicas mais amplas e contínuas, que articulem segurança, desenvolvimento socioeconômico e inclusão social.

Nesse sentido, a consolidação de uma governança territorial eficaz depende não apenas de ações repressivas, mas da construção de estratégias integradas capazes de reduzir as desigualdades, ampliar oportunidades e fortalecer a presença institucional do Estado nas áreas de fronteira.

A análise de Castro (2023) contribui para ampliar essa compreensão ao destacar a importância das territorialidades em rede na dinâmica de integração pan-amazônica. A autora enfatiza o papel das cidades e das redes técnicas, econômicas e sociais na articulação de processos que ultrapassam as fronteiras nacionais, evidenciando a institucionalização de formas de regionalização transnacional. Ao investigar as conexões entre escalas locais e globais, demonstra-se como os efeitos da globalização incidem sobre os atores sociais, reconfigurando suas práticas e relações em contextos de fronteira.

As migrações econômicas observadas em Oiapoque inserem-se, portanto, em um quadro mais amplo de transformações globais, no qual coexistem diferentes lógicas de mobilidade. Por um lado, refletem a continuidade de vínculos históricos e a interdependência entre países, como no caso das relações com a França. Por outro, resultam de estratégias diversas, que incluem desde mecanismos institucionais até a atuação de redes clandestinas de recrutamento de mão de obra. Nesse cenário, as cidades fronteiriças assumem papel estratégico, funcionando como pontos de articulação de fluxos formais e informais.

Em áreas periféricas como Oiapoque, essa condição é ainda mais evidente, uma vez que o próprio "esquecimento" institucional contribui para a emergência de espaços que se tornam centrais nas dinâmicas clandestinas. Trata-se de territórios nos quais a ausência do Estado não implica vazio, mas sim a reorganização de práticas sociais e econômicas que operam à margem da legalidade, revelando novas formas de territorialização.

Por fim, conforme argumenta Silva e Granger (2025), o debate sobre o desenvolvimento na Amazônia exige a redefinição das políticas públicas a partir do reconhecimento da diversidade regional. A existência de múltiplas Amazônias implica a necessidade de abordagens diferenciadas, capazes de considerar as especificidades locais sem perder de vista os elementos

que conferem unidade ao território amazônico. Nesse sentido, a compreensão das dinâmicas fronteiriças de Oiapoque revela-se fundamental para a construção de políticas mais eficazes, sensíveis às complexidades sociais, econômicas e ambientais que caracterizam a região.

A análise dos fluxos migratórios evidencia que a fronteira Amapá–Guiana Francesa não se estrutura apenas como um espaço de deslocamento, mas como um território profundamente marcado por desigualdades e relações assimétricas de poder. Tais características exigem uma leitura que ultrapasse a dimensão descritiva, demandando uma abordagem teórica capaz de compreender os fundamentos geopolíticos e as estratégias de desenvolvimento que moldam esse espaço.

4.3 GOVERNANÇA NA FRONTEIRA

O reconhecimento das fronteiras ambientais nos modelos de desenvolvimento contemporâneos tem imposto a necessidade de reconfiguração das formas de governança em escala global, sobretudo diante da centralidade crescente dos recursos naturais nas agendas políticas nacionais e internacionais.

Nesse sentido, a noção de governança assume papel analítico central para a compreensão das dinâmicas que atravessam os espaços de fronteira. Mais do que a atuação isolada do Estado, a governança refere-se à articulação entre múltiplos atores, escalas e instrumentos normativos que orientam a gestão do território, envolvendo instituições estatais, organismos internacionais e agentes locais (Dias, 2025).

Em contextos fronteiriços, como o que envolve o Amapá e a Guiana Francesa, essa governança se configura de maneira particularmente complexa, marcada pela sobreposição de ordenamentos jurídicos, assimetrias institucionais e disputas pelo controle dos recursos naturais. Assim, a fronteira deixa de ser compreendida apenas como limite geográfico e passa a ser analisada como um espaço de regulação híbrida, no qual se entrelaçam estratégias geopolíticas, projetos de desenvolvimento e mecanismos de coordenação transnacional.

Nesse contexto, Dias (2025) compreende o desenvolvimento sustentável como uma tentativa de conciliar crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Entretanto, essa proposta, longe de se configurar como consensual, revela-se tensionada por interesses divergentes que disputam o uso e o controle dos recursos naturais. No caso da fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, essas tensões tornam-se ainda mais evidentes, na medida em que diferentes racionalidades (locais, nacionais e internacionais) se sobrepõem, produzindo um espaço marcado por conflitos, assimetrias e negociações permanentes.

> Os fluxos comerciais na fronteira Oiapoque/Saint-Georges são marcados por uma dualidade entre produtos legais e ilegais, sendo que essa distinção nem sempre corresponde às categorias oficiais. O pescado, por exemplo, circula intensamente entre os dois lados do rio Oiapoque, atendendo tanto à demanda local quanto a circuitos maiores que se estendem até Caiena. Essa circulação é facilitada por dezenas de catraias que operam dia e noite, transportando pessoas, alimentos, utensílios domésticos e equipamentos, muitos deles destinados a garimpos ilegais na Guiana Francesa. Embora parte dessas mercadorias transite deforma irregular, essas práticas são parte integrante da economia local e refletem a complexidade das relações transfronteiriças, onde o comércio formal e informal se entrelaçam (Dias, 2025, p. 9).

A institucionalização de regimes políticos e ambientais globais, conforme discutido por Dias (2025), evidencia a tentativa de criação de normas multilaterais capazes de regular as ações dos Estados frente a problemas ambientais. Entre esses, destaca-se a perda acelerada da biodiversidade, que mobilizou iniciativas como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

À luz dessa discussão, Borges (2022) aponta que a Amazônia se constitui como um território estratégico onde se materializam, simultaneamente, conflitos e possibilidades de solução no que se refere à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais. Aplicando essa perspectiva ao caso estudado, observa-se que a fronteira Amapá–Guiana Francesa se configura como um espaço privilegiado de experimentação dessas políticas, onde a lógica global de conservação frequentemente entra em choque com as dinâmicas locais de sobrevivência e uso do território.

No campo da geopolítica, o controle da Amazônia historicamente esteve associado a interesses econômicos que, embora nem sempre bem-sucedidos, estruturaram estratégias de ocupação e domínio territorial. Esse controle, sustentado por mecanismos como a criação de unidades administrativas e a ocupação gradual do território, revela uma lógica de afirmação da soberania baseada mais na presença institucional do que na efetiva integração socioeconômica. No contexto da fronteira em análise, essa dinâmica se expressa na fragilidade do Estado brasileiro em comparação com a atuação mais estruturada do lado francês, evidenciando uma assimetria no exercício do poder territorial (Borges, 2022).

A distinção entre modelos exógenos e endógenos de ocupação territorial, também apresentada por Borges (2022), contribui para compreender as diferentes racionalidades que orientam a organização do espaço amazônico. O modelo exógeno, centrado em interesses externos e voltado à exportação, contrasta com o modelo endógeno, baseado na valorização das dinâmicas locais.

No caso da fronteira Amapá–Guiana Francesa, observa-se a predominância de estratégias exógenas, especialmente associadas a políticas de integração econômica e exploração de recursos, o que frequentemente desconsidera as especificidades sociais e culturais das populações locais, aprofundando desigualdades e tensões territoriais.

As análises de Borges (2022) e Dias (2025) reforçam que a organização do território amazônico resulta da combinação entre redes de circulação e áreas de ocupação, sendo essas estruturas fundamentais para a compreensão dos processos de integração regional. No caso estudado, a fronteira assume um papel estratégico como nó de conexão entre diferentes sistemas territoriais, articulando fluxos econômicos, migratórios e institucionais. Contudo, essa articulação não se dá de forma homogênea, revelando desequilíbrios significativos na capacidade de inserção das diferentes regiões nas redes globais.

Ainda segundo Dias (2025), a atualização dos modelos exógenos e endógenos no contexto contemporâneo revela uma transição em que o desenvolvimento local passa a ganhar centralidade, ainda que subordinado às dinâmicas globais. Na fronteira Amapá–Guiana Francesa, essa transição se manifesta de forma contraditória, uma vez que iniciativas voltadas ao desenvolvimento local coexistem com políticas orientadas por interesses externos, gerando um cenário de sobreposição de lógicas territoriais e de disputas pelo uso do espaço.

A contribuição de Costa (2025) ao destacar a coexistência entre redes e áreas permite compreender que os processos territoriais não se dão de forma excludente, mas sim articulada. No entanto, na fronteira em análise, observa-se que a predominância das redes voltadas à exportação e à circulação de mercadorias tende a enfraquecer iniciativas de desenvolvimento local, limitando a autonomia das populações e reforçando a dependência de dinâmicas externas.

Do ponto de vista geofísico e estratégico, Costa (2025) ressaltam o papel do Amapá como elo de conexão com a Guiana Francesa, especialmente considerando o relativo isolamento do plateau das Guianas. Essa condição confere à fronteira uma importância geopolítica significativa, transformando-a em espaço-chave para projetos de integração regional. No entanto, essa integração não ocorre de maneira equilibrada, sendo marcada por assimetrias estruturais que favorecem determinados atores em detrimento de outros.

A criação do Território Federal do Amapá e a intensificação da atuação estatal a partir da década de 1940, representaram uma tentativa de reorganização do espaço regional por meio de políticas públicas e investimentos em infraestrutura. Essas iniciativas, no entanto, estiveram fortemente vinculadas a interesses estratégicos e econômicos, especialmente no setor mineral, o que limitou a consolidação de um desenvolvimento social mais amplo e equitativo.

Brito (2025) destaca que as políticas públicas voltadas para a Amazônia, especialmente a partir da década de 1960, priorizaram grandes projetos de integração e exploração econômica, como a Operação Amazônia e o Programa Polamazônia. Essas políticas contribuíram para a inserção da região na economia internacional, mas também geraram dependência e reduziram o poder de barganha local, evidenciando os limites de um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de recursos.

Silva e Granger (2025) aponta que o esgotamento desse modelo e o descompasso entre processos ambientais, sociais e econômicos revelam a necessidade de revisão das estratégias de desenvolvimento para a Amazônia. No caso do Amapá, a reconfiguração das relações entre Estado e sociedade a partir da Constituição de 1988 introduziu novas dinâmicas, mas não foi suficiente para superar as desigualdades estruturais que caracterizam a região.

A criação do estado democrático e a implantação da Área de Livre Comércio transformaram o Amapá em um novo polo de atração migratória, inserindo-o em dinâmicas econômicas mais amplas. No entanto, essa inserção ocorreu de forma desigual, refletindo as limitações de um modelo que privilegia a abertura econômica sem garantir condições adequadas de desenvolvimento social.

Apesar do fluxo migratório e das transformações econômicas, o Amapá ainda apresenta baixa densidade populacional e limitada ocupação territorial, conforme indicam os dados do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). Essa condição revela tanto o potencial quanto os desafios para a redefinição das atividades econômicas na região, evidenciando a necessidade de estratégias que articulem desenvolvimento e sustentabilidade. Segundo Costa (2025), esse cenário aponta para um conflito entre modelos de produção que, ao se expandirem, entram em choque com suas bases sociais e ambientais.

Na fronteira Amapá–Guiana Francesa, esse conflito se manifesta de forma intensa, evidenciando a dificuldade de conciliar crescimento econômico com justiça social e preservação ambiental. Ferreira (2025) destaca ainda o relativo isolamento do Amapá em relação ao restante do país, o que limita sua inserção nos mercados nacionais e internacionais. Paradoxalmente, esse isolamento também contribui para a preservação de dinâmicas locais, criando um espaço de resistência frente às pressões da globalização.

As teorias sobre fronteiras indicam que esses espaços são historicamente marcados por tensões entre soberania estatal e processos de integração. No caso analisado, a fronteira Amapá–Guiana Francesa evidencia a persistência do Estado como ator central, ao mesmo tempo em que revela os limites desse modelo diante das transformações impostas pela globalização.

Dias (2025) observa que as regiões de fronteira têm sido progressivamente reinterpretadas a partir de uma lógica econômica, deslocando o foco do político para o mercantil. Essa mudança, no entanto, gera desconfiança por parte das populações locais, que frequentemente se veem excluídas dos processos decisórios.

Nesse contexto, as políticas de cooperação e conservação ambiental emergem como estratégias de integração, mas também como mecanismos de controle territorial. A criação de unidades de conservação em áreas de fronteira exemplifica essa dualidade, ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente, restringe o uso do território pelas populações locais.

A proposta de criação de um Corredor de Biodiversidade (CdeB) no Amapá, incluindo o Parque das Montanhas do Tumucumaque, ilustra essa dinâmica, ao evidenciar a tensão entre conservação ambiental e demandas sociais. A ausência de participação efetiva da população local nesses processos reforça a percepção de imposição de políticas externas.

As diferenças entre as políticas ambientais adotadas pelo Brasil e pela França acentuam as assimetrias na gestão da fronteira. Enquanto o modelo francês permite maior flexibilidade no uso dos recursos naturais, o modelo brasileiro tende a impor restrições mais rígidas, gerando conflitos sociais. A cooperação transfronteiriça, embora apresentada como solução, enfrenta obstáculos decorrentes dessas diferenças estruturais. A integração entre os dois territórios, portanto, não se dá de forma harmoniosa, sendo marcada por disputas, negociações e adaptações constantes (Silva e Granger, 2025).

A ação orientada por valores permite compreender que muitas decisões políticas na fronteira são tomadas com base em racionalidades que nem sempre consideram suas consequências sociais. Isso contribui para a reprodução de desigualdades e conflitos. A crítica de Costa (2025) à ausência de participação popular reforça a necessidade de democratização dos processos decisórios, especialmente em contextos de fronteira, onde os impactos das políticas públicas são mais intensos. Dias (2025) citou Pierre Bourdieu por contribuir para a compreensão dessas dinâmicas ao evidenciar que o poder se manifesta também de forma simbólica, influenciando a percepção e a aceitação das estruturas sociais. Na fronteira Amapá–Guiana Francesa, essa dimensão simbólica se expressa na naturalização das desigualdades entre os dois lados.

A presença de instituições estatais, como o Judiciário, embora importante, não é suficiente para garantir a efetividade dos direitos, evidenciando a distância entre a formalidade institucional e a realidade vivida pela população local. Por isso, as fronteiras podem ser interpretadas tanto como barreiras quanto como espaços de integração. No caso analisado,

prevalece uma dinâmica híbrida, em que coexistem isolamento e conexão (Silva e Miceli, 2025).

Por fim, entende-se que as fronteiras não são apenas linhas geográficas, mas construções sociais marcadas por relações de poder (Bourdieu *apud* Dias, 2025). Nesse sentido, a fronteira Amapá–Guiana Francesa deve ser compreendida como um espaço de disputa, onde diferentes projetos de desenvolvimento se confrontam, evidenciando a necessidade de abordagens mais integradas e socialmente inclusivas (Dias, 2025).

5 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL

5.1 A FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA: QUESTÕES HISTÓRICAS RELEVANTES

A formação histórica da fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa deve ser compreendida como um processo longo, conflituoso e marcado por relações de poder, e não como um dado geográfico previamente estabelecido. A geopolítica dessa fronteira aponta que os limites internacionais são construções históricas resultantes de disputas, negociações e estratégias de legitimação territorial (Rocha; Silva, 2025). A fronteira franco-brasileira na Amazônia setentrional emerge como produto de múltiplas camadas geopolíticas, que articulam interesses coloniais europeus, dinâmicas locais e processos diplomáticos internacionais.

Desde o século XVII, a região correspondente ao atual Amapá configurava-se como espaço estratégico no contexto da expansão colonial europeia, sendo objeto de disputas entre portugueses e franceses. A atuação da Coroa Portuguesa, especialmente por meio de políticas pombalinas, evidenciou o uso da cartografia, da catequese e da toponímia como instrumentos de legitimação territorial e de imposição simbólica do poder. Assim, a ocupação não se deu apenas pela presença física, mas por um conjunto de práticas discursivas e institucionais que buscavam transformar o espaço em território politicamente reconhecido (Almeida; Lima; Bordalo, 2025).

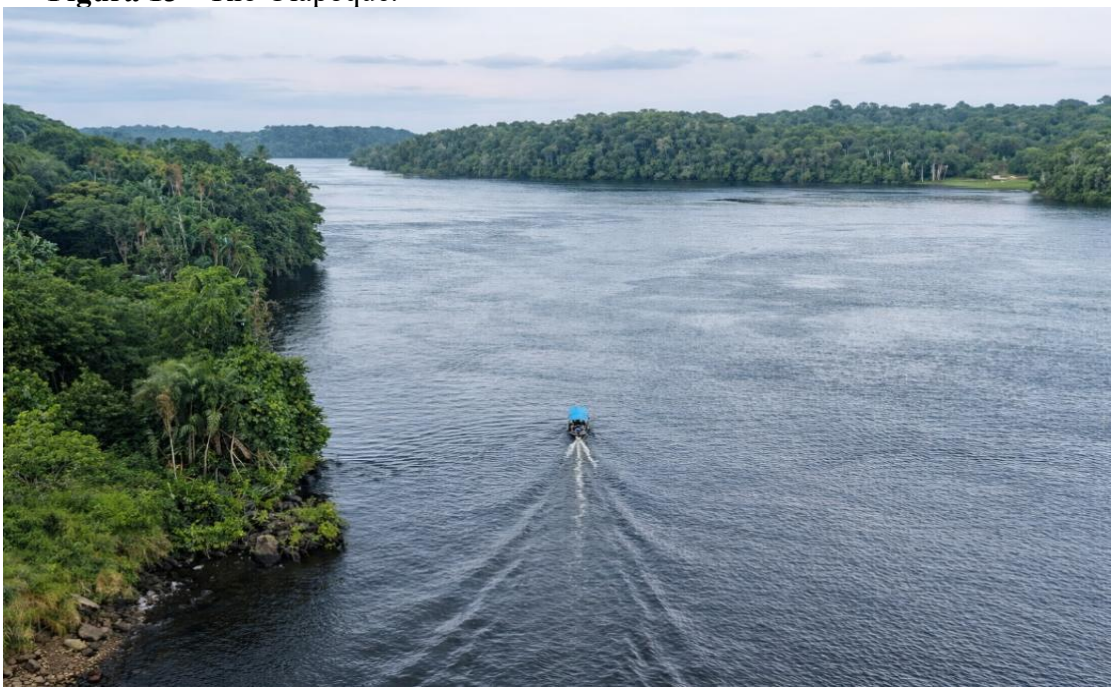
A disputa territorial entre França e Portugal, posteriormente herdada pelo Brasil independente, foi intensificada ao longo dos séculos XVIII e XIX, sobretudo em função da indefinição dos limites estabelecidos pelo Tratado de Utrecht de 1713. Embora o tratado indicasse o rio Oiapoque como referência, sua interpretação permaneceu ambígua, alimentando reivindicações divergentes entre os dois Estados. Essa ambiguidade demonstra que os tratados internacionais, longe de resolverem definitivamente os conflitos, frequentemente inauguram novas disputas interpretativas (Carneiro Filho; Leal, 2025).

O chamado Contestado Franco-Brasileiro constitui o ápice desse conflito, caracterizando-se como uma disputa territorial prolongada, que envolveu interesses econômicos, especialmente relacionados à exploração de ouro, e tensões militares diretas. A tentativa de criação de entidades políticas autônomas, como a República de Cunani, evidencia o grau de instabilidade e a fragilidade do controle estatal na região. Nesse contexto, a fronteira era menos uma linha fixa e mais um espaço de disputa contínua (Carneiro Filho; Leal, 2025).

A resolução do conflito por meio da arbitragem internacional representa um momento decisivo na consolidação da fronteira. Em 1900, o Laudo Suíço, mediado pelo presidente Walter

Hauser, concedeu ganho de causa ao Brasil, estabelecendo definitivamente o rio Oiapoque como limite oficial entre os territórios (Figura 13). Esse episódio revela a importância crescente das instâncias internacionais na regulação de disputas territoriais e na legitimação jurídica das fronteiras modernas (Carneiro Filho; Leal, 2025).

Figura 13 – Rio Oiapoque.



Fonte: Negrão e Silva (2025, p. 53).

A definição do rio Oiapoque como limite internacional não deve ser interpretada apenas como solução técnica ou geográfica, mas como resultado de uma construção política e diplomática. O rio, enquanto elemento natural, foi apropriado simbolicamente como marcador de soberania, transformando-se em referência central na narrativa territorial brasileira. Tal processo reforça a ideia de que os elementos naturais só adquirem função fronteiriça quando incorporados a discursos e práticas estatais.

Dessa forma, paralelamente à consolidação jurídica da fronteira, desenvolveu-se uma construção simbólica do Amapá como “extremo norte” do Brasil. Narrativa amplamente difundida no imaginário nacional, cumprindo função geopolítica ao reforçar a presença do Estado em uma área historicamente periférica e vulnerável. A criação do Território Federal do Amapá em 1943, sob a lógica da segurança nacional, insere-se nesse esforço de nacionalização e controle do espaço fronteiriço (Rocha; Silva, 2025).

No entanto, a análise da fronteira não pode se limitar à perspectiva estatal, sob pena de incorrer em uma leitura estatocêntrica. As dinâmicas indígenas transfronteiriças revelam a

existência de territorialidades que antecedem e transcendem o Estado-nação. Povos como os Palikur, Galibi-Marworno e Karipuna historicamente ocupam a região do rio Oiapoque, estabelecendo redes de mobilidade, parentesco e circulação que ignoram os limites políticos impostos posteriormente.

Essas populações mantêm práticas espaciais que configuram uma territorialidade própria, baseada em relações socioculturais e ambientais, e não em delimitações jurídicas. A mobilidade entre os dois lados da fronteira evidencia que, para esses grupos, o território é contínuo e integrado, desafiando a lógica fragmentadora dos Estados nacionais. Tal perspectiva é coerente com abordagens contemporâneas que reconhecem a fronteira como espaço de interação e não apenas de separação (Rocha e Silva, 2025).

A coexistência entre a fronteira estatal e as territorialidades indígenas revela a complexidade do espaço fronteiriço amazônico. Enquanto o Estado busca fixar limites e exercer controle, os povos indígenas produzem uma espacialidade fluida e relacional. Essa tensão evidencia que a fronteira Amapá–Guiana Francesa é simultaneamente uma construção histórica, um dispositivo geopolítico e um espaço vivido, marcado por múltiplas racionalidades que coexistem e, por vezes, entram em conflito.

A dinâmica contemporânea da fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa evidencia, de forma particularmente expressiva, a permanência de processos históricos de mobilidade, disputa e desigualdade que remontam à própria formação desse espaço. Longe de constituir apenas uma linha de separação entre Estados nacionais, a região do rio Oiapoque configura-se como um território vivido, marcado por fluxos intensos de pessoas, mercadorias e expectativas. Nesse sentido, a caracterização dessa área como “terra das ilusões”, conforme apontado por Canejo e Paiva (2004), pode ser reinterpretada à luz dos estudos de fronteira como uma expressão simbólica das assimetrias socioeconômicas e das promessas de mobilidade social que estruturam os deslocamentos transfronteiriços.

A singularidade geopolítica dessa fronteira reside no fato de conectar diretamente o Brasil a um território ultramarino europeu, a Guiana Francesa, condição que potencializa sua atratividade migratória e reforça seu valor estratégico. Conforme destacam Carneiro Filho e Leal (2025), trata-se de uma das poucas fronteiras sul-americanas em que se articulam, de maneira direta, dinâmicas entre o Mercosul e a União Europeia, produzindo um espaço de contato profundamente desigual, mas altamente integrado em termos funcionais. Essa assimetria se expressa tanto nas diferenças de renda quanto nas políticas públicas, contribuindo para a construção de imaginários de prosperidade associados ao lado francês.

A migração brasileira para a Guiana Francesa insere-se nesse contexto como um fenômeno estrutural, historicamente vinculado às oportunidades econômicas abertas por projetos estratégicos, como a implantação do Centro Espacial de Kourou a partir da década de 1980. A demanda por mão de obra, aliada à proximidade geográfica e às redes sociais transfronteiriças, favoreceu a constituição de fluxos migratórios contínuos, inicialmente compostos por trabalhadores especializados e, posteriormente, ampliados para segmentos mais diversificados da população. Ainda que os dados oficiais sejam limitados, estimativas recorrentes indicam a presença significativa de brasileiros no território francês, consolidando uma diáspora regional que redefine as relações sociais na fronteira.

> Caracterizamos, então, o fluxo migratório de brasileiros para a Guiana Francesa da seguinte forma: primeiramente, não se tratam apenas de migrantes, mas de transmigrantes, pois eles migram para a Coletividade de Ultramar francesa, mas não perdem suas raízes com o país de origem [...]. Em segundo lugar, [...] apesar de não exercerem uma cidadania plena nessa Guiana, esses brasileiros têm acesso a direitos sociais e civis, [...], excetuando-se os clandestinos que, como já foi visto, não possuem o direito de permanência no território francês, não usufruindo assim do direito civil básico de ir e vir, mas não desistem de sua estadia no local. Os brasileiros clandestinos buscam trabalho mesmo sem possuir documentos que confiram legalidade a sua presença no território francês. Primeiramente conseguem o trabalho para depois efetuar a legalização, numa clara amostra de que trabalho e migração formam um par que se reproduz continuamente [...]. Já para o imigrante legalizado, os direitos civis e sociais são garantidos na plenitude do acesso a direitos que é concedido pelo Estado francês para seus imigrantes; estão vinculados à existência de um contrato de trabalho, como já afirmado, evidenciando assim o aspecto econômico da condição migrante na atual conjuntura de um mundo globalizado. (Rocha e Cardoso, 2022, p. 16-17).

Observa-se, entretanto, que esses fluxos migratórios não são homogêneos, sendo marcados por uma diversidade de origens regionais e trajetórias sociais. Embora o Amapá desempenhe papel central como área de passagem e articulação, a presença de migrantes oriundos do Nordeste brasileiro, bem como de outras regiões do país, evidencia a amplitude das redes migratórias que convergem para essa fronteira.

Tal configuração reforça a interpretação da fronteira como um espaço transnacional, no qual identidades, práticas culturais e estratégias econômicas se entrelaçam, conforme discutido por Rocha e Silva (2025) ao enfatizarem o caráter ativo e relacional das fronteiras na produção de dinâmicas sociais.

No lado brasileiro, particularmente no município de Oiapoque, a organização socioespacial reflete diretamente essas dinâmicas de mobilidade e circulação. A circulação de recursos provenientes do garimpo na Guiana Francesa, por exemplo, contribui para a dinamização econômica local, ainda que de forma instável e marcada por ilegalidades,

revelando a dependência estrutural da economia fronteiriça em relação a atividades transnacionais.

Em contraste, o lado francês apresenta melhores indicadores de infraestrutura e acesso a serviços públicos, resultado direto de sua inserção no sistema político-administrativo francês e europeu. No entanto, essa aparente estabilidade não elimina as contradições sociais, uma vez que parte significativa da população migrante vive em condições precárias, frequentemente à margem das políticas estatais. A presença de brasileiros em áreas periféricas e em habitações informais evidencia que a fronteira não elimina desigualdades, mas as reorganiza espacialmente, produzindo novas formas de exclusão e integração simultâneas.

A fluidez do fluxo humano na região constitui um dos elementos centrais para a compreensão da fronteira como espaço de prática cotidiana. A dificuldade de controle efetivo da circulação entre Oiapoque e Saint-Georges reforça a ideia de que a fronteira estatal é constantemente tensionada pelas dinâmicas sociais locais. Conforme observado por Carneiro Filho e Leal (2025), mesmo em contextos de restrição formal, como durante a pandemia de COVID-19, a população desenvolveu estratégias para manter a circulação, evidenciando a porosidade estrutural desse limite internacional.

Nesse contexto, espaços como a região da Beira Rio, em Oiapoque, assumem papel central como nodos de articulação da mobilidade transfronteiriça. Nesses locais, observa-se a coexistência de práticas formais e informais, que vão desde o comércio cotidiano até atividades relacionadas à conversão monetária e à intermediação de deslocamentos. A ausência de mecanismos institucionais adequados, como casas de câmbio formalizadas, contribui para a consolidação de economias paralelas, revelando a adaptação dos atores locais às limitações impostas pelo Estado.

O rio Oiapoque, por sua vez, permanece como elemento estruturante dessa dinâmica, desempenhando simultaneamente funções de separação e conexão. Enquanto limite jurídico internacional, ele delimita a soberania estatal; contudo, enquanto espaço vivido, constitui um corredor de circulação que viabiliza tanto práticas legais quanto ilegais.

Essa dualidade reforça a compreensão da fronteira como um espaço híbrido, no qual natureza, política e sociedade se entrelaçam de forma indissociável. O Amapá e a Guiana Francesa compartilham uma condição periférica, marcada por limitações estruturais, dependência econômica e isolamento geográfico relativo, ainda que inseridas em contextos políticos distintos. Tal condição reforça a necessidade de interpretar a fronteira não apenas como zona de contato, mas como espaço estratégico para políticas de integração e desenvolvimento (Silva; Gama; Pedrada, 2023).

A configuração territorial do Amapá revela um conjunto de contradições que impactam diretamente sua inserção na dinâmica transfronteiriça. Embora possua vantagens geográficas relevantes, como localização estratégica no Platô das Guianas e potencial logístico para conexão com mercados internacionais, o estado apresenta fragilidades estruturais significativas, incluindo baixa diversificação econômica, forte dependência do setor público e deficiências em infraestrutura de transporte. Essas limitações condicionam sua capacidade de aproveitar plenamente as oportunidades decorrentes da proximidade com a Guiana Francesa (Silva, Gama e Pedrada, 2023).

Por outro lado, a Guiana Francesa, embora vinculada a uma economia central como a francesa e integrada à União Europeia, também apresenta características típicas de regiões periféricas. Sua dependência de transferências públicas, a concentração econômica em poucos setores (como o Centro Espacial de Kourou) e as desigualdades sociais internas revelam que o pertencimento a um centro econômico não elimina as fragilidades territoriais. Assim, a fronteira conecta dois espaços periféricos, ainda que inseridos em escalas distintas do sistema mundial. Nesse contexto, a rodovia BR-156 (Figura 14) emerge como elemento central na discussão sobre integração e desenvolvimento regional (Silva, Gama e Pedrada, 2023).

Figura 14 – BR 156: rodovia fundamental do Amapá.



Fonte: Mendes (2025, p. 1).

Concebida como um corredor transfronteiriço, a infraestrutura da BR 156 (Figura 15) tem potencial para articular a mesorregião norte do Amapá com a Guiana Francesa, facilitando fluxos econômicos, sociais e institucionais. No entanto, conforme apontam Silva, Gama e Pedrada (2023), sua influência efetiva ainda é limitada, sobretudo devido à não conclusão de trechos essenciais e à precariedade das condições de trafegabilidade (Figura 16). A rodovia atualmente conta com 100 quilômetros sem asfalto. Por isso, o potencial integrador da rodovia permanece, em grande medida, subutilizado.

Figura 15. BR 156 no município de Porto Grande (AP), próximo de Macapá (capital).



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Figura 16. BR 156 no município de Calçoene (AP), próximo de Oiapoque.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

A análise da mesorregião norte do Amapá, composta por municípios como Oiapoque, Calçoene e Amapá, evidencia que a fronteira exerce papel relevante como vetor de dinamização econômica, ainda que de forma desigual. As extensas áreas protegidas, incluindo UCs e terras indígenas, introduz complexidades adicionais à dinâmica de desenvolvimento. Embora essas áreas desempenhem papel fundamental na preservação ambiental e na manutenção de territorialidades tradicionais, também impõem restrições à expansão de determinadas atividades econômicas e à implementação de infraestruturas. Tal cenário exige a construção de modelos de desenvolvimento que conciliem conservação ambiental e inclusão socioeconômica.

Do ponto de vista teórico, a compreensão do desenvolvimento regional na fronteira exige a superação de abordagens exclusivamente econômicas, incorporando dimensões sociais, políticas e territoriais. O território, nesse sentido, deve ser entendido como elemento central na articulação de políticas públicas, funcionando como espaço de convergência de interesses, identidades e práticas sociais. Essa perspectiva permite compreender por que iniciativas de integração, quando descoladas das especificidades locais, tendem a apresentar resultados limitados.

Outro elemento central na reconfiguração da fronteira é a Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque (Figura 17), inaugurada em 2017 com o objetivo de intensificar a integração entre Brasil e França. Apesar de seu potencial simbólico e funcional, sua efetividade tem sido limitada por entraves estruturais, especialmente no lado brasileiro, onde persistem deficiências em infraestrutura e planejamento territorial (Silva, Gama e Pedrada, 2023).

Figura 17 – Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque.



Fonte: Figueiredo (2017, p. 1).

A Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque constitui uma infraestrutura estratégica cuja materialidade expressa, de forma concreta, a articulação entre território, circulação e integração regional. Com aproximadamente 378 metros de extensão, a ponte configura-se como marco geopolítico ao conectar diretamente o Brasil ao espaço da União Europeia. Sua implantação substitui, ainda que parcialmente, o uso tradicional de balsas, redefinindo os fluxos de mobilidade na região e criando novas possibilidades de circulação de pessoas e bens, embora inicialmente restritas ao tráfego de veículos de passeio com finalidade turística (Figueiredo, 2017).

Do ponto de vista operacional e institucional, a abertura da ponte evidenciou as assimetrias estruturais entre os dois lados da fronteira, sobretudo no que se refere às exigências de entrada, controle aduaneiro e custos de circulação. A necessidade de documentação específica, como passaporte ou carta transfronteiriça, bem como a cobrança de seguro obrigatório para veículos no lado francês, indicam a presença de barreiras institucionais que condicionam o uso efetivo da infraestrutura (Correa e Borges, 2024).

No que se refere à relevância transfronteiriça e territorial, a ponte binacional deve ser compreendida como um dispositivo que ultrapassa a dimensão logística, inserindo-se nas dinâmicas mais amplas de governança ambiental e preservação da biodiversidade amazônica. A região do Oiapoque integra um dos mais importantes corredores ecológicos da Amazônia, onde áreas protegidas brasileiras e francesas se conectam, exigindo estratégias articuladas de gestão ambiental.

Nesse contexto, a ponte potencializa tanto oportunidades quanto desafios: ao mesmo tempo em que favorece a cooperação transfronteiriça em políticas ambientais e científicas, também intensifica fluxos que podem pressionar ecossistemas sensíveis. Assim, à luz da abordagem territorial (Santos, 2006; Haesbaert, 2004), a infraestrutura reforça a necessidade de políticas integradas que considerem o território como espaço de interação entre natureza, sociedade e poder, evidenciando que a fronteira é, simultaneamente, limite e zona de convergência.

Do ponto de vista teórico, a compreensão do desenvolvimento regional, especialmente em áreas de fronteira, encontra respaldo na concepção de desenvolvimento como ampliação de capacidades (Sen, 2000), e na articulação entre eficiência econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental (Sachs, 2008). Tais contribuições permitem compreender o desenvolvimento como um processo multidimensional, particularmente relevante em contextos periféricos e transfronteiriços.

No campo da geografia, a centralidade do território como categoria analítica define como espaço usado, permeado por relações de poder e práticas sociais (Santos, 2006). Essa abordagem é aprofundada ao se compreender o território como resultado de relações mediadas por atores e fluxos (Raffestin, 1993), e ao introduzir a noção de multiterritorialidade (Haesbaert, 2004), particularmente pertinente em áreas de fronteira, onde coexistem múltiplas escalas de pertencimento e circulação.

A abordagem territorial do desenvolvimento, conforme Pecqueur (2005) e Magnaghi (2010), reforça a necessidade de considerar os recursos endógenos, as identidades locais e as formas de governança territorializadas. Nessa perspectiva, o território não é apenas suporte, mas elemento ativo na construção do desenvolvimento, o que implica reconhecer que políticas públicas descoladas das especificidades locais tendem a apresentar baixa efetividade.

No contexto da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, essas formulações teóricas ganham concretude com a consolidação da Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, que conecta o município de Oiapoque ao território francês de Saint-Georges-de-l'Oyapock. Embora inaugurada anteriormente, é sobretudo a partir de 2021 que a ponte passa a assumir maior

funcionalidade como eixo de integração, intensificando fluxos de pessoas, mercadorias e serviços, além de favorecer o turismo e o comércio local.

Entre 2021 e 2026, observa-se que a ponte se consolida não apenas como obra de engenharia, mas como dispositivo territorial que reorganiza dinâmicas socioeconômicas e institucionais. A operacionalização contribui para o aumento do fluxo de mercadorias, fortalecimento de cadeias produtivas locais e ampliação das oportunidades de integração regional, embora ainda condicionada por entraves institucionais e assimetrias entre os dois lados da fronteira. Iniciativas como o planejamento turístico de Oiapoque reforçam o papel estratégico da ponte como vetor de desenvolvimento territorial articulado às especificidades locais.

A análise da ponte binacional à luz das contribuições de North (1990) e Rodrik (2011) evidencia que os resultados do desenvolvimento dependem da articulação entre infraestrutura, instituições e contextos locais. Assim, a ponte, enquanto elemento material, só produz efeitos consistentes quando integrada a políticas territorialmente orientadas, capazes de dialogar com as dinâmicas sociais, econômicas e culturais da fronteira, reafirmando o território como categoria central para a compreensão e a promoção do desenvolvimento regional.

As interações não podem ser reduzidas a fluxos comerciais ou a projetos de infraestrutura. Elas envolvem processos históricos, relações de poder e práticas sociais que se manifestam no cotidiano da fronteira. A intensa circulação de pessoas, a presença de moedas estrangeiras no comércio local e a adaptação das atividades econômicas às demandas transfronteiriças evidenciam a construção de um espaço híbrido, no qual elementos nacionais e internacionais se entrelaçam.

A fronteira não é espaço ou linha de separação, mas um território complexo de articulação multiescalar, no qual se sobrepõem dimensões geopolíticas, socioeconômicas e ambientais. A fronteira constitui uma construção histórica e política, marcada por disputas e processos de legitimação territorial, o que se confirma no caso do Oiapoque, cuja formação está diretamente vinculada a conflitos coloniais e redefinições diplomáticas (Rocha e Silva, 2025).

Entretanto, ao confrontar essa perspectiva com abordagens contemporâneas de governança socioambiental (Silva et al., 2025; Castro, 2023), observa-se que a fronteira atual extrapola o campo estatal, configurando-se como um espaço de fluxos, redes e territorialidades sobrepostas, no qual a lógica da conectividade ecológica passa a assumir centralidade.

Nesse sentido, a inserção da região do Oiapoque no Corredor de Biodiversidade do Amapá (CdeB) revela uma reconfiguração significativa do papel da fronteira, que deixa de ser apenas um limite político para se tornar um elemento estruturante da conservação ambiental em

escala regional. A conectividade entre UCs, terras indígenas de Oiapoque e áreas protegidas da Guiana Francesa evidencia a constituição de um sistema ecológico integrado, no qual os fluxos biológicos transcendem as fronteiras nacionais. Tal configuração reforça a perspectiva de que os corredores ecológicos operam como dispositivos territoriais que articulam conservação e uso sustentável (Machado et al., 2003), mas que, na contemporaneidade, exigem ser compreendidos também à luz das dinâmicas de governança multiescalar (Vilhena, 2025).

Entretanto, essa funcionalidade ecológica entra em tensão com as dinâmicas socioeconômicas observadas na região. O mesmo território que se configura como corredor de biodiversidade é também atravessado por fluxos migratórios intensos, atividades ilegais e economias informais (como o garimpo clandestino e o tráfico de pessoas).

Conforme evidenciado no panorama empírico da fronteira, a região do Oiapoque é marcada por uma coexistência paradoxal entre conservação ambiental e degradação, o que reforça a crítica de que políticas ambientais desconsideram as condições sociais e econômicas locais. Nesse ponto, a análise de Castro (2023) contribui ao destacar que a governança territorial na Amazônia deve integrar dimensões sociais, econômicas e ambientais, sob pena de produzir soluções fragmentadas e de baixa efetividade.

A presença de territorialidades indígenas transfronteiriças desafia diretamente a lógica estatal e reforça a complexidade do CdeB como instrumento de planejamento. Povos como os Palikur, Galibi e Karipuna operam a partir de uma lógica espacial contínua, que ignora os limites políticos e se organiza em redes de parentesco, mobilidade e uso dos recursos naturais. Essa realidade evidencia que os CdeB, para serem efetivos, precisam incorporar essas territorialidades como elementos centrais de sua estrutura, e não como variáveis periféricas. Tal argumento converge com a noção de multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2004), sendo reforçado por análises recentes que destacam a necessidade de inclusão dos saberes tradicionais na governança ambiental (Silva et al., 2025).

Outro elemento relevante refere-se às infraestruturas de integração, como a ponte binacional e a BR-156, que, ao mesmo tempo em que potencializam a conectividade territorial, também ampliam as pressões sobre os ecossistemas. Conforme apontam Silva, Gama e Pedrada (2023), essas infraestruturas possuem potencial integrador ainda subutilizado, mas sua expansão pode intensificar processos de fragmentação ambiental se não forem acompanhadas por políticas de ordenamento territorial adequadas.

Nesse sentido, o CdeB do Amapá não pode ser pensado apenas como uma estratégia ecológica, mas como um campo de disputas entre diferentes projetos de desenvolvimento, nos quais se confrontam interesses econômicos, ambientais e sociais.

Por fim, a fronteira Oiapoque–Guiana Francesa evidencia que o CdeB deve ser compreendido como um dispositivo territorial híbrido, no qual conservação, mobilidade e governança se entrelaçam de forma indissociável. A coexistência de fluxos migratórios, economias ilegais e áreas protegidas demonstra que a efetividade dos corredores depende da capacidade de integrar múltiplas escalas e atores, superando abordagens setoriais.

Assim, mais do que um instrumento técnico de conservação, o CdeB do Amapá configura-se como um espaço estratégico de mediação entre natureza e sociedade, cuja consolidação exige a articulação entre políticas públicas, cooperação transfronteiriça e reconhecimento das dinâmicas territoriais que estruturam a Amazônia contemporânea.

5.2 QUESTÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

A cooperação transfronteiriça entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa, como dito anteriormente, é fenômeno multifacetado, que articula múltiplas dimensões (geopolíticas, institucionais, socioeconômicas e ambientais), sendo progressivamente estruturada a partir do Acordo-Quadro de 1996, marco fundamental para o estabelecimento de mecanismos formais de diálogo entre Brasil e França.

Conforme demonstra Silva (2023), a criação das Comissões Mistas Transfronteiriças (CMTs) consolidou um espaço institucional permanente de negociação, no qual se discutem temas estratégicos como mobilidade, segurança, meio ambiente e desenvolvimento regional. Contudo, ao confrontar essa estrutura formal com a realidade empírica da fronteira, observa-se que a cooperação permanece marcada por assimetrias institucionais e dificuldades de implementação.

Do ponto de vista histórico, a cooperação deve ser compreendida como resultado de um processo gradual de ressignificação da fronteira, que passou de uma lógica predominantemente defensiva para uma perspectiva de integração. Carneiro Filho e Leal (2025) destacam que as funções clássicas de segurança e soberania passaram a coexistir com funções de cooperação e desenvolvimento, embora essa transição não tenha ocorrido de forma linear. Tal constatação evidencia que a cooperação transfronteiriça não substitui a lógica geopolítica tradicional, mas se sobrepõe a ela, gerando tensões e contradições.

No campo da infraestrutura, a Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque emergiu como um dos principais símbolos da cooperação entre os dois países. Conforme discutido por Almeida e Wagner (2023), essa infraestrutura materializa a tentativa de integração regional, ao conectar diretamente o Brasil ao território europeu da Guiana Francesa. Entretanto, a efetividade dessa

integração é limitada por entraves institucionais, como exigências documentais, custos de circulação e diferenças normativas, o que revela que a cooperação física não é automaticamente acompanhada por integração funcional.

A análise da mobilidade e das interações espaciais reforça essa leitura crítica. A fronteira Oiapoque–Saint-Georges configura-se como um espaço de intensa circulação de pessoas e mercadorias, caracterizado por dinâmicas formais e informais. Conforme Carneiro Filho e Leal (2025), a existência de "cidades gêmeas" evidencia a interdependência territorial, mas também expõe desigualdades estruturais que limitam a integração plena. Nesse contexto, a cooperação transfronteiriça convive com práticas informais que escapam ao controle estatal.

No campo da segurança, a cooperação assume caráter estratégico, especialmente diante da expansão de redes ilícitas na Amazônia. Barros e Justo (2024) demonstram que a diplomacia militar brasileira desempenha papel relevante na coordenação de ações com a França, visando o combate a ameaças transnacionais. No entanto, estudos como o de Nascimento (2025) evidenciam que a fragilidade estatal em áreas remotas favorece a atuação do crime organizado, indicando limites concretos dessa cooperação.

A dimensão educacional também se apresenta como eixo relevante da cooperação. Torres (2002) destaca que programas como o ensino bilíngue e intercultural buscaram fortalecer a integração sociocultural na fronteira, promovendo intercâmbios entre Brasil e Guiana Francesa. Todavia, tais iniciativas enfrentaram descontinuidades políticas e limitações estruturais, revelando a dificuldade de institucionalizar políticas de longo prazo.

No campo ambiental, a cooperação adquire importância estratégica, sobretudo considerando a inserção da região no Platô das Guianas, uma das áreas mais preservadas da Amazônia. Schmidt (2012) aponta que iniciativas de gestão transescalar de áreas protegidas buscam articular diferentes escalas de governança, incluindo atores locais e internacionais. Contudo, o autor evidencia a baixa participação comunitária em muitas dessas iniciativas, o que compromete sua legitimidade e efetividade.

É nesse contexto que a fronteira do Oiapoque se insere como parte do CdeB, configurando-se como um espaço de conectividade ecológica que transcende os limites nacionais. A integração entre UCs e áreas protegidas da Guiana Francesa reforça a necessidade de cooperação ambiental, especialmente para a manutenção dos fluxos ecológicos e da biodiversidade regional. Entretanto, essa integração ecológica não é plenamente acompanhada por mecanismos institucionais robustos, evidenciando uma dissociação entre a dimensão ecológica e a governança política.

A exploração de recursos naturais, como o petróleo na margem equatorial, introduz novas tensões na cooperação transfronteiriça. Estudos recentes indicam que a região apresenta elevado potencial econômico, mas também riscos ambientais significativos. O parecer técnico do Ibama (2025) reforça essas preocupações ao apontar inconsistências nos estudos ambientais e riscos à fauna. Tal cenário evidencia conflitos entre agendas de desenvolvimento e conservação.

A cooperação científica emerge como alternativa para enfrentar esses desafios. Iniciativas como o grupo de trabalho sobre a Foz do Amazonas demonstram a importância da produção de conhecimento integrado para a proteção da biodiversidade. No entanto, a articulação entre ciência e política ainda se mostra limitada, dificultando a tradução do conhecimento em políticas efetivas.

No plano socioeconômico, a fronteira apresenta uma economia fortemente dependente de fluxos transnacionais, incluindo atividades formais e informais. A circulação de recursos oriundos do garimpo e outras atividades evidencia a interdependência econômica entre os dois lados da fronteira, mas também revela a fragilidade das bases produtivas locais. Essa condição reforça a necessidade de políticas de desenvolvimento integradas.

A análise das redes ilícitas, como tráfico de drogas e pessoas, evidencia um dos principais desafios à cooperação. Conforme Nascimento (2025), a vulnerabilidade das fronteiras amazônicas favorece a expansão dessas redes, que operam em escala transnacional. Tal realidade exige ações coordenadas entre os Estados, mas também políticas sociais que enfrentem as causas estruturais dessas dinâmicas.

A dimensão cultural e social da cooperação também merece destaque. A presença de populações indígenas transfronteiriças, como os povos do Uaçá, evidencia a existência de territorialidades que transcendem os limites nacionais. Essas populações desempenham papel central na conservação da biodiversidade, mas frequentemente são marginalizadas nos processos decisórios, o que limita a efetividade das políticas de cooperação.

Do ponto de vista crítico, observa-se que a cooperação transfronteiriça entre Amapá e Guiana Francesa apresenta avanços institucionais significativos, mas ainda carece de integração efetiva entre suas diferentes dimensões. A coexistência de iniciativas bem-sucedidas e limitações estruturais revela um modelo ainda em construção, marcado por descontinuidades e assimetrias.

A fronteira Oiapoque–Guiana Francesa, ao integrar o Corredor de Biodiversidade do Amapá, evidencia o potencial da cooperação transfronteiriça como instrumento de articulação entre conservação ambiental e desenvolvimento regional. No entanto, sua consolidação

depende da superação de desafios históricos, incluindo a fragmentação institucional, a desigualdade socioeconômica e a baixa participação social.

Assim, a cooperação transfronteiriça deve ser compreendida não como um modelo consolidado, mas como um processo dinâmico, que exige constante adaptação às especificidades da Amazônia contemporânea.

Nesse sentido, a consolidação da cooperação transfronteiriça na região Oiapoque–Guiana Francesa exige o fortalecimento de mecanismos de governança inclusiva, capazes de integrar efetivamente os saberes locais, especialmente das populações indígenas, às estruturas institucionais formais. Mais do que ampliar acordos e iniciativas, torna-se fundamental garantir sua continuidade, coordenação e enraizamento territorial, reduzindo assimetrias e promovendo maior equidade na tomada de decisões.

Assim, a cooperação transfronteiriça poderá transcender seu caráter ainda fragmentado, afirmando-se como um instrumento estratégico de gestão territorial que articule, de forma consistente, conservação da biodiversidade, justiça social e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

5.3 O CORREDOR DA BIODIVERSIDADE E A QUESTÃO TRANSFRONTEIRIÇA

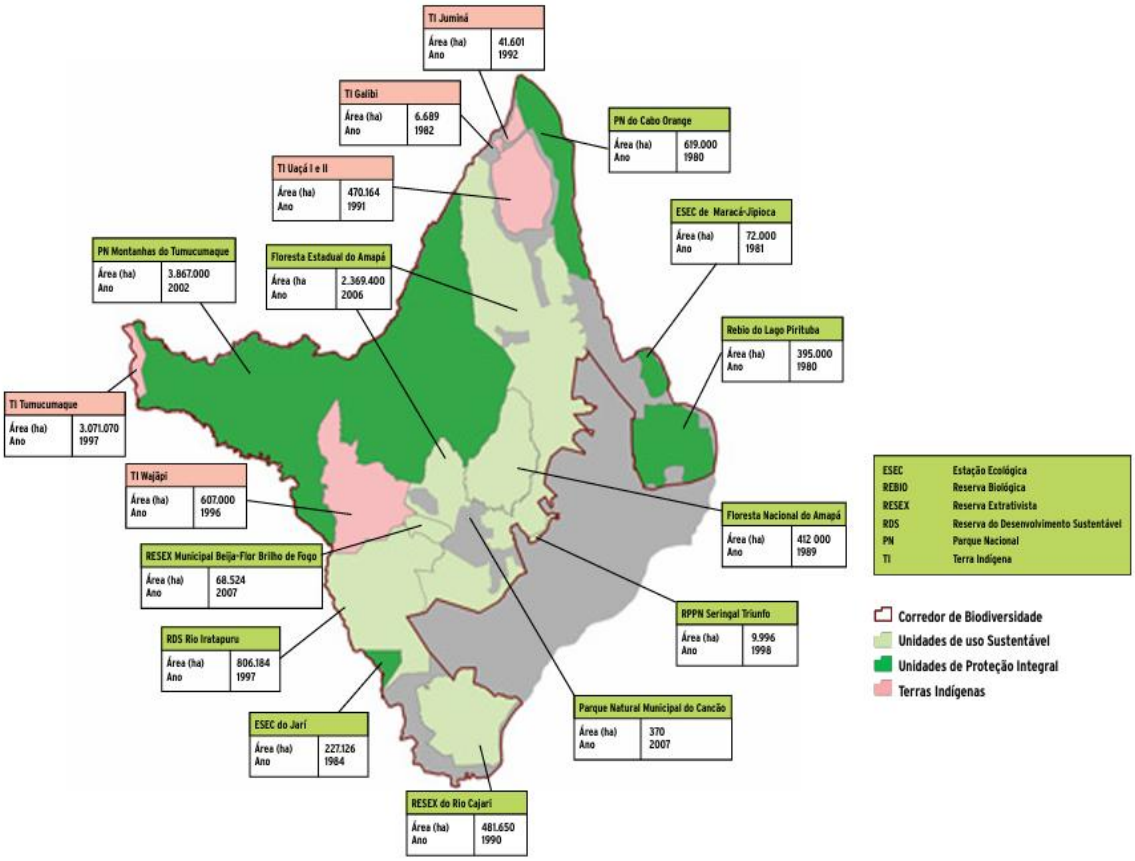
O Corredor de Biodiversidade do estado do Amapá insere-se em um contexto estratégico marcado pela convergência entre conservação ambiental, ordenamento territorial e dinâmicas transfronteiriças na Amazônia. Ao ser tomado como objeto central desta tese, o CdeB é analisado não apenas como uma iniciativa de proteção da biodiversidade, mas como um instrumento complexo de gestão territorial, capaz de articular diferentes escalas, atores e interesses. Essa abordagem permite compreender o corredor para além de sua dimensão ecológica, evidenciando seu papel na construção de estratégias integradas que dialogam com os desafios contemporâneos da região amazônica.

A relevância do CdeB do Amapá torna-se ainda mais evidente quando considerada sua inserção em uma área de fronteira internacional, especialmente na interface com a Guiana Francesa. Essa condição confere ao corredor características singulares, marcadas pela coexistência de diferentes regimes institucionais, normativos e formas de uso do território.

Nesse cenário, a sobreposição com unidades de conservação e territórios tradicionais reforça a necessidade de uma leitura analítica que considere tanto os aspectos ambientais quanto as dinâmicas sociais e políticas que estruturam esse espaço, ampliando a compreensão sobre os limites e potencialidades da governança territorial em áreas fronteiriças.

Dessa forma, a análise da configuração espacial do Corredor de Biodiversidade do Amapá constitui um elemento fundamental para a compreensão de sua funcionalidade e efetividade. A partir da representação cartográfica apresentada na Figura 18, torna-se possível visualizar sua abrangência territorial, bem como as inter-relações entre áreas protegidas, zonas de uso sustentável e regiões de interface transfronteiriça. Tal visualização contribui para uma leitura mais integrada do território, permitindo identificar padrões de conectividade, áreas estratégicas para conservação e possíveis fragilidades na implementação do corredor, elementos essenciais para o aprofundamento das análises desenvolvidas nesta tese.

Figura 18 – Mapa de localização do CdeB proposto para o estado do Amapá.



Fonte: Com base em CI-Brasil (2007, p. 33).

O Corredor de Biodiversidade do Amapá constitui uma das mais amplas iniciativas de conservação integrada na Amazônia, configurando-se como um arranjo territorial que articula unidades de conservação, terras indígenas e áreas de uso sustentável. Sua delimitação espacial não corresponde a um limite linear rígido, mas a um sistema territorial contínuo, estruturado a partir da conectividade ecológica e da integração de diferentes categorias de proteção ambiental. Essa característica o diferencia de modelos tradicionais de ordenamento, ao

incorporar uma lógica de gestão territorial baseada na funcionalidade ecológica e na diversidade socioambiental.

Do ponto de vista espacial, o corredor abrange aproximadamente 70% do território do estado do Amapá, integrando cerca de 10 milhões de hectares de áreas protegidas, entre unidades de conservação e terras indígenas. Essa ampla cobertura territorial revela que seus limites são definidos menos por fronteiras administrativas e mais pela continuidade dos ecossistemas, abrangendo desde áreas costeiras até regiões de floresta densa no interior do estado.

A delimitação do corredor está diretamente associada à articulação de diferentes unidades de conservação, como o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e a Floresta Nacional do Amapá. Essas unidades formam um mosaico interligado, cuja função é garantir a conectividade entre habitats e a manutenção dos fluxos ecológicos. Nesse sentido, os limites do corredor são dinâmicos e operacionais, variando conforme as estratégias de gestão e as pressões territoriais.

Contudo, como destacam Drummond, Dias e Brito (2008), a existência de extensas áreas protegidas não garante, por si só, a efetividade da conservação, uma vez que a gestão desses territórios enfrenta limitações institucionais, financeiras e operacionais. Essa constatação aponta para uma das principais fragilidades do corredor: sua dependência de arranjos institucionais ainda incipientes.

Do ponto de vista teórico, a concepção de corredores ecológicos emerge como resposta à fragmentação dos ecossistemas, sendo entendida como uma estratégia para conectar áreas isoladas e mitigar a perda de biodiversidade. No entanto, quando aplicada a contextos complexos como o amazônico, essa abordagem exige adaptações que considerem não apenas a dimensão ecológica, mas também as dinâmicas sociais e políticas do território.

Nesse sentido, Schmidt (2012) argumenta que os arranjos de gestão transescalar, como os corredores de biodiversidade, apresentam limitações significativas no que se refere à participação comunitária e à inclusão dos atores locais nos processos decisórios. Essa crítica é fundamental para compreender os limites do corredor no Amapá, onde a governança ainda é marcada por assimetrias de poder.

A fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa introduz uma dimensão adicional de complexidade, ao sobrepor diferentes sistemas jurídicos, institucionais e administrativos. Enquanto o lado brasileiro opera sob o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o lado francês segue diretrizes europeias de conservação, o que dificulta a harmonização de políticas e práticas de gestão.

De acordo com Tostes e Moura (2017), o corredor transfronteiriço entre Amapá e Guiana Francesa apresenta implicações diretas sobre as pequenas cidades, como Oiapoque e Saint-Georges, onde se observam tensões entre conservação ambiental e dinâmicas urbanas e econômicas. Essas cidades funcionam como pontos de interface entre diferentes regimes territoriais, evidenciando os limites do planejamento integrado.

A Região de fronteira é marcada por fluxos intensos de mobilidade populacional, atividades informais e práticas ilegais, como o garimpo e a exploração de recursos naturais. Esses elementos configuram pressões significativas sobre o corredor, comprometendo sua integridade ecológica e dificultando sua gestão. Outro aspecto relevante refere-se à baixa densidade populacional e à limitada infraestrutura na região do Escudo das Guianas, que, embora contribua para a conservação, também dificulta a implementação de políticas públicas e o monitoramento das áreas protegidas. Essa condição reforça a necessidade de estratégias diferenciadas de governança territorial.

A proposta do corredor também envolve a integração de diferentes escalas de gestão, desde o nível local até o internacional. No entanto, essa abordagem transescalar enfrenta desafios relacionados à coordenação institucional e à compatibilização de interesses diversos, como apontado nos debates sobre gestão integrada de áreas protegidas. Do ponto de vista socioambiental, o corredor incorpora territórios habitados por populações tradicionais, cuja relação com o ambiente é fundamental para a conservação da biodiversidade. Contudo, a inclusão efetiva desses atores nos processos de gestão ainda é limitada, o que compromete a legitimidade e a sustentabilidade das políticas implementadas.

A análise das oficinas participativas realizadas no âmbito da implementação do corredor revela a tentativa de construir uma governança baseada no diálogo e na cooperação entre diferentes atores. No entanto, a efetividade dessas iniciativas depende da consolidação de mecanismos institucionais mais robustos. Outro limite importante diz respeito à tensão entre conservação e desenvolvimento econômico. Como evidenciado em debates políticos sobre o corredor, há uma expectativa de utilização dos recursos naturais para atividades como ecoturismo e bioindústria, o que pode gerar conflitos entre diferentes interesses (Agência Senado, 2005).

Nesse contexto, o corredor de biodiversidade assume um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que representa uma estratégia de conservação, também é visto como instrumento de desenvolvimento regional, o que exige um equilíbrio delicado entre proteção ambiental e uso econômico dos recursos. Os limites do Corredor de Biodiversidade do Amapá não são apenas geográficos, mas sobretudo institucionais, políticos e sociais. A fronteira com a Guiana

Francesa intensifica esses desafios, ao exigir a construção de mecanismos de governança transfronteiriça capazes de articular diferentes sistemas de gestão e promover a cooperação internacional. Assim, o corredor deve ser compreendido como um território em construção, marcado por tensões, desafios e potencialidades, cuja efetividade depende da capacidade de integrar conservação, desenvolvimento e governança em um contexto de elevada complexidade socioambiental.

Nesse sentido, a complexidade do Corredor de Biodiversidade do Amapá evidencia que sua efetividade está diretamente condicionada à capacidade de articulação entre diferentes escalas de poder e formas de uso do território, exigindo não apenas a integração de políticas públicas, mas também a construção de arranjos institucionais capazes de mediar conflitos e promover a participação social qualificada.

Como argumenta Schmidt (2012), a fragilidade dos mecanismos de governança transescalar limita a inserção efetiva das comunidades locais, reforçando assimetrias históricas na tomada de decisão, enquanto Tostes e Moura (2017) destacam que, no contexto transfronteiriço, essas tensões se ampliam diante das dinâmicas urbanas, econômicas e ambientais que atravessam a fronteira entre Oiapoque e Saint-Georges. Ademais, conforme apontado pela Conservação Internacional do Brasil (2009), a proposta do corredor, embora inovadora ao integrar conservação e desenvolvimento, depende de uma gestão compartilhada que ainda enfrenta entraves operacionais e institucionais significativos, especialmente no que se refere à coordenação entre diferentes atores e à compatibilização de interesses divergentes.

Dessa forma, o corredor revela-se não apenas como um instrumento técnico de ordenamento territorial, mas como um campo de disputa política e socioambiental, no qual a efetivação da conservação da biodiversidade está intrinsecamente ligada à capacidade de construir uma governança inclusiva, integrada e adaptada às especificidades da região amazônica e de sua condição transfronteiriça.

O estudo contido nesta tese se restringiu e se delimitou, mais especificamente, às áreas de fronteiras entre Amapá e a Guiana Francesa[12], conforme ilustrado na Figura 19, convergindo

[12] No desenvolvimento deste trabalho, adotam-se como referência os pressupostos teóricos de Caldas e Silva (2025), de modo que, conforme as exigências do contexto discursivo, serão empregadas distintas denominações para designar a Guiana Francesa, tais como: Guiana, Departamento Francês, Departamento Ultramarino Francês ou, ainda, a sigla DUF. Cumpre destacar que tais variações terminológicas não implicam distinção de natureza conceitual, sendo utilizadas exclusivamente como recurso de adequação textual. Ademais, a expressão “as Guianas”, quando utilizada em sentido amplo, refere-se à região geopolítica das Guianas, a qual compreende a Guiana Francesa, a Guiana e o Suriname.

para espaços de ecossistemas frágeis as quais devem ser encaradas como elementos necessários e essenciais de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento humano.

Figura 19 – Mapa de fronteira da Guiana com o CdeB do Amapá.



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O CdeB do Amapá se configura como instrumentos estratégicos de ligação de áreas protegidas na articulação entre conservação ambiental (desafios e potencialidades relacionados à sobreposição com unidades de conservação), governança territorial (abordagens integradas) e inclusão social (integração de diferentes atores, interesses e escalas de atuação), especialmente em contextos complexos como os das áreas de fronteira.

Nessa perspectiva, esse corredor foi concebido como elemento de conciliação entre conservação, uso racional dos recursos naturais e valorização das populações tradicionais,

evitando, assim, que se tornar entrave à gestão pública ou à reprodução dos modos de vida locais.

5.4 A GESTÃO DO CORREDOR

A gestão do Corredor de Biodiversidade do Amapá caracteriza-se pela presença de uma multiplicidade de atores institucionais, sociais e políticos que atuam em diferentes escalas e com interesses distintos, configurando um campo complexo de relações de poder e negociação. No âmbito estatal, destacam-se os órgãos federais, como o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o IBAMA, além das instituições estaduais, especialmente a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA), responsáveis pela implementação e gestão das políticas ambientais. Esses atores desempenham papel central na definição de normas, fiscalização e planejamento territorial, sendo fundamentais para a estruturação institucional do corredor. Os atores são os seguintes:

Perfeito — abaixo está a síntese funcional de cada ator, com base nos documentos e na lógica de governança do Corredor de Biodiversidade do Amapá, mantendo linguagem objetiva e adequada à tese.

1. Ministério do Meio Ambiente (MMA): Responsável pela formulação das diretrizes nacionais de conservação, coordenação de políticas ambientais e articulação de programas estratégicos, como corredores ecológicos e áreas protegidas.

2. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Executa a gestão das unidades de conservação federais, incluindo elaboração de planos de manejo, fiscalização e implementação de políticas de conservação no território do corredor.

3. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA): Atua na fiscalização ambiental, controle de atividades ilegais (como desmatamento e garimpo) e licenciamento ambiental em escala federal.

4. Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA/AP): Coordena a gestão ambiental no nível estadual, incluindo a administração das unidades de conservação estaduais, implementação de políticas ambientais e articulação com atores locais.

5. Governo do Estado do Amapá: Define estratégias políticas e institucionais para o desenvolvimento sustentável, sendo responsável pela implementação do corredor como política territorial integrada.

6. Prefeituras Municipais: Atuam no ordenamento territorial local, gestão urbana e mediação de conflitos entre conservação e desenvolvimento, especialmente em municípios como Oiapoque.

7. Conservação Internacional (CI-Brasil): Fornece apoio técnico, financiamento e planejamento estratégico para a implementação do corredor, influenciando modelos de conservação e gestão territorial.

8. *World Wildlife Fund* (WWF): Atua no financiamento, suporte técnico e elaboração de estudos voltados ao manejo sustentável e à conservação da biodiversidade no corredor.

9. Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF/AP): Responsável pela gestão florestal, uso sustentável dos recursos naturais e apoio à implementação de políticas de manejo em áreas do corredor.

10. Ministério Público (Federal e Estadual): Fiscaliza o cumprimento da legislação ambiental, atua na mediação de conflitos e na defesa dos direitos socioambientais.

11. Conselhos gestores de Unidades de Conservação: Espaços de governança participativa que reúnem diferentes atores para discutir, deliberar e acompanhar a gestão das unidades de conservação.

12. Comunidades tradicionais (ribeirinhos, extrativistas): Atuam como gestores locais do território por meio de práticas sustentáveis, contribuindo diretamente para a conservação da biodiversidade.

13. Povos indígenas e suas organizações: Garantem a proteção de territórios tradicionais e contribuem para a conservação por meio de conhecimentos tradicionais e práticas de manejo sustentável.

14. Organizações da sociedade civil local: Atuam na mobilização social, apoio à gestão participativa e fortalecimento da governança territorial.

15. Instituições de pesquisa (IEPA, universidades): Produzem conhecimento científico, realizam monitoramento ambiental e subsidiam a formulação de políticas públicas.

16. Empresas do setor de bioeconomia e ecoturismo: Desenvolvem atividades econômicas sustentáveis, contribuindo para a valorização da floresta em pé e geração de renda.

17. Setor privado (mineração, agricultura, serviços): Atua na exploração econômica do território, podendo gerar conflitos com os objetivos de conservação.

18. Governo francês (Guiana Francesa): Responsável pela gestão territorial e ambiental do lado francês, influenciando diretamente a dinâmica transfronteiriça do corredor.

19. Instituições ambientais da Guiana Francesa: Executam políticas de conservação segundo diretrizes europeias, sendo fundamentais para a cooperação transfronteiriça.

20. Organismos internacionais e programas de cooperação: Financiam, articulam e apoiam projetos de conservação e gestão territorial em escala regional e global, especialmente no Escudo das Guianas.

No entanto, como evidenciado pela proposta do corredor, a gestão não se restringe ao Estado, envolvendo também organizações não governamentais de grande relevância, como a *Conservação Internacional* e o *World Wildlife Fund* (WWF), que atuam no financiamento, planejamento e apoio técnico às ações de conservação. Essas organizações contribuem significativamente para a consolidação do corredor, mas também introduzem novas dinâmicas de poder, uma vez que influenciam agendas, prioridades e modelos de gestão, muitas vezes alinhados a interesses globais de conservação.

Outro ator importante, as populações tradicionais e comunidades locais, incluindo ribeirinhos, extrativistas e povos indígenas, que ocupam áreas estratégicas do corredor e mantêm práticas de uso sustentável dos recursos naturais. Essas populações desempenham um papel fundamental na conservação da biodiversidade, uma vez que seus modos de vida estão historicamente adaptados às condições ecológicas da região. No entanto, sua participação nos processos decisórios ainda é limitada, refletindo desigualdades estruturais na governança ambiental.

Schmidt (2012) destaca que, apesar da existência de conselhos gestores e mecanismos participativos, as oportunidades de inclusão efetiva dos representantes comunitários são restritas, especialmente em propostas lideradas por grandes organizações conservacionistas. Essa limitação evidencia uma das principais fragilidades da gestão do corredor, que reside na dificuldade de construir uma governança verdadeiramente participativa e inclusiva.

Outro grupo relevante de atores envolve os governos municipais e as administrações locais, especialmente nas cidades situadas na área de influência do corredor, como Oiapoque. Esses atores são responsáveis por lidar diretamente com os impactos das políticas de conservação sobre o território urbano e rural, enfrentando desafios relacionados ao ordenamento territorial, à infraestrutura e à prestação de serviços públicos. No entanto, frequentemente possuem baixa capacidade institucional e recursos limitados, o que dificulta sua atuação efetiva na gestão do corredor.

No contexto transfronteiriço, a presença do Estado francês na Guiana Francesa introduz um novo conjunto de atores institucionais, com estruturas administrativas, jurídicas e políticas distintas das brasileiras. Essa diferença cria desafios adicionais para a gestão integrada do corredor, uma vez que exige a articulação entre sistemas de governança distintos e, muitas vezes, incompatíveis. Como apontam Tostes e Moura (2017), essa situação impacta diretamente

as dinâmicas locais, especialmente nas cidades de fronteira, onde se intensificam as interações entre diferentes regimes territoriais.

A gestão do corredor também envolve atores econômicos, como empresas interessadas na exploração de recursos naturais, no desenvolvimento do ecoturismo e na bioeconomia. Esses atores são frequentemente apresentados como parceiros potenciais do desenvolvimento sustentável, mas também podem representar pressões sobre o território, gerando conflitos com objetivos de conservação. A tensão entre interesses econômicos e ambientais constitui, portanto, um elemento central na análise dos atores envolvidos.

A gestão do Corredor de Biodiversidade do Amapá é marcada por uma complexa rede de atores que atuam em diferentes níveis e com diferentes interesses, exigindo a construção de mecanismos de coordenação e cooperação capazes de integrar essas múltiplas dimensões. A efetividade do corredor depende, assim, da capacidade de articular esses atores em um modelo de governança que seja ao mesmo tempo inclusivo, eficiente e adaptado às especificidades socioambientais e transfronteiriças da região.

5.5 INTEGRAÇÃO TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO CORREDOR

A integração territorial, no âmbito do Corredor de Biodiversidade do Amapá, configura-se como uma estratégia política voltada à reorganização do espaço regional a partir da articulação entre conservação ambiental, desenvolvimento econômico e governança. Essa perspectiva ultrapassa a concepção tradicional de território como mera delimitação geográfica, compreendendo-o como resultado de relações sociais, institucionais e políticas que se expressam de forma diferenciada, especialmente em áreas de fronteira.

No caso do Amapá, a proposta do corredor emerge como instrumento de ordenamento territorial que busca integrar um conjunto expressivo de áreas protegidas, incluindo unidades de conservação e terras indígenas, formando uma estrutura contínua de proteção e uso sustentável dos recursos naturais. Essa integração não se limita à conectividade ecológica, mas envolve a coordenação de políticas públicas, atores institucionais e práticas sociais, conferindo ao corredor um caráter estratégico no planejamento regional.

A dimensão política da integração territorial torna-se ainda mais evidente no contexto transfronteiriço entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. Nessa região, o território é atravessado por diferentes regimes jurídicos, administrativos e ambientais, o que exige a construção de mecanismos de cooperação internacional capazes de harmonizar normas, práticas

e interesses. A fronteira, nesse sentido, deixa de ser apenas uma linha de separação para se tornar um espaço de interação e negociação.

A cidade de Oiapoque assume papel central nesse processo, funcionando como ponto de articulação entre os dois países e como espaço estratégico para a implementação de políticas integradas. Sua posição geográfica, associada à presença da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, intensifica os fluxos de pessoas, mercadorias e informações, ampliando as possibilidades de integração, mas também evidenciando desafios relacionados ao controle territorial e à gestão ambiental.

A integração territorial promovida pelo corredor também implica a articulação entre diferentes escalas de gestão, desde o nível local até o internacional. Essa abordagem multiescalar requer a coordenação entre instituições públicas, organizações não governamentais e comunidades locais, o que nem sempre ocorre de forma equilibrada. As assimetrias de poder e a fragmentação institucional constituem obstáculos à efetivação dessa integração.

Outro aspecto relevante refere-se à tentativa de alinhar a conservação da biodiversidade com estratégias de desenvolvimento regional. Nesse contexto, a integração territorial é mobilizada como instrumento para promover atividades econômicas sustentáveis, como o ecoturismo e a bioeconomia. No entanto, essa articulação pode gerar tensões entre diferentes interesses, especialmente quando há divergências entre a proteção ambiental e a exploração dos recursos naturais.

A dimensão transfronteiriça intensifica essas tensões ao introduzir diferentes lógicas de gestão e prioridades políticas. Enquanto o Brasil adota um modelo de conservação baseado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Guiana Francesa segue diretrizes europeias, o que dificulta a construção de uma governança integrada. Essa divergência evidencia os limites da integração territorial quando não há alinhamento institucional entre os países envolvidos.

Por fim, a integração territorial no Corredor de Biodiversidade do Amapá deve ser compreendida como um processo em construção, marcado por avanços e limitações. Embora represente uma estratégia inovadora de organização do território, sua efetividade depende da capacidade de articular diferentes atores, políticas e escalas de gestão, bem como de enfrentar os desafios impostos pela complexidade socioambiental e transfronteiriça da região.

Dando continuidade à análise proposta, o próximo capítulo da tese será dedicado à apresentação e discussão dos dados empíricos obtidos junto aos participantes da pesquisa, em consonância com os procedimentos metodológicos previamente delineados e validados. Nessa etapa, busca-se articular os referenciais teóricos e o objeto de estudo, o Corredor de Biodiversidade na fronteira Amapá/Guiana Francesa, às percepções, experiências e evidências

coletadas em campo, permitindo uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas que permeiam sua implementação.

Assim, a análise empírica será orientada pelos objetivos da pesquisa, especialmente no que se refere à avaliação do corredor como potencial fator de integração territorial e de promoção da sustentabilidade, contribuindo para uma reflexão crítica sobre seus limites, avanços e possibilidades no contexto amazônico transfronteiriço.

6 APONTAMENTOS E DISCUSSÕES

6.1 ARTICULAÇÃO ENTRE O CORREDOR DE BIODIVERSIDADE DO AMAPÁ E A DINÂMICA TERRITORIAL DO EXTREMO NORTE

A análise dos resultados desta pesquisa parte da compreensão de que o Corredor de Biodiversidade do Amapá constitui uma estrutura territorial de escala estadual, cuja efetividade está relacionada à capacidade de articular conservação da biodiversidade, conectividade territorial, desenvolvimento sustentável, governança e participação dos diferentes atores presentes no território.

Nesse contexto, os resultados produzidos no extremo norte do Estado não devem ser interpretados de maneira isolada, mas como evidências empíricas de processos que se desenvolvem em uma estrutura territorial mais ampla. O município de Oiapoque, por sua posição geográfica, ambiental e fronteiriça, constitui um espaço particularmente relevante para observar como essas dimensões se manifestam concretamente e como diferentes usos e interesses incidem sobre o território.

A escolha de Oiapoque como espaço privilegiado para a investigação empírica permite aproximar a escala territorial do Corredor das condições concretas nas quais os processos de conservação, ocupação, circulação e desenvolvimento se materializam. O município está inserido em uma área marcada pela presença de áreas protegidas, territorialidades tradicionais, infraestrutura de circulação, atividades econômicas e relações transfronteiriças.

Dessa forma, os resultados obtidos junto aos atores pesquisados não são considerados como evidências exclusivamente relacionadas à dinâmica municipal, mas como elementos capazes de revelar tensões, potencialidades e limitações que interferem na gestão territorial de uma área estratégica do Corredor.

Essa relação entre escalas é particularmente relevante porque a conectividade que fundamenta a concepção dos corredores de biodiversidade não se limita aos espaços formalmente protegidos. Ela depende da interação entre unidades de conservação, territórios indígenas, áreas de uso sustentável, espaços produtivos e demais componentes da paisagem.

Simas (2003) já destacava, no contexto do Amapá, a necessidade de compreender os corredores ecológicos como instrumentos capazes de articular áreas protegidas e diferentes formas de uso territorial. Sob essa perspectiva, os resultados referentes a Oiapoque devem ser analisados também em função das relações que estabelecem com a estrutura ambiental e

territorial mais ampla do Estado, uma vez que alterações na ocupação, na circulação e no uso dos recursos podem produzir efeitos sobre a conectividade e sobre as condições de conservação.

Os resultados relacionados à infraestrutura, à circulação e às atividades econômicas adquirem, portanto, significado mais amplo quando considerados em relação à efetividade do Corredor. A Ponte Binacional, a BR-156 e os fluxos associados à condição fronteiriça representam elementos que favorecem a integração territorial e podem ampliar oportunidades econômicas, mas também introduzem novas demandas sobre o território.

O aumento da circulação e da atividade econômica exige capacidade institucional para ordenar o uso do espaço, acompanhar transformações territoriais e assegurar a compatibilidade entre desenvolvimento e conservação. Nesse sentido, a infraestrutura não deve ser compreendida de forma isolada, mas como componente de uma dinâmica territorial que pode produzir simultaneamente oportunidades de integração e novas pressões sobre áreas ambientalmente relevantes.

A dimensão ambiental, por sua vez, exige que os resultados socioeconômicos e institucionais sejam interpretados em relação às condições de conservação existentes no território. Tostes e Moura (2017), ao analisarem o corredor transfronteiriço entre o Amapá e a Guiana Francesa, demonstram que a relação entre biodiversidade, unidades de conservação e pequenas cidades exige considerar conjuntamente os processos ambientais e as dinâmicas de ocupação e organização socioespacial.

No caso de Oiapoque, essa articulação torna-se particularmente significativa porque as relações econômicas, sociais e institucionais da fronteira ocorrem em um território marcado por elevada relevância ambiental. Assim, os resultados da pesquisa permitem discutir não apenas como os atores percebem a infraestrutura, o desenvolvimento e a governança, mas também quais desafios essas dinâmicas colocam para a manutenção das condições de conservação e conectividade que fundamentam o Corredor.

A dimensão transfronteiriça amplia ainda mais essa relação entre as escalas. Oiapoque estabelece conexões permanentes com a Guiana Francesa, fazendo com que parte das dinâmicas observadas no município esteja relacionada a fluxos, instituições e interesses que ultrapassam os limites administrativos brasileiros.

A governança do território, portanto, não pode ser compreendida exclusivamente a partir da escala municipal, pois envolve relações entre diferentes níveis de governo, instituições, atores econômicos, comunidades e estruturas transfronteiriças. Essa característica reforça a importância de interpretar os resultados de Oiapoque como parte de uma dinâmica territorial

mais ampla, na qual conservação, integração física, desenvolvimento econômico e cooperação transfronteiriça precisam ser considerados de maneira articulada.

Desse modo, os resultados apresentados neste capítulo são analisados a partir da articulação entre duas escalas complementares:

a) A primeira corresponde à escala territorial do Corredor de Biodiversidade do Amapá, que permite compreender sua estrutura ambiental, sua abrangência territorial e os desafios relacionados à sua gestão integrada;

b) A segunda corresponde à escala local e fronteiriça de Oiapoque, na qual esses processos podem ser observados por meio das experiências, percepções e relações estabelecidas pelos diferentes atores pesquisados.

A aproximação entre essas escalas permite evitar uma interpretação restrita dos resultados e possibilita compreender de que maneira os processos identificados no extremo norte se relacionam às condições de efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá.

Em consequência, Oiapoque é compreendido nesta análise não como substituto do Corredor enquanto objeto da pesquisa, mas como um espaço estratégico para a observação empírica de suas possibilidades e limitações.

A análise dos resultados que se segue busca, portanto, identificar como infraestrutura, circulação, atividades econômicas, conservação, participação social e governança se articulam no extremo norte e quais implicações essa articulação apresenta para a gestão integrada do território. Essa perspectiva permite que os resultados locais sejam posteriormente relacionados às dimensões mais amplas do Corredor, contribuindo para a avaliação de sua efetividade quanto à integração territorial, à conservação da biodiversidade e à sustentabilidade na fronteira com a Guiana Francesa.

6.2 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL DA FRONTEIRA

A análise das percepções das lideranças locais acerca do CdeB do Amapá evidencia um distanciamento entre a concepção institucional do instrumento e sua materialização no cotidiano das populações que vivem na região de fronteira. As respostas descritas no Quadro 8, indicam que, embora o corredor seja reconhecido como uma iniciativa relevante para a conservação ambiental, sua presença prática ainda é limitada, sendo percebida como uma política distante, pouco operacionalizada e insuficientemente integrada às dinâmicas territoriais locais.

Quadro 8 – Percepção das lideranças locais sobre o CdeB no seu cotidiano.

Pergunta: Como a comunidade percebe o Corredor de Biodiversidade no seu cotidiano?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
LC-01	"Olha, a gente escuta muito falar desse corredor, né, mas aqui na prática mesmo ainda chega pouco pra comunidade. O pessoal entende que é coisa importante, mas falta mais ação, mais presença aqui dentro."
LC-02	"Pra nós aqui, ainda é uma coisa meio distante, sabe. A gente sabe que é pra proteger a floresta, mas no dia a dia da população ainda não mudou muita coisa não."
LC-03 (liderança indígena)	"Na aldeia a gente entende que esse corredor tem a ver com a proteção da terra e da mata, que já é nosso cuidado antigo. Mas ninguém veio explicar direito como isso vai ajudar a nossa comunidade."
LC-04 (liderança indígena)	"Pra nós o território já é protegido pelos nossos costumes. Esse corredor é uma ideia boa, mas precisa respeitar mais o jeito da gente viver e ouvir mais a comunidade indígena."

Fonte: Dados do questionário (2025).

O cenário descrito no quadro 6 reforça a compreensão de que o território deve ser analisado como uma construção social complexa, marcada por relações de poder, múltiplas territorialidades e dinâmicas socioambientais específicas, especialmente em contextos transfronteiriços.

A leitura das respostas permite identificar que o CdeB, embora estruturado como instrumento de gestão territorial, ainda não se consolidou como prática efetiva no cotidiano das populações locais, evidenciando um descompasso entre a formulação teórica e sua implementação prática. Essa constatação dialoga diretamente com a problemática central da tese, ao evidenciar que a existência de instrumentos normativos não garante, por si só, sua efetividade territorial.

Nesse sentido, observa-se que as lideranças reconhecem a importância do corredor enquanto proposta de conservação, mas apontam sua limitada operacionalização. Tal percepção reforça a discussão apresentada ao longo da tese de que a gestão socioambiental em áreas de fronteira exige não apenas planejamento técnico, mas a articulação entre políticas públicas, atores sociais e dinâmicas territoriais específicas, sob pena de permanecer restrita ao plano discursivo.

Adicionalmente, as falas evidenciam que o território não pode ser compreendido como um espaço neutro de intervenção estatal, mas como um espaço vivido, apropriado e significado por diferentes atores. Essa perspectiva encontra respaldo na abordagem de território como construção social, marcada por relações de poder e múltiplas territorialidades, conforme discutido na tese a partir de Raffestin (1993), Santos (1996) e Haesbaert (2004), especialmente no contexto das áreas de fronteira.

Outro aspecto relevante refere-se à centralidade dos saberes tradicionais na gestão ambiental. As lideranças indígenas destacam que a proteção do território já integra suas práticas culturais, evidenciando uma tensão entre o conhecimento técnico-institucional e os modos tradicionais de manejo da biodiversidade. Tal constatação reforça a necessidade de integração entre diferentes formas de conhecimento, conforme apontado por Leff (2001) e Escobar (2011), ao defenderem a incorporação de racionalidades ambientais diversas na construção de políticas sustentáveis.

A ausência de diálogo efetivo com as comunidades locais emerge como uma fragilidade significativa na implementação do corredor. As falas indicam que os processos decisórios ainda ocorrem de forma centralizada, com baixa participação social, o que compromete a legitimidade e a efetividade das políticas públicas. Esse cenário evidencia limitações na governança territorial, especialmente em contextos amazônicos caracterizados por elevada complexidade socioambiental.

A percepção de que o corredor "ainda não chegou" ao cotidiano das comunidades revela falhas na capacidade institucional de transformar diretrizes em ações concretas. Tal condição reforça a crítica presente na tese de que há um hiato persistente entre o conhecimento científico produzido e sua tradução em políticas públicas efetivas, especialmente em áreas de fronteira.

Outro elemento importante refere-se à dimensão simbólica e política do território. As lideranças indígenas, ao afirmarem que já protegem o território por meio de seus costumes, evidenciam a existência de formas próprias de governança, que frequentemente não são reconhecidas pelas políticas institucionais. Essa invisibilização contribui para a reprodução de assimetrias de poder e limita a construção de modelos de gestão mais inclusivos.

Ademais, os dados indicam que a efetividade do CdeB depende da sua capacidade de incorporar as especificidades territoriais e culturais da região de fronteira. A ausência dessa incorporação tende a reforçar a distância entre política pública e realidade local, comprometendo seus resultados.

A consolidação do corredor como instrumento de gestão territorial exige a superação de desafios estruturais, incluindo o fortalecimento da governança, a ampliação da participação social e a integração entre diferentes escalas de atuação. Sem esses elementos, o corredor tende a permanecer como uma proposta relevante no plano teórico, mas limitada em sua capacidade de promover transformações efetivas no território analisado.

A análise das percepções dos pesquisadores acerca da evolução conceitual dos corredores de biodiversidade no contexto amazônico evidencia uma convergência em torno do reconhecimento de avanços teóricos significativos, especialmente no que se refere à ampliação

de uma abordagem estritamente ecológica para uma perspectiva integrada de gestão territorial. Contudo, os dados do quadro 9 também revelam um elemento central para esta tese: a persistência de um descompasso entre a sofisticação conceitual do instrumento e sua efetiva operacionalização no território, particularmente em contextos transfronteiriços.

Quadro 9 – Percepção dos pesquisadores sobre a evolução conceitual dos corredores de biodiversidade no contexto amazônico

Pergunta: Como o(a) senhor(a) avalia a evolução conceitual dos corredores de biodiversidade no contexto amazônico?	
Respondentes	Respostas (transcrição)
PE-01	"A evolução conceitual dos corredores de biodiversidade no contexto amazônico representa um avanço significativo, sobretudo ao incorporar dimensões sociais, territoriais e políticas à abordagem originalmente ecológica. No entanto, essa ampliação conceitual ainda não se traduz plenamente em práticas efetivas de gestão integrada no território."
PE-02	"Observa-se que os corredores deixaram de ser compreendidos apenas como instrumentos de conectividade ecológica, passando a assumir um papel mais complexo na organização do território. Contudo, persistem lacunas na articulação entre teoria e implementação, especialmente em áreas de fronteira."
PE-03	"A concepção atual dos corredores de biodiversidade aponta para uma abordagem sistêmica, envolvendo governança, participação social e integração institucional. Apesar desse avanço teórico, há uma fragilidade na operacionalização dessas diretrizes, o que compromete sua efetividade no contexto amazônico."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A evolução conceitual dos corredores de biodiversidade, conforme apontado pelos pesquisadores, está diretamente relacionada à ampliação do debate sobre conservação para além da dimensão ecológica, incorporando aspectos territoriais e políticos. Essa mudança encontra respaldo em Bennett (2003), ao destacar que os corredores não devem ser entendidos apenas como elementos de conectividade biológica, mas como componentes de sistemas mais amplos de planejamento da paisagem.

Nesse sentido, a transição de uma abordagem ecológica para uma perspectiva territorial integrada também se articula com a ecologia da paisagem proposta por Forman e Godron (1986), que enfatiza a importância das interações entre diferentes usos do solo e da organização espacial dos ecossistemas. Tal perspectiva reforça a necessidade de compreender os corredores como estruturas que operam em múltiplas escalas.

Entretanto, os dados evidenciam que essa evolução conceitual não tem sido acompanhada por avanços equivalentes na implementação. Essa lacuna entre teoria e prática pode ser compreendida à luz das limitações institucionais e operacionais discutidas por Schmidt

(2012), ao analisar os sistemas de gestão transescalar de áreas protegidas no Amapá, destacando as dificuldades de articulação entre diferentes níveis de governança.

A abordagem sistêmica mencionada pelos pesquisadores também dialoga com a perspectiva de governança ambiental, na qual diferentes atores e instituições precisam atuar de forma integrada. Nesse contexto, Palmerston e Tejerina-Garro (2025) destacam que a governança pública ambiental no Brasil ainda enfrenta desafios relacionados à coordenação institucional e à efetividade das políticas implementadas.

A fragilidade na operacionalização dos corredores no contexto amazônico pode ser associada às dinâmicas territoriais específicas da região, caracterizadas por conflitos de uso do solo e pressões socioeconômicas. Conforme aponta Silva (2025), a Amazônia é marcada por intensas disputas territoriais, o que dificulta a implementação de estratégias integradas de conservação.

No contexto transfronteiriço, essas dificuldades são ainda mais evidentes. A fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa apresenta assimetrias institucionais e jurídicas que dificultam a construção de políticas integradas, conforme discutido por Carneiro Filho e Leal (2025), ao analisarem as interações espaciais e os desafios da cooperação na região.

Outro elemento relevante refere-se à necessidade de integração entre políticas públicas ambientais e estratégias de desenvolvimento regional. Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente (2010) destaca que os corredores ecológicos devem ser concebidos como instrumentos de gestão territorial capazes de articular conservação e desenvolvimento, o que ainda não se verifica plenamente no caso analisado.

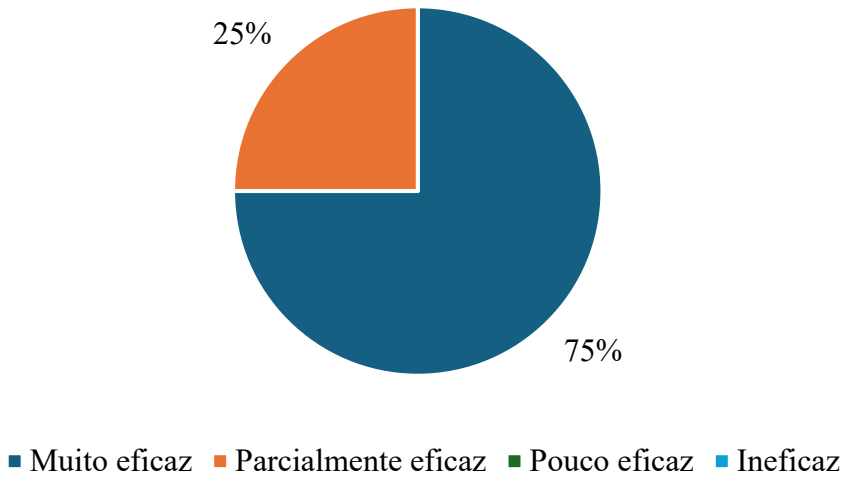
Adicionalmente, a análise evidencia que a efetividade dos corredores depende da capacidade de incorporar a complexidade socioambiental da Amazônia. Conforme Capobianco (2022), a região exige abordagens inovadoras de gestão, capazes de conciliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável em contextos de elevada diversidade social e ecológica.

Embora haja um avanço significativo no plano conceitual, a consolidação dos corredores de biodiversidade como instrumentos de gestão territorial depende do fortalecimento da governança, da integração institucional e da adaptação das políticas às especificidades territoriais. Nesse sentido, a análise sustenta a necessidade de uma abordagem propositiva, alinhada ao objetivo central desta tese, que busca contribuir para a construção de um modelo mais efetivo de gestão territorial em áreas de fronteira.

A avaliação dos gestores públicos e institucionais acerca da efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá revela uma percepção predominantemente positiva, porém não isenta

de limitações estruturais. Conforme evidenciado no gráfico 1, a maioria dos respondentes considera o corredor como eficaz enquanto instrumento de gestão territorial, embora uma parcela significativa ainda o avalie como parcialmente eficaz. Tal distribuição indica que, apesar dos avanços institucionais e normativos, persistem desafios relacionados à implementação, coordenação e operacionalização das políticas no território, especialmente no contexto transfronteiriço.

Gráfico 1 – Avaliação dos gestores públicos e institucionais sobre a efetividade do CdeB enquanto instrumento de gestão territorial.



Fonte: Dados do questionário (2025).

A predominância da avaliação positiva por parte dos gestores indica que o Corredor de Biodiversidade do Amapá já possui reconhecimento institucional como instrumento relevante de gestão territorial. No entanto, essa percepção deve ser analisada criticamente, considerando que a eficácia atribuída não necessariamente corresponde à sua plena operacionalização no território.

Nesse sentido, a literatura aponta que instrumentos de ordenamento territorial na Amazônia frequentemente apresentam avanços no plano normativo, mas enfrentam dificuldades na implementação prática. Acselrad (2000) destaca que políticas territoriais na região tendem a coexistir com múltiplas racionalidades socioambientais, o que dificulta sua efetividade.

A percepção de efetividade pode estar associada à própria estrutura institucional do Estado, que muitas vezes privilegia a criação de instrumentos formais em detrimento de sua execução. Conforme Bursztyn (1994), os desafios institucionais no Brasil estão diretamente relacionados à fragilidade na articulação entre planejamento e ação. A análise também deve

considerar o papel do Estado na produção do espaço amazônico. Becker (2001) argumenta que as políticas de desenvolvimento na região historicamente priorizaram estratégias de ocupação e controle territorial, nem sempre alinhadas às dinâmicas socioambientais locais, o que repercute na eficácia de instrumentos como os corredores.

Outro elemento relevante refere-se à escala de atuação das políticas públicas. Castro (2005) destaca que a gestão territorial envolve múltiplas escalas: local, regional, nacional e internacional; e, que, a ausência de articulação entre essas escalas compromete a efetividade das ações, especialmente em áreas de fronteira.

No caso do Corredor de Biodiversidade do Amapá, essa limitação torna-se ainda mais evidente, uma vez que a dinâmica territorial extrapola os limites administrativos e exige coordenação entre diferentes níveis de governo e, adicionalmente, entre dois países com estruturas institucionais distintas. A fragmentação das políticas e a falta de integração entre essas escalas resultam, frequentemente, em sobreposição de competências, lacunas operacionais e baixa capacidade de resposta às demandas do território.

No contexto específico do estado do Amapá, as características territoriais reforçam essa complexidade. Dados do IBGE (2022) indicam que o estado possui uma das menores densidades demográficas do Brasil, com aproximadamente 4,69 habitantes por km², o que reflete uma ocupação territorial rarefeita e concentrada em poucos núcleos urbanos. Essa configuração territorial implica desafios significativos para a implementação de políticas públicas, especialmente no que se refere à presença do Estado em áreas remotas, à fiscalização ambiental e à oferta de serviços públicos, elementos fundamentais para a consolidação de estratégias de gestão territorial integrada.

O Amapá apresenta uma das maiores proporções de áreas protegidas do país, com cerca de 72% de seu território inserido em unidades de conservação e terras indígenas, conforme dados do IBGE (2022). Embora esse dado represente um avanço significativo no campo da conservação ambiental, ele também evidencia desafios estruturais para a gestão territorial, uma vez que essas áreas demandam modelos de governança específicos, maior capacidade institucional e articulação entre diferentes atores. A predominância de territórios legalmente protegidos exige, portanto, a construção de estratégias que conciliem conservação, uso sustentável e inclusão social.

Outro aspecto relevante refere-se à infraestrutura e à acessibilidade territorial. A limitada malha viária do estado, aliada à predominância de áreas de difícil acesso, muitas delas alcançáveis apenas por via fluvial ou aérea, dificulta a operacionalização de políticas públicas e a atuação contínua dos órgãos ambientais.

Quadro 10 – Indicadores territoriais do Estado do Amapá

Indicador	Valor
Área territorial	142.828,5 km²
População estimada (2022)	733.759 habitantes
Densidade demográfica	4,69 hab./km²
Percentual de áreas protegidas	~72% do território
Municípios	16

Fonte: IBGE (2022).

Essa condição territorial impacta diretamente a capacidade de monitoramento, fiscalização e implementação de programas governamentais, especialmente em regiões de fronteira, onde as dinâmicas transfronteiriças intensificam os desafios de controle e gestão.

Diante desse cenário, evidencia-se que a gestão territorial no Amapá não pode ser pensada de forma isolada ou setorializada, sendo indispensável a articulação entre diferentes escalas e atores institucionais. A combinação entre baixa densidade populacional, elevada presença de áreas protegidas e limitações logísticas reforça a necessidade de modelos de governança territorial mais integrados, flexíveis e adaptados às especificidades amazônicas.

Nesse sentido, a efetividade de instrumentos como o Corredor de Biodiversidade depende diretamente da capacidade de superar essas barreiras estruturais, promovendo maior integração entre políticas públicas, fortalecimento institucional e cooperação transfronteiriça. Adicionalmente, a dinâmica econômica da fronteira contribui para a complexidade da gestão territorial. Dias (2025) aponta que a informalidade e os fluxos econômicos transfronteiriços no Oiapoque dificultam o controle institucional e a efetivação de políticas públicas estruturadas.

Outro fator que impacta a efetividade do corredor é a questão da segurança e das dinâmicas ilícitas na fronteira. Borges (2022) evidencia que a presença de redes transfronteiriças de ilegalidade, como garimpo e contrabando, cria um ambiente de instabilidade que limita a atuação do Estado e compromete políticas de gestão territorial.

A análise revela que, embora os gestores reconheçam a importância e a efetividade do Corredor de Biodiversidade, essa percepção está condicionada a um contexto de fragilidades institucionais e territoriais. Conforme Brito (2001), a gestão ambiental na Amazônia exige uma profunda reestruturação das capacidades estatais, de modo a superar o descompasso entre formulação e implementação de políticas.

A análise integrada dos dados empíricos evidencia, de forma consistente, a existência de um descompasso estrutural entre a sofisticação teórica que sustenta o Corredor de Biodiversidade e sua materialização no território. As percepções das lideranças locais, dos pesquisadores e dos gestores convergem ao indicar que, embora o instrumento seja reconhecido

como relevante, sua operacionalização permanece limitada, fragmentada e pouco enraizada nas dinâmicas socioambientais da fronteira.

Esse resultado confirma a crítica presente na literatura sobre gestão territorial na Amazônia, especialmente em autores como Becker (2001) e Castro (2005), ao evidenciar que políticas públicas frequentemente avançam no plano normativo, mas encontram entraves na escala da implementação, sobretudo em contextos de elevada complexidade territorial.

Sob uma perspectiva crítica, os dados revelam que os principais problemas não estão na ausência de instrumentos, mas na fragilidade da governança territorial. A baixa articulação entre escalas, a limitada participação social, a desconsideração dos saberes tradicionais e as assimetrias institucionais no contexto transfronteiriço configuram obstáculos centrais à efetividade do corredor.

Esse cenário reforça a interpretação de Raffestin (1993) e Haesbaert (2004), ao demonstrar que o território é atravessado por relações de poder e múltiplas territorialidades que não são plenamente incorporadas pelas políticas públicas. Assim, a gestão territorial baseada exclusivamente em modelos técnico-institucionais tende a reproduzir distanciamentos entre Estado e sociedade, comprometendo a legitimidade e a eficácia das ações.

No entanto, os problemas identificados não são estruturais no sentido de imutáveis, mas sim condicionados por modelos de gestão que podem ser reformulados. A proposição defendida na tese, centrada na governança territorial integrada, na articulação multiescalar e na incorporação efetiva dos atores locais apresenta-se como uma resposta viável e necessária para superar essas limitações.

Ao propor um modelo que integra dimensões institucionais, territoriais e socioculturais, a tese avança ao deslocar o foco da simples criação de instrumentos para a construção de capacidades de implementação, diálogo e coordenação, alinhando-se às abordagens contemporâneas de governança ambiental e desenvolvimento sustentável.

A efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá depende menos da inovação conceitual, já consolidada, e mais da capacidade de operacionalização territorial das diretrizes propostas. Isso implica fortalecer instituições, ampliar a participação social, integrar políticas públicas e reconhecer a diversidade de atores e territorialidades presentes na região.

Nesse sentido, a proposta defendida na tese não apenas responde aos problemas identificados, mas também oferece um caminho consistente para a reconfiguração da gestão territorial em contextos transfronteiriços, contribuindo para reduzir o hiato entre teoria e prática e para consolidar o corredor como instrumento efetivo de integração, conservação e sustentabilidade.

A consolidação desse modelo requer o reconhecimento de que a gestão territorial em áreas de fronteira não se limita a ajustes técnico-administrativos, mas demanda uma transformação na lógica de produção e implementação das políticas públicas, orientada pela cooperação, pela adaptabilidade e pela construção coletiva de soluções. Isso implica instituir mecanismos permanentes de governança transfronteiriça, fortalecer redes institucionais e valorizar o protagonismo dos atores locais, especialmente das populações tradicionais, como sujeitos ativos no processo decisório.

Dessa forma, a proposta defendida na tese não apenas se mostra viável, como também necessária diante dos desafios evidenciados, ao oferecer bases concretas para a construção de uma gestão territorial mais integrada, legítima e eficaz, capaz de responder à complexidade socioambiental da fronteira Amapá–Guiana Francesa.

A implementação desse modelo pressupõe, portanto, a definição de mecanismos institucionais capazes de transformar suas dimensões e diretrizes em ações articuladas, com responsabilidades, instrumentos de acompanhamento e critérios de avaliação claramente estabelecidos.

Nesse processo, a governança territorial deve ser compreendida como uma prática contínua de coordenação entre órgãos públicos, instituições de pesquisa, setor produtivo, organizações da sociedade civil e comunidades locais, evitando que o Corredor permaneça restrito ao plano normativo ou à delimitação espacial.

A experiência analisada em Oiapoque e na porção do município inserida no CdeB demonstra que a efetividade territorial depende da capacidade de aproximar planejamento e execução, articular diferentes escalas de decisão e assegurar que as políticas de conservação, desenvolvimento e integração fronteiriça sejam implementadas de maneira complementar.

A tese evidencia, ainda, que a condição transfronteiriça constitui simultaneamente uma fonte de desafios e uma oportunidade estratégica para o fortalecimento do Corredor de Biodiversidade do Amapá. As diferenças institucionais, jurídicas e administrativas entre Brasil e Guiana Francesa impõem limites à coordenação das políticas territoriais, mas também reforçam a necessidade de mecanismos permanentes de cooperação capazes de promover ações conjuntas de conservação, monitoramento, pesquisa, desenvolvimento econômico sustentável e proteção dos recursos naturais.

A proposta desenvolvida nesta tese sustenta que a efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá está condicionada à capacidade de transformar sua concepção territorial em uma estrutura efetivamente integrada de governança, capaz de articular

conservação da biodiversidade, desenvolvimento sustentável, participação social, cooperação transfronteiriça e presença institucional do Estado.

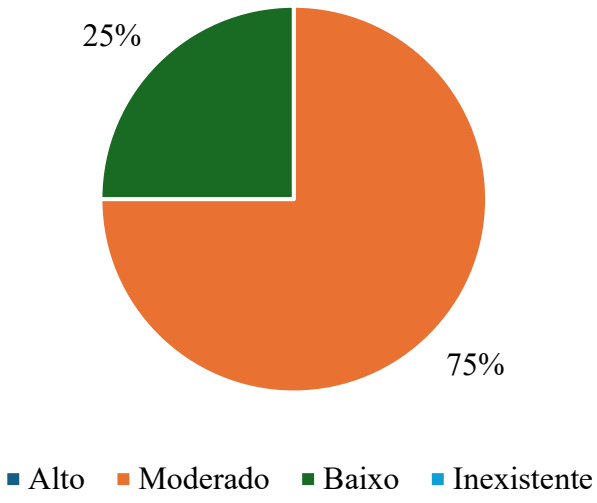
O modelo proposto não pretende substituir os instrumentos existentes, mas integrá-los e qualificá-los a partir das especificidades territoriais identificadas no recorte empírico de Oiapoque. Sua contribuição reside, assim, em oferecer uma referência analítica e operacional para reduzir as fragmentações institucionais e territoriais identificadas, fortalecer a coordenação entre os diferentes atores e ampliar as condições para que o CdeB se consolide como instrumento de integração territorial, conservação ambiental e sustentabilidade na fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa.

6.3 ARRANJOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A avaliação dos gestores públicos e institucionais acerca do nível de articulação entre as instituições envolvidas na gestão do Corredor de Biodiversidade do Amapá, no contexto da fronteira Brasil–Guiana Francesa, revela uma predominância de percepções classificadas como moderadas, acompanhadas por uma parcela que identifica níveis baixos de articulação.

Os dados do gráfico 2 indicam que, embora existam mecanismos institucionais de cooperação, estes ainda não se consolidaram de forma plenamente integrada e eficaz. Tal cenário evidencia limites estruturais na governança transfronteiriça, refletindo dificuldades de coordenação entre diferentes sistemas administrativos, jurídicos e políticos.

Gráfico 2 – Avaliação dos gestores públicos e institucionais sobre o nível de articulação entre instituições (Brasil–Guiana Francesa).



Fonte: Dados do questionário (2025).

A predominância da avaliação “moderada” (75%) indica que há um reconhecimento da existência de articulação institucional, ainda que esta se configure de forma parcial e insuficiente para atender às demandas de uma gestão territorial integrada. Essa condição revela que os mecanismos de cooperação existentes não são capazes de promover uma coordenação efetiva entre os diferentes atores envolvidos.

Nesse contexto, a literatura sobre governança ambiental aponta que a articulação institucional é um dos principais desafios em áreas de fronteira, especialmente quando envolve sistemas normativos distintos. Young (2002) destaca que a governança internacional depende da capacidade de coordenação entre instituições com diferentes estruturas e interesses, o que nem sempre ocorre de forma equilibrada.

A cooperação transfronteiriça exige não apenas acordos formais, mas também mecanismos operacionais que garantam sua implementação. Keohane e Nye (2001) ressaltam que a interdependência entre países pode gerar oportunidades de cooperação, mas também impõe desafios relacionados à assimetria de poder e à divergência de prioridades.

No caso específico da fronteira Amapá–Guiana Francesa, essa assimetria é particularmente evidente, considerando as diferenças entre o modelo administrativo brasileiro e o sistema europeu presente na Guiana Francesa. Essa condição dificulta a harmonização de políticas públicas e compromete a efetividade das ações conjuntas.

Outro elemento relevante refere-se à fragmentação institucional interna. Conforme Peters (2015), a falta de coordenação entre órgãos governamentais dentro de um mesmo país pode ser tão problemática quanto as dificuldades de cooperação internacional, criando sobreposição de competências e lacunas na implementação das políticas.

A análise também evidencia que a governança do Corredor de Biodiversidade ainda carece de mecanismos mais robustos de integração institucional. Nesse sentido, Ostrom (1990) destaca a importância de arranjos institucionais policêntricos, capazes de articular diferentes níveis de governança e promover maior eficiência na gestão de recursos comuns.

Adicionalmente, a baixa avaliação (25%) reforça a existência de fragilidades estruturais na articulação institucional, indicando que parte dos gestores percebe a cooperação como limitada ou insuficiente. Essa percepção revela a necessidade de fortalecer os canais de comunicação e coordenação entre as instituições envolvidas.

Outro aspecto relevante refere-se à ausência de instrumentos operacionais que garantam a continuidade das ações. Conforme Agranoff (2006), redes intergovernamentais eficazes dependem de confiança institucional, clareza de responsabilidades e mecanismos de monitoramento, elementos que ainda se mostram incipientes no contexto analisado.

Os dados evidenciam que, embora exista uma base institucional para a cooperação transfronteiriça, sua efetividade ainda é limitada pela falta de integração plena entre os atores envolvidos. Essa condição reforça a necessidade de construção de um modelo de gestão territorial mais articulado, capaz de superar as fragmentações institucionais e promover uma governança mais eficaz no Corredor de Biodiversidade do Amapá.

A análise desses resultados permite inferir que a fragilidade na articulação institucional não se restringe a aspectos operacionais, mas reflete limitações mais profundas na estrutura de governança, especialmente no que se refere à coordenação multiescalar e à cooperação transfronteiriça.

A presença de avaliações negativas, ainda que minoritária, evidencia a percepção de descontinuidade, baixa efetividade e insuficiência dos mecanismos existentes, o que compromete a consolidação do corredor como instrumento de gestão territorial. Nesse sentido, a ausência de instrumentos operacionais robustos, aliada à fragilidade dos arranjos institucionais, contribui para a manutenção de um cenário de baixa integração entre os atores, dificultando a implementação de ações coordenadas e sustentáveis no território.

Portanto, os dados reforçam a necessidade de avançar para além da formalização de parcerias, investindo na construção de capacidades institucionais, na definição clara de responsabilidades e na criação de mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação, elementos fundamentais para a efetividade da governança socioambiental no contexto do Corredor de Biodiversidade do Amapá.

Os resultados indicam a necessidade de consolidar estruturas permanentes de coordenação, capazes de promover o compartilhamento de informações, a definição conjunta de prioridades e a compatibilização das políticas públicas que incidem sobre o território. Essa necessidade torna-se ainda mais evidente no contexto de Oiapoque e da porção do município inserida no CdeB, onde as dinâmicas ambientais, econômicas e fronteiriças exigem respostas articuladas entre diferentes níveis de governo e instituições brasileiras e francesas.

A análise das percepções dos gestores públicos acerca da integração entre políticas públicas ambientais no contexto transfronteiriço evidencia um cenário marcado por fragmentação institucional, baixa coordenação e limitações estruturais na governança. As respostas convergem ao apontar que, embora existam iniciativas de cooperação entre Brasil e Guiana Francesa, estas ainda se configuram como ações pontuais, sem a consolidação de um modelo integrado e contínuo de gestão (Quadro 11).

Quadro 11 – Avaliação dos gestores públicos sobre a integração entre políticas públicas ambientais no contexto transfronteiriço.

Pergunta: Como o(a) senhor(a) avalia a integração entre políticas públicas ambientais no contexto transfronteiriço?

Respondentes	Respostas (transcrição)
GI-01	"A integração entre as políticas públicas ambientais no contexto transfronteiriço ainda ocorre de forma incipiente e fragmentada. Existem iniciativas pontuais de cooperação entre Brasil e Guiana Francesa, mas elas não se consolidam em uma estratégia contínua e estruturada. A ausência de mecanismos institucionais permanentes e de alinhamento entre os marcos legais dificulta a efetividade dessa integração. Na prática, cada país ainda atua de forma relativamente isolada, o que compromete a gestão conjunta do território."
GI-02	"Avalio que a integração é limitada, especialmente no que se refere à operacionalização das políticas. Embora haja convergência em termos de objetivos ambientais, como conservação da biodiversidade, há divergências nos instrumentos de gestão e na capacidade institucional de implementação. Além disso, a burocracia e a falta de comunicação entre os órgãos dificultam a construção de ações coordenadas. Isso resulta em sobreposição de iniciativas e lacunas na atuação conjunta."
GI-03	"A integração entre políticas públicas ambientais no contexto da fronteira ainda enfrenta desafios estruturais importantes. Destaco a ausência de um modelo de governança transfronteiriça consolidado, capaz de articular os diferentes atores e níveis de governo. Também há dificuldades relacionadas à troca de informações, ao monitoramento conjunto e à continuidade das ações. Sem uma coordenação mais efetiva, as políticas acabam sendo implementadas de forma desarticulada, reduzindo seu impacto no território."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A análise das respostas evidencia que a integração entre políticas públicas ambientais no contexto transfronteiriço ainda se encontra em estágio incipiente, caracterizada por fragmentação institucional e ausência de coordenação efetiva. Tal cenário reforça a compreensão de que a governança ambiental em áreas de fronteira exige arranjos institucionais capazes de articular diferentes sistemas administrativos e normativos.

Nesse sentido, a fragmentação observada pode ser interpretada à luz das discussões de Jessop (2002), ao destacar que a complexidade da governança contemporânea decorre da multiplicidade de atores e escalas envolvidas, o que exige mecanismos sofisticados de coordenação que nem sempre estão presentes em contextos periféricos.

A ausência de alinhamento entre os marcos legais mencionada pelos gestores evidencia um dos principais entraves à cooperação internacional. Conforme destaca Slaughter (2004), a

governança transnacional depende da criação de redes institucionais capazes de promover convergência normativa e troca de informações entre os países envolvidos.

A limitação na operacionalização das políticas públicas também reflete dificuldades estruturais na administração pública, especialmente em regiões amazônicas. Nesse contexto, Evans (1995) argumenta que a capacidade estatal é um elemento central para a implementação de políticas, sendo diretamente influenciada pela qualidade das instituições e pela articulação entre seus diferentes níveis.

Outro aspecto relevante refere-se à burocracia e à falta de comunicação entre os órgãos, elementos que contribuem para a sobreposição de iniciativas e lacunas na atuação estatal. Conforme Hood (1991), a fragmentação administrativa pode comprometer a eficiência das políticas públicas, especialmente quando não há mecanismos claros de coordenação interinstitucional.

No contexto transfronteiriço, essas dificuldades são ainda mais complexas, uma vez que envolvem diferentes sistemas políticos e administrativos. Rosenau (1995) destaca que a governança global e transfronteiriça é marcada por ausência de autoridade central, o que torna a coordenação dependente de acordos voluntários e cooperação entre os atores.

A ausência de um modelo de governança consolidado, conforme apontado pelos gestores, reforça a necessidade de construção de arranjos institucionais mais integrados. Nesse sentido, Pierre e Peters (2000) argumentam que a governança moderna requer a articulação entre Estado, sociedade e mercado, superando modelos tradicionais centralizados.

A dificuldade na troca de informações e no monitoramento conjunto evidencia limitações na capacidade de gestão compartilhada. Conforme Kooiman (2003), a governança interativa depende de fluxos contínuos de informação e aprendizado entre os atores, o que ainda se mostra insuficiente no contexto analisado.

Os dados evidenciam que a efetividade das políticas públicas ambientais no Corredor de Biodiversidade do Amapá depende da superação dessas fragilidades institucionais, especialmente no que se refere à construção de um modelo de governança transfronteiriça integrado, contínuo e adaptado às especificidades territoriais. Essa constatação reforça diretamente o caráter propositivo desta tese, ao evidenciar a necessidade de avançar para além do diagnóstico, propondo diretrizes que fortaleçam a integração institucional e a efetividade das políticas no território.

A análise das percepções dos pesquisadores acerca das lacunas na implementação do Corredor de Biodiversidade do Amapá evidencia um conjunto de fragilidades estruturais que comprometem sua efetividade enquanto instrumento de gestão territorial. As respostas

convergem para três dimensões centrais: a ausência de um modelo de governança integrado, a desconexão entre planejamento institucional e realidade territorial, e a limitada articulação entre conservação ambiental e desenvolvimento regional. Esses elementos descritos em sua totalidade no quadro 12, revelam que, embora o corredor esteja consolidado no plano conceitual, sua implementação ainda enfrenta entraves no contexto transfronteiriço.

Quadro 12 – Lacunas na implementação do corredor no Amapá segundo os pesquisadores.

Pergunta: Quais são as principais lacunas na implementação do corredor no Amapá?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
PE-01	"A principal lacuna na implementação do corredor está na ausência de um modelo de governança territorial efetivamente integrado. Embora existam diretrizes normativas e reconhecimento institucional do corredor, observa-se fragilidade na articulação entre os diferentes níveis de governo e na coordenação entre os atores envolvidos. Há uma limitação na capacidade de monitoramento e avaliação das ações, o que dificulta a consolidação de estratégias de longo prazo."
PE-02	"Destaca-se como lacuna relevante a desconexão entre o planejamento institucional e as dinâmicas territoriais locais. As políticas públicas associadas ao corredor não têm incorporado de forma adequada as especificidades socioambientais da região, nem a participação efetiva das comunidades locais. Isso resulta em uma implementação que não dialoga com o território, comprometendo sua efetividade."
PE-03	"Outra lacuna importante refere-se à insuficiência de integração entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico. O corredor ainda é tratado predominantemente sob a perspectiva ecológica, sem a devida articulação com políticas de desenvolvimento regional. Soma-se a isso a ausência de cooperação transfronteiriça estruturada, o que limita o alcance do corredor enquanto instrumento de gestão territorial."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A análise das respostas evidencia que a ausência de um modelo de governança territorial integrado constitui uma das principais limitações na implementação do Corredor de Biodiversidade do Amapá. Essa constatação dialoga com abordagens recentes que destacam a necessidade de estruturas de governança multinível capazes de articular diferentes escalas de atuação e múltiplos atores no território, especialmente em contextos ambientais complexos (Araujo; Santos, 2021).

Nesse sentido, a fragilidade na coordenação institucional apontada pelos pesquisadores revela limites na capacidade de integração das políticas públicas, refletindo um padrão recorrente na gestão ambiental brasileira. Estudos recentes indicam que a fragmentação institucional compromete a eficácia das ações, sobretudo quando não há mecanismos de cooperação intergovernamental consolidados (Silva; Costa, 2022).

A desconexão entre planejamento institucional e realidade territorial também se apresenta como um entrave significativo. Pesquisas contemporâneas sobre políticas territoriais na Amazônia apontam que a ausência de territorialização das ações públicas resulta em baixa aderência social e reduzida efetividade das políticas ambientais (Oliveira et al., 2023).

A limitação na participação das comunidades locais evidencia uma fragilidade na governança participativa. Conforme discutido por Mendes e Rocha (2021), a inclusão de atores locais é fundamental para a construção de políticas mais legítimas e eficazes, especialmente em regiões com forte diversidade sociocultural.

Outro aspecto relevante refere-se à baixa integração entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico. Estudos recentes indicam que a sustentabilidade em contextos amazônicos depende da articulação entre políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento regional, o que ainda não se consolida no caso analisado (Ferreira; Almeida, 2020).

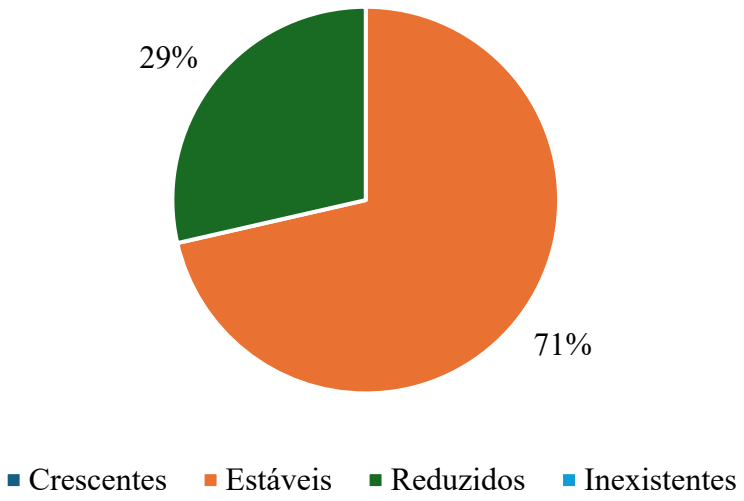
A ausência de cooperação transfronteiriça estruturada também emerge como um dos principais desafios. Pesquisas sobre governança em áreas de fronteira apontam que a integração entre países exige não apenas acordos formais, mas também mecanismos institucionais contínuos e operacionais (Souza; Barbosa, 2022).

A limitação nos sistemas de monitoramento e avaliação das políticas públicas compromete a capacidade de ajuste e aprimoramento das ações. Estudos recentes ressaltam que a ausência de indicadores e mecanismos de acompanhamento reduz a efetividade das políticas ambientais (Carvalho et al., 2021). Outro ponto relevante refere-se à fragmentação das políticas públicas, que dificulta a construção de estratégias integradas. Conforme apontam Lima e Pereira (2020), a falta de articulação intersetorial constitui um dos principais entraves à gestão territorial sustentável no Brasil.

Os dados evidenciam que a superação dessas lacunas exige a construção de um modelo de gestão territorial mais integrado, participativo e adaptado às especificidades da região de fronteira. Essa constatação reforça o caráter propositivo da tese, ao indicar a necessidade de avançar na formulação de diretrizes que articulem governança, território e desenvolvimento sustentável no contexto do Corredor de Biodiversidade do Amapá.

A avaliação do setor econômico acerca dos investimentos na região de fronteira evidencia um cenário predominantemente marcado pela estagnação, com a maioria dos respondentes classificando os investimentos como estáveis, embora insuficientes para promover mudanças estruturais no território. Uma parcela significativa também aponta a redução dos investimentos, reforçando a percepção de fragilidade econômica e baixa atratividade da região para novos empreendimentos (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Avaliação do setor econômicos sobre os investimentos na região de fronteira.



Fonte: Dados do questionário (2025).

A predominância da avaliação de investimentos como “estáveis” (71%) indica que, embora exista alguma continuidade na circulação de recursos econômicos na região, não há crescimento significativo capaz de impulsionar transformações estruturais. Essa condição reforça a percepção de estagnação econômica, especialmente em municípios como Oiapoque, cuja dinâmica econômica permanece fortemente dependente do setor público e do comércio local.

Nesse sentido, estudos recentes apontam que economias de fronteira na Amazônia tendem a apresentar baixa diversificação produtiva e forte dependência de transferências estatais, o que limita sua capacidade de crescimento autônomo (Santos; Oliveira, 2021). Tal realidade é compatível com os dados apresentados, evidenciando a fragilidade da base econômica regional.

A presença de investimentos considerados “estáveis” não implica necessariamente em desenvolvimento econômico. Conforme destacam Pereira e Silva (2022), a ausência de investimentos estruturantes, como infraestrutura, logística e inovação, impede a consolidação de processos de desenvolvimento regional sustentável.

A parcela de respondentes que identifica redução nos investimentos (29%) reforça a percepção de vulnerabilidade econômica da região. Esse cenário pode estar associado à ausência de políticas públicas específicas para áreas de fronteira, bem como à insegurança jurídica e institucional que dificulta a atração de novos investimentos (Carvalho; Mendes, 2020).

Outro aspecto relevante refere-se à influência da dinâmica transfronteiriça na economia local. A proximidade com a Guiana Francesa, embora represente uma oportunidade, também gera assimetrias econômicas significativas, especialmente em função da diferença entre o euro e o real. Estudos recentes indicam que essas assimetrias podem desestruturar economias locais, favorecendo fluxos informais e reduzindo a competitividade do comércio formal (Rocha; Souza, 2023).

A análise das dinâmicas econômicas na fronteira de Oiapoque revela que a fragilidade estrutural da economia local não apenas limita o desenvolvimento regional, mas atua diretamente como fator de pressão sobre a biodiversidade e os territórios indígenas. Estudos indicam que a baixa diversificação produtiva, associada à escassez de oportunidades formais de trabalho, impulsiona populações locais e migrantes a buscarem alternativas econômicas em atividades de alto impacto ambiental, como o garimpo ilegal. Esse movimento não é isolado, mas parte de uma lógica estrutural das economias de fronteira amazônicas, onde a ausência do Estado e de políticas públicas efetivas cria condições para a expansão de atividades predatórias.

A análise da fronteira de Oiapoque e da Ponte Binacional deve ser compreendida no contexto mais amplo do Corredor de Biodiversidade do Amapá, e não como um recorte independente ou substitutivo do objeto central desta pesquisa. O Oiapoque constitui uma área estratégica para a compreensão das relações entre conservação ambiental, conectividade territorial, circulação, atividades econômicas, ocupação do território e cooperação transfronteiriça, uma vez que concentra processos que interferem diretamente na dinâmica territorial do extremo norte do Amapá.

Nesse sentido, a Ponte Binacional é considerada, neste estudo, como uma infraestrutura que participa da transformação das relações territoriais na área de fronteira. Seus efeitos não se restringem à circulação entre Brasil e Guiana Francesa, pois podem repercutir sobre padrões de ocupação, atividades econômicas, fluxos populacionais, demandas por infraestrutura, pressões sobre recursos naturais e mecanismos de governança. A análise desses processos permite compreender de que maneira uma infraestrutura localizada em uma área específica do território pode produzir efeitos que se relacionam com dimensões mais amplas da gestão territorial e da conservação da biodiversidade.

A escolha de Oiapoque como espaço empírico privilegiado, portanto, decorre de sua posição estratégica dentro da configuração territorial do Corredor de Biodiversidade do Amapá. A área de fronteira reúne, de forma particularmente evidente, diferentes interesses, atores e usos do território, envolvendo conservação ambiental, terras indígenas, unidades de conservação, atividades econômicas, circulação transfronteiriça, infraestrutura e relações institucionais.

Dessa forma, os processos observados em Oiapoque são analisados como uma expressão localizada de dinâmicas territoriais que se articulam ao conjunto do Corredor.

Essa perspectiva permite evitar uma interpretação restrita do Corredor de Biodiversidade como mera delimitação espacial voltada à conservação de remanescentes naturais. O CdeB é compreendido nesta tese como uma estrutura territorial cuja efetividade depende da articulação entre conservação da biodiversidade, conectividade territorial, desenvolvimento econômico, governança, participação social e cooperação transfronteiriça. A fronteira de Oiapoque constitui, portanto, um espaço privilegiado para observar as tensões e possibilidades decorrentes dessa articulação.

Nesse contexto, a relação com a Guiana Francesa torna-se central para compreender a intensificação dessas pressões. A diferença cambial entre euro e real atua como um forte fator de atração econômica, estimulando a migração de brasileiros para o território francês em busca de renda, especialmente no setor do ouro. Estima-se que mais de 15 mil brasileiros atuem em garimpos ilegais na Guiana Francesa, distribuídos em centenas de pontos de exploração (Costa, 2023). Esse fluxo demonstra que a dinâmica econômica transfronteiriça não apenas influencia, mas estrutura práticas que impactam diretamente áreas protegidas e territórios indígenas.

Os impactos ambientais e sociais desse processo são evidentes. Relatos recentes apontam que o garimpo ilegal, frequentemente operado por brasileiros, tem provocado contaminação por mercúrio em rios e afetado diretamente comunidades indígenas na região, comprometendo a segurança alimentar e a saúde dessas populações (Dias, 2025). A degradação ambiental não se limita ao território francês, uma vez que os fluxos de pessoas, mercadorias e recursos naturais atravessam constantemente a fronteira, configurando um sistema transfronteiriço de exploração que desafia os mecanismos tradicionais de controle estatal.

Além disso, a própria estrutura econômica de Oiapoque está parcialmente articulada a essas atividades. Pesquisas indicam que há conexões entre o comércio local e o ouro extraído ilegalmente na Guiana Francesa, evidenciando a existência de redes que integram atividades lícitas e ilícitas (Costa, 2023). Esse dado é fundamental, pois demonstra que o problema não é externo ao território brasileiro, mas internalizado na dinâmica econômica local, reforçando a complexidade da gestão territorial e ambiental na região.

Outro elemento relevante refere-se à ausência e, ao mesmo tempo, à presença seletiva dos atores institucionais. Embora existam estruturas formais de controle, como forças policiais, órgãos ambientais e acordos de cooperação, sua atuação é frequentemente limitada, fragmentada ou desarticulada frente à escala e à complexidade das dinâmicas transfronteiriças. Ao mesmo tempo, observa-se uma forte presença de atores informais, como redes de garimpo,

atravessadores e fluxos migratórios, que operam com maior capilaridade territorial. Essa assimetria reforça a tese de que a governança territorial na região é marcada por uma presença estatal insuficiente e uma governança "de fato" exercida por atores não institucionais.

A problemática econômica não é um elemento periférico, mas estrutural na compreensão dos desafios de conservação da biodiversidade e gestão transfronteiriça. A precariedade econômica, a assimetria com a Guiana Francesa, a expansão do garimpo ilegal e a fragilidade institucional configuram um sistema interdependente que compromete tanto a proteção ambiental quanto os direitos territoriais das populações indígenas. Nesse sentido, as evidências empíricas reforçam a hipótese central da tese: sem a construção de um modelo de governança territorial integrado, multiescalar e socialmente inclusivo, os instrumentos formais, como o Corredor de Biodiversidade, tendem a permanecer limitados, incapazes de responder às dinâmicas reais que estruturam o território de fronteira.

Adicionalmente, a ausência de planejamento econômico integrado limita o aproveitamento do potencial da região. Conforme apontam Lima e Costa (2021), a integração econômica em áreas de fronteira depende da articulação entre políticas públicas, infraestrutura e cooperação internacional, elementos ainda incipientes no contexto analisado.

A análise também evidencia que a estagnação dos investimentos impacta diretamente a efetividade do Corredor de Biodiversidade enquanto instrumento de gestão territorial. Isso ocorre porque a ausência de alternativas econômicas sustentáveis dificulta a conciliação entre conservação ambiental e desenvolvimento regional.

Outro ponto relevante refere-se à informalidade econômica, que constitui uma característica marcante da região de fronteira. Estudos contemporâneos indicam que a informalidade, embora funcione como estratégia de sobrevivência, compromete a organização econômica e a capacidade de arrecadação do Estado (Almeida; Ferreira, 2022).

A consolidação de uma dinâmica econômica mais robusta na região depende da implementação de políticas públicas integradas, capazes de articular desenvolvimento econômico, conservação ambiental e cooperação transfronteiriça. Essa constatação reforça a necessidade de um modelo de gestão territorial que incorpore a dimensão econômica como elemento central, em consonância com os objetivos propositivos desta tese.

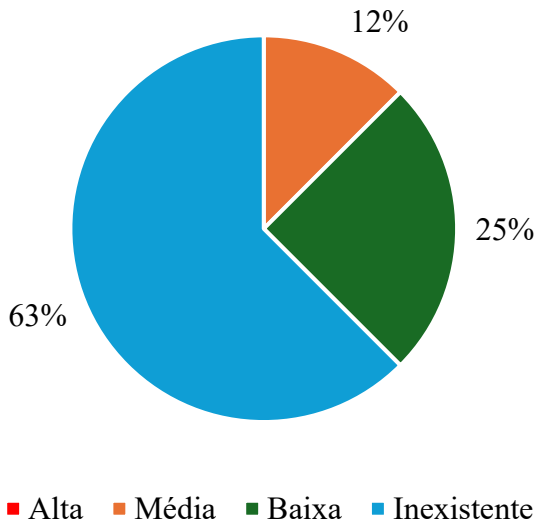
6.4 ATORES SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E CONFLITOS TERRITORIAIS

A análise da participação das lideranças locais na gestão do Corredor de Biodiversidade do Amapá evidencia um cenário de baixa inclusão social nos processos decisórios. Os dados

apresentados no gráfico indicam que a maioria dos respondentes avalia sua participação como inexistente, seguida por uma parcela que a considera baixa, enquanto apenas uma minoria aponta níveis médios de envolvimento.

Não foram registradas percepções de alta participação. Esse resultado revela fragilidades significativas na governança territorial, especialmente no que se refere à inclusão dos atores locais na construção e implementação das políticas ambientais no contexto da fronteira, conforme pode-se verificar no gráfico 4.

Gráfico 4 – Avaliação do setor econômicos sobre os investimentos na região de fronteira.



Fonte: Dados do questionário (2025).

A predominância da percepção de participação "inexistente" (63%) evidencia um dos principais entraves à efetividade do Corredor de Biodiversidade: a exclusão dos atores locais dos processos decisórios. Esse cenário compromete diretamente a legitimidade das políticas públicas e reforça a distância entre planejamento institucional e realidade territorial.

Nesse sentido, estudos recentes apontam que a ausência de participação social reduz significativamente a eficácia das políticas ambientais, especialmente em contextos amazônicos, onde as populações locais desempenham papel fundamental na gestão dos recursos naturais (Souza; Lima, 2021).

A baixa participação observada reflete limitações na estrutura de governança territorial. Conforme destacam Ferreira e Santos (2022), a governança ambiental efetiva depende da inclusão de múltiplos atores, incluindo comunidades locais, povos tradicionais e organizações sociais, em processos deliberativos.

A análise também evidencia que a ausência de espaços participativos estruturados contribui para a reprodução de desigualdades de poder no território. Estudos contemporâneos indicam que, em regiões de fronteira, a centralização das decisões em instâncias institucionais distantes tende a marginalizar os atores locais (Oliveira; Costa, 2023).

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre participação social e conflitos territoriais. A exclusão das comunidades dos processos decisórios pode intensificar conflitos, especialmente em contextos onde há disputas pelo uso dos recursos naturais. Conforme apontam Rocha e Mendes (2020), a ausência de participação tende a ampliar tensões sociais e ambientais.

A presença de níveis baixos de participação (25%) reforça a existência de iniciativas pontuais de envolvimento social, ainda que insuficientes para configurar uma governança participativa efetiva. Isso indica que há potencial para avanço, desde que sejam fortalecidos os mecanismos institucionais de inclusão.

Adicionalmente, a participação classificada como “média” (12%) sugere que, em alguns casos, há interação entre atores locais e instituições, porém de forma limitada e não sistemática. Estudos recentes destacam que a participação episódica não é suficiente para garantir a efetividade das políticas públicas (Carvalho; Almeida, 2021).

Outro ponto relevante refere-se à dimensão cultural da participação, especialmente no contexto amazônico. A ausência de reconhecimento dos saberes locais e tradicionais contribui para a deslegitimação das políticas públicas e limita sua eficácia no território.

A baixa participação compromete a construção de estratégias de gestão territorial mais integradas, uma vez que impede a incorporação das demandas e especificidades locais no planejamento das ações.

Os dados evidenciam que o fortalecimento da participação social é condição essencial para a efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá. Nesse sentido, torna-se necessário avançar na construção de modelos de governança mais inclusivos, capazes de articular diferentes atores e promover uma gestão territorial mais democrática e eficiente, em consonância com os objetivos propositivos desta tese.

As evidências analisadas demonstram que a ausência ou fragilidade dessa participação contribui diretamente para o distanciamento entre a política pública e o território, reduzindo sua legitimidade e comprometendo sua capacidade de implementação. Nesse sentido, a governança territorial deixa de ser um processo compartilhado e passa a operar de forma verticalizada, reproduzindo limitações já amplamente identificadas nas políticas ambientais amazônicas.

A análise das percepções dos gestores públicos acerca dos desafios institucionais para a implementação do Corredor de Biodiversidade do Amapá na região de fronteira evidencia um conjunto de fragilidades estruturais relacionadas à governança, à articulação institucional e à cooperação internacional.

As respostas do quadro 13 convergem ao apontar a baixa coordenação entre os diferentes níveis de governo, a fragilidade na integração entre políticas públicas e a ausência de harmonização normativa entre Brasil e Guiana Francesa como entraves centrais. Esses elementos revelam que os desafios institucionais não se restringem à escala nacional, mas estão profundamente associados à complexidade da gestão territorial em contextos transfronteiriços.

Quadro 13 – Percepções dos gestores sobre desafios institucionais para a implementação do corredor na região de fronteira.

Pergunta: Quais são os principais desafios institucionais para a implementação do corredor na região de fronteira?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
GI-01	"Um dos principais desafios institucionais está relacionado à baixa articulação entre os diferentes níveis de governo e à ausência de mecanismos efetivos de coordenação interinstitucional, especialmente no contexto transfronteiriço."
GI-02	"Destaca-se a fragilidade na integração entre políticas públicas ambientais e territoriais, aliada à descontinuidade administrativa e à limitação de recursos técnicos e financeiros para a implementação das ações previstas."
GI-03	"A ausência de harmonização normativa entre Brasil e Guiana Francesa, somada à burocracia institucional e à limitada cooperação internacional, constitui um dos principais entraves para a efetividade do corredor na região de fronteira."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A análise das respostas evidencia que a baixa articulação entre os diferentes níveis de governo constitui um dos principais entraves à implementação do Corredor de Biodiversidade. Essa fragilidade revela limitações na governança multinível, elemento considerado essencial para a efetividade de políticas públicas em contextos territoriais complexos (Pereira; Souza, 2021).

Nesse sentido, a ausência de mecanismos de coordenação interinstitucional compromete a integração das ações e resulta em sobreposição de competências e lacunas na implementação das políticas. Estudos recentes indicam que a fragmentação institucional é um dos principais desafios da gestão ambiental no Brasil, especialmente em regiões amazônicas (Costa; Almeida, 2022).

A fragilidade na integração entre políticas públicas ambientais e territoriais, destacada pelos gestores, evidencia a permanência de uma lógica setorial na administração pública. Conforme apontam Oliveira e Santos (2023), a ausência de articulação intersetorial compromete a construção de estratégias integradas de desenvolvimento sustentável.

Além disso, a descontinuidade administrativa mencionada nas respostas revela um problema recorrente na gestão pública brasileira, caracterizado pela interrupção de políticas e programas a cada mudança de governo. Estudos contemporâneos destacam que essa instabilidade institucional reduz a efetividade das ações e compromete o planejamento de longo prazo (Ferreira; Costa, 2020).

Outro aspecto relevante refere-se à limitação de recursos técnicos e financeiros, que dificulta a implementação das políticas previstas. Conforme apontam Mendes e Carvalho (2021), a capacidade institucional do Estado é um fator determinante para o sucesso das políticas públicas, sendo diretamente influenciada pela disponibilidade de recursos e pela qualificação técnica das equipes.

A ausência de harmonização normativa entre Brasil e Guiana Francesa constitui um dos principais desafios da gestão transfronteiriça. Estudos recentes indicam que diferenças jurídicas e administrativas entre países dificultam a implementação de políticas integradas, exigindo a construção de instrumentos específicos de cooperação (Rocha; Lima, 2022).

A burocracia institucional mencionada pelos gestores evidencia entraves operacionais que limitam a agilidade e a eficiência das políticas públicas. Conforme apontam Silva e Pereira (2021), processos burocráticos excessivos podem comprometer a implementação de ações, especialmente em contextos que demandam respostas rápidas e coordenadas.

A limitada cooperação internacional também se apresenta como um fator crítico. Estudos contemporâneos destacam que a efetividade de políticas transfronteiriças depende da construção de mecanismos permanentes de cooperação entre os países envolvidos (Barbosa; Souza, 2023).

A superação desses desafios institucionais exige a construção de um modelo de governança mais integrado, capaz de articular diferentes níveis de governo, promover a cooperação internacional e garantir a continuidade das políticas públicas. Essa constatação reforça diretamente o caráter propositivo desta tese, ao apontar a necessidade de avançar na formulação de diretrizes que fortaleçam a gestão territorial no Corredor de Biodiversidade do Amapá.

Nesse contexto, torna-se evidente que as limitações de recursos, a fragmentação normativa e os entraves burocráticos não operam de forma isolada, mas constituem um conjunto

interdependente de fatores que fragilizam a governança territorial no espaço transfronteiriço. A baixa capacidade institucional compromete não apenas a execução das políticas, mas também sua continuidade e adaptação às dinâmicas locais, especialmente em uma região marcada por elevada complexidade socioambiental.

A ausência de mecanismos efetivos de coordenação entre Brasil e Guiana Francesa reforça a desarticulação das ações, gerando sobreposição de esforços em alguns casos e lacunas operacionais em outros, o que reduz significativamente a eficácia das estratégias de conservação e gestão territorial.

Diante desse cenário, a análise confirma que a superação desses desafios não depende exclusivamente do aumento de recursos, mas de uma reestruturação mais ampla dos arranjos institucionais e dos modelos de governança adotados. A proposição defendida na tese, apresenta-se como uma alternativa viável para enfrentar essas limitações.

Nesse sentido, a proposta não deve ser compreendida como um novo instrumento isolado a ser incorporado à estrutura institucional existente, mas como uma estratégia de integração e qualificação dos mecanismos já disponíveis. Sua aplicação no município de Oiapoque e na porção territorial inserida no Corredor evidencia a necessidade de considerar as particularidades da fronteira e as diferentes escalas que interferem na gestão do território. Ao aproximar planejamento, execução, monitoramento e participação, o modelo cria condições para que as políticas públicas deixem de operar de maneira fragmentada e passem a responder de forma mais articulada às demandas de conservação, desenvolvimento e integração territorial.

A contribuição propositiva desta tese reside justamente nessa perspectiva, ao oferecer um modelo de gestão capaz de orientar a passagem de uma governança predominantemente fragmentada para uma abordagem integrada, adaptativa e territorialmente contextualizada, ampliando as condições para que o CdeB cumpra sua função de instrumento de conservação da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e integração na fronteira Amapá–Guiana Francesa.

A análise das percepções do setor econômico (quadro 14) acerca dos riscos e desafios na região transfronteiriça evidencia um cenário de elevada fragilidade estrutural, marcado por dependência econômica do setor público, informalidade, assimetrias cambiais e limitações logísticas. As respostas indicam que, embora a região possua potencial estratégico devido à sua localização fronteiriça, persistem entraves que dificultam a consolidação de uma dinâmica econômica sustentável. Esses elementos revelam que os desafios econômicos estão diretamente relacionados às fragilidades institucionais e à ausência de planejamento integrado no território.

Quadro 14 – Avaliação do setor econômico acerca dos riscos ou desafios econômicos na região transfronteiriça.

Pergunta: Quais são os principais riscos ou desafios econômicos na região?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
SE-01	"Aqui no Oiapoque a economia gira muito em cima da folha de pagamento dos servidores, né. Quando atrasa ou diminui recurso, o comércio sente na hora. Não tem uma base produtiva forte que sustente a economia local."
SE-02	"O comércio depende muito do consumo local e da circulação com a Guiana, mas essa relação é desorganizada. Falta política pública pra estruturar esse fluxo econômico que já acontece de forma informal."
SE-03	"A diferença do real pro euro pesa muito. O pessoal prefere atravessar pra comprar do outro lado ou vender informalmente, e isso desestrutura o comércio formal aqui."
SE-04	"A informalidade é muito forte na região. Tem muita atividade econômica que não passa por controle nenhum, e isso dificulta o crescimento organizado do setor produtivo."
SE-05	"Mesmo sendo uma fronteira estratégica, Oiapoque ainda sofre com isolamento logístico e pouca infraestrutura. Isso encarece produtos e dificulta atrair investimento maior."
SE-06	"Existe potencial com a ponte e com a integração, mas falta planejamento econômico. Sem isso, a região continua dependendo do setor público e não desenvolve de forma sustentável."
SE-07	"A presença de atividades ilegais, como garimpo e contrabando, acaba competindo com o comércio formal. Isso gera um ambiente econômico instável e inseguro pra quem quer investir."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A análise das respostas evidencia que a economia da região de fronteira, especialmente no município de Oiapoque, apresenta forte dependência do setor público, configurando um modelo econômico pouco diversificado e vulnerável. Essa condição é apontada em estudos recentes como característica recorrente de economias periféricas na Amazônia, onde a ausência de atividades produtivas estruturadas limita o desenvolvimento regional (Silva; Oliveira, 2021).

Nesse sentido, a dependência da folha de pagamento dos servidores públicos evidencia uma fragilidade estrutural, uma vez que a dinâmica econômica local se torna sensível às variações fiscais do Estado. Conforme destacam Santos e Pereira (2022), economias baseadas em transferências públicas tendem a apresentar baixa resiliência e limitada capacidade de expansão.

Outro elemento central refere-se à informalidade econômica, amplamente destacada pelos respondentes. Estudos contemporâneos indicam que a informalidade, embora funcione como mecanismo de sobrevivência em contextos de baixa inserção produtiva, compromete a organização econômica e reduz a capacidade de arrecadação e regulação do Estado (Almeida; Costa, 2020).

A influência das assimetrias cambiais entre o real e o euro também se apresenta como um fator relevante na dinâmica econômica da fronteira. Conforme apontam Rocha e Silva (2023), diferenças monetárias em regiões transfronteiriças podem gerar distorções no mercado local, incentivando práticas informais e reduzindo a competitividade do comércio formal.

Além disso, a ausência de políticas públicas estruturadas para a economia de fronteira contribui para a desorganização dos fluxos econômicos. Estudos recentes indicam que a falta de planejamento específico para regiões transfronteiriças impede o aproveitamento de seu potencial estratégico (Ferreira; Lima, 2021).

A limitação da infraestrutura e o isolamento logístico também emergem como entraves significativos. Conforme apontam Costa e Mendes (2022), a precariedade das condições de transporte e acesso em regiões amazônicas eleva custos e dificulta a atração de investimentos, comprometendo o desenvolvimento econômico.

Outro aspecto relevante refere-se à presença de atividades ilícitas, como garimpo e contrabando, que impactam diretamente a economia formal. Estudos contemporâneos destacam que essas atividades geram concorrência desleal e aumentam a instabilidade econômica, afastando investimentos e dificultando a regulação estatal (Barbosa; Almeida, 2023).

A ausência de planejamento econômico integrado, mencionada pelos respondentes, reforça a necessidade de articulação entre políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional. Conforme destacam Lima e Rocha (2020), a integração entre diferentes setores é fundamental para a construção de economias mais sustentáveis em regiões de fronteira.

Por fim, os dados evidenciam que a superação desses desafios exige a construção de um modelo de gestão territorial que incorpore a dimensão econômica como elemento central, articulando desenvolvimento, conservação ambiental e cooperação transfronteiriça. Essa constatação reforça o caráter propositivo desta tese, ao indicar a necessidade de avançar na formulação de diretrizes que promovam uma economia mais estruturada e sustentável no Corredor de Biodiversidade do Amapá.

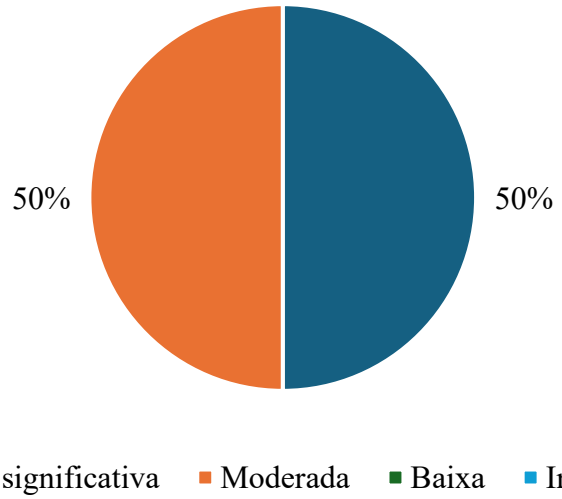
6.5 A FRONTEIRA E A PONTE BINACIONAL COMO ELEMENTOS ESTRUTURANTES

A análise da percepção dos gestores públicos acerca da influência da ponte binacional na dinâmica territorial e ambiental evidencia a centralidade desse elemento na reconfiguração do espaço transfronteiriço entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Os dados do gráfico 5 indicam uma divisão equilibrada entre aqueles que consideram essa influência muito significativa e aqueles que a classificam como moderada, revelando

consenso quanto à relevância da infraestrutura, ainda que com diferentes intensidades de impacto percebido.

Gráfico 5 – Avaliação dos gestores sobre a influência da ponte binacional na dinâmica territorial e ambiental.



Fonte: Dados do questionário (2025).

A divisão equilibrada das percepções entre “muito significativa” (50%) e “moderada” (50%) indica que a ponte binacional é reconhecida como um elemento de transformação territorial, embora seus efeitos ainda estejam em processo de consolidação. Esse resultado evidencia que a infraestrutura já impacta a dinâmica regional, mas sua potencialidade ainda não foi plenamente explorada.

Nesse sentido, estudos recentes apontam que grandes obras de infraestrutura em regiões de fronteira atuam como indutores de novas dinâmicas territoriais, promovendo mudanças nos fluxos econômicos, sociais e ambientais (Santos; Barbosa, 2021). No caso da ponte binacional, esse papel se manifesta na intensificação da circulação entre Oiapoque e Saint-Georges.

A ponte altera significativamente os padrões de mobilidade e acessibilidade na região. Conforme destacam Oliveira e Mendes (2022), a ampliação da conectividade territorial tende a favorecer a integração regional, mas também pode intensificar pressões sobre os recursos naturais e os territórios locais.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre infraestrutura e governança territorial. Estudos contemporâneos indicam que a presença de grandes obras, como pontes internacionais, exige a construção de mecanismos institucionais capazes de regular os novos fluxos gerados (Carvalho; Souza, 2023).

A análise também evidencia que a ponte contribui para a reconfiguração das relações econômicas na região. A intensificação dos fluxos transfronteiriços amplia as oportunidades de comércio e circulação de serviços, mas também pode acentuar assimetrias já existentes entre os dois lados da fronteira.

Além disso, a infraestrutura atua como elemento de pressão sobre o território, especialmente em áreas ambientalmente sensíveis. Conforme apontam Lima e Ferreira (2020), a expansão da acessibilidade pode resultar em aumento de atividades como exploração ilegal de recursos naturais, caso não haja controle institucional adequado.

Outro ponto relevante refere-se à dimensão simbólica e política da ponte, que representa um marco de integração entre Brasil e Guiana Francesa. No entanto, essa integração ainda se mostra mais evidente no plano físico do que no institucional, o que limita seus efeitos estruturantes.

A ausência de políticas públicas integradas que acompanhem a implementação da ponte também emerge como um fator limitante. Estudos recentes indicam que a infraestrutura, por si só, não garante desenvolvimento, sendo necessário planejamento e coordenação institucional para potencializar seus impactos positivos (Rocha; Almeida, 2022).

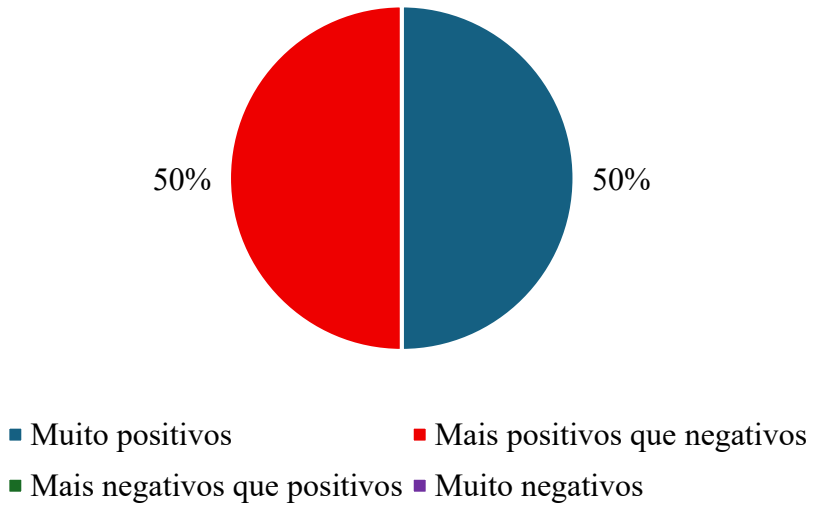
Os dados evidenciam que a ponte binacional constitui um elemento estruturante do território, capaz de redefinir dinâmicas socioeconômicas e ambientais na região de fronteira. No entanto, sua efetividade enquanto vetor de integração depende diretamente da capacidade institucional de gerir os fluxos que ela gera, reforçando a necessidade de um modelo de gestão territorial integrado, conforme proposto nesta tese.

No espaço de Oiapoque e da porção do município inserida no Corredor de Biodiversidade do Amapá, essa relação assume particular relevância, uma vez que a ampliação da acessibilidade ocorre em um território no qual coexistem áreas de conservação, comunidades locais, atividades econômicas e diferentes formas de apropriação dos recursos naturais. Dessa maneira, os benefícios associados à integração física precisam ser acompanhados por mecanismos capazes de prevenir impactos socioambientais e assegurar maior equilíbrio entre circulação, desenvolvimento e conservação.

A análise da percepção das lideranças locais acerca dos impactos da ponte binacional na comunidade revela uma avaliação predominantemente positiva, ainda que acompanhada por nuances críticas. Os dados do gráfico 6 indicam uma divisão equilibrada entre aqueles que consideram os impactos muito positivos e aqueles que os classificam como mais positivos do que negativos, evidenciando que a infraestrutura tem sido percebida como um vetor de mudanças relevantes no território. No entanto, essa percepção positiva não elimina a existência

de tensões e desafios associados à intensificação dos fluxos e à reconfiguração das dinâmicas locais.

Gráfico 6 – Avaliação das lideranças locais sobre impactos da ponte para a comunidade.



Fonte: Dados do questionário (2025).

A predominância de avaliações positivas indica que a ponte binacional é reconhecida pelas lideranças locais como um elemento que amplia oportunidades na região, especialmente no que se refere à mobilidade, ao acesso a bens e serviços e à integração com a Guiana Francesa. Esse resultado reforça a ideia de que a infraestrutura desempenha papel central na reconfiguração das dinâmicas territoriais.

Nesse sentido, estudos recentes apontam que a ampliação da conectividade em regiões de fronteira tende a favorecer processos de integração econômica e social, ampliando o acesso a mercados e serviços (Silva; Rocha, 2021). No caso analisado, isso se manifesta na intensificação da circulação entre Oiapoque e Saint-Georges.

Entretanto, a ausência de avaliações exclusivamente negativas não significa ausência de problemas. A classificação “mais positivo que negativos” sugere a existência de impactos adversos, ainda que secundários, evidenciando a complexidade das transformações territoriais associadas à ponte.

Outro aspecto relevante refere-se à percepção diferenciada dos impactos no território. Estudos contemporâneos indicam que grandes obras de infraestrutura produzem efeitos desiguais, beneficiando determinados grupos enquanto geram pressões sobre outros, especialmente populações mais vulneráveis (Mendes; Costa, 2022).

Além disso, a intensificação dos fluxos transfronteiriços pode gerar efeitos indiretos sobre o território, como aumento da informalidade, pressão sobre os serviços públicos e expansão de atividades econômicas não reguladas. Conforme apontam Ferreira e Lima (2020), a ausência de planejamento integrado tende a potencializar esses efeitos.

A análise também evidencia que a percepção positiva da ponte está associada às expectativas de desenvolvimento regional. No entanto, estudos recentes alertam que a infraestrutura, por si só, não garante desenvolvimento, sendo necessário articulá-la a políticas públicas consistentes (Oliveira; Santos, 2023).

Outro ponto relevante refere-se à dimensão social da integração. A ponte facilita o contato entre diferentes culturas e realidades socioeconômicas, o que pode gerar tanto processos de cooperação quanto tensões sociais no território.

A avaliação positiva pode estar relacionada à comparação com a situação anterior à construção da ponte, quando a travessia era limitada e dependente de meios informais, como as catraias. Nesse sentido, a ponte representa um avanço concreto na acessibilidade regional.

A ponte binacional é percebida como um elemento estruturante capaz de promover mudanças significativas na região de fronteira. No entanto, sua efetividade enquanto instrumento de desenvolvimento depende da capacidade institucional de gerir seus impactos e de articular políticas públicas que potencializem seus efeitos positivos e minimizem os riscos associados, reforçando a necessidade de um modelo de gestão territorial integrado, conforme proposto nesta tese.

Nesse sentido, os resultados reforçam a pertinência do modelo integrado de gestão proposto nesta tese, ao demonstrar que a infraestrutura fronteiriça deve ser incorporada a uma estratégia mais ampla de governança territorial, capaz de transformar a conectividade em integração efetiva e, simultaneamente, compatibilizar os fluxos gerados pela ponte com os objetivos de conservação da biodiversidade, sustentabilidade e desenvolvimento territorial no município de Oiapoque.

A análise das percepções das lideranças locais acerca das mudanças decorrentes da implementação da ponte binacional evidencia um processo de reconfiguração territorial marcado por avanços na conectividade e intensificação dos fluxos, mas também por fragilidades institucionais, pressões socioambientais e ampliação de conflitos no território.

As respostas descritas no Quadro 15, revelam que, embora a ponte tenha ampliado a circulação entre Oiapoque e Saint-Georges, sua implementação não foi acompanhada por planejamento urbano, econômico e ambiental adequado, resultando em impactos ambivalentes sobre a região. Esse cenário reforça a compreensão da ponte como elemento estruturante, capaz

de redefinir dinâmicas territoriais, mas que também exige governança integrada para a gestão de seus efeitos.

Quadro 15 – Avaliação das lideranças locais sobre as principais mudanças ocorridas com a ponte binacional na região.

Pergunta: Quais mudanças ocorreram ou podem ocorrer com a ponte na região?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
LC-01	"Depois da inauguração da ponte, a gente percebeu um aumento grande na circulação de pessoas entre Oiapoque e Saint-Georges. Antes era só a catraia, agora ficou mais fácil atravessar, mas a cidade não se preparou pra isso. O comércio até ganhou mais movimento em alguns períodos, mas também aumentou a concorrência e a instabilidade. Tem muita gente que atravessa pra trabalhar ou comprar do outro lado, por causa do euro. Ao mesmo tempo, surgiram mais problemas de segurança e controle, porque nem tudo que circula é fiscalizado. A estrutura urbana de Oiapoque ainda é muito limitada pra esse novo cenário."
LC-02	"A ponte trouxe uma expectativa muito grande de desenvolvimento aqui pra região, mas na prática isso ainda não se concretizou como se esperava. O fluxo aumentou, sim, mas sem planejamento econômico e institucional. O comércio local não conseguiu se organizar pra competir com o que vem da Guiana Francesa, onde o poder de compra é maior. Além disso, os serviços públicos não acompanharam esse crescimento, principalmente em saúde, segurança e infraestrutura. A gente vê potencial, mas falta política pública que organize essa integração de forma sustentável."
LC-03 (liderança indígena)	"Na nossa região, a gente percebe que depois da ponte aumentou muito a entrada de pessoas, inclusive em áreas próximas das terras indígenas. Isso traz preocupação, porque começa a ter mais pressão sobre o território, mais circulação de gente que não conhece nossa forma de viver. A gente já vê impacto em relação à caça, à pesca e até na tranquilidade da comunidade. Também tem influência cultural, principalmente entre os jovens, por causa desse contato maior com o outro lado da fronteira. Pra nós, a ponte não é só desenvolvimento, ela também traz risco se não tiver controle e respeito ao território."
LC-04 (liderança indígena)	"A ponte mudou a dinâmica da região, isso é claro. Antes era mais difícil o acesso, agora ficou mais fácil entrar e sair, e isso afeta diretamente as comunidades indígenas. A gente percebe aumento de circulação perto das aldeias e também maior interesse sobre as terras, principalmente por causa de atividades como garimpo e exploração ilegal. Isso preocupa muito, porque pode afetar nossos recursos naturais e a forma como a gente vive. Ao mesmo tempo, ninguém veio dialogar com as comunidades sobre essas mudanças. Falta inclusão dos povos indígenas nesse processo de decisão."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A análise das respostas evidencia que a ponte binacional promoveu uma intensificação significativa dos fluxos territoriais, alterando padrões de mobilidade e interação na região de fronteira. Esse processo, conforme apontam estudos recentes, tende a reconfigurar o território

ao ampliar a conectividade e a circulação de pessoas e mercadorias, mas também gera novos desafios de gestão (Souza; Carvalho, 2021).

Nesse sentido, a ampliação da circulação entre Oiapoque e Saint-Georges, destacada pelos respondentes, evidencia a transformação da fronteira em um espaço mais dinâmico e integrado. No entanto, essa intensificação ocorre de forma desordenada, evidenciando a ausência de planejamento territorial adequado.

A falta de preparação da infraestrutura urbana e dos serviços públicos, mencionada pelas lideranças, revela limitações na capacidade do Estado de antecipar e gerir os impactos decorrentes da obra. Estudos contemporâneos indicam que a implementação de grandes infraestruturas em regiões periféricas frequentemente ocorre dissociada de políticas complementares (Mendes; Silva, 2022).

A intensificação da concorrência econômica e a influência das assimetrias cambiais reforçam a complexidade da dinâmica transfronteiriça. Conforme apontam Rocha e Lima (2023), diferenças econômicas entre países fronteiriços podem gerar desequilíbrios que afetam diretamente os mercados locais.

Outro aspecto relevante refere-se ao aumento das pressões sobre territórios indígenas, evidenciado nas falas das lideranças. Estudos recentes destacam que a ampliação da acessibilidade em áreas amazônicas tende a intensificar conflitos territoriais e pressões sobre recursos naturais (Almeida; Santos, 2021).

A influência cultural mencionada pelos respondentes também revela que os impactos da ponte não se restringem à dimensão econômica, mas alcançam aspectos sociais e simbólicos do território. A intensificação do contato entre diferentes realidades pode gerar processos de transformação cultural, especialmente entre populações mais jovens.

A presença de atividades ilegais, como garimpo e exploração de recursos naturais, emerge como um dos principais riscos associados à nova dinâmica territorial. Conforme apontam estudos recentes, a ampliação da circulação em regiões de fronteira pode facilitar a atuação de redes ilícitas, especialmente na ausência de controle institucional eficaz (Costa; Ferreira, 2020).

Outro elemento central refere-se à ausência de diálogo com as comunidades locais, especialmente indígenas, no processo de implementação da ponte. Essa lacuna evidencia fragilidades na governança participativa e reforça a necessidade de inclusão dos atores locais na gestão territorial.

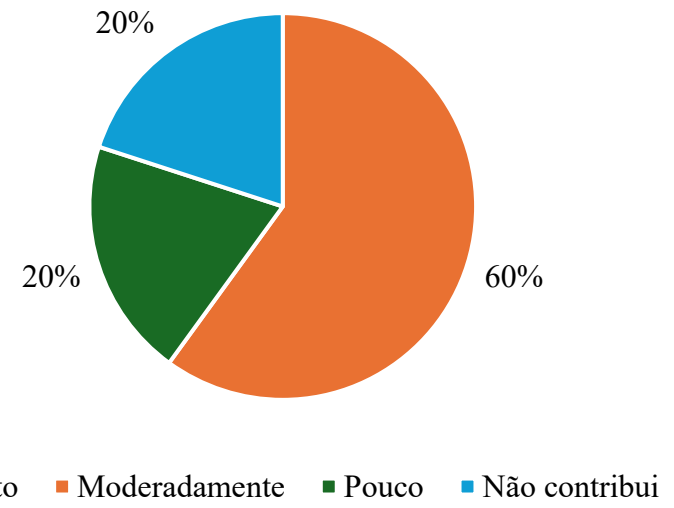
Os dados evidenciam que a ponte binacional constitui um elemento estruturante que redefine a dinâmica territorial da região, mas que também amplia desafios relacionados à

governança, ao planejamento e à sustentabilidade. Essa constatação reforça a necessidade de um modelo de gestão territorial integrado, capaz de articular desenvolvimento, conservação e participação social, conforme proposto nesta tese.

A análise da percepção do setor econômico acerca da contribuição da ponte binacional para o desenvolvimento econômico da região evidencia uma avaliação predominantemente moderada, indicando reconhecimento de seu potencial, mas também limitações na concretização de seus efeitos.

Os dados do gráfico 7 demonstram que a maioria dos respondentes considera que a ponte contribui de forma moderada para o desenvolvimento econômico, enquanto parcelas menores apontam contribuições reduzidas ou inexistentes. Esse cenário revela que, embora a infraestrutura represente um avanço na integração territorial, seus impactos econômicos ainda não se materializaram de forma plena na região de fronteira.

Gráfico 7 – Avaliação do setor comercial e produtivo sobre a ponte contribuir para o desenvolvimento econômico.



Fonte: Dados do questionário (2025).

A predominância da avaliação “moderadamente” (60%) indica que a ponte binacional é percebida como um elemento com potencial econômico relevante, mas ainda subaproveitado. Esse resultado evidencia que a infraestrutura, por si só, não tem sido suficiente para promover transformações estruturais na economia local.

Nesse sentido, estudos recentes apontam que a simples implantação de infraestrutura em regiões de fronteira não garante desenvolvimento econômico, sendo necessário articulá-la a políticas públicas integradas e estratégias de planejamento territorial (Almeida; Rocha, 2021).

A presença de avaliações que indicam baixa contribuição (20%) e ausência de contribuição (20%) reforça a percepção de que os impactos econômicos da ponte ainda são limitados. Esse cenário pode estar associado à ausência de políticas específicas voltadas ao aproveitamento das potencialidades da integração transfronteiriça.

Além disso, a dinâmica econômica da região, marcada por informalidade e baixa diversificação produtiva, limita a capacidade de absorver os benefícios gerados pela infraestrutura. Conforme apontam Santos e Lima (2022), economias locais frágeis tendem a apresentar dificuldades em converter oportunidades estruturais em desenvolvimento efetivo.

Outro aspecto relevante refere-se às assimetrias econômicas entre Brasil e Guiana Francesa, especialmente em função da diferença cambial. Estudos recentes indicam que essas desigualdades podem gerar desequilíbrios nos fluxos comerciais, prejudicando o comércio local (Ferreira; Costa, 2023).

A ausência de planejamento econômico integrado também emerge como um fator central. Conforme destacam Oliveira e Souza (2020), a integração regional exige políticas coordenadas que articulem infraestrutura, desenvolvimento produtivo e governança territorial.

Adicionalmente, a falta de investimentos complementares em infraestrutura e serviços limita o potencial de desenvolvimento associado à ponte. Estudos contemporâneos indicam que a ausência de condições estruturais adequadas reduz a atratividade da região para novos investimentos (Carvalho; Lima, 2022).

Outro ponto relevante refere-se à informalidade econômica, que continua sendo um elemento predominante na região de fronteira. Essa condição compromete a organização do mercado e dificulta a consolidação de cadeias produtivas estruturadas. A percepção moderada pode refletir uma expectativa ainda não atendida de desenvolvimento econômico, evidenciando um hiato entre o potencial da ponte e sua efetiva contribuição para a economia local.

Os dados evidenciam que a ponte binacional constitui um elemento estruturante com potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico, mas que sua efetividade depende diretamente da implementação de políticas públicas integradas, da redução das assimetrias econômicas e do fortalecimento da base produtiva regional. Essa constatação reforça a necessidade de um modelo de gestão territorial que articule infraestrutura, economia e governança, conforme proposto nesta tese.

A análise integrada dos dados empíricos revela que a ponte binacional, embora concebida como vetor de integração e desenvolvimento, tem operado, na prática, como um elemento ambivalente: ao mesmo tempo em que amplia fluxos e oportunidades, intensifica desigualdades, pressões territoriais e fragilidades institucionais.

As percepções dos gestores, das lideranças locais e dos atores econômicos convergem ao indicar que a infraestrutura promoveu uma reconfiguração significativa da fronteira, mas sem o devido acompanhamento por políticas públicas integradas. O resultado é um território mais conectado, porém mais vulnerável, no qual a intensificação da circulação não foi acompanhada por capacidade institucional equivalente para regular, planejar e proteger.

Sob uma perspectiva crítica, os dados evidenciam que a lógica predominante na região tem sido a da "integração física sem governança", na qual a ponte opera como catalisadora de fluxos econômicos, sociais e ilícitos que escapam ao controle estatal. Exemplos concretos emergem das falas das lideranças indígenas, que apontam o aumento da pressão sobre territórios tradicionais, da circulação de agentes externos e da intensificação de atividades como garimpo e exploração ilegal.

Esse cenário revela que a ausência de planejamento territorial e de mecanismos de controle não apenas compromete a gestão da fronteira, mas coloca em risco direto a biodiversidade e os modos de vida locais, transformando a infraestrutura em um vetor de conflito e não apenas de desenvolvimento.

A análise evidencia que a assimetria econômica entre Brasil e Guiana Francesa, somada à fragilidade da economia de Oiapoque, contribui para a consolidação de uma dinâmica dependente e desestruturante. A ponte ampliou o acesso ao território francês, mas não fortaleceu a base produtiva local, resultando em um fluxo predominantemente de saída, de consumo, de mão de obra e, em muitos casos, de atividades informais e ilegais. Esse desequilíbrio reforça a tese de que infraestrutura, isoladamente, não gera desenvolvimento; ao contrário, pode aprofundar desigualdades quando não articulada a políticas econômicas e territoriais consistentes.

Diante desse quadro, torna-se evidente a urgência da construção de um plano estruturado de governança territorial para a região de fronteira. Tal plano deve ir além da dimensão normativa e incorporar ações concretas de controle territorial, fortalecimento institucional, cooperação transfronteiriça e participação social efetiva, especialmente das populações indígenas. A proteção da biodiversidade e dos territórios não pode ser tratada como elemento secundário, mas como eixo central da gestão da fronteira. A ausência dessa reconfiguração tende a consolidar um cenário de degradação progressiva, no qual os instrumentos existentes, como o Corredor de Biodiversidade, permanecem limitados em sua capacidade de intervenção.

Por fim, a interpretação dos dados permite afirmar que o principal desafio não está na falta de conhecimento ou de instrumentos, mas na incapacidade de articulação entre eles. A proposta defendida na tese, ao integrar dimensões institucionais, territoriais e socioculturais,

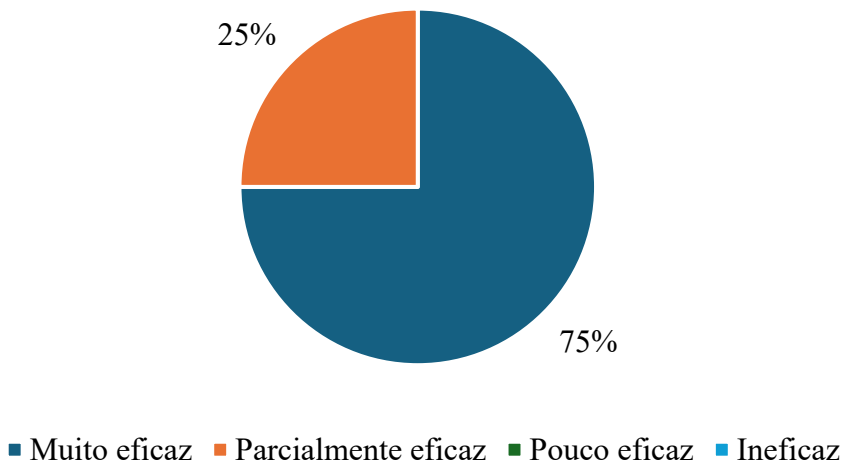
apresenta-se como uma resposta inovadora e necessária a esse cenário. Mais do que propor ajustes, trata-se de redefinir a lógica de gestão da fronteira, integração sustentável e proteção da biodiversidade.

A relevância da infraestrutura fronteiriça para esta pesquisa ultrapassa, portanto, sua dimensão logística e econômica. A ampliação dos fluxos e das possibilidades de circulação pode produzir novas demandas sobre o território e intensificar processos de ocupação e exploração de recursos, o que exige mecanismos de ordenamento e monitoramento compatíveis com a importância ambiental das áreas abrangidas pelo Corredor. Nesse sentido, os efeitos da Ponte Binacional e da BR-156 devem ser compreendidos em relação à capacidade institucional de conciliar conectividade territorial, desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade, evitando que a melhoria da integração física resulte em intensificação desordenada das pressões sobre áreas protegidas e territorialidades tradicionais.

6.6 EFETIVIDADE DO CORREDOR DE BIODIVERSIDADE

A análise da percepção dos gestores públicos acerca da efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá evidencia uma avaliação predominantemente positiva, ainda que acompanhada por ressalvas quanto à sua implementação. Os dados do gráfico 8 indicam que a maioria dos respondentes considera o corredor como muito eficaz enquanto instrumento de gestão territorial, enquanto uma parcela menor o avalia como parcialmente eficaz.

Gráfico 8 – Avaliação dos gestores pública sobre a eficácia do CdeB do Amapá enquanto instrumento de gestão territorial.



Fonte: Dados do questionário (2025).

A predominância da avaliação “muito eficaz” (75%) indica que o Corredor de Biodiversidade do Amapá é reconhecido pelos gestores como um instrumento relevante para a organização territorial e a conservação ambiental. Esse reconhecimento institucional reforça a consolidação do corredor no plano normativo e estratégico.

Entretanto, a presença de avaliações “parcialmente eficaz” (25%) evidencia que a efetividade do instrumento não se materializa de forma plena no território. Essa dualidade revela um descompasso entre a concepção institucional e sua implementação prática, aspecto central discutido ao longo desta tese.

Nesse sentido, estudos recentes indicam que a efetividade de instrumentos de gestão territorial depende não apenas de sua formulação, mas de sua capacidade de articulação com as dinâmicas locais e institucionais (Silva; Costa, 2021). No caso do CdeB, essa articulação ainda se mostra limitada.

A avaliação positiva pode estar associada à percepção dos gestores sobre o potencial do corredor, mais do que sobre seus resultados concretos. Conforme apontam Pereira e Almeida (2022), gestores tendem a avaliar positivamente instrumentos institucionais com base em sua concepção normativa, mesmo diante de limitações operacionais.

Outro aspecto relevante refere-se à influência das fragilidades institucionais na efetividade do corredor. A baixa articulação entre órgãos, a ausência de coordenação transfronteiriça e a descontinuidade administrativa, já evidenciadas anteriormente, impactam diretamente a capacidade de implementação das políticas.

A análise também deve considerar que a efetividade do corredor depende da integração entre diferentes dimensões da gestão territorial, incluindo aspectos ambientais, econômicos e sociais. Estudos contemporâneos apontam que a ausência dessa integração compromete os resultados das políticas públicas (Oliveira; Santos, 2023).

Adicionalmente, a efetividade do corredor está condicionada à capacidade de incorporar os atores locais no processo de gestão. A baixa participação social, evidenciada em análises anteriores, limita a legitimidade e a eficácia das ações implementadas.

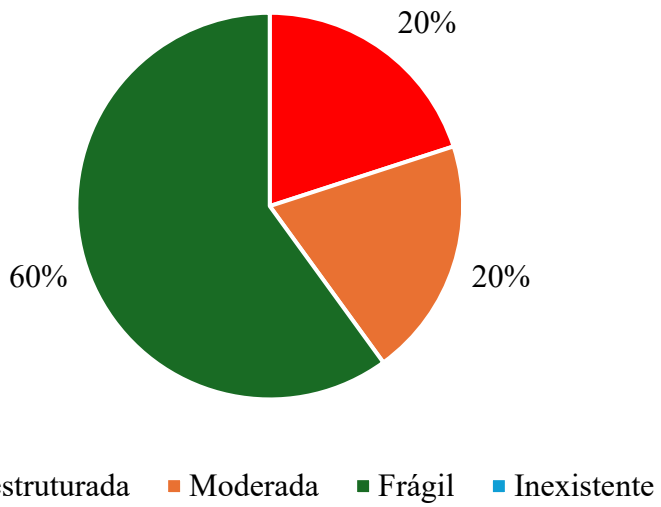
Outro ponto relevante refere-se à complexidade da gestão em áreas de fronteira, onde diferentes sistemas institucionais coexistem. Essa condição impõe desafios adicionais à implementação do corredor, exigindo mecanismos específicos de cooperação internacional.

Por fim, os dados evidenciam que o Corredor de Biodiversidade do Amapá possui reconhecimento institucional como instrumento eficaz de gestão territorial, mas sua efetividade prática depende da superação de desafios estruturais relacionados à governança, à integração institucional e à adaptação às dinâmicas territoriais. Essa constatação reforça diretamente o

caráter propositivo desta tese, ao indicar a necessidade de avançar na construção de um modelo de gestão territorial mais integrado e efetivo.

A análise da percepção dos pesquisadores acerca da integração entre conservação ambiental e desenvolvimento regional no âmbito do Corredor de Biodiversidade do Amapá revela um cenário predominantemente marcado por fragilidade estrutural. Os dados do gráfico 9 indicam que a maioria dos respondentes avalia essa integração como frágil, enquanto parcelas menores a classificam como moderada ou bem estruturada. Esse resultado evidencia um dos principais limites do corredor enquanto instrumento de gestão territorial: a dificuldade em articular, de forma efetiva, as dimensões ambiental e socioeconômica no contexto amazônico e transfronteiriço.

Gráfico 9 – Avaliação dos pesquisadores sobre a integração entre conservação ambiental e desenvolvimento regional.



Fonte: Dados do questionário (2025).

A predominância da avaliação “frágil” (60%) indica que a integração entre conservação ambiental e desenvolvimento regional ainda não se consolidou como eixo estruturante das políticas associadas ao Corredor de Biodiversidade. Esse resultado reforça a existência de uma dissociação entre objetivos ambientais e estratégias de desenvolvimento no território.

Nesse sentido, estudos recentes apontam que a integração entre conservação e desenvolvimento permanece como um dos principais desafios das políticas ambientais na Amazônia, especialmente em contextos onde prevalecem desigualdades socioeconômicas e limitações institucionais (Souza; Ferreira, 2021).

A presença de avaliações “moderada” (20%) sugere a existência de iniciativas pontuais de integração, ainda que insuficientes para configurar um modelo consolidado. Isso indica que há avanços em determinados contextos, mas sem continuidade ou escala suficiente para promover mudanças estruturais.

A avaliação “bem estruturada” (20%) pode refletir percepções associadas a experiências específicas ou à análise do potencial do corredor, e não necessariamente à sua efetividade no território. Estudos recentes indicam que há uma tendência de superestimar instrumentos institucionais em função de sua concepção normativa (Oliveira; Lima, 2022).

Outro aspecto relevante refere-se à permanência de uma lógica setorial nas políticas públicas, na qual conservação ambiental e desenvolvimento econômico são tratados de forma dissociada. Conforme apontam Costa e Mendes (2023), a ausência de articulação intersetorial compromete a construção de estratégias sustentáveis.

A fragilidade dessa integração também está relacionada à ausência de políticas públicas que promovam alternativas econômicas sustentáveis para as populações locais. Sem essas alternativas, a conservação tende a ser percebida como restritiva, gerando tensões no território.

Adicionalmente, a baixa integração entre conservação e desenvolvimento limita a efetividade do corredor enquanto instrumento de gestão territorial, uma vez que compromete sua capacidade de promover equilíbrio entre proteção ambiental e uso sustentável dos recursos.

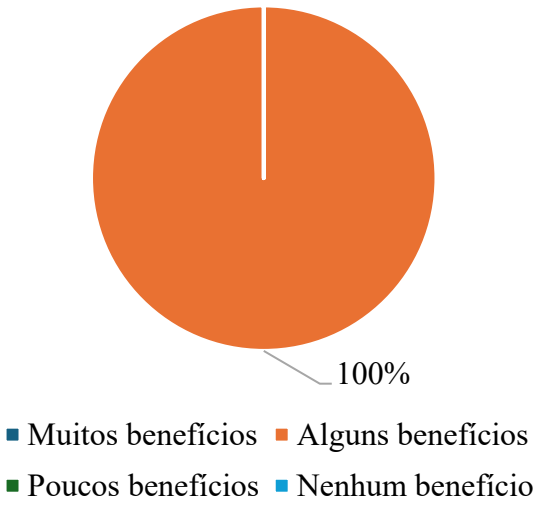
Outro ponto relevante refere-se à influência das dinâmicas transfronteiriças, que ampliam a complexidade da gestão territorial. A ausência de cooperação internacional estruturada dificulta a implementação de estratégias integradas entre os dois lados da fronteira.

Por fim, os dados evidenciam que a consolidação do Corredor de Biodiversidade como instrumento efetivo de gestão territorial depende da superação dessa fragmentação, exigindo a construção de um modelo que articule de forma integrada conservação ambiental, desenvolvimento econômico e governança territorial. Essa constatação reforça diretamente o caráter propositivo desta tese, ao evidenciar a necessidade de avançar na formulação de diretrizes que promovam essa integração no contexto amazônico e transfronteiriço.

A análise da percepção das lideranças locais acerca dos benefícios do Corredor de Biodiversidade do Amapá no gráfico 10, evidencia uma avaliação moderadamente positiva, ainda que limitada em termos de impactos concretos no cotidiano das comunidades. Os dados indicam que a totalidade dos respondentes reconhece a existência de alguns benefícios associados ao corredor, porém sem apontar resultados expressivos ou transformações significativas na realidade local. Esse resultado revela que o corredor possui legitimidade social

inicial, mas ainda não se consolidou como instrumento efetivo de melhoria das condições de vida no território.

Gráfico 10 – Percepção das lideranças locais sobre benefícios do corredor da biodiversidade.



Fonte: Dados do questionário (2025).

A predominância absoluta da avaliação “alguns benefícios” (100%) indica que o Corredor de Biodiversidade é reconhecido pelas lideranças locais como uma iniciativa relevante, mas ainda insuficiente em termos de impactos concretos. Esse resultado evidencia uma percepção intermediária, que não nega a importância do instrumento, mas também não o reconhece como plenamente efetivo.

Nesse sentido, estudos recentes apontam que a legitimidade social de políticas ambientais depende diretamente da capacidade de gerar benefícios tangíveis para as populações locais (Ferreira; Souza, 2021). No caso analisado, essa condição ainda não se consolidou.

A ausência de avaliações que indiquem “muitos benefícios” reforça a percepção de que os resultados do corredor ainda são limitados, especialmente no que se refere à melhoria das condições socioeconômicas das comunidades.

A inexistência de avaliações negativas pode estar associada à percepção simbólica positiva do corredor, enquanto proposta de conservação ambiental. No entanto, essa aceitação não se traduz necessariamente em satisfação com seus resultados práticos.

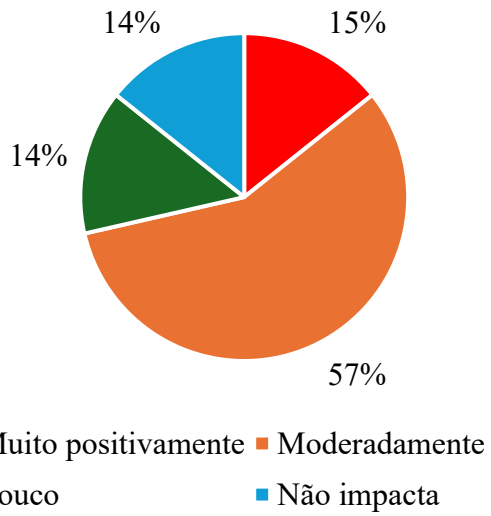
Outro aspecto relevante refere-se à distância entre planejamento institucional e realidade local. Conforme apontam Lima e Carvalho (2022), políticas ambientais frequentemente enfrentam dificuldades em produzir impactos concretos no território, especialmente quando não articuladas às demandas sociais.

A percepção de benefícios limitados também está relacionada à ausência de políticas complementares que promovam desenvolvimento econômico e inclusão social. Sem essas políticas, o corredor tende a ser percebido como uma iniciativa restrita à conservação ambiental.

Adicionalmente, a baixa participação das comunidades nos processos decisórios, evidenciada anteriormente, contribui para a limitação dos benefícios percebidos, uma vez que reduz a adequação das políticas às necessidades locais. Outro ponto relevante refere-se à dimensão temporal das políticas públicas. Estudos contemporâneos indicam que os efeitos de instrumentos de gestão territorial podem levar tempo para se consolidar, especialmente em contextos complexos como o amazônico.

A análise da percepção do setor econômico acerca do impacto da integração entre Brasil e Guiana Francesa na economia local evidencia no gráfico 11 uma avaliação predominantemente moderada, indicando reconhecimento do potencial econômico da relação transfronteiriça, mas também limitações na sua efetivação. Os dados demonstram que a maioria dos respondentes considera que essa integração impacta moderadamente a economia local, enquanto parcelas menores a percebem como muito positiva, pouco significativa ou inexistente.

Gráfico 11 – Avaliação do setor econômico sobre a integração entre Brasil e Guiana Francesa impactar a economia local.



Fonte: Dados do questionário (2025).

A predominância da avaliação “moderadamente” (57%) indica que a integração transfronteiriça já exerce influência sobre a economia local, mas de forma limitada e ainda insuficiente para promover transformações estruturais. Esse resultado evidencia que os fluxos econômicos entre os dois países existem, porém não são plenamente organizados ou potencializados.

Nesse sentido, estudos recentes apontam que regiões de fronteira apresentam potencial econômico significativo, mas sua efetivação depende da existência de políticas públicas específicas e mecanismos de integração institucional (Souza; Lima, 2021). No caso analisado, essa articulação ainda se mostra incipiente.

A presença de avaliações “muito positivamente” (15%) indica que parte dos atores econômicos percebe benefícios concretos da integração, possivelmente associados ao aumento da circulação de pessoas, mercadorias e serviços na região.

Por outro lado, as avaliações “pouco” (14%) e “não impacta” (14%) revelam que uma parcela significativa dos respondentes não identifica efeitos relevantes da integração na economia local. Esse dado reforça a ideia de que os benefícios da integração não são distribuídos de forma homogênea no território.

A ausência de estrutura econômica local limita a capacidade de aproveitamento das oportunidades geradas pela integração. Conforme apontam Ferreira e Costa (2022), economias pouco diversificadas tendem a apresentar baixa capacidade de absorção de fluxos econômicos externos.

Outro aspecto relevante refere-se às assimetrias econômicas entre Brasil e Guiana Francesa, especialmente em função da diferença cambial. Estudos recentes indicam que essas desigualdades podem gerar distorções nos fluxos comerciais, favorecendo práticas informais (Rocha; Almeida, 2023).

A análise também evidencia a ausência de planejamento econômico integrado entre os dois países, o que compromete a consolidação de estratégias de desenvolvimento regional. Conforme destacam Oliveira e Santos (2020), a integração econômica em regiões de fronteira exige coordenação institucional e políticas articuladas.

Adicionalmente, a informalidade econômica se apresenta como um elemento estruturante da dinâmica local, dificultando a organização dos fluxos e a consolidação de cadeias produtivas formais.

Por fim, os dados evidenciam que a integração entre Brasil e Guiana Francesa possui potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico da região, mas sua efetividade depende da superação de desafios estruturais relacionados à governança, à infraestrutura e à articulação institucional. Essa constatação reforça diretamente o argumento central desta tese, ao evidenciar a necessidade de um modelo de gestão territorial integrado que potencialize os efeitos da integração transfronteiriça.

A análise dos dados evidencia que o Corredor de Biodiversidade do Amapá se configura, no plano institucional, como um instrumento reconhecido e legitimado, porém ainda limitado

em sua capacidade de produzir transformações efetivas no território. Essa constatação confirma o objetivo central da pesquisa, ao demonstrar que a efetividade do corredor depende menos de sua formulação normativa e mais de sua capacidade de articulação com as dinâmicas territoriais, sociais e econômicas da região de fronteira. Conforme argumenta Matos e Gonçalves (2021), políticas territoriais em contextos amazônicos tendem a apresentar alto grau de formalização institucional, mas enfrentam dificuldades estruturais na implementação, especialmente em áreas periféricas.

Nesse sentido, os resultados evidenciam um descompasso entre a concepção do corredor enquanto instrumento de gestão territorial integrada e sua operacionalização prática. A fragilidade na articulação institucional, a baixa integração entre políticas públicas e a limitada cooperação transfronteiriça reforçam a hipótese da pesquisa de que a governança constitui o principal fator condicionante da efetividade do corredor. Estudos recentes apontam que a ausência de governança integrada em territórios complexos compromete a capacidade de coordenação entre atores e reduz o impacto das políticas públicas (Teixeira; Andrade, 2022).

A análise demonstra que a integração entre conservação ambiental e desenvolvimento regional permanece como um dos principais desafios estruturais do corredor. A predominância de avaliações que indicam fragilidade nessa integração confirma que ainda persiste uma abordagem setorial das políticas públicas, na qual as dimensões ambiental e econômica são tratadas de forma dissociada. Conforme destacam Ribeiro e Nascimento (2020), a sustentabilidade territorial em regiões amazônicas exige a superação dessa fragmentação, por meio da construção de estratégias que articulem proteção ambiental e inclusão socioeconômica.

Outro aspecto central evidenciado pelos dados refere-se à baixa participação social e à limitada inclusão dos atores locais nos processos decisórios. Essa condição compromete a legitimidade e a eficácia das políticas implementadas, especialmente em contextos onde as comunidades possuem forte relação com o território. Conforme argumentam Duarte e Freitas (2023), a governança territorial contemporânea demanda a incorporação ativa de atores locais, sob pena de reproduzir modelos excludentes e pouco eficazes.

No campo econômico, os resultados indicam que a integração transfronteiriça e a presença da ponte binacional, embora representem oportunidades estratégicas, ainda não se traduziram em desenvolvimento econômico estruturado. A persistência da informalidade, a dependência do setor público e as assimetrias econômicas entre Brasil e Guiana Francesa limitam o aproveitamento dessas oportunidades. Estudos recentes destacam que o desenvolvimento em regiões de fronteira depende da articulação entre infraestrutura, políticas públicas e fortalecimento da base produtiva local (Barros; Silva, 2021).

A análise conclusiva confirma a hipótese de que o Corredor de Biodiversidade do Amapá, no contexto da fronteira com a Guiana Francesa, apresenta efetividade parcial enquanto instrumento de gestão territorial, sendo condicionado por fragilidades institucionais, limitações econômicas e baixa integração socioambiental.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa não apenas respondem ao problema proposto, mas também fundamentam a necessidade de construção de um modelo de gestão territorial integrado, capaz de articular governança, participação social, desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Tal perspectiva está em consonância com abordagens contemporâneas que defendem modelos territoriais mais adaptativos e integrados para a gestão de regiões complexas (Castro; Pires, 2022).

6.7 BIODIVERSIDADE, CONECTIVIDADE ECOLÓGICA E PRESSÕES TERRITORIAIS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NO EXTREMO NORTE DO AMAPÁ

A análise dos resultados permite evidenciar que a dimensão ecológica do Corredor de Biodiversidade do Amapá se manifesta concretamente nas transformações territoriais observadas no extremo norte do Estado. Os dados produzidos junto aos gestores, pesquisadores, lideranças locais e representantes do setor econômico demonstram que a dinâmica da fronteira não se restringe às dimensões econômica, institucional e infraestrutural, produzindo também implicações para as condições de conservação e para os processos que sustentam a conectividade da paisagem.

Essa interpretação é coerente com a concepção de ecologia da paisagem de Forman e Godron (1986), segundo a qual os processos ecológicos devem ser compreendidos a partir das relações entre diferentes elementos da paisagem e dos efeitos produzidos pelas formas de ocupação e transformação do território.

No caso analisado, os resultados permitem observar que a conservação da biodiversidade está diretamente relacionada às condições nas quais infraestrutura, circulação, atividades econômicas, territórios protegidos e comunidades locais se articulam no espaço. Essa relação torna-se particularmente evidente nos resultados referentes à Ponte Binacional.

Conforme apresentado no Gráfico 5, 50% dos gestores avaliaram como “muito significativa” a influência da ponte na dinâmica territorial e ambiental, enquanto outros 50% a classificaram como “moderada”. Embora não representem uma mensuração direta de impactos ecológicos, essas percepções revelam o reconhecimento institucional de que a infraestrutura já produz alterações relevantes na dinâmica territorial e ambiental da fronteira.

Santos e Barbosa (2021) apontam que grandes obras de infraestrutura em regiões fronteiriças atuam como indutoras de novas dinâmicas econômicas, sociais e ambientais, enquanto Oliveira e Mendes (2022) destacam que a ampliação da conectividade territorial pode favorecer a integração regional, mas também intensificar pressões sobre os recursos naturais e os territórios locais. Os dados da pesquisa, portanto, permitem interpretar a Ponte não apenas como infraestrutura de integração física, mas como elemento capaz de modificar as condições territoriais nas quais a conservação da biodiversidade ocorre.

As evidências mais diretamente relacionadas à dimensão ambiental aparecem nas percepções das lideranças indígenas sobre as mudanças posteriores à implantação da Ponte. As respostas registradas no Quadro 13 indicam aumento da circulação de pessoas nas proximidades das terras indígenas e expressam preocupações relacionadas à caça, à pesca, à exploração ilegal de recursos naturais e ao garimpo.

Essas manifestações são relevantes porque demonstram que as transformações percebidas pelos atores locais alcançam práticas diretamente relacionadas ao uso dos recursos naturais e às condições de reprodução territorial das comunidades.

A ampliação da acessibilidade, portanto, não é percebida apenas como mudança na mobilidade, mas como fator capaz de alterar as relações entre população, território e recursos ambientais. Essa constatação aproxima os resultados da perspectiva apresentada por Almeida e Santos (2021), segundo a qual a ampliação da acessibilidade em áreas amazônicas pode intensificar conflitos territoriais e pressões sobre recursos naturais, evidenciando que os efeitos das infraestruturas precisam ser avaliados para além de seus benefícios econômicos e logísticos.

A percepção de aumento da circulação próxima às terras indígenas também permite incorporar à discussão a dimensão da conectividade ecológica. Em um corredor de biodiversidade, a conservação não depende exclusivamente da manutenção formal das unidades de conservação, mas da integridade das relações espaciais que permitem a conexão entre diferentes áreas e componentes da paisagem.

Bennett (2003) destaca que os corredores devem ser compreendidos como elementos integrantes de sistemas mais amplos de planejamento da paisagem, enquanto Simas (2003), ao discutir a realidade do Amapá, ressalta a necessidade de articulação entre áreas protegidas e diferentes formas de uso territorial.

Os resultados desta pesquisa reforçam empiricamente essa perspectiva ao demonstrar que os espaços situados entre áreas protegidas, territórios indígenas, áreas de circulação e zonas de atividade econômica não podem ser tratados como áreas ambientalmente neutras. As

alterações nesses espaços podem interferir nas condições de conectividade e, consequentemente, na própria funcionalidade territorial atribuída ao Corredor.

A questão torna-se ainda mais relevante diante dos relatos de garimpo e exploração ilegal de recursos naturais apresentados pelas lideranças. A presença dessas atividades, associada ao aumento da circulação e às limitações de controle institucional identificadas na pesquisa, evidencia uma dimensão de pressão territorial que possui repercussões ambientais.

Costa e Ferreira (2020) destacam que a ampliação da circulação em regiões fronteiriças pode facilitar a atuação de redes ilícitas quando acompanhada de mecanismos institucionais insuficientes de controle. No contexto investigado, essa relação é reforçada pelas próprias percepções dos atores locais, que associam a maior facilidade de entrada e saída de pessoas ao aumento de preocupações relacionadas à exploração dos recursos naturais.

Dessa forma, o problema ambiental identificado nos resultados não está dissociado da dinâmica socioeconômica da fronteira, mas resulta da interação entre acessibilidade, circulação, atividades econômicas, controle territorial e capacidade institucional.

A análise também evidencia que as pressões sobre a biodiversidade não podem ser compreendidas exclusivamente como consequência da existência da Ponte ou da ampliação da infraestrutura.

O fator determinante está na capacidade do território de absorver e ordenar os novos fluxos produzidos por essa transformação. Os dados das lideranças demonstram que a infraestrutura urbana e os serviços públicos não acompanharam adequadamente a nova dinâmica territorial, enquanto os resultados relativos à governança apontam limitações de articulação institucional e de planejamento.

Lima e Ferreira (2020) observam que a expansão da acessibilidade em áreas ambientalmente sensíveis pode favorecer atividades de exploração ilegal quando não existem mecanismos adequados de controle. Assim, os resultados da pesquisa indicam que a infraestrutura pode produzir efeitos diferenciados: ao mesmo tempo em que amplia a integração e a circulação, pode intensificar pressões ambientais quando não é acompanhada de ordenamento territorial, fiscalização e políticas de conservação articuladas.

Outro aspecto revelado pelos dados refere-se à participação das comunidades na gestão desses processos. As lideranças indígenas afirmam que as transformações decorrentes da Ponte não foram acompanhadas de diálogo suficiente sobre seus efeitos nos territórios e nas formas tradicionais de vida. Essa ausência de participação possui implicações que ultrapassam a dimensão política, uma vez que os próprios atores locais identificam alterações na caça, na pesca, na circulação e na utilização dos recursos naturais.

Tostes e Moura (2017), ao analisarem a relação entre biodiversidade, unidades de conservação e pequenas cidades no corredor transfronteiriço entre o Amapá e a Guiana Francesa, demonstram a necessidade de considerar conjuntamente as dimensões ambientais e socioespaciais da conservação. No presente estudo, as percepções das lideranças reforçam essa compreensão ao evidenciar que a proteção da biodiversidade precisa incorporar os conhecimentos e as experiências das populações que vivenciam diretamente as transformações do território.

Os resultados dos pesquisadores apresentados no Quadro 7 reforçam essa interpretação ao demonstrarem que os corredores de biodiversidade passaram de uma concepção predominantemente ecológica para uma abordagem que incorpora dimensões territoriais, sociais, políticas e institucionais.

Bennett (2003) e Forman e Godron (1986) fornecem fundamentos para compreender a conectividade como componente da organização da paisagem, enquanto os dados empíricos desta pesquisa demonstram que sua manutenção depende das condições concretas de governança e uso territorial.

A evidência produzida em Oiapoque permite, portanto, aproximar a dimensão ecológica da realidade observada: a conectividade não é apenas uma propriedade espacial abstrata, mas depende da capacidade de controlar pressões sobre os recursos naturais, ordenar os fluxos, proteger territórios e integrar os diferentes atores envolvidos na gestão ambiental.

Os resultados demonstram que a biodiversidade, embora não tenha sido mensurada por meio de inventários específicos de fauna ou flora nesta pesquisa, está presente empiricamente nas relações identificadas entre circulação, uso dos recursos naturais, territórios indígenas, infraestrutura, atividades ilegais, governança e conservação.

A Ponte Binacional e a intensificação dos fluxos constituem, nesse contexto, elementos que podem ampliar a integração territorial, mas também produzir novas pressões sobre os espaços ambientalmente relevantes quando não acompanhados por planejamento e mecanismos efetivos de controle.

Os dados permitem, assim, compreender que a efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá depende da capacidade de articular conectividade ecológica e territorial com governança, participação social, ordenamento e conservação. No extremo norte, Oiapoque evidencia concretamente essa relação, permitindo compreender como processos econômicos, infraestruturais e transfronteiriços repercutem sobre as condições ambientais do território e, consequentemente, sobre a capacidade do CdeB de cumprir sua função de integração, conservação e sustentabilidade.

6.8 TERRITORIALIDADES LOCAIS E DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO

A análise dos resultados evidencia que o Corredor de Biodiversidade do Amapá não pode ser compreendido exclusivamente como instrumento de política pública ou como estrutura territorial submetida às decisões dos órgãos estatais. O território abrangido pelo Corredor é também produzido cotidianamente por diferentes sujeitos que nele vivem, circulam, trabalham e desenvolvem atividades econômicas e sociais.

As informações obtidas na pesquisa, particularmente aquelas relacionadas à circulação, às atividades econômicas, à infraestrutura, à dinâmica fronteiriça e às pressões territoriais observadas em Oiapoque, permitem reconhecer que a configuração territorial resulta da interação entre normas institucionais, políticas públicas e práticas sociais desenvolvidas no espaço. Nesse sentido, a análise do CdeB deve considerar não apenas as formas institucionais de gestão, mas também as diferentes territorialidades que se manifestam em sua área de influência.

Essa compreensão é particularmente relevante para interpretar as dinâmicas observadas no município de Oiapoque. A circulação de pessoas e mercadorias, as atividades comerciais, os deslocamentos associados à fronteira, o uso das infraestruturas de transporte e as diferentes formas de ocupação do espaço constituem práticas que interferem na organização territorial e estabelecem relações específicas com as áreas destinadas à conservação.

Tais práticas não podem ser reduzidas exclusivamente à condição de fatores de pressão ambiental ou de problemas administrativos, pois também expressam estratégias de reprodução social, econômica e territorial dos sujeitos que participam da dinâmica local. Haesbaert (2021) contribui para essa interpretação ao compreender o território a partir da multiplicidade de relações de apropriação, controle, pertencimento e mobilidade que nele se estabelecem.

Sob essa perspectiva, os atores sociais que participam da dinâmica territorial do extremo norte do Amapá devem ser considerados não apenas como destinatários das políticas públicas ou como agentes potencialmente impactados pelas decisões institucionais, mas como sujeitos que também produzem e transformam o território.

Moradores da fronteira, comunidades locais, povos indígenas, trabalhadores, comerciantes e demais atores vinculados às atividades econômicas e às práticas de circulação estabelecem diferentes formas de relação com o espaço. Essas relações podem convergir com os objetivos de conservação e sustentabilidade ou, em determinadas circunstâncias, produzir tensões diante das normas ambientais, das estratégias de ordenamento territorial e dos projetos

de infraestrutura. A existência dessas diferentes formas de apropriação evidencia que a gestão do Corredor ocorre em um território marcado pela coexistência de interesses, práticas e racionalidades distintas.

Os resultados relacionados à infraestrutura e à dinâmica fronteiriça também precisam ser interpretados a partir dessa perspectiva. A Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque e a BR-156 não constituem apenas estruturas físicas destinadas à circulação, mas elementos que interferem na organização das atividades econômicas, nos fluxos territoriais e nas formas de apropriação do espaço.

A ampliação da conectividade pode favorecer relações econômicas e sociais e fortalecer a integração regional, mas também pode intensificar determinados fluxos e produzir novas pressões sobre territórios ambientalmente sensíveis. A análise dessas transformações permite compreender que conectividade territorial e conservação da biodiversidade não são dimensões necessariamente contraditórias, mas sua compatibilização depende das formas de planejamento, controle, participação e governança estabelecidas no território.

Essa relação torna-se ainda mais complexa quando se consideram as diferentes formas de uso dos recursos naturais e as atividades econômicas existentes na região. Os conflitos socioambientais não devem ser compreendidos exclusivamente como resultado da insuficiência de articulação entre instituições, pois podem expressar disputas entre diferentes projetos de desenvolvimento, formas de apropriação dos recursos e concepções sobre o uso legítimo do território.

Acselrad (2022) destaca que os conflitos ambientais estão associados às diferentes formas de apropriação e distribuição dos recursos e dos riscos ambientais, evidenciando que os efeitos das transformações territoriais não são distribuídos de maneira homogênea entre os diferentes grupos sociais. No contexto do CdeB, essa abordagem permite interpretar as tensões entre conservação, infraestrutura, atividades econômicas e formas tradicionais ou locais de uso do território como parte de uma disputa mais ampla sobre os sentidos e os usos atribuídos ao espaço.

É necessário, contudo, distinguir os atores efetivamente participantes da pesquisa daqueles identificados na literatura, nos documentos analisados, nas observações realizadas e na caracterização da dinâmica territorial. A presente investigação não pretende atribuir aos grupos sociais não entrevistados opiniões ou percepções que não tenham sido diretamente registradas nos instrumentos de pesquisa.

Sua presença na análise decorre de sua inserção na dinâmica territorial mais ampla do CdeB e de sua relevância para a compreensão das diferentes formas de apropriação e

transformação do espaço. Essa distinção é metodologicamente necessária para evitar generalizações indevidas e, simultaneamente, reconhecer que a produção do território não se limita aos atores formalmente incorporados às estruturas institucionais de governança.

Assim, a participação social, no contexto desta tese, não deve ser compreendida exclusivamente pela presença formal de representantes em espaços institucionais de decisão. Ela envolve também o reconhecimento das territorialidades existentes e das formas pelas quais diferentes sujeitos produzem, utilizam, significam e transformam o território.

A efetividade da gestão do Corredor de Biodiversidade do Amapá depende, portanto, da capacidade das estruturas de governança de reconhecer essa diversidade e estabelecer mecanismos capazes de articular conservação ambiental, desenvolvimento econômico, direitos territoriais e participação social. O desafio não consiste apenas em ampliar a presença dos atores nos processos institucionais, mas em criar condições para que diferentes formas de conhecimento, uso e apropriação do território sejam consideradas na formulação e implementação das políticas de gestão.

Desse modo, os resultados analisados em Oiapoque revelam uma dimensão fundamental da efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá: a conservação não ocorre sobre um território vazio ou exclusivamente administrado pelo Estado, mas sobre um espaço socialmente produzido, economicamente utilizado e politicamente disputado.

Oiapoque constitui, nesse sentido, uma escala privilegiada para observar como as políticas de conservação, as infraestruturas de integração, as atividades econômicas, as práticas sociais e as relações transfronteiriças se articulam e produzem diferentes efeitos territoriais. A análise dessas territorialidades complementa a perspectiva institucional desenvolvida nos demais capítulos e permite compreender o CdeB como uma estrutura territorial cuja efetividade depende não apenas da existência de instrumentos legais e administrativos, mas também da capacidade de articular os diferentes sujeitos, interesses e formas de apropriação que constituem o território.

6.9 PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA GOVERNANÇA TERRITORIAL

Os dados obtidos na pesquisa evidenciam que a participação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais constitui dimensão indispensável para a compreensão da governança territorial do Corredor de Biodiversidade do Amapá. A presença de liderança indígena entre os interlocutores da pesquisa permite incorporar à análise uma perspectiva diretamente vinculada

às territorialidades tradicionais e às relações estabelecidas com o território. Essa participação é particularmente relevante porque os povos indígenas não ocupam uma posição externa às dinâmicas de conservação investigadas, mas integram territórios nos quais as relações entre proteção ambiental, uso dos recursos naturais, identidade, mobilidade e reprodução social estão historicamente constituídas.

As manifestações dos participantes também permitem observar, contudo, que a existência de atores indígenas e de comunidades tradicionais no território não corresponde necessariamente à sua participação efetiva e contínua nos processos de decisão relacionados à gestão do Corredor.

Os resultados apresentados ao longo deste capítulo apontam limitações na participação social, na articulação entre os diferentes atores e na integração dos conhecimentos e demandas locais aos processos institucionais de planejamento. Essa constatação é relevante porque desloca a discussão da simples presença desses grupos no território para a qualidade e o alcance de sua participação na governança territorial.

A análise dos dados permite, portanto, distinguir duas dimensões. A primeira refere-se à presença territorial e à importância sociocultural e ambiental dos povos indígenas e comunidades tradicionais para a conservação e para a dinâmica territorial do CdeB. A segunda diz respeito à participação institucional nos processos de planejamento, decisão e gestão.

Enquanto a primeira se encontra empiricamente evidenciada pela própria configuração territorial do Corredor e pela presença desses atores entre os sujeitos considerados na pesquisa, a segunda revela limitações que se expressam na percepção dos participantes sobre a insuficiência da participação social e sobre a necessidade de maior articulação entre instituições e atores locais.

Essa distinção é particularmente importante para a interpretação dos resultados porque impede que a presença de uma liderança indígena entre os participantes seja tomada, isoladamente, como evidência de participação ampla dos povos indígenas na governança do Corredor.

A participação de representantes desses grupos na pesquisa assegura a incorporação de uma perspectiva territorial específica ao diagnóstico, mas não permite generalizar essa percepção para o conjunto das comunidades indígenas e tradicionais nem afirmar que esses grupos tenham participado, de forma ampla e institucionalizada, da formulação histórica do CdeB. Os dados produzidos pela pesquisa permitem afirmar, com maior segurança, a relevância desses sujeitos para a gestão territorial e a existência de uma demanda por maior inserção nos processos decisórios.

Essa limitação torna-se ainda mais significativa quando os resultados são relacionados às demais dimensões investigadas. As dificuldades de articulação institucional, a fragmentação das ações de gestão, a limitada participação social e as tensões entre conservação ambiental, infraestrutura e atividades econômicas demonstram que a governança do Corredor não depende exclusivamente da capacidade administrativa dos órgãos públicos.

Ela depende também da capacidade de incorporar diferentes formas de conhecimento, experiências territoriais e interesses sociais na definição das estratégias de conservação e desenvolvimento. Nesse sentido, as territorialidades indígenas e tradicionais constituem componentes da própria realidade que a gestão do CdeB pretende ordenar e proteger.

Os resultados indicam, portanto, que a participação social não deve ser reduzida à presença eventual de representantes em reuniões, consultas ou estruturas formais de governança. Uma participação efetiva pressupõe condições para que os diferentes sujeitos territoriais possam contribuir para a definição de prioridades, identificação de problemas, formulação de estratégias e acompanhamento das ações implementadas no território.

No caso dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, isso implica reconhecer que seus conhecimentos sobre o ambiente, suas práticas territoriais e suas formas próprias de relação com os recursos naturais constituem elementos relevantes para a construção de estratégias de conservação e gestão territorial.

Essa perspectiva também permite compreender de maneira mais ampla a fragilidade institucional identificada pela pesquisa. As limitações de governança não decorrem somente da ausência de articulação entre órgãos públicos, mas também da dificuldade de estabelecer mecanismos permanentes de diálogo entre diferentes racionalidades territoriais.

De um lado, encontram-se estruturas administrativas orientadas por normas, instrumentos legais e políticas públicas de conservação; de outro, encontram-se sujeitos cuja relação com o território é construída a partir de práticas sociais, culturais, econômicas e ambientais próprias. A baixa integração entre essas dimensões reduz a capacidade de construção de respostas territorialmente adequadas aos desafios identificados no CdeB.

Nesse sentido, os resultados empíricos não permitem afirmar que os povos indígenas e as comunidades tradicionais tenham participado de maneira ampla e institucionalizada da formulação histórica do Corredor de Biodiversidade do Amapá. O que a pesquisa demonstra é que esses sujeitos possuem importância direta para a realidade territorial na qual o Corredor está inserido e que sua participação precisa ser ampliada e qualificada nos processos contemporâneos de governança. Essa constatação é coerente com os resultados que apontam

para a insuficiência da participação social e para a necessidade de maior integração entre os atores territoriais.

Assim, a participação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais deve ser compreendida como uma condição para o fortalecimento da efetividade do CdeB, e não apenas como uma etapa complementar de implementação das políticas públicas. A governança territorial integrada proposta nesta tese parte, portanto, do reconhecimento desses sujeitos como participantes dos processos de decisão e como produtores de conhecimentos e territorialidades que precisam ser considerados no planejamento da conservação, do desenvolvimento econômico e da cooperação transfronteiriça. A incorporação dessa perspectiva contribui para superar uma visão predominantemente institucional do Corredor e aproximar sua gestão das múltiplas realidades sociais, ambientais e territoriais que constituem o espaço amapaense.

6.10 DINÂMICAS LOCAIS E PROCESSOS GLOBAIS: ECONOMIA, TERRITÓRIO E CONSERVAÇÃO NA FRONTEIRA

Os resultados empíricos evidenciam que as transformações observadas no município de Oiapoque não podem ser interpretadas exclusivamente a partir de fatores locais ou das decisões administrativas dos governos envolvidos na gestão territorial. As dinâmicas relacionadas à circulação, à infraestrutura, às atividades econômicas, ao comércio, ao turismo e às formas de exploração dos recursos naturais estão inseridas em processos econômicos mais amplos, nos quais interesses locais, nacionais e transfronteiriços se articulam.

A Ponte Binacional e a BR-156, nesse sentido, não representam apenas estruturas destinadas à integração territorial, mas também elementos de uma estratégia mais ampla de ampliação dos fluxos de pessoas, mercadorias, serviços e capitais na fronteira setentrional do Brasil.

Essa articulação entre escalas permite compreender que as pressões identificadas no território não resultam exclusivamente de práticas locais. A expansão da circulação e das atividades econômicas produz novas oportunidades de inserção no mercado, mas também pode ampliar demandas sobre recursos naturais, infraestrutura urbana e territórios ambientalmente protegidos.

Desse modo, os efeitos territoriais da integração fronteiriça precisam ser analisados considerando a relação entre processos econômicos externos e as formas locais de apropriação do território. O espaço de Oiapoque funciona, portanto, como ponto de convergência entre

dinâmicas econômicas de diferentes escalas, nas quais os interesses locais se relacionam com fluxos regionais, nacionais e transfronteiriços.

Essa perspectiva também contribui para interpretar as atividades econômicas identificadas na pesquisa para além de uma oposição simplificada entre desenvolvimento e conservação. Os dados demonstram que os sujeitos locais estão inseridos em relações econômicas concretas e que determinadas atividades constituem formas de reprodução social e econômica.

Ao mesmo tempo, essas atividades podem estabelecer relações de tensão com os objetivos de conservação do Corredor de Biodiversidade do Amapá. A questão central, portanto, não consiste em atribuir às populações locais a responsabilidade isolada pelas pressões ambientais, mas em compreender como diferentes escalas econômicas e políticas produzem condições que influenciam as escolhas, oportunidades e restrições existentes no território.

Nesse contexto, o sistema capitalista manifesta-se territorialmente por meio da expansão de infraestruturas, da circulação de mercadorias, da valorização diferencial dos espaços, da integração de mercados e da apropriação econômica dos recursos naturais. As formas locais de trabalho, comércio e circulação não estão dissociadas dessas estruturas mais amplas.

Ao contrário, articulam-se a elas de maneira desigual, fazendo com que determinados sujeitos obtenham maior capacidade de decisão e apropriação dos benefícios da integração, enquanto outros permanecem mais expostos aos seus custos sociais e ambientais. A análise dessa desigualdade é necessária para compreender por que os efeitos da integração territorial não são distribuídos de maneira homogênea entre os diferentes grupos presentes na fronteira.

Essa dinâmica possui implicações diretas para a governança do Corredor de Biodiversidade do Amapá. Quando as políticas públicas são formuladas predominantemente a partir de uma perspectiva institucional e ambiental, sem considerar as relações econômicas que atravessam o território, existe o risco de tratar como problemas exclusivamente locais processos cuja origem e dinâmica possuem dimensões mais amplas.

A governança territorial precisa, portanto, reconhecer simultaneamente as necessidades locais, os interesses econômicos envolvidos e os compromissos de conservação, estabelecendo mecanismos capazes de mediar conflitos entre diferentes projetos de apropriação do território.

A análise também evidencia a necessidade de reconhecer os povos indígenas e as comunidades tradicionais como sujeitos que possuem formas próprias de relação com o território e que não podem ser reduzidos a obstáculos ou beneficiários das estratégias de desenvolvimento. A presença dessas territorialidades antecede e ultrapassa os projetos contemporâneos de infraestrutura e integração econômica. Sua consideração na governança do

CdeB implica reconhecer que os processos de transformação territorial possuem efeitos diferenciados sobre os grupos sociais e que a conservação da biodiversidade está vinculada também à proteção das territorialidades, dos conhecimentos e das formas de reprodução social historicamente constituídas na região.

Assim, a dinâmica observada em Oiapoque revela uma relação de múltiplas escalas: processos globais e nacionais influenciam os fluxos econômicos e as estratégias de integração; esses fluxos são apropriados e reinterpretados em escala regional e fronteiriça; e seus efeitos se materializam nas práticas cotidianas dos diferentes sujeitos que vivem e trabalham no território.

A efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá depende, nesse cenário, da capacidade de sua governança reconhecer essas conexões e estabelecer mecanismos que articulem conservação ambiental, justiça territorial, desenvolvimento econômico e participação social. A análise das relações entre escalas local e global, portanto, amplia a compreensão da governança ambiental do CdeB e permite interpretar suas fragilidades não apenas como resultado de deficiências institucionais, mas também como expressão das disputas e assimetrias associadas aos diferentes projetos de uso e apropriação do território.

7 DO DIAGNÓSTICO À AÇÃO: CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES PARA A GESTÃO DO CORREDOR DE BIODIVERSIDADE

7.1 DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

O modelo de gestão territorial integrado apresentado neste capítulo não constitui uma formulação normativa dissociada dos resultados obtidos na pesquisa. Sua construção decorre da interpretação das evidências empíricas e documentais analisadas ao longo da tese, especialmente das limitações identificadas na articulação institucional, na participação social, na cooperação transfronteiriça, na integração entre conservação e desenvolvimento econômico e no controle territorial.

Nesse sentido, as dimensões que estruturam o modelo representam respostas analíticas aos problemas identificados no território e não apenas recomendações gerais de gestão. A proposta procura, portanto, transformar os achados da pesquisa em diretrizes de intervenção territorial, mantendo relação direta entre diagnóstico, interpretação e proposição.

7.1.1 Governança, Desafios e Propostas: Caminhos para o Fortalecimento do CdeB

A análise das percepções dos gestores públicos acerca das melhorias necessárias para que o Corredor de Biodiversidade do Amapá contribua efetivamente para a qualidade de vida da população evidencia a centralidade de dimensões estruturais relacionadas à governança, à integração socioeconômica e à cooperação transfronteiriça.

As percepções dos gestores indicam que a efetividade do CdeB está condicionada à capacidade de superar uma perspectiva predominantemente ambiental e avançar para uma abordagem integrada de gestão territorial. Nesse sentido, as melhorias necessárias não se limitam à ampliação das ações de conservação, mas envolvem o fortalecimento das instituições responsáveis pela gestão do território, a integração entre políticas públicas, a melhoria da infraestrutura, a geração de oportunidades econômicas sustentáveis e a ampliação da participação social.

As respostas do quadro 16 convergem para a necessidade de superação da fragmentação institucional, ampliação da participação social e fortalecimento de estratégias que articulem conservação ambiental e desenvolvimento regional. Esses elementos reforçam que a efetividade do corredor está diretamente condicionada à construção de um modelo de gestão territorial mais integrado e operacional.

Quadro 16 – Percepções dos gestores sobre melhorias para que o corredor contribua de fato para a qualidade de vida da população.

Pergunta: O que precisa melhorar para que o corredor contribua de fato para a qualidade de vida da população?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
GI-01	"Para que o corredor contribua de forma efetiva para a qualidade de vida da população, é fundamental fortalecer a governança territorial, com maior articulação entre os diferentes níveis de governo e instituições envolvidas. Hoje ainda existe muita fragmentação nas ações, o que dificulta a implementação de políticas integradas. Também é necessário ampliar os investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos na região, especialmente em áreas de fronteira como Oiapoque, que ainda apresenta limitações significativas."
GI-02	"Um dos principais pontos é a integração entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico. O corredor precisa deixar de ser visto apenas como uma estratégia de preservação e passar a incorporar ações que gerem renda e oportunidades para a população local. Isso inclui o incentivo a atividades sustentáveis, como turismo, manejo de recursos naturais e economia verde. Além disso, é essencial fortalecer a participação das comunidades nos processos decisórios."
GI-03	"É necessário avançar na cooperação transfronteiriça entre Brasil e Guiana Francesa, criando mecanismos institucionais mais efetivos de integração. A ponte trouxe uma nova dinâmica para a região, mas ainda não existe um planejamento conjunto que organize esses fluxos. Também é importante investir em fiscalização e controle territorial, para evitar atividades ilegais que impactam tanto o meio ambiente quanto a economia local. Sem isso, o corredor não consegue atingir seu potencial."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A análise das respostas evidencia que o fortalecimento da governança territorial constitui o principal eixo estruturante para a efetividade do corredor. A fragmentação institucional mencionada pelos gestores reflete limitações na coordenação entre os diferentes níveis de governo, comprometendo a implementação de políticas públicas integradas. Conforme apontam Almeida e Torres (2021), a governança em territórios complexos exige arranjos institucionais colaborativos capazes de articular múltiplos atores e escalas.

Nesse sentido, a necessidade de ampliação de investimentos em infraestrutura e serviços públicos evidencia a relação direta entre gestão territorial e qualidade de vida. Estudos recentes indicam que políticas ambientais só se tornam efetivas quando articuladas a melhorias concretas nas condições de vida da população local (Barbosa; Cunha, 2022).

A integração entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico, destacada pelos gestores, reforça um dos principais desafios identificados ao longo da pesquisa. Conforme discutem Martins e Souza (2020), a dissociação entre essas dimensões compromete a sustentabilidade das políticas territoriais, especialmente em regiões amazônicas.

A ênfase na geração de renda por meio de atividades sustentáveis evidencia a necessidade de construção de alternativas econômicas compatíveis com a conservação ambiental. Estudos contemporâneos apontam que a bioeconomia e o uso sustentável dos recursos naturais constituem caminhos estratégicos para o desenvolvimento regional (Nogueira; Lima, 2023).

Outro aspecto relevante refere-se à participação social, apontada como elemento essencial para a efetividade das políticas públicas. A inclusão das comunidades locais nos processos decisórios contribui para a construção de políticas mais legítimas e adequadas às especificidades territoriais (Ferraz; Oliveira, 2021).

A necessidade de fortalecimento da cooperação transfronteiriça também emerge como um elemento central, especialmente no contexto da fronteira Amapá–Guiana Francesa. Estudos recentes destacam que a gestão de territórios fronteiriços exige mecanismos institucionais específicos capazes de promover integração entre diferentes sistemas políticos e administrativos (Pinto; Rocha, 2022).

A importância atribuída ao controle territorial e à fiscalização evidencia a relação entre governança e segurança territorial. A presença de atividades ilegais compromete tanto a conservação ambiental quanto o desenvolvimento econômico, exigindo maior atuação do Estado (Silva; Mendes, 2023).

Outro ponto relevante refere-se à ausência de planejamento integrado para a gestão dos fluxos gerados pela ponte binacional. Conforme apontam Costa e Almeida (2020), a infraestrutura só se consolida como vetor de desenvolvimento quando acompanhada de políticas públicas articuladas.

Os dados do quadro 14 evidenciam que a melhoria da qualidade de vida da população depende da construção de um modelo de gestão territorial que articule governança, desenvolvimento econômico, participação social e cooperação internacional. Essa constatação sintetiza os principais achados da pesquisa e fundamenta diretamente a proposta de modelo de gestão apresentada no capítulo seguinte.

Nesse sentido, torna-se evidente que a efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá, especialmente em contexto transfronteiriço, está diretamente condicionada à capacidade de articulação multiescalar entre atores locais, nacionais e internacionais. A ausência de mecanismos institucionais robustos que promovam essa integração compromete não apenas a gestão ambiental, mas também a consolidação de estratégias de desenvolvimento sustentável na região de fronteira.

Assim, a cooperação transfronteiriça deve ser compreendida não como um elemento complementar, mas como eixo estruturante da governança territorial, exigindo acordos bilaterais mais operacionais, sistemas compartilhados de monitoramento e a harmonização de normativas ambientais e administrativas.

Ademais, os achados indicam que a superação das fragilidades identificadas depende da construção de um modelo de gestão que ultrapasse abordagens fragmentadas e setoriais, avançando para uma perspectiva integrada e orientada por resultados. Isso implica a incorporação de instrumentos de planejamento territorial articulado, o fortalecimento da presença estatal nas áreas críticas e a ampliação da participação social como mecanismo de legitimação e eficácia das políticas públicas.

Dessa forma, a proposta a ser apresentada não apenas responde às lacunas identificadas, mas também se configura como uma estratégia inovadora de governança, capaz de alinhar conservação ambiental, segurança territorial e desenvolvimento socioeconômico em uma região marcada por sua complexidade geopolítica e ambiental.

As respostas também evidenciam a necessidade de fortalecer a dimensão transfronteiriça da governança, considerando que parte significativa das dinâmicas territoriais analisadas decorre da interação entre Oiapoque e Saint-Georges e das relações estabelecidas entre o Amapá e a Guiana Francesa.

A existência de diferentes estruturas administrativas, normativas e institucionais impõe desafios à formulação de ações conjuntas, tornando necessária a criação de mecanismos permanentes de diálogo, planejamento e cooperação. Nesse sentido, a governança transfronteiriça deve contemplar não apenas a circulação de pessoas e mercadorias, mas também questões relacionadas à conservação da biodiversidade, fiscalização, desenvolvimento econômico, infraestrutura, segurança, turismo e proteção dos recursos naturais.

A análise das percepções dos gestores públicos, no caso representados por lideranças políticas municipais, acerca das ações necessárias para que o Corredor de Biodiversidade do Amapá produza melhorias concretas na qualidade de vida da população, evidencia uma leitura estratégica do território, centrada na ampliação da presença do Estado, na promoção do desenvolvimento regional e na articulação institucional.

As respostas descritas no quadro 17 indicam que a efetividade do corredor depende diretamente da capacidade de transformar diretrizes ambientais em políticas públicas integradas, com impacto social e econômico no território.

Quadro 17 – Que ações concretas deveriam ser implementadas para que o corredor traga melhorias reais para a população local.

Pergunta: Que ações concretas deveriam ser implementadas para que o corredor traga melhorias reais para a população local?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
GI-01	"É fundamental que o corredor seja acompanhado de um compromisso mais efetivo do poder público com o desenvolvimento regional. Precisamos avançar na implementação de políticas integradas que garantam infraestrutura básica, acesso a serviços de qualidade e melhores condições de vida para a população. O município de Oiapoque, por exemplo, precisa ser priorizado com investimentos estruturantes. Também é essencial fortalecer a articulação entre os entes federativos, para que as ações deixem de ser isoladas e passem a ter impacto real na vida das pessoas."
GI-02	"O corredor precisa ser pensado como uma oportunidade de desenvolvimento para a população local. É necessário implementar políticas públicas que gerem emprego e renda, valorizando atividades sustentáveis e o potencial econômico da região. Precisamos investir na qualificação da mão de obra, apoiar os pequenos empreendedores e incentivar a economia local. Além disso, é fundamental garantir a participação das comunidades, porque são elas que vivem o território e precisam ser protagonistas nesse processo."
GI-03	"A fronteira precisa ser tratada como prioridade estratégica. A ponte trouxe uma nova realidade, mas ainda falta um planejamento conjunto entre Brasil e Guiana Francesa. É necessário construir acordos mais sólidos de cooperação, organizar os fluxos econômicos e fortalecer a presença do Estado na região. Também precisamos intensificar a fiscalização para combater atividades ilegais que prejudicam o desenvolvimento e colocam em risco o território. O corredor só vai gerar resultados concretos se houver gestão, planejamento e compromisso político com a região."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A análise das respostas evidencia que, sob a perspectiva dos gestores políticos, a efetividade do corredor está diretamente associada à ampliação da ação estatal no território. A ênfase em investimentos em infraestrutura, serviços públicos e desenvolvimento regional revela uma compreensão do corredor não apenas como instrumento ambiental, mas como política pública de ordenamento territorial com impacto social. Estudos recentes indicam que a territorialização das políticas públicas é fundamental para a redução de desigualdades regionais, especialmente em áreas periféricas (Santos; Brito, 2021).

Nesse sentido, a centralidade atribuída ao município de Oiapoque reforça a importância de considerar as especificidades locais na implementação de políticas territoriais. A priorização de investimentos estruturantes evidencia a necessidade de superar desigualdades históricas e limitações estruturais que comprometem a qualidade de vida da população.

Outro aspecto relevante refere-se à articulação entre os entes federativos, destacada pelos gestores como condição essencial para a efetividade das ações. Conforme apontam estudos contemporâneos, a cooperação intergovernamental é um elemento-chave para a implementação de políticas públicas em territórios complexos, especialmente em regiões de fronteira (Costa; Nunes, 2022).

A ênfase na geração de emprego e renda evidencia uma mudança de perspectiva em relação ao papel do corredor, que passa a ser compreendido como vetor de desenvolvimento econômico. Essa abordagem dialoga com estudos recentes que defendem a integração entre conservação ambiental e economia sustentável como estratégia para o desenvolvimento regional (Pereira; Lima, 2020).

Além disso, a valorização da participação social, ainda que apresentada em um discurso institucional, indica o reconhecimento da importância das comunidades locais na construção de políticas públicas mais eficazes. A inclusão dos atores locais contribui para a legitimidade e sustentabilidade das ações no território.

A dimensão transfronteiriça também emerge como elemento central na análise, especialmente no que se refere à necessidade de cooperação entre Brasil e Guiana Francesa. A ausência de planejamento conjunto é apontada como um entrave à efetividade do corredor, reforçando a complexidade da gestão territorial em áreas de fronteira.

Outro ponto relevante refere-se à ênfase no controle territorial e no combate a atividades ilegais, indicando que a efetividade do corredor também depende da capacidade do Estado de garantir segurança e regulação no território. Estudos recentes destacam que a presença estatal é fundamental para a consolidação de políticas ambientais e de desenvolvimento (Almeida; Souza, 2023).

A partir dessas evidências, observa-se que os gestores compreendem a efetividade do CdeB como resultado de uma atuação estatal que combine presença institucional, capacidade de planejamento e articulação entre políticas públicas. A ampliação da infraestrutura e dos serviços públicos, nesse sentido, não deve ser dissociada das condições ambientais e territoriais que caracterizam o corredor, mas integrada a estratégias de desenvolvimento compatíveis com a conservação da biodiversidade.

Por fim, os dados evidenciam que, na visão dos gestores políticos, a efetividade do Corredor de Biodiversidade está condicionada à sua transformação em uma política pública integrada, capaz de articular desenvolvimento econômico, inclusão social e conservação ambiental. Essa perspectiva reforça diretamente o caráter propositivo desta tese, ao indicar a

necessidade de construção de um modelo de gestão territorial que incorpore essas dimensões de forma articulada e estratégica.

7.1.2 Modelos e diretrizes técnico-científicas para a efetividade do CdeB em áreas de fronteira

A análise das contribuições dos pesquisadores e especialistas acerca dos modelos e diretrizes para a efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá em áreas de fronteira evidencia a necessidade de superação de abordagens fragmentadas e a adoção de um modelo de gestão territorial integrado, adaptativo e transfronteiriço.

As respostas descritas no quadro 18 convergem para a construção de um arranjo institucional capaz de articular múltiplas escalas, integrar dimensões socioambientais e incorporar mecanismos de governança compartilhada.

Quadro 18 – Modelo mais eficaz para se adotar no CdeB do Amapá e nas áreas de fronteira segundo pesquisadores e especialistas.

Pergunta: Que modelo ou diretrizes poderiam tornar o corredor mais eficaz em áreas de fronteira?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
PE-01	"Um modelo eficaz para o Corredor de Biodiversidade em áreas de fronteira deve se basear em uma abordagem de governança territorial integrada, com articulação entre diferentes escalas: local, nacional e internacional. É fundamental estabelecer mecanismos institucionais permanentes de cooperação entre Brasil e Guiana Francesa, com definição clara de competências e instrumentos de coordenação. O modelo, ao meu ver, deve incorporar sistemas de monitoramento contínuo e avaliação de políticas, garantindo adaptabilidade e efetividade das ações no território."
PE-02	"A efetividade do corredor depende da adoção de um modelo que integre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, superando a lógica setorial ainda predominante. Isso implica promover a bioeconomia, incentivar cadeias produtivas sustentáveis e valorizar os saberes locais. Também é essencial garantir a participação ativa das comunidades, especialmente povos indígenas e populações tradicionais, incorporando seus conhecimentos na gestão territorial."
PE-03	"Para áreas de fronteira, é necessário adotar um modelo de gestão transfronteiriça que considere as especificidades institucionais, jurídicas e territoriais dos países envolvidos. Isso inclui harmonização normativa, integração de políticas públicas e criação de espaços de governança compartilhada. O modelo deve contemplar estratégias de controle territorial e fiscalização integrada, visando reduzir atividades ilegais e garantir a sustentabilidade ambiental e econômica do corredor."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A centralidade da governança territorial integrada, destacada pelos especialistas, evidencia a necessidade de articulação entre diferentes níveis de decisão — local, regional, nacional e internacional. Essa abordagem reflete uma mudança paradigmática na gestão territorial, que deixa de ser setorial e passa a ser sistêmica, incorporando múltiplos atores e dimensões no processo decisório. Conforme apontam estudos recentes, a governança multinível constitui um dos principais elementos para a efetividade de políticas em territórios complexos (Gonçalves; Martins, 2021).

Nesse sentido, a ênfase na cooperação transfronteiriça reforça a especificidade do contexto analisado, no qual a efetividade do corredor depende da capacidade de articulação entre diferentes sistemas institucionais. A ausência de mecanismos permanentes de cooperação, evidenciada ao longo da pesquisa, confirma a necessidade de construção de arranjos institucionais mais robustos e contínuos.

A integração entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico emerge como outro eixo estruturante do modelo proposto. Essa diretriz responde diretamente às fragilidades identificadas na análise empírica, especialmente no que se refere à dissociação entre políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento. Estudos recentes destacam que a sustentabilidade territorial depende da construção de modelos que articulem essas dimensões de forma integrada (Alves; Costa, 2020).

A valorização da bioeconomia e das cadeias produtivas sustentáveis indica um caminho estratégico para a geração de renda e inclusão social no território. Essa abordagem permite conciliar conservação ambiental e desenvolvimento econômico, contribuindo para a redução de pressões sobre os recursos naturais.

A participação social, especialmente de povos indígenas e comunidades tradicionais, também se apresenta como elemento central para a efetividade do modelo. A incorporação dos saberes locais contribui para a construção de políticas mais adequadas às especificidades territoriais, além de fortalecer a legitimidade das ações implementadas.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de harmonização normativa e integração de políticas públicas entre Brasil e Guiana Francesa. Essa diretriz evidencia a complexidade da gestão em áreas de fronteira, onde diferentes marcos legais coexistem, exigindo esforços de convergência institucional.

A inclusão de mecanismos de monitoramento e avaliação contínua das políticas públicas também se destaca como elemento essencial para a adaptabilidade do modelo. A capacidade de ajuste das ações ao longo do tempo permite maior efetividade e sustentabilidade das políticas implementadas. A ênfase no controle territorial e na fiscalização integrada revela a importância

da presença do Estado na regulação das dinâmicas territoriais, especialmente no combate a atividades ilegais.

Os dados evidenciam que a efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá depende da adoção de um modelo de gestão territorial que seja simultaneamente integrado, participativo e transfronteiriço. Essa síntese não apenas responde ao problema de pesquisa, mas também fundamenta a proposição de um modelo inovador, capaz de articular governança, desenvolvimento e conservação no contexto amazônico.

A análise das diretrizes técnico-científicas apresentadas pelos pesquisadores evidencia que a efetividade do CdeB do Amapá, especialmente em áreas de fronteira, depende da consolidação de um modelo de gestão territorial fundamentado na integração entre conhecimento científico, governança institucional e especificidades territoriais. As respostas do quadro 19 convergem para a necessidade de superação de abordagens fragmentadas, apontando para a construção de um sistema integrado, capaz de articular múltiplas escalas e dimensões da gestão.

Quadro 19 – Diretrizes técnico-científicas essenciais para tornar o CdeB do Amapá efetivo em áreas de fronteira segundo os pesquisadores.

Pergunta: Quais diretrizes técnico-científicas são essenciais para tornar o corredor efetivo em áreas de fronteira?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
PE-01	"Uma diretriz fundamental é a consolidação de um sistema de governança territorial baseado em integração multinível, com articulação entre instituições locais, nacionais e internacionais. É necessário estabelecer instrumentos técnico-institucionais que garantam coordenação contínua entre os países envolvidos, além de sistemas de monitoramento ambiental e territorial baseados em indicadores claros e atualizados, permitindo avaliação permanente das políticas implementadas."
PE-02	"É essencial adotar diretrizes que integrem conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, com base em abordagens científicas voltadas para a sustentabilidade. Isso inclui o fortalecimento da bioeconomia, o incentivo a cadeias produtivas sustentáveis e a incorporação de conhecimentos tradicionais na gestão do território. A produção de dados científicos sobre o uso do solo e os impactos ambientais também é indispensável para subsidiar a tomada de decisão."
PE-03	"No contexto de fronteira, é indispensável a harmonização de normas e a integração de políticas públicas entre os países, com base em evidências científicas. E devem ser implementados sistemas de fiscalização integrada e controle territorial, apoiados por tecnologias de monitoramento. A criação de espaços institucionais de governança compartilhada e a formação técnica dos agentes envolvidos também são diretrizes essenciais para garantir a efetividade do corredor."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A análise das diretrizes apresentadas evidencia a necessidade de consolidação de um modelo técnico-científico baseado na integração entre governança, conhecimento e território. As contribuições reforçam que a efetividade do CdeB do Amapá depende da articulação entre produção científica, capacidade institucional e adaptação às dinâmicas territoriais da região de fronteira.

Destaca-se a centralidade dos sistemas de monitoramento e avaliação, que permitem não apenas o acompanhamento das políticas públicas, mas também a construção de estratégias adaptativas. A produção e utilização de dados científicos são fundamentais para orientar decisões e reduzir incertezas no processo de gestão territorial.

A integração entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico, fundamentada em bases científicas, evidencia a necessidade de superação de abordagens fragmentadas. A valorização da bioeconomia e dos saberes locais configura-se como elemento estratégico para a sustentabilidade do território.

A dimensão transfronteiriça reforça a complexidade do modelo, exigindo harmonização normativa, cooperação institucional e uso de tecnologias para monitoramento e controle. A adoção dessas diretrizes contribui para a construção de um modelo de gestão mais eficiente e adaptado às especificidades da região.

A centralidade da governança multinível, destacada pelos especialistas, indica que a efetividade do corredor está condicionada à articulação entre diferentes níveis institucionais e territoriais. Conforme apontam Souza e Oliveira (2021), a governança em contextos complexos exige coordenação contínua entre atores diversos, com definição clara de responsabilidades e mecanismos institucionais estáveis.

Nesse sentido, a implementação de sistemas de monitoramento ambiental e territorial baseados em indicadores técnicos representa um avanço fundamental para a gestão adaptativa. A utilização de dados científicos permite não apenas o acompanhamento das políticas públicas, mas também a reorientação estratégica das ações, conforme as dinâmicas territoriais. Estudos recentes destacam que a gestão baseada em evidências constitui um dos principais pilares da eficácia das políticas ambientais (Carvalho e Mendes, 2022).

A integração entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, enfatizada nas respostas, reforça a necessidade de construção de modelos territoriais sustentáveis. A promoção da bioeconomia e o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis configuram-se como estratégias fundamentais para conciliar proteção ambiental e geração de renda, especialmente em regiões amazônicas (Ferreira e Lima, 2023).

A incorporação dos conhecimentos tradicionais na gestão do território evidencia a importância de abordagens mais inclusivas e contextualizadas. A valorização dos saberes locais contribui para a construção de políticas mais eficazes e adaptadas às realidades socioculturais da região, conforme destacam Santos e Rocha (2020).

A dimensão transfronteiriça, por sua vez, impõe desafios adicionais à gestão do corredor, especialmente no que se refere à harmonização normativa e à integração de políticas públicas entre Brasil e Guiana Francesa. A coexistência de diferentes sistemas jurídicos e institucionais exige a construção de mecanismos específicos de cooperação, capazes de promover convergência e coordenação entre os países envolvidos.

A utilização de tecnologias de monitoramento e fiscalização integrada também se apresenta como elemento essencial para o controle territorial, especialmente no enfrentamento de atividades ilegais. Conforme apontam Almeida e Costa (2022), a incorporação de tecnologias na gestão ambiental contribui para ampliar a capacidade de atuação do Estado e melhorar a eficiência das políticas públicas.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de formação técnica dos agentes envolvidos na gestão do corredor. A qualificação profissional constitui um elemento estratégico para a implementação eficaz das diretrizes propostas, garantindo maior capacidade institucional e operacional no território.

Por fim, a análise evidencia que as diretrizes técnico-científicas apresentadas consolidam os fundamentos para a construção de um modelo de gestão territorial integrado, baseado na articulação entre ciência, governança e desenvolvimento sustentável. Essa síntese reforça o caráter propositivo da tese, ao indicar caminhos concretos para a efetividade do CdeB do Amapá no contexto de fronteira.

7.1.3 Perspectivas do setor econômico sobre a gestão do CdeB em contextos transfronteiriços

A análise evidencia que os principais entraves ao desenvolvimento econômico local estão relacionados à baixa diversificação produtiva, à informalidade, às limitações logísticas e às assimetrias estruturais entre Oiapoque e a Guiana Francesa. A dependência do setor público e a fragilidade institucional limitam a capacidade de transformação econômica da região.

Observa-se que a integração transfronteiriça ocorre de forma desordenada, sem coordenação institucional e sem aproveitamento pleno de seu potencial econômico. Essa condição reforça a necessidade de políticas públicas específicas para territórios de fronteira.

Por outro lado, o CdeB é reconhecido como instrumento estratégico para reestruturação econômica, especialmente ao promover bioeconomia, turismo de fronteira, valorização de produtos regionais e fortalecimento das cadeias produtivas locais (Quadro 20).

Quadro 20 – Percepção do setor econômico sobre como o CdeB contribui para o desenvolvimento sustentável local.

Pergunta: Como o corredor pode contribuir para o desenvolvimento sustentável local?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
SE-01 (representante bancário – Oiapoque)	"A região apresenta forte dependência da folha de pagamento pública, baixa diversificação econômica e restrições no acesso ao crédito. A informalidade limita a expansão de negócios e reduz a capacidade de investimento. A logística é precária, encarecendo operações e dificultando competitividade. A integração com a Guiana Francesa ocorre de forma desestruturada e pouco institucionalizada. O corredor pode contribuir estruturando políticas de crédito orientadas à bioeconomia, promovendo formalização econômica e fortalecendo cadeias produtivas locais. Pode ainda ampliar a integração financeira e produtiva com Saint-Georges, estimulando investimentos sustentáveis."
SE-02 (comerciante – Oiapoque)	"O comércio local enfrenta concorrência desigual com a Guiana Francesa, devido à diferença cambial e ao maior poder de compra. Há deficiência de infraestrutura urbana e ausência de planejamento econômico. O aumento da circulação após a ponte ocorreu sem organização. A economia depende do setor público e a informalidade é elevada. O corredor pode contribuir organizando o fluxo comercial, fortalecendo o comércio local e incentivando políticas de integração econômica com Saint-Georges. Pode também impulsionar o turismo e a formalização das atividades comerciais."
SE-03 (comerciante – Oiapoque)	"A economia local apresenta baixo investimento, dificuldades logísticas e elevado custo de mercadorias. Muitos consumidores realizam compras na Guiana, enfraquecendo o comércio local. Há escassez de incentivos para pequenos empreendedores. A economia é instável e pouco diversificada. O corredor pode contribuir por meio do incentivo à produção local, fortalecimento de cadeias curtas de abastecimento e valorização de produtos regionais. Pode ainda estimular o turismo de fronteira e reorganizar o mercado local."
SE-04 (comerciante – Saint-Georges, Guiana Francesa)	"Existe intensa relação econômica com Oiapoque, porém sem coordenação institucional. As diferenças legais, tributárias e monetárias dificultam a integração. Parte significativa das atividades ocorre de forma informal. Não há planejamento conjunto entre os países. A circulação aumentou, mas sem regulação adequada. O corredor pode contribuir promovendo acordos bilaterais, facilitando o comércio formal e estabelecendo regras comuns para circulação de mercadorias. Pode ainda fortalecer a cooperação econômica entre Saint-Georges e Oiapoque."
SE-05	"A região enfrenta elevados custos logísticos, limitações de transporte e baixa escala de mercado. A insegurança jurídica e a presença de atividades ilegais desestimulam investimentos. Há carência de

(empresário – setor varejista e atacadista)	infraestrutura para armazenamento e distribuição. O mercado é instável e pouco estruturado. A integração econômica ainda é subaproveitada. O corredor pode contribuir com melhorias logísticas, incentivo a investimentos e fortalecimento da segurança institucional. Pode também integrar cadeias regionais de abastecimento entre Brasil e Guiana Francesa.”
SE-06 (feirante indígena)	“Há dificuldade de comercialização dos produtos, falta de apoio e ausência de estrutura adequada nas feiras. Os produtos locais são pouco valorizados. O aumento da circulação não trouxe benefícios proporcionais para a comunidade. Existe pressão sobre o território e os recursos naturais. Falta organização dos espaços de venda. O corredor pode contribuir com a criação de feiras estruturadas, valorização do artesanato e apoio à produção indígena. Pode também ampliar a comercialização para visitantes da região de fronteira.”
SE-07 (feirante indígena)	“A comunidade enfrenta dificuldades de transporte, baixa renda e falta de apoio à produção. Atividades ilegais impactam o território. A cultura local não é valorizada economicamente. Os jovens possuem poucas oportunidades. A relação com a Guiana é desorganizada. O corredor pode contribuir incentivando a economia indígena, valorizando produtos tradicionais e fortalecendo políticas de proteção territorial. Pode também promover geração de renda com respeito à cultura e ao meio ambiente.”

Fonte: Dados do questionário (2025).

A análise das percepções do setor econômico acerca da contribuição do Corredor de Biodiversidade do Amapá para o desenvolvimento sustentável local evidencia um conjunto de limitações estruturais que condicionam a dinâmica econômica da região transfronteiriça. Os dados indicam que o município de Oiapoque apresenta forte dependência do setor público, baixa diversificação produtiva e elevada informalidade, fatores que restringem a capacidade de expansão econômica e dificultam a consolidação de atividades produtivas sustentáveis.

Observa-se que as limitações logísticas e a precariedade da infraestrutura constituem entraves significativos para o desenvolvimento regional, elevando custos operacionais e reduzindo a competitividade do comércio local. Esse cenário é agravado pela ausência de planejamento econômico estruturado, o que impede o aproveitamento pleno das oportunidades geradas pela condição de fronteira.

A análise também evidencia que a integração com a Guiana Francesa ocorre de forma desarticulada, marcada por assimetrias econômicas e ausência de coordenação institucional. A diferença cambial entre o real e o euro favorece o deslocamento do consumo para o lado francês, impactando negativamente o comércio local de Oiapoque. A inexistência de mecanismos formais de regulação e cooperação reforça a predominância de práticas informais e limita os benefícios da integração.

Nesse contexto, o CdeB é reconhecido pelos atores econômicos como um instrumento com potencial para reorganizar a dinâmica econômica regional, desde que associado a políticas públicas integradas. A formalização das atividades econômicas, o fortalecimento das cadeias produtivas locais e a ampliação do acesso ao crédito são apontados como elementos centrais para o desenvolvimento sustentável.

Destaca-se ainda o potencial do corredor para impulsionar a bioeconomia, o turismo de fronteira e a valorização de produtos regionais, especialmente aqueles vinculados às comunidades tradicionais. A inclusão das populações indígenas no processo produtivo, com respeito às suas especificidades culturais, emerge como dimensão fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

A leitura crítica das respostas evidencia, em primeiro lugar, uma tensão estrutural entre o discurso da sustentabilidade e as condições materiais concretas do território. Embora os atores econômicos reconheçam o CdeB como instrumento estratégico, suas falas revelam que, na prática, o território permanece submetido a uma lógica de dependência, baixa diversificação produtiva e fragilidade institucional.

Essa contradição dialoga diretamente com a crítica de Leff (2001; 2006), ao apontar que a racionalidade ambiental não se consolida enquanto persistirem estruturas econômicas subordinadas ao modelo tradicional de crescimento, o que, no caso do Oiapoque, se manifesta na centralidade do setor público e na incapacidade de estruturar uma economia territorial autônoma.

As respostas evidenciam que a integração transfronteiriça, embora intensificada pela infraestrutura (ponte binacional), não foi acompanhada por uma governança efetiva. Esse dado empírico reforça a perspectiva de Raffestin (1993) e Haesbaert (2004), segundo a qual o território não é apenas um espaço físico, mas um campo de poder e de relações. A fronteira Amapá–Guiana Francesa, nesse sentido, configura-se como um espaço de multiterritorialidade desordenada, onde fluxos econômicos ocorrem sem regulação, resultando em assimetrias que favorecem o lado francês e fragilizam o comércio local brasileiro .

Outro elemento crítico diz respeito à naturalização da informalidade nas falas dos respondentes. A informalidade aparece não apenas como consequência, mas como prática estruturante da economia local, o que revela uma ausência histórica do Estado enquanto indutor de desenvolvimento. Essa constatação dialoga com Tainter (2000), ao sugerir que sistemas complexos tendem ao colapso quando suas estruturas institucionais não conseguem responder às demandas do território. No caso analisado, a ausência de regulação, fiscalização e políticas

integradas não apenas limita o desenvolvimento, mas reforça dinâmicas de vulnerabilidade socioeconômica.

As respostas também revelam uma visão instrumental do CdeB, frequentemente associado a soluções econômicas (crédito, logística, turismo), mas ainda pouco compreendido em sua dimensão sistêmica. Isso indica uma lacuna na internalização do conceito ampliado de corredores de biodiversidade, conforme proposto por Bennett (2003) e pelo MMA (2006), que os concebem como instrumentos de governança integrada. Tal limitação evidencia um descompasso entre o avanço teórico apresentado na tese e a apropriação prática pelos atores locais, o que reforça a necessidade de processos formativos e institucionais mais robustos.

No que se refere às populações indígenas, as falas trazem à tona uma crítica ainda mais profunda: a inclusão dessas comunidades permanece periférica e condicionada à lógica de mercado. Embora haja reconhecimento da necessidade de valorização cultural e produtiva, observa-se que essa inclusão ainda não se traduz em protagonismo territorial. Esse aspecto dialoga diretamente com Santos (2007) e Escobar (2011), ao evidenciar a persistência de um "pensamento abissal", no qual saberes tradicionais são incorporados de forma subordinada, e não como base estruturante de modelos alternativos de desenvolvimento.

Outro ponto crítico refere-se à leitura otimista do potencial do corredor frente a um contexto marcado por insegurança jurídica e presença de atividades ilegais. As respostas sugerem que o CdeB poderia, por si só, reorganizar o território, o que revela uma expectativa excessiva sobre um instrumento que, isoladamente, não possui capacidade de transformação estrutural. Essa percepção reforça a crítica de Morin (2005) sobre a necessidade de pensamento complexo, indicando que soluções simplificadas são insuficientes para enfrentar problemas sistêmicos como os observados na fronteira amazônica.

A análise crítica das respostas permite afirmar que os discursos dos atores econômicos, embora ricos em diagnósticos, ainda operam em um nível descritivo e fragmentado, carecendo de uma visão estratégica integrada. Essa constatação é fundamental para a propositura da tese, pois evidencia que o modelo de gestão a ser apresentado deve não apenas responder às fragilidades identificadas, mas também reconfigurar a forma como o território é pensado e governado.

Assim, as respostas não são apenas evidências empíricas, mas elementos estruturantes que justificam a necessidade de um modelo inovador de governança territorial, capaz de articular complexidade, integração e transformação socioambiental no contexto transfronteiriço. A superação das fragilidades identificadas requer a construção de um modelo

de gestão territorial integrado, capaz de transformar o potencial estratégico da região em resultados concretos para a população local, em consonância com os objetivos desta pesquisa.

A análise das percepções do setor econômico acerca das políticas e incentivos necessários para integrar desenvolvimento econômico e conservação ambiental no Corredor de Biodiversidade do Amapá evidencia a centralidade de instrumentos econômicos, institucionais e territoriais na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável na região de fronteira.

As respostas do quadro 21 indicam que a efetividade dessa integração depende da implementação de políticas públicas capazes de articular crédito, infraestrutura, formalização econômica, valorização das cadeias produtivas locais e cooperação transfronteiriça, evidenciando a necessidade de um arranjo institucional mais estruturado e adaptado às especificidades do território.

Quadro 21 – Avaliação do setor econômico sobre políticas ou incentivos poderiam integrar desenvolvimento econômico e conservação ambiental no corredor.

Pergunta: Que políticas ou incentivos poderiam integrar desenvolvimento econômico e conservação ambiental no corredor?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
SE-01 (representante bancário – Oiapoque)	"É fundamental criar linhas de crédito específicas voltadas para atividades sustentáveis, com juros reduzidos e facilitação de acesso para pequenos empreendedores. Também é importante incentivar negócios ligados à bioeconomia, como manejo florestal e produção sustentável. A formalização dessas atividades pode ampliar a arrecadação e garantir maior segurança econômica. Políticas de incentivo fiscal podem estimular investimentos na região. A integração financeira com a Guiana Francesa também deve ser considerada."
SE-02 (comerciante – Oiapoque)	"O governo precisa apoiar mais quem trabalha de forma legal, com incentivos para o comércio local e redução de burocracia. Políticas que incentivem o turismo sustentável podem ajudar muito, trazendo movimento para o comércio. Também seria importante criar feiras organizadas e espaços adequados para venda de produtos locais. A conservação ambiental pode andar junto com o desenvolvimento se houver planejamento. Hoje falta incentivo para quem quer trabalhar corretamente."
SE-03 (comerciante – Oiapoque)	"Seria importante ter políticas que incentivem a produção local, principalmente de alimentos e produtos regionais. Também precisa melhorar a infraestrutura e facilitar o transporte. Incentivos fiscais podem ajudar os pequenos negócios a crescer. A conservação pode ser integrada com atividades econômicas, como turismo e produção sustentável. O problema é que hoje não existe apoio suficiente para isso acontecer."

SE-04 (comerciante – Saint-Georges, Guiana Francesa)	"É necessário criar políticas conjuntas entre Brasil e Guiana Francesa, com incentivos para o comércio formal e integração econômica. A harmonização de regras pode facilitar a circulação de produtos e reduzir a informalidade. Também é importante incentivar atividades sustentáveis que beneficiem os dois lados da fronteira. A cooperação institucional é essencial para garantir equilíbrio entre economia e conservação. Sem isso, cada lado continua atuando de forma isolada."
SE-05 (empresário – setor varejista e atacadista)	"Políticas de incentivo à logística e à infraestrutura são fundamentais para atrair investimentos. Também é necessário garantir segurança jurídica e estabilidade para quem quer investir. Incentivos fiscais para atividades sustentáveis podem estimular novos negócios. A integração entre desenvolvimento e conservação depende de planejamento estratégico. O setor privado precisa de condições para investir com segurança e responsabilidade ambiental."
SE-06 (feirante indígena)	"Para nós, é importante ter apoio para vender nossos produtos de forma justa. Precisa de incentivo para o artesanato e alimentos tradicionais. Também é importante proteger a natureza, porque é dela que vem nossa produção. Políticas que valorizem a cultura indígena ajudam no desenvolvimento. A gente precisa de espaço e apoio para trabalhar sem prejudicar o território."
SE-07 (feirante indígena)	"O desenvolvimento precisa respeitar a natureza e a cultura. É importante ter incentivo para produção indígena e proteção do território. Também precisa de apoio para transporte e venda dos produtos. A participação da comunidade nas decisões é fundamental. Políticas públicas devem garantir renda sem destruir o meio ambiente."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A análise evidencia que o setor econômico reconhece a necessidade de políticas públicas que articulem incentivos econômicos e conservação ambiental, destacando a importância do crédito, da infraestrutura e da formalização das atividades produtivas. Observa-se que a bioeconomia, o turismo sustentável e o fortalecimento das cadeias produtivas locais emergem como estratégias centrais para o desenvolvimento regional.

A dimensão transfronteiriça reforça a necessidade de cooperação institucional entre Brasil e Guiana Francesa, especialmente por meio da harmonização de normas e da criação de incentivos conjuntos. A ausência dessas políticas limita a integração econômica e favorece a informalidade.

Destaca-se também a importância da inclusão das comunidades indígenas, evidenciando que o desenvolvimento sustentável deve considerar aspectos culturais, sociais e ambientais de forma integrada. A valorização dos produtos tradicionais e o apoio à produção local constituem elementos essenciais para a geração de renda e a conservação do território.

A análise das respostas evidencia que o acesso ao crédito e aos incentivos financeiros constitui um dos principais elementos para viabilizar a integração entre desenvolvimento

econômico e conservação ambiental. A criação de linhas de financiamento voltadas para atividades sustentáveis, como a bioeconomia, é apontada como estratégia fundamental para promover a formalização e o fortalecimento das cadeias produtivas locais. Conforme destacam Silva e Ramos (2021), instrumentos financeiros direcionados à sustentabilidade são essenciais para impulsionar economias regionais em contextos de baixa diversificação produtiva.

Nesse sentido, a formalização das atividades econômicas emerge como um fator central para a organização do território e ampliação da capacidade produtiva. A elevada informalidade, evidenciada nas falas dos respondentes, limita o acesso a políticas públicas e reduz a eficiência econômica. Estudos recentes indicam que a formalização contribui para a estabilidade econômica e para a ampliação da base produtiva local (Oliveira e Castro, 2022).

A infraestrutura e a logística também são destacadas como elementos estruturantes para o desenvolvimento sustentável. A precariedade das condições de transporte e armazenamento compromete a competitividade econômica e dificulta a integração regional. Conforme apontam Ferreira e Souza (2023), investimentos em infraestrutura são fundamentais para reduzir desigualdades territoriais e promover o desenvolvimento em regiões periféricas.

A bioeconomia aparece como uma das principais estratégias para integrar conservação ambiental e desenvolvimento econômico. A valorização de produtos regionais, do manejo sustentável e das atividades tradicionais representa uma alternativa viável para a geração de renda com base na sustentabilidade. Segundo Almeida e Pires (2020), a bioeconomia constitui um dos pilares do desenvolvimento sustentável na Amazônia, ao conciliar uso econômico e conservação dos recursos naturais.

A dimensão transfronteiriça reforça a necessidade de cooperação institucional entre Brasil e Guiana Francesa. A harmonização de normas e a criação de políticas conjuntas são apontadas como fundamentais para reduzir a informalidade e fortalecer a integração econômica. Estudos recentes indicam que a cooperação internacional é essencial para a gestão eficaz de territórios de fronteira (Costa e Lima, 2022).

Outro aspecto relevante refere-se ao papel do setor privado na promoção do desenvolvimento sustentável. A criação de condições favoráveis ao investimento, incluindo segurança jurídica e incentivos fiscais, é apontada como necessária para atrair capital e ampliar a capacidade produtiva da região. Conforme destacam Nunes e Barbosa (2021), o desenvolvimento regional depende da articulação entre Estado e setor privado.

A inclusão das comunidades indígenas e a valorização de seus saberes e práticas produtivas também se destacam como elementos fundamentais. A promoção de políticas específicas para essas populações contribui para a construção de um modelo de

desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Estudos contemporâneos ressaltam a importância da participação de comunidades tradicionais na gestão territorial (Santos e Pereira, 2023).

A participação social emerge como elemento transversal para a efetividade das políticas públicas. A inclusão dos diferentes atores no processo decisório contribui para a construção de estratégias mais adequadas às realidades locais. Conforme apontam Teixeira e Almeida (2020), a governança participativa é fundamental para a sustentabilidade das políticas territoriais.

A inclusão dos habitantes locais e dos povos indígenas constitui dimensão fundamental para a construção de uma estratégia de desenvolvimento econômico territorialmente sustentável. Os habitantes de Oiapoque devem ser reconhecidos como sujeitos diretamente envolvidos nas dinâmicas econômicas, sociais e ambientais do território, considerando seus conhecimentos, experiências, necessidades e formas de utilização dos recursos locais.

Da mesma forma, os povos indígenas devem ocupar posição efetiva nos processos de planejamento e tomada de decisão relacionados ao CdeB, tendo em vista que seus territórios, conhecimentos tradicionais e práticas de manejo possuem relação direta com a conservação da biodiversidade. A valorização dos produtos, saberes, práticas produtivas e manifestações culturais locais pode contribuir para a geração de renda, o fortalecimento das economias comunitárias e a conservação ambiental, desde que sejam respeitados os direitos territoriais, a autonomia e as formas próprias de organização e decisão dessas populações.

Por fim, os dados evidenciam que a integração entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental no Corredor de Biodiversidade do Amapá depende da construção de um modelo de gestão territorial integrado, capaz de articular políticas públicas, incentivos econômicos, cooperação internacional e participação social.

7.1.4 Territorialidade, Qualidade de Vida e Gestão do CdeB: Contribuições das Lideranças Comunitárias

A análise das percepções das lideranças locais acerca das melhorias necessárias para que o Corredor de Biodiversidade do Amapá contribua efetivamente para a qualidade de vida da população evidencia a centralidade da presença do Estado, da integração de políticas públicas e do reconhecimento das especificidades territoriais e socioculturais da região.

As respostas do quadro 22 demonstram que, embora o corredor seja reconhecido como uma iniciativa relevante, sua efetividade está condicionada à capacidade de promover impactos

concretos no cotidiano das comunidades, especialmente em áreas de fronteira marcadas por vulnerabilidades estruturais.

Quadro 22 – Avaliação das lideranças locais sobre melhorias necessárias para que o corredor contribua de fato para a qualidade de vida da população.

Pergunta: O que precisa melhorar para que o corredor contribua de fato para a qualidade de vida da população?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
LC-01	"Pra melhorar de verdade, precisa chegar mais ação aqui na comunidade, não só projeto no papel. Falta investimento em saúde, educação e infraestrutura básica, porque a realidade ainda é muito difícil. O corredor precisa trazer benefício direto pra população, com geração de renda e apoio pra quem mora aqui. Também precisa mais presença do governo, acompanhando de perto o que acontece na região."
LC-02	"A gente precisa de mais organização e planejamento, porque hoje as coisas acontecem sem integração. O corredor pode ajudar, mas precisa ter política pública de verdade, com apoio ao comércio local e criação de oportunidades. Também é importante melhorar a segurança e os serviços públicos, porque com o aumento da circulação isso ficou mais visível. Sem isso, a qualidade de vida não melhora."
LC-03 (liderança indígena)	"Para nossa comunidade, é importante que o corredor respeite nosso território e nosso modo de viver. Precisa melhorar o diálogo com os povos indígenas e garantir nossa participação nas decisões. Também precisamos de apoio para produção, saúde e educação dentro da aldeia. O corredor só vai ajudar se proteger a floresta e fortalecer nossa forma de viver, não se trouxer problema para o território."
LC-04 (liderança indígena)	"O que precisa melhorar é o respeito com a comunidade indígena e mais presença do Estado. Tem muita pressão sobre nosso território, e isso preocupa. O corredor pode ajudar se tiver fiscalização e proteção da natureza. Também precisa criar oportunidade para os jovens, com renda e valorização da cultura. Sem isso, não melhora a qualidade de vida da nossa comunidade."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A análise das respostas evidencia que a ausência de investimentos em infraestrutura básica constitui um dos principais entraves à melhoria da qualidade de vida na região. A precariedade dos serviços de saúde, educação e saneamento compromete as condições de vida da população e limita os impactos das políticas territoriais. Conforme destacam Lima e Andrade (2021), a efetividade de políticas ambientais em regiões periféricas depende diretamente da articulação com políticas sociais e de infraestrutura.

A análise das respostas permite avançar para uma interpretação mais crítica ao evidenciar que a precariedade da infraestrutura não constitui apenas uma limitação operacional, mas revela uma lógica histórica de marginalização territorial. A ausência de serviços básicos,

como saúde, educação e saneamento, indica que o território do Oiapoque permanece inserido em uma dinâmica de "periferização estrutural", na qual políticas públicas chegam de forma tardia, fragmentada ou insuficiente. Esse cenário reforça o argumento de que políticas ambientais, quando dissociadas de investimentos sociais, tendem a produzir resultados limitados ou até contraditórios, uma vez que não enfrentam as condições estruturais que sustentam a vulnerabilidade socioambiental.

Nesse contexto, a recorrente demanda por maior presença do Estado não deve ser interpretada apenas como uma reivindicação administrativa, mas como um indicativo de déficit de territorialização das políticas públicas. As falas revelam que o Estado, embora formalmente presente, atua de maneira descontínua e pouco efetiva, o que contribui para a consolidação de um "vazio institucional relativo". Tal condição favorece a expansão de práticas informais e ilegais, corroborando a literatura que aponta as regiões de fronteira como espaços de governança fragilizada e elevada complexidade geopolítica.

A fragmentação das políticas públicas, amplamente mencionada pelos respondentes, evidencia um dos principais entraves à efetividade da gestão territorial: a ausência de uma abordagem sistêmica. A atuação setorializada (em que meio ambiente, economia, infraestrutura e políticas sociais operam de forma desconectada) compromete a capacidade do território de gerar sinergias positivas. Essa constatação dialoga diretamente com a perspectiva do pensamento complexo, ao indicar que problemas multidimensionais, como os observados no CdeB, não podem ser enfrentados por meio de respostas isoladas, sob pena de reproduzir ineficiências estruturais já consolidadas.

No campo econômico, as respostas revelam um paradoxo significativo: ao mesmo tempo em que se reconhece o potencial do território, evidencia-se a ausência de condições concretas para sua ativação. A falta de alternativas econômicas sustentáveis não apenas limita a geração de renda, mas também reforça ciclos de dependência e desigualdade. Nesse sentido, a defesa da bioeconomia, do turismo e da valorização de cadeias produtivas locais aparece como um caminho promissor, mas ainda carece de institucionalidade, financiamento e planejamento estratégico para se consolidar como vetor real de transformação.

A análise das falas das lideranças indígenas aprofunda essa crítica ao revelar que a dimensão sociocultural, embora reconhecida no discurso, ainda ocupa uma posição secundária na prática das políticas públicas. A ausência de participação efetiva nos processos decisórios demonstra que a inclusão desses povos ainda ocorre de forma limitada, muitas vezes simbólica. Esse cenário reforça a necessidade de superar modelos de gestão que tratam os territórios

tradicionais apenas como espaços de conservação, sem reconhecer plenamente sua centralidade como territórios de vida, produção e conhecimento.

A participação social, por sua vez, emerge como um elemento-chave, mas sua fragilidade evidencia limites na construção de uma governança verdadeiramente democrática. A ausência de mecanismos estruturados de escuta e deliberação compromete a legitimidade das políticas e reduz sua capacidade de adaptação às realidades locais. Mais do que incluir a sociedade, torna-se necessário reorganizar os processos decisórios, incorporando efetivamente os diferentes atores como coprodutores das políticas territoriais.

Outro aspecto crítico refere-se à centralidade da questão territorial e da segurança, especialmente diante da presença de atividades ilegais. As falas demonstram que a conservação ambiental, nesse contexto, não pode ser dissociada do controle territorial e da proteção das comunidades. A fragilidade da fiscalização e da presença institucional reforça a vulnerabilidade dos territórios, indicando que a governança ambiental, para ser efetiva, precisa incorporar dimensões de segurança, soberania e justiça territorial.

Por fim, a questão da juventude revela uma dimensão estratégica frequentemente negligenciada: a sustentabilidade territorial no longo prazo. A ausência de oportunidades para os jovens não apenas amplia a vulnerabilidade social, mas compromete a continuidade dos modos de vida e das práticas culturais locais. Esse elemento evidencia que a gestão do corredor não pode se limitar ao presente, devendo incorporar uma perspectiva intergeracional que articule educação, trabalho e identidade territorial.

Diante desse conjunto de evidências, torna-se possível afirmar que as respostas analisadas não apenas diagnosticam problemas, mas expõem a necessidade de uma ruptura paradigmática na forma de pensar e implementar políticas públicas na região. A contribuição dessas falas para a propositura da tese reside justamente em evidenciar que a efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá depende da construção de um modelo de governança territorial integrado, multiescalar e participativo, capaz de articular infraestrutura, desenvolvimento econômico, inclusão sociocultural e proteção territorial. Mais do que um instrumento ambiental, o CdeB precisa ser reconfigurado como um dispositivo estratégico de reorganização do território, orientado pela complexidade e pelas especificidades da fronteira amazônica.

A demanda por maior presença do Estado no território também se destaca como elemento central nas falas das lideranças. A percepção de distanciamento institucional reforça a necessidade de políticas públicas mais territorializadas e contínuas. Estudos recentes indicam

que a ausência do Estado em regiões de fronteira contribui para a ampliação de vulnerabilidades sociais e econômicas (Souza e Ribeiro, 2022).

A falta de planejamento e integração entre as políticas públicas emerge como outro fator limitante. As lideranças apontam que as ações ocorrem de forma isolada, sem coordenação efetiva entre os diferentes setores. Conforme apontam Martins e Carvalho (2020), a fragmentação das políticas públicas compromete a eficiência da gestão territorial e reduz seus impactos no desenvolvimento local.

A geração de renda e a criação de oportunidades econômicas também são destacadas como condições essenciais para a melhoria da qualidade de vida. A ausência de alternativas econômicas sustentáveis contribui para a manutenção das desigualdades regionais. Nesse sentido, estudos contemporâneos indicam que o desenvolvimento territorial deve estar associado à inclusão produtiva e à valorização das economias locais (Ferreira e Nunes, 2023).

As falas das lideranças indígenas evidenciam a importância do reconhecimento das especificidades culturais e territoriais na implementação do corredor. A necessidade de respeito aos modos de vida tradicionais e de participação nos processos decisórios reforça a centralidade da dimensão sociocultural na gestão territorial. Conforme destacam Almeida e Santos (2021), a inclusão de povos indígenas é fundamental para a sustentabilidade de políticas ambientais na Amazônia.

A participação social emerge como elemento fundamental para a construção de políticas públicas mais eficazes e legítimas. A ausência de diálogo com as comunidades limita a adequação das ações às realidades locais e compromete sua efetividade. Estudos recentes apontam que a governança participativa é essencial para o sucesso de políticas territoriais (Oliveira e Costa, 2022).

A preocupação com a proteção territorial e o controle de atividades ilegais também se destaca nas respostas, especialmente entre as lideranças indígenas. A pressão sobre os recursos naturais e os territórios tradicionais evidencia a necessidade de fortalecimento da fiscalização e da presença institucional. Conforme apontam Pereira e Lima (2023), o controle territorial é elemento estratégico para a conservação ambiental e a segurança das comunidades.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de criação de oportunidades para os jovens, especialmente nas comunidades indígenas. A ausência de perspectivas econômicas contribui para a vulnerabilidade social e a perda de vínculos culturais. Estudos contemporâneos indicam que políticas voltadas à juventude são fundamentais para a sustentabilidade territorial (Santos e Rocha, 2020).

A análise evidencia que a melhoria da qualidade de vida no contexto do Corredor de Biodiversidade do Amapá depende da construção de um modelo de gestão territorial integrado, capaz de articular infraestrutura, desenvolvimento econômico, participação social e proteção territorial. Essa síntese reforça o caráter propositivo da tese, ao indicar a necessidade de políticas públicas que dialoguem diretamente com as demandas e especificidades das comunidades locais.

As respostas transcritas no quadro 23 indicam que a efetividade do corredor depende da capacidade de transformar diretrizes institucionais em ações práticas, capazes de responder às demandas concretas das comunidades, especialmente em contextos de fronteira marcados por vulnerabilidades sociais e estruturais.

Quadro 23 – Sugestões das lideranças sobre ações concretas necessárias para que o corredor traga melhorias reais para a população local.

Pergunta: Que ações concretas deveriam ser implementadas para que o corredor traga melhorias reais para a população local?	
Respondentes	**Respostas (transcrição)**
LC-01	"Uma ação importante é trazer mais investimento direto pra comunidade, principalmente em saúde, educação e infraestrutura básica. Também precisa criar projetos que gerem renda pra população local, porque hoje falta oportunidade. O governo precisa acompanhar mais de perto e garantir que as ações realmente aconteçam. Outra coisa é melhorar o acesso às comunidades, porque ainda é muito difícil. Sem isso, o corredor não vai trazer mudança real."
LC-02	"Precisa organizar melhor as ações, com planejamento e integração entre os órgãos. Também é importante apoiar o comércio local e incentivar pequenas iniciativas econômicas. A segurança precisa melhorar, principalmente com o aumento da circulação na fronteira. Criar programas de capacitação e geração de emprego também seria fundamental. O corredor só vai funcionar se tiver ação prática e não só planejamento."
LC-03 (liderança indígena)	"Para nossa comunidade, é necessário garantir a proteção do território e da floresta. Também precisamos de apoio para produção sustentável, como agricultura e artesanato. É importante ter políticas específicas para os povos indígenas, com respeito à nossa cultura. O diálogo com a comunidade precisa ser constante, e não só em momentos de decisão. O corredor deve fortalecer nossa forma de viver, não trazer ameaça."
LC-04 (liderança indígena)	"Uma ação concreta é aumentar a fiscalização para proteger o território contra invasões e atividades ilegais. Também é importante criar projetos para os jovens, com educação e geração de renda. A cultura indígena precisa ser valorizada, inclusive economicamente. O governo precisa estar mais presente nas comunidades. O corredor deve trazer benefício sem prejudicar a natureza e o modo de vida da gente."

Fonte: Dados do questionário (2025).

A análise das respostas evidencia que a ampliação de investimentos em infraestrutura básica constitui uma das principais demandas das lideranças locais. A precariedade dos serviços de saúde, educação e mobilidade compromete a qualidade de vida da população e limita os impactos das políticas territoriais. Conforme destacam Rodrigues e Lima (2021), a efetividade de políticas ambientais depende da articulação com políticas sociais estruturantes, especialmente em regiões periféricas.

A necessidade de geração de renda e criação de oportunidades econômicas também se apresenta como elemento central. As lideranças destacam a importância de projetos voltados à inclusão produtiva, evidenciando que o desenvolvimento sustentável deve estar associado à melhoria das condições materiais de vida. Estudos recentes indicam que a inclusão econômica é fundamental para a redução das desigualdades regionais (Silva e Pereira, 2022).

A demanda por maior presença do Estado no território reforça a importância da territorialização das políticas públicas. A ausência institucional compromete a implementação das ações e reduz a capacidade de acompanhamento e fiscalização. Conforme apontam Costa e Andrade (2023), a presença estatal é elemento fundamental para a efetividade da gestão territorial em áreas de fronteira.

A necessidade de planejamento integrado entre os diferentes órgãos públicos também se destaca nas respostas. A fragmentação das ações compromete a eficiência das políticas e limita seus resultados no território. Estudos contemporâneos indicam que a integração interinstitucional é condição essencial para a eficácia da gestão pública (Martins e Souza, 2020).

A segurança pública e o controle territorial emergem como preocupações relevantes, especialmente diante do aumento da circulação na região de fronteira. A ausência de fiscalização adequada contribui para a expansão de atividades ilegais, impactando tanto a economia quanto o meio ambiente. Conforme destacam Almeida e Rocha (2022), o controle territorial é fundamental para a sustentabilidade ambiental e a segurança das populações locais.

As falas das lideranças indígenas evidenciam a importância da proteção territorial e do respeito aos modos de vida tradicionais. A necessidade de políticas específicas para essas populações reforça a centralidade da dimensão sociocultural na gestão do corredor. Estudos recentes destacam que a inclusão de povos indígenas é fundamental para a conservação ambiental e a sustentabilidade territorial (Santos e Oliveira, 2021).

A valorização da cultura indígena e o apoio à produção sustentável também se destacam como estratégias relevantes para o desenvolvimento local. A integração entre cultura, economia e meio ambiente contribui para a construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de políticas voltadas à juventude, especialmente nas comunidades indígenas. A criação de oportunidades educacionais e econômicas contribui para a redução das vulnerabilidades sociais e para a continuidade das práticas culturais. Conforme apontam Ferreira e Costa (2023), o investimento em juventude é estratégico para o desenvolvimento territorial sustentável.

Por fim, a análise evidencia que as ações concretas sugeridas pelas lideranças locais convergem para a necessidade de construção de um modelo de gestão territorial integrado, capaz de articular infraestrutura, desenvolvimento econômico, participação social e proteção ambiental. Essa síntese reforça o caráter propositivo da tese, ao indicar diretrizes práticas para a efetividade do Corredor de Biodiversidade no contexto amazônico e transfronteiriço.

7.2 MODELO DE GESTÃO TERRITORIAL INTEGRADO PARA O CORREDOR DE BIODIVERSIDADE DO AMAPÁ EM CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO

A análise desenvolvida ao longo desta tese evidenciou que a efetividade do CdeB do Amapá não depende exclusivamente de sua concepção ecológica ou normativa, mas da capacidade de articular, de forma integrada, as dimensões territoriais, institucionais, socioeconômicas e transfronteiriças que estruturam a região.

Nesse sentido, propõe-se um modelo de gestão territorial integrado, concebido como um instrumento analítico e operacional voltado à superação da fragmentação institucional e à consolidação do corredor como estratégia efetiva de desenvolvimento sustentável em áreas de fronteira.

O modelo supra citado parte do pressuposto de que o território deve ser compreendido como uma construção social dinâmica, marcada por relações de poder, múltiplas territorialidades e conflitos de interesse, conforme evidenciado na análise empírica. Assim, a gestão do corredor exige uma abordagem sistêmica, capaz de integrar diferentes escalas de atuação e promover a articulação entre atores diversos, superando a lógica setorial ainda predominante nas políticas públicas.

A proposição de um modelo de gestão territorial integrado encontra sustentação, em primeiro lugar, na compreensão do território como construção social, conforme delineado por Raffestin (1993), para quem o território é produto de relações de poder mediadas por atores e instituições. Essa concepção é aprofundada por Santos (1996), ao definir o território como “espaço usado”, constituído por sistemas de objetos e ações, e por Haesbaert (2004), que introduz a noção de multiterritorialidade. Tais fundamentos, presentes na própria construção

teórica da tese, indicam que o corredor de biodiversidade não pode ser compreendido como uma delimitação espacial estática, mas como um campo dinâmico de disputas, articulações e interesses diversos.

A partir dessa perspectiva, o modelo proposto exige a incorporação de uma abordagem sistêmica da sustentabilidade, conforme defendido por Sachs (2002) e Leff (2001; 2006), que compreendem o desenvolvimento sustentável como um processo multidimensional, envolvendo dimensões ecológicas, econômicas, sociais, culturais e territoriais. Essa visão rompe com abordagens reducionistas e fundamenta a necessidade de integração entre políticas públicas e escalas de gestão, elemento central para a superação da fragmentação institucional evidenciada empiricamente.

Nesse sentido, o modelo dialoga diretamente com a crítica ao paradigma disciplinar fragmentado, conforme apontado por Morin (2005), ao defender a complexidade como princípio estruturante da análise dos fenômenos contemporâneos. A gestão do corredor, enquanto objeto complexo, não pode ser compreendida por meio de abordagens lineares, exigindo a articulação entre diferentes dimensões e saberes. Essa base teórica sustenta a necessidade de um modelo que opere de forma integrada, conectando variáveis ambientais, sociais, econômicas e institucionais em uma mesma lógica analítica.

A interdisciplinaridade, conforme discutida por Gusdorf (1977) e Raynaut (2014), emerge como elemento epistemológico central para a construção do modelo. Mais do que uma articulação entre disciplinas, trata-se de um esforço de recomposição do conhecimento fragmentado, permitindo a construção de interpretações mais abrangentes da realidade territorial. No contexto do CdeB, essa abordagem possibilita integrar conhecimentos científicos, institucionais e tradicionais, ampliando a capacidade de análise e intervenção no território.

A valorização da pluralidade de saberes, conforme proposta por Santos (2007), constitui outro pilar fundamental do modelo. Ao reconhecer a existência de diferentes racionalidades (científicas, tradicionais e locais), o modelo rompe com a hierarquização do conhecimento e propõe uma ecologia de saberes como base para a gestão territorial. Essa perspectiva é particularmente relevante em contextos amazônicos, onde os saberes indígenas e tradicionais desempenham papel central na conservação da biodiversidade e na organização do território.

A concepção de corredores de biodiversidade como instrumentos de gestão integrada encontra respaldo em Bennett (2003) e nas diretrizes do Ministério do Meio Ambiente (2006), ao enfatizarem que esses instrumentos vão além da conectividade ecológica, incorporando dimensões sociais e políticas. Nesse sentido, o modelo proposto reforça a necessidade de

compreender o CdeB como um dispositivo de governança territorial, capaz de articular unidades de conservação, territórios tradicionais e áreas produtivas em uma lógica integrada.

Do ponto de vista institucional, a efetividade do modelo está diretamente relacionada à capacidade de articulação entre políticas públicas, conforme evidenciado por Rylands e Brandon (2005), que destacam a importância da governança na implementação de estratégias de conservação. A persistência de fragilidades institucionais e descontinuidade de políticas, apontadas na tese, reforça a necessidade de um modelo que promova coordenação interinstitucional e continuidade das ações no território.

A dimensão dos conflitos territoriais, por sua vez, encontra fundamento na abordagem dialética adotada na pesquisa, que permite compreender o corredor como uma arena de disputas entre diferentes interesses. Essa perspectiva é essencial para a construção do modelo, uma vez que reconhece que a gestão territorial não se dá em um contexto neutro, mas em um campo marcado por assimetrias de poder, pressões econômicas e conflitos socioambientais, especialmente em áreas de fronteira.

A incorporação da escala transfronteiriça ao modelo encontra respaldo na própria caracterização do objeto de estudo, que evidencia a sobreposição de sistemas institucionais distintos e a necessidade de cooperação internacional. Nesse sentido, a governança do corredor exige mecanismos de articulação multiescalar, capazes de integrar ações locais, nacionais e internacionais, superando as limitações impostas pelas fronteiras político-administrativas.

Por fim, o modelo fundamenta-se na compreensão de que a efetividade da gestão territorial depende da articulação entre teoria e prática, superando o hiato identificado na tese entre produção científica e implementação de políticas públicas. Conforme evidenciado, a consolidação do CdeB como instrumento de desenvolvimento sustentável exige não apenas avanços conceituais, mas a construção de arranjos institucionais e operacionais capazes de traduzir esses referenciais em ações concretas no território. Dessa forma, o modelo proposto se apresenta como uma síntese teórico-prática, orientada pela complexidade, pela integração e pela centralidade do território como espaço de transformação socioambiental.

7.2.1 Estrutura conceitual da proposta

O conceito de modelo de gestão territorial integrado, conforme estruturado na tese, ancora-se em uma base teórica contemporânea (2020+) que articula dimensões empíricas e analíticas do território, permitindo uma leitura simultaneamente positivista (orientada por

evidências, indicadores e funcionalidade) e construtivista (centrada nas relações sociais, nos significados e nas territorialidades).

Nesse sentido, autores como Kuasoski e D'Oliveira (2024) e Vons (2024) sustentam que a sustentabilidade contemporânea exige modelos operacionais capazes de integrar variáveis ambientais e socioeconômicas, superando abordagens fragmentadas e estabelecendo parâmetros mensuráveis de efetividade na gestão dos recursos naturais.

Sob uma perspectiva positivista, o modelo se fundamenta na ideia de que a gestão territorial pode ser estruturada a partir de dimensões observáveis e interdependentes, como governança, desenvolvimento econômico e controle estatal. Nessa linha, Silva et al. (2022) e IBGE (2022; 2026) reforçam a importância de indicadores territoriais, dados ambientais e métricas institucionais como instrumentos para avaliar a efetividade das políticas públicas. Assim, a governança territorial integrada passa a ser compreendida como variável estruturante, passível de análise empírica, especialmente no que se refere à capacidade de articulação institucional e à continuidade das ações no território.

Entretanto, o modelo não se limita a essa racionalidade instrumental. A abordagem construtivista emerge com força ao reconhecer que o território é resultado de interações sociais, culturais e políticas. Nesse sentido, Souza, Cezar e Azevedo (2024) destacam o papel das populações tradicionais na construção de práticas de conservação, enquanto Santiago (2024) evidencia a cooperação como elemento constitutivo das dinâmicas territoriais. Essa leitura reforça que a participação social e a territorialidade não são apenas dimensões operacionais, mas elementos constitutivos da própria realidade territorial, influenciando diretamente a efetividade do modelo.

A dimensão do desenvolvimento econômico sustentável é igualmente sustentada por uma leitura dual. Do ponto de vista positivista, autores como Vons (2024) indicam a necessidade de conciliar crescimento econômico e conservação ambiental por meio de modelos integrados e mensuráveis. Já sob a ótica construtivista, Leal e Basso (2025) e Santos e Tenconi (2026) evidenciam que o uso da biodiversidade está profundamente ligado às práticas culturais e aos modos de vida locais, o que exige que o desenvolvimento seja interpretado como processo socialmente construído e territorialmente situado.

No que se refere à cooperação transfronteiriça, o modelo encontra respaldo em estudos recentes que destacam a complexidade das áreas de fronteira. Dados do MMA (2023) e análises institucionais indicam que a integração entre países depende de mecanismos formais de cooperação, harmonização normativa e compartilhamento de informações. Contudo, a tese evidencia que essa cooperação também é construída socialmente, a partir de relações de

confiança, redes institucionais e práticas locais, o que reforça a necessidade de uma abordagem que combine estrutura formal e dinâmica relacional.

A dimensão da participação social e territorialidade é central na perspectiva construtivista do modelo. Vasconcellos e Miyamoto (2023) destacam que a efetividade dos corredores de biodiversidade depende diretamente da incorporação dos atores locais na gestão, enquanto Silva (2025) enfatiza a importância da integração entre diferentes grupos sociais. Essa dimensão rompe com modelos centralizados de gestão e introduz uma lógica de co-produção do território, na qual diferentes atores participam ativamente da construção das estratégias de conservação e desenvolvimento.

O controle territorial e a presença do Estado configuram a dimensão que articula, de forma mais evidente, as duas perspectivas. Do ponto de vista positivista, essa dimensão está associada à capacidade institucional, fiscalização e implementação de políticas públicas, conforme evidenciado por dados recentes sobre unidades de conservação e gestão ambiental (Silva et al., 2025; MMA, 2023).

Já na perspectiva construtivista, a presença do Estado não se reduz à atuação formal, mas envolve legitimidade, reconhecimento social e capacidade de mediação de conflitos no território. Assim, o modelo de gestão territorial integrado se consolida como uma estrutura analítica que articula objetividade e subjetividade, dados e relações, normas e práticas, configurando-se como um sistema complexo e interdependente orientado à sustentabilidade, equidade e eficiência institucional.

A consolidação do modelo de gestão territorial integrado como proposta central da tese encontra respaldo direto na convergência entre evidências empíricas e fundamentos teóricos contemporâneos, o que fortalece sua validade científica e aplicabilidade prática. Os dados analisados ao longo da pesquisa demonstram que a fragmentação institucional, a desarticulação entre políticas públicas e a ausência de integração multiescalar constituem os principais entraves à efetividade do CdeB do Amapá.

Nesse sentido, o modelo proposto não surge como uma abstração teórica, mas como uma resposta estruturada às lacunas concretas identificadas no território, oferecendo um caminho metodologicamente consistente e empiricamente fundamentado para a reorganização da governança socioambiental.

A proposta apresenta elevada coerência com a complexidade do contexto transfronteiriço Amapá–Guiana Francesa, caracterizado por assimetrias institucionais, fluxos transnacionais e múltiplos interesses em disputa. Ao articular dimensões como cooperação internacional, controle territorial e participação social, o modelo demonstra capacidade de

operar em ambientes de elevada complexidade geopolítica, superando abordagens tradicionais que se mostram insuficientes para lidar com territórios de fronteira. Essa capacidade adaptativa constitui um dos principais argumentos favoráveis à sua adoção, pois alinha o modelo às especificidades do território analisado.

Outro elemento que fortalece a defesa da proposta reside na sua natureza integradora e sistêmica, que permite a articulação entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico, uma das principais tensões identificadas na tese. Ao incorporar dimensões interdependentes, o modelo evita soluções parciais e promove uma abordagem mais equilibrada, capaz de gerar efeitos estruturantes no território. Essa característica é particularmente relevante no contexto amazônico, onde políticas isoladas historicamente falharam em produzir resultados duradouros, reforçando a necessidade de estratégias integradas e orientadas por resultados.

O modelo se destaca por seu caráter propositivo e aplicável, constituindo uma contribuição efetiva ao campo da gestão territorial e das políticas públicas ambientais. Diferentemente de abordagens meramente diagnósticas, a proposta apresentada oferece diretrizes claras, passíveis de operacionalização e replicação em contextos similares, especialmente em regiões de fronteira com elevada complexidade socioambiental. Assim, a tese não apenas avança no debate teórico, mas entrega um instrumento analítico e estratégico capaz de orientar decisões institucionais, fortalecendo a legitimidade científica e a relevância social da pesquisa no contexto do CdeB do Amapá.

O modelo de gestão territorial integrado fundamenta-se na articulação de cinco dimensões estruturantes, identificadas a partir da síntese analítica dos resultados da pesquisa:

1. Governança territorial integrada
2. Desenvolvimento econômico sustentável
3. Cooperação transfronteiriça
4. Participação social e territorialidade
5. Controle territorial e presença do Estado

Essas dimensões não operam de forma isolada, mas constituem um sistema interdependente, no qual a fragilidade de um elemento compromete a efetividade do conjunto. O modelo, portanto, propõe uma lógica de integração funcional entre essas dimensões, orientada por princípios de sustentabilidade, equidade e eficiência institucional.

A análise do modelo de gestão territorial integrado, à luz dos autores mobilizados na tese, evidencia sua consistência teórica e sua aderência às demandas empíricas do Corredor de Biodiversidade do Amapá. A primeira dimensão, governança territorial integrada, encontra

respaldo em Kuasoski e D'Oliveira (2024) e Vons (2024), ao destacarem que a gestão ambiental contemporânea exige articulação entre diferentes níveis institucionais e políticas públicas. Essa governança, no modelo proposto, ultrapassa a coordenação administrativa, configurando-se como um arranjo multiescalar capaz de integrar atores, normas e práticas, respondendo diretamente ao déficit de articulação identificado na realidade do CdeB .

A dimensão do desenvolvimento econômico sustentável é sustentada por autores como Leal e Basso (2025) e Santos e Tenconi (2026), que reforçam a necessidade de conciliar uso econômico da biodiversidade com conservação ambiental. O modelo avança ao propor que o desenvolvimento não seja um elemento externo à gestão territorial, mas parte constitutiva dela, incorporando práticas produtivas sustentáveis e valorizando economias locais. Essa perspectiva dialoga com Vons (2024), ao reafirmar a indissociabilidade entre desenvolvimento e sustentabilidade, especialmente em territórios de alta sensibilidade ecológica como a Amazônia.

No que se refere à cooperação transfronteiriça, o modelo se ancora na compreensão de que territórios de fronteira demandam mecanismos específicos de governança. As evidências presentes na tese, associadas a dados institucionais (MMA, 2023), demonstram que a integração entre Brasil e Guiana Francesa não pode ocorrer de forma espontânea, exigindo coordenação formal e alinhamento de políticas. Essa dimensão reforça o caráter geopolítico do corredor, aproximando-o de uma lógica de gestão compartilhada, essencial para garantir sua efetividade em um espaço marcado por assimetrias institucionais .

A participação social e territorialidade constitui um dos pilares mais relevantes do modelo, fundamentado em Vasconcellos e Miyamoto (2023) e Souza, Cezar e Azevedo (2024). Esses autores evidenciam que a sustentabilidade territorial depende da inclusão ativa das populações locais, especialmente comunidades tradicionais e indígenas. O modelo incorpora essa perspectiva ao reconhecer que o território é socialmente construído e que sua gestão deve refletir as dinâmicas, saberes e interesses dos atores que o habitam, superando abordagens tecnocráticas e centralizadas .

Por fim, a dimensão de controle territorial e presença do Estado encontra respaldo em Silva et al. (2025) e nas análises institucionais sobre unidades de conservação, que apontam a importância da fiscalização, da regulação e da continuidade das políticas públicas. No modelo proposto, essa dimensão não se restringe ao aparato coercitivo, mas envolve a capacidade do Estado de atuar de forma estruturante, garantindo segurança territorial, reduzindo atividades ilegais e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável. Essa presença estatal

qualificada é essencial para equilibrar as demais dimensões e assegurar a funcionalidade do sistema.

Os resultados empíricos demonstraram que a presença estatal constitui uma condição relevante para a efetividade das políticas de conservação e desenvolvimento, especialmente em Oiapoque e na porção do município inserida no Corredor, onde a condição fronteiriça, a extensão territorial, as pressões sobre os recursos naturais e a ocorrência de atividades informais ou ilegais ampliam as demandas por fiscalização e regulação.

Sob uma perspectiva construtivista, contudo, essa presença não deve ser compreendida exclusivamente como exercício de autoridade ou controle, mas também como capacidade de construir legitimidade, estabelecer relações de confiança com os habitantes locais, povos indígenas e demais atores territoriais e mediar conflitos relacionados aos diferentes usos e interesses existentes no espaço.

A articulação entre essas cinco dimensões evidencia que o modelo de gestão territorial integrado proposto nesta tese possui caráter sistêmico, uma vez que seus componentes apresentam relações de complementaridade e interdependência. A governança territorial integrada fornece a estrutura de coordenação; o desenvolvimento econômico sustentável estabelece condições para a geração de oportunidades compatíveis com a conservação; a cooperação transfronteiriça amplia a capacidade de atuação diante de processos que ultrapassam os limites nacionais; a participação social e a territorialidade asseguram legitimidade e incorporação dos conhecimentos e demandas dos habitantes do território; e o controle territorial e a presença do Estado garantem capacidade institucional para implementar, fiscalizar e acompanhar as políticas.

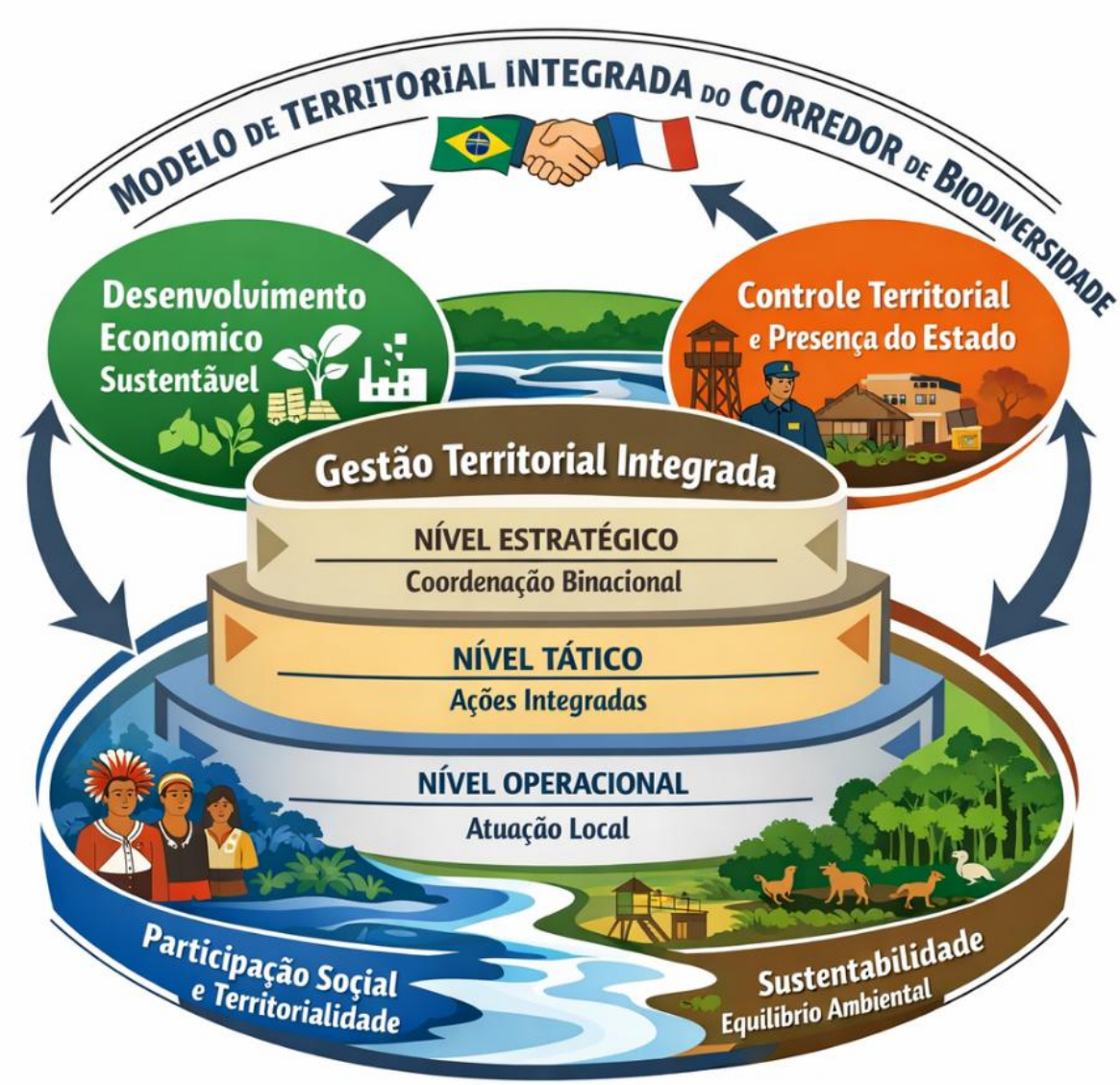
A efetividade do modelo, portanto, não decorre da atuação isolada de qualquer dimensão, mas da capacidade de fazê-las operar de maneira articulada, contínua e adaptável às transformações do território.

De forma integrada, o modelo dialoga com a perspectiva sistêmica presente na tese, ao reconhecer que essas cinco dimensões são interdependentes e operam em rede. A contribuição teórica reside justamente na articulação entre essas dimensões, superando abordagens fragmentadas e propondo uma lógica de gestão baseada na integração funcional. Assim, o modelo de gestão territorial integrado consolida-se como uma síntese teórico-empírica robusta, capaz de orientar a reconfiguração do CdeB do Amapá como instrumento efetivo de governança, desenvolvimento e sustentabilidade em contexto transfronteiriço.

7.2.2 Estrutura Operacional do Modelo

A operacionalização do modelo exige a implementação de um conjunto articulado de mecanismos institucionais, organizados em três níveis de atuação: estratégico, tático e operacional conforme demonstrado na Figura 20.

Figura 20 – Modelo da proposta de gestão territorial integrada do CdeB do Amapá em região transfronteiriça Brasil-Guiana Francesa.



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A estrutura operacional do modelo de gestão territorial integrado proposto nesta tese foi concebida a partir da articulação entre os referenciais teóricos mobilizados e, sobretudo, das evidências empíricas oriundas das falas dos atores sociais participantes da pesquisa. Os dados

coletados evidenciaram, de forma recorrente, a fragmentação institucional, a ausência de coordenação entre políticas públicas e a baixa efetividade das ações no território, especialmente no contexto transfronteiriço do CdeB do Amapá.

Nesse sentido, a organização do modelo em três níveis: estratégico, tático e operacional, responde diretamente a essas lacunas, propondo uma arquitetura institucional capaz de integrar decisões, ações e práticas territoriais em uma lógica sistêmica e funcional.

a) Nível Estratégico

No nível estratégico, a proposta de criação de uma instância de governança territorial integrada emerge como resposta direta à ausência de coordenação multiescalar identificada nas falas dos participantes, especialmente gestores públicos e representantes institucionais. Esses atores destacaram a inexistência de um espaço formal de articulação entre Brasil e Guiana Francesa, bem como a descontinuidade das políticas públicas.

Assim, o modelo propõe a institucionalização de uma instância binacional permanente, composta por representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de instituições francesas e organismos de cooperação internacional.

Essa instância deve assumir funções estratégicas, como a definição de diretrizes, o planejamento de longo prazo e a harmonização de políticas públicas, incorporando mecanismos formais de cooperação transfronteiriça.

Tal proposição encontra respaldo nos referenciais teóricos da tese, que indicam a necessidade de articulação entre escalas e atores como condição para a efetividade da gestão territorial. Além de atender à demanda empírica por maior presença institucional qualificada, capaz de reduzir assimetrias e promover integração real entre os sistemas político-administrativos envolvidos.

b) Nível Tático

O nível tático configura-se como o elo fundamental entre a formulação estratégica e a execução territorial, respondendo diretamente à fragmentação das políticas públicas evidenciada na pesquisa. As falas dos atores sociais, especialmente técnicos e representantes de órgãos públicos, apontaram que as ações governamentais ocorrem de forma isolada, sem integração entre áreas como meio ambiente, desenvolvimento econômico e políticas sociais.

Diante disso, o modelo propõe a criação de arranjos institucionais intersetoriais, capazes de promover a articulação entre diferentes órgãos e políticas.

Esse nível envolve a integração entre políticas ambientais, econômicas e sociais; o planejamento territorial baseado em evidências (incluindo dados socioeconômicos, ambientais e territoriais); e a articulação entre instituições de fiscalização, desenvolvimento e pesquisa. Trata-se de um nível de tradução, no qual as diretrizes estratégicas são convertidas em programas, planos e projetos concretos. Sua relevância reside na capacidade de garantir coerência entre planejamento e execução, superando a lógica setorial criticada tanto na literatura quanto nos dados empíricos da tese.

c) Nível Operacional

O nível operacional representa a materialização do modelo no território, sendo diretamente influenciado pelas demandas e percepções das comunidades locais, lideranças indígenas e atores econômicos entrevistados. As evidências empíricas demonstraram que a ausência de oportunidades econômicas, a fragilidade da presença do Estado e a pressão de atividades ilegais constituem desafios centrais para a efetividade do CdeB. Nesse sentido, o modelo propõe ações concretas voltadas ao fortalecimento da economia local, com ênfase na bioeconomia, no apoio a cadeias produtivas sustentáveis e na valorização dos saberes tradicionais.

Esse nível incorpora a ampliação da presença do Estado em áreas estratégicas, por meio do fortalecimento da fiscalização, do controle territorial e da oferta de serviços públicos. Tal proposição responde diretamente às falas que apontam o "vazio institucional" como fator de vulnerabilidade territorial.

O nível operacional também reforça a importância da participação social, garantindo que as ações implementadas estejam alinhadas às realidades locais e contribuam para a construção de legitimidade do modelo.

d) Atuação dos três níveis

De forma integrada, os três níveis estruturam um sistema operacional coerente com a complexidade do território analisado, no qual decisões estratégicas, articulações institucionais e práticas territoriais se conectam de maneira funcional. A principal contribuição desse arranjo reside na sua capacidade de transformar o CdeB do Amapá de um instrumento normativo em

um dispositivo efetivo de gestão territorial, alinhado às demandas empíricas e sustentado por uma base teórica sólida. Assim, a estrutura operacional proposta consolida o caráter aplicado e inovador da tese, oferecendo um modelo replicável e adaptável a outros contextos transfronteiriços de elevada complexidade socioambiental.

7.2.3 Articulação do modelo proposto com o Corredor de Biodiversidade do Amapá e o recorte empírico de Oiapoque

A proposição do Modelo de Gestão Territorial Integrada resulta da articulação entre a escala territorial do Corredor de Biodiversidade do Amapá e as evidências produzidas no recorte empírico de Oiapoque. Ao longo da pesquisa, o CdeB foi compreendido como uma estrutura territorial ampla, constituída pela articulação de áreas protegidas, diferentes formas de ocupação e uso do território, sistemas de circulação, atividades econômicas e relações institucionais.

Oiapoque, por sua vez, foi adotado como espaço empírico privilegiado para observar como essas diferentes dimensões se manifestam no extremo norte do Estado, particularmente em razão de sua condição fronteiriça e da sobreposição de processos ambientais, sociais, econômicos e institucionais. O modelo proposto decorre, portanto, da relação entre essas duas escalas e não se restringe aos limites administrativos do município.

As evidências analisadas no capítulo anterior demonstram que os desafios identificados em Oiapoque possuem implicações que ultrapassam a escala local. Os resultados relacionados à expansão da circulação, à infraestrutura, às atividades econômicas, às pressões sobre recursos naturais, às dificuldades de controle territorial, à participação das comunidades e à cooperação transfronteiriça evidenciam a necessidade de uma abordagem integrada para a gestão do território.

Tais resultados também demonstram que a conservação da biodiversidade não pode ser dissociada das condições econômicas, sociais, institucionais e territoriais que estruturam o espaço. Nesse sentido, o modelo proposto busca responder às interdependências identificadas empiricamente, articulando conservação ambiental, desenvolvimento econômico, governança, participação social, cooperação transfronteiriça e presença do Estado.

A escolha das dimensões que estruturam o modelo decorre, portanto, dos problemas, potencialidades e relações identificados na análise do CdeB e observados empiricamente em Oiapoque. A governança territorial integrada responde à necessidade de superar a fragmentação institucional identificada na gestão do território; o desenvolvimento econômico sustentável

relaciona-se às oportunidades e pressões decorrentes da ampliação da integração e dos fluxos econômicos; a cooperação transfronteiriça decorre da posição de Oiapoque e da necessidade de considerar processos que ultrapassam os limites nacionais; a participação social e territorialidade incorpora as demandas e percepções das comunidades diretamente afetadas pelas transformações territoriais; e o controle territorial e a presença do Estado respondem às fragilidades identificadas quanto à fiscalização, ao ordenamento e ao acompanhamento das atividades desenvolvidas na região.

A dimensão ambiental também atravessa transversalmente as cinco dimensões do modelo. Os resultados relacionados à pressão sobre recursos naturais, à caça, à pesca, à exploração ilegal e às transformações associadas à circulação e à infraestrutura demonstram que a conservação da biodiversidade não pode ser tratada como componente isolado da gestão territorial. Sua manutenção depende das condições de governança, do ordenamento dos fluxos, da participação dos atores locais, da capacidade de controle territorial e da compatibilização entre desenvolvimento econômico e conservação. O modelo, portanto, procura incorporar a dimensão ecológica não como um eixo independente dos demais, mas como fundamento transversal das decisões que incidem sobre o território do Corredor.

Nesse sentido, o modelo de gestão territorial integrada proposto nesta tese possui como referência o Corredor de Biodiversidade do Amapá em sua escala territorial ampla, incorporando as evidências produzidas a partir do recorte empírico de Oiapoque. As dimensões que o estruturam não se destinam exclusivamente à gestão municipal ou à administração da área de fronteira, mas procuram responder aos desafios identificados na articulação entre conservação ambiental, desenvolvimento econômico, governança, participação social, controle territorial e cooperação transfronteiriça no âmbito do Corredor. Oiapoque constitui, assim, uma referência empírica para a formulação do modelo, enquanto o CdeB permanece como a unidade territorial mais ampla à qual a proposta se dirige.

A relação entre as escalas também define a forma de aplicação do modelo. As evidências obtidas em Oiapoque não são generalizadas automaticamente para todos os municípios e regiões abrangidos pelo Corredor. Elas são utilizadas como base empírica para identificar processos, desafios e relações que podem orientar uma proposta de gestão territorial integrada em escala mais ampla.

O modelo deve, portanto, ser compreendido como uma estrutura orientadora, passível de adaptação às especificidades ambientais, sociais, econômicas e institucionais das diferentes regiões que compõem o CdeB, preservando, contudo, as dimensões integradoras que fundamentam sua concepção.

A proposição assume, dessa forma, que a efetividade do Corredor de Biodiversidade do Amapá depende da capacidade de articular diferentes escalas e diferentes atores em torno de objetivos comuns de conservação, integração territorial e sustentabilidade. Oiapoque evidencia, em escala local e fronteiriça, algumas das tensões mais relevantes dessa articulação, mas também demonstra possibilidades de integração que podem contribuir para a construção de estratégias mais amplas de gestão.

O modelo proposto representa, portanto, uma síntese analítica das evidências produzidas pela pesquisa e uma resposta aos desafios identificados na relação entre biodiversidade, território, desenvolvimento e governança no âmbito do Corredor.

Essa integração permite compreender o CdeB não apenas como uma estratégia de conservação ambiental, mas como uma estrutura de gestão territorial capaz de articular diferentes interesses, escalas e formas de apropriação do espaço. No recorte empírico analisado, essa perspectiva é particularmente relevante porque Oiapoque e a parcela de seu território inserida no CdeB concentram relações ambientais, sociais, econômicas e fronteiriças que não podem ser adequadamente explicadas por uma única dimensão analítica. A presença de habitantes locais, povos indígenas, instituições públicas, agentes econômicos, organizações sociais e atores vinculados às relações transfronteiriças exige uma abordagem capaz de reconhecer a pluralidade de territorialidades e, simultaneamente, estabelecer mecanismos de coordenação entre elas.

Dessa forma, o modelo proposto procura superar tanto a fragmentação institucional quanto a separação tradicional entre conservação ambiental, desenvolvimento econômico e gestão social do território. Sua estrutura permite que as decisões sejam orientadas por uma visão integrada, na qual os resultados de uma dimensão sejam considerados em relação aos efeitos produzidos nas demais. Uma política de desenvolvimento econômico, por exemplo, deve ser avaliada segundo seus impactos ambientais e territoriais; as ações de controle devem considerar os direitos e as necessidades das populações locais; e as iniciativas de conservação devem dialogar com as condições econômicas e sociais das comunidades que habitam o território. Essa lógica de interdependência constitui um dos fundamentos centrais da proposta apresentada na tese.

Assim, a contribuição do modelo de gestão territorial integrado reside em transformar as evidências identificadas na pesquisa em uma estrutura analítica e operacional capaz de orientar processos de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação. Sua aplicação não pressupõe a substituição dos instrumentos institucionais existentes, mas a integração e qualificação desses instrumentos a partir das especificidades do território analisado. Ao reunir

governança, desenvolvimento sustentável, cooperação transfronteiriça, participação social e presença estatal, o modelo oferece uma resposta às limitações identificadas no CdeB e estabelece bases para uma gestão territorial mais coordenada, participativa e adaptada à complexidade socioambiental da fronteira Amapá–Guiana Francesa.

7.2.4 Diretrizes Estruturantes do Modelo

A partir da análise dos dados empíricos e das contribuições dos diferentes atores sociais, propõem-se as diretrizes para a implementação do modelo conforme ilustrado na figura 21 e posteriormente explicadas as suas ações e atuações.

Figura 21 –Diretrizes da proposta.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

I. Integração institucional e fortalecimento da governança - A análise dos dados evidenciou, de forma recorrente entre gestores públicos e institucionais, a fragmentação das ações, a sobreposição de competências e a descontinuidade administrativa como entraves centrais à efetividade do CdeB. Tal cenário confirma diagnósticos amplamente discutidos na literatura sobre governança ambiental, que apontam a necessidade de arranjos institucionais integrados e estáveis para territórios complexos, especialmente em áreas de fronteira.

Diante disso, propõe-se a criação de instâncias permanentes de coordenação interinstitucional, com caráter deliberativo e participação multiescalar, capazes de articular órgãos federais, estaduais e locais. Essas instâncias devem operar com base em regras claras de distribuição de competências, evitando conflitos institucionais e lacunas de atuação. Além disso, destaca-se a necessidade de garantir a continuidade das políticas públicas, por meio da institucionalização de planos de longo prazo, com mecanismos de monitoramento e avaliação, reduzindo a dependência de ciclos políticos e assegurando estabilidade na gestão do corredor.

II. Promoção do desenvolvimento econômico sustentável - Os dados coletados junto ao setor produtivo e às lideranças locais revelam uma percepção convergente: o corredor ainda não se consolidou como vetor de oportunidades econômicas sustentáveis, mantendo-se distante das dinâmicas produtivas locais. Ao mesmo tempo, os estudos analisados reforçam o potencial da bioeconomia como estratégia central para regiões amazônicas, desde que associada à inclusão social e à valorização dos recursos locais.

Nesse sentido, propõe-se o fortalecimento de políticas voltadas ao incentivo à bioeconomia e ao turismo sustentável, articulando conservação ambiental e geração de renda. É fundamental também o apoio a pequenos empreendedores e cadeias produtivas locais, com foco em produtos da sociobiodiversidade, promovendo inclusão econômica e territorial. Complementarmente, a ampliação do acesso ao crédito, à assistência técnica e à qualificação profissional emerge como condição indispensável para viabilizar a inserção das populações locais em modelos produtivos sustentáveis, superando desigualdades estruturais identificadas nos dados empíricos.

III. Consolidação da cooperação transfronteiriça - A dimensão transfronteiriça do CdeB aparece, tanto nos relatos dos especialistas quanto na literatura, como um dos maiores potenciais, e, simultaneamente, um dos principais desafios do modelo. A ausência de mecanismos efetivos de articulação entre Brasil e Guiana Francesa compromete a gestão integrada do território e fragiliza ações de conservação e desenvolvimento.

Diante disso, propõe-se a criação de mecanismos binacionais de governança, com espaços formais de diálogo, planejamento e tomada de decisão conjunta. Esses mecanismos devem ser acompanhados da harmonização de normas e políticas públicas, reduzindo assimetrias legais e operacionais entre os países. Além disso, destaca-se a necessidade de integração dos sistemas de monitoramento e fiscalização, permitindo o compartilhamento de informações, tecnologias e estratégias de controle territorial, condição essencial para enfrentar desafios comuns em áreas de fronteira, como ilícitos ambientais e pressões sobre os recursos naturais.

IV. Fortalecimento da participação social - Os dados provenientes das lideranças comunitárias, especialmente indígenas, evidenciam uma crítica consistente à baixa inclusão das populações locais nos processos decisórios, o que compromete a legitimidade e a efetividade das políticas implementadas. A literatura corrobora essa percepção ao destacar que modelos de governança territorial sustentáveis dependem da incorporação ativa dos atores locais e do reconhecimento de seus conhecimentos.

Nesse contexto, propõe-se a inclusão efetiva de comunidades locais e povos indígenas nos processos de gestão do corredor, não apenas como consultados, mas como sujeitos ativos na tomada de decisão. A valorização dos saberes tradicionais deve ser incorporada como elemento estratégico, reconhecendo seu papel na conservação da biodiversidade e no uso sustentável dos recursos naturais. Ademais, recomenda-se a criação e fortalecimento de espaços participativos institucionais, como conselhos e fóruns territoriais, garantindo representatividade, transparência e corresponsabilidade na gestão do CdeB.

V. Ampliação do controle territorial - A fragilidade do controle territorial foi um dos pontos mais críticos identificados nos diferentes grupos de atores, sendo associada à presença de atividades ilegais, baixa fiscalização e limitada atuação do Estado em áreas estratégicas. Esse diagnóstico é amplamente respaldado pela literatura, que aponta o controle territorial como elemento-chave para a efetividade de políticas ambientais em regiões de alta pressão socioeconômica.

Como resposta, propõe-se o fortalecimento da fiscalização ambiental, com ampliação de recursos humanos, tecnológicos e logísticos. O combate às atividades ilegais, como desmatamento, garimpo e tráfico de recursos naturais, deve ser tratado de forma integrada, articulando diferentes órgãos e níveis de governo.

Por fim, destaca-se a necessidade de ampliar a presença institucional do Estado no território, não apenas sob uma lógica repressiva, mas também por meio da oferta de serviços públicos, infraestrutura e políticas sociais, consolidando uma presença estatal que combine controle, proteção e promoção do desenvolvimento sustentável.

7.2.5 Aplicabilidade do Modelo no Contexto do Amapá

A aplicação do modelo proposto ao contexto do Corredor de Biodiversidade do Amapá revela-se não apenas pertinente, mas necessária diante dos entraves estruturais identificados ao longo da pesquisa. Os dados empíricos evidenciaram um cenário marcado pela fragmentação institucional, desarticulação entre políticas públicas e baixa capacidade de implementação, aspectos que comprometem diretamente a efetividade do corredor enquanto instrumento de gestão territorial. Nesse sentido, o modelo apresenta-se como uma alternativa capaz de reorganizar a governança, promover maior integração entre atores e conferir coerência às ações desenvolvidas no território.

No município de Oiapoque, território estratégico por sua condição de fronteira com a Guiana Francesa, a aplicabilidade do modelo ganha ainda maior relevância. A análise das contribuições dos diferentes grupos de atores (gestores, especialistas, setor produtivo e lideranças locais) demonstra que a região enfrenta desafios específicos relacionados à dinâmica transfronteiriça, à informalidade econômica e à fragilidade do controle territorial. A implementação do modelo, nesse contexto, pode contribuir para a organização dos fluxos econômicos transfronteiriços, promovendo maior regulação, transparência e integração entre as economias locais, reduzindo assimetrias e ampliando oportunidades de desenvolvimento.

O fortalecimento do comércio local e das cadeias produtivas sustentáveis emerge como um dos principais potenciais do modelo. A partir do incentivo à bioeconomia, ao turismo sustentável e ao empreendedorismo local, torna-se possível articular conservação ambiental e geração de renda, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e territorialmente enraizado. Associado a isso, a ampliação do acesso ao crédito, à qualificação profissional e à assistência técnica pode contribuir para a redução da informalidade e das atividades ilegais, criando alternativas econômicas viáveis para a população local, conforme apontado pelos participantes da pesquisa.

Outro aspecto central refere-se à melhoria das condições de vida da população, entendida de forma ampliada, envolvendo não apenas renda, mas também acesso a serviços públicos, infraestrutura, segurança e participação social. O modelo, ao propor a integração entre

diferentes dimensões da gestão territorial institucional, econômica, social e ambiental, possibilita a construção de respostas mais eficazes às demandas locais, superando abordagens fragmentadas e setoriais que historicamente limitaram os resultados das políticas públicas na região.

A aplicabilidade do modelo também deve considerar a diversidade dos sujeitos que participam, direta ou indiretamente, da produção e da transformação do território amazônico. No âmbito local, isso envolve os habitantes de Oiapoque, as comunidades tradicionais e os povos indígenas, cujos conhecimentos, práticas territoriais e formas de relação com a natureza constituem elementos fundamentais para a conservação da biodiversidade.

Em uma perspectiva mais ampla, o modelo deve reconhecer igualmente a presença e a circulação de povos oriundos de diferentes partes da Guiana Francesa e do território guianense, bem como de pessoas provenientes de Macapá e de outras regiões do Amapá e do Brasil, que participam das redes econômicas, sociais, culturais e institucionais que atravessam o território.

Essa diversidade de origens e territorialidades demonstra que o CdeB não pode ser compreendido como um espaço socialmente homogêneo, mas como um território de encontros, deslocamentos, intercâmbios e diferentes formas de apropriação, no qual a governança precisa incorporar múltiplas experiências e perspectivas.

Essa abordagem é particularmente importante para a dimensão ambiental do modelo, uma vez que a biodiversidade não constitui apenas um conjunto de recursos naturais disponíveis ao uso econômico, mas a base ecológica que sustenta diferentes formas de vida, práticas culturais e atividades produtivas.

A conservação das florestas, rios, áreas úmidas, fauna e flora deve, portanto, estar articulada à proteção dos territórios e dos modos de vida das populações que dependem diretamente desses ambientes. Nesse sentido, os povos indígenas e demais comunidades tradicionais devem ser reconhecidos como sujeitos de conhecimento e participantes da gestão da biodiversidade, enquanto os demais habitantes e atores econômicos devem ser incorporados a estratégias de uso sustentável dos recursos naturais. O modelo proposto permite, assim, aproximar conservação e desenvolvimento sem reduzir a biodiversidade a uma variável econômica, reconhecendo seu valor ecológico, social, cultural e territorial.

A dimensão transfronteiriça amplia ainda mais essa complexidade. As relações entre Oiapoque e as comunidades do lado guianense não se restringem à circulação comercial ou institucional, mas envolvem vínculos familiares, culturais, sociais e econômicos que atravessam a fronteira. Do mesmo modo, os fluxos provenientes de Macapá, de outros municípios do

Amapá e de diferentes regiões do Brasil contribuem para a formação de redes que conectam o espaço fronteiriço a escalas territoriais mais amplas.

A aplicabilidade do modelo, portanto, requer mecanismos de governança capazes de reconhecer esses fluxos e estabelecer formas de cooperação que não tratem a fronteira apenas como linha de separação administrativa, mas como espaço de interação entre diferentes povos, instituições, economias e territorialidades.

Nesse contexto, a participação social deve alcançar não apenas os atores formalmente vinculados às instituições públicas ou às organizações econômicas, mas também os habitantes que vivenciam cotidianamente o território, os povos indígenas, as comunidades tradicionais, os grupos provenientes da Guiana Francesa, os moradores de Macapá e de outras regiões do Brasil que mantêm relações com Oiapoque e os demais sujeitos envolvidos nas dinâmicas territoriais.

A incorporação dessas diferentes perspectivas pode contribuir para identificar conflitos de uso, demandas sociais, oportunidades econômicas e estratégias locais de conservação que dificilmente seriam apreendidas por uma gestão exclusivamente institucional. A governança proposta deve, portanto, ser participativa e multiescalar, articulando conhecimentos técnicos e científicos aos conhecimentos locais e tradicionais.

A aplicabilidade do modelo evidencia, dessa forma, a necessidade de compreender o Corredor de Biodiversidade do Amapá como um sistema territorial integrado, no qual biodiversidade, populações, economia, infraestrutura, cultura, instituições e relações transfronteiriças estão permanentemente interconectados. Sua implementação em Oiapoque e na porção do município inserida no CdeB pode constituir um espaço estratégico para a operacionalização dessas diretrizes, mas seus efeitos não devem permanecer restritos aos limites municipais.

Ao articular os habitantes locais aos povos indígenas, aos povos e comunidades da Guiana Francesa, às populações de Macapá e às pessoas provenientes de outras regiões do Brasil, o modelo amplia sua capacidade de responder à complexidade das relações territoriais e de construir estratégias de conservação da biodiversidade associadas à melhoria das condições de vida e ao desenvolvimento sustentável.

A aplicação do modelo no Amapá deve ser orientada por uma perspectiva de integração territorial que reconheça simultaneamente a diversidade humana e a diversidade biológica presentes na região. A conservação da biodiversidade, a valorização dos conhecimentos indígenas e tradicionais, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, a organização dos fluxos transfronteiriços e o fortalecimento das atividades econômicas sustentáveis passam a constituir componentes de uma mesma estratégia de gestão. É nessa articulação que o modelo

proposto encontra sua principal aplicabilidade: oferecer uma estrutura capaz de conectar diferentes povos, instituições, escalas e interesses em torno de objetivos comuns, fortalecendo a governança do CdeB e criando condições para que o Corredor se consolide como instrumento de conservação, integração territorial, desenvolvimento sustentável e valorização da diversidade socioambiental amazônica.

Por fim, destaca-se que a aplicação do modelo implica uma mudança paradigmática na forma de conceber e operacionalizar o corredor de biodiversidade. Deixa-se de tratá-lo exclusivamente como um instrumento de conservação ambiental para reconhecê-lo como um eixo estruturante do desenvolvimento regional, capaz de articular governança, economia, território e sociedade. Essa reconfiguração amplia o alcance do CdeB, reposicionando-o como elemento central na promoção de um desenvolvimento sustentável, integrado e adaptado às especificidades da região de fronteira, conforme evidenciado tanto pelos dados empíricos quanto pelos referenciais teóricos mobilizados na tese.

7.2.6 Contribuição teórico-metodológica da tese

O modelo proposto constitui uma contribuição original e consistente ao campo da gestão socioambiental, ao articular, de forma integrada, dimensões que tradicionalmente são tratadas de maneira fragmentada. Ao incorporar uma abordagem territorial, associada à governança multinível, à cooperação transfronteiriça, à participação social e ao desenvolvimento sustentável, a tese propõe um enquadramento analítico e operativo capaz de responder à complexidade dos territórios amazônicos, especialmente aqueles situados em regiões de fronteira.

Do ponto de vista teórico, a principal inovação reside na superação de leituras reducionistas dos corredores de biodiversidade, frequentemente limitadas à sua função ecológica. O modelo amplia esse entendimento ao reconhecer o corredor como um espaço multifuncional, onde interagem dinâmicas ambientais, econômicas, políticas e socioculturais. Essa perspectiva dialoga com abordagens contemporâneas da gestão territorial, ao mesmo tempo em que avança ao incorporar, de forma estruturada, a dimensão transfronteiriça — ainda pouco explorada na literatura sobre corredores ecológicos.

No campo metodológico, a tese também apresenta uma contribuição relevante ao adotar uma abordagem integrativa e multiescalar, combinando diferentes fontes de dados e perspectivas sociais. A inclusão de gestores públicos, pesquisadores, setor produtivo e lideranças comunitárias permitiu construir um diagnóstico mais abrangente e plural, refletindo

a diversidade de interesses, percepções e conflitos presentes no território. Essa estratégia metodológica fortalece a validade dos achados e possibilita a formulação de um modelo mais aderente à realidade empírica.

O modelo apresenta um caráter propositivo e aplicável, indo além da análise diagnóstica para oferecer diretrizes concretas de intervenção. Essa dimensão é particularmente relevante no campo das políticas públicas, uma vez que contribui para aproximar a produção acadêmica das demandas práticas de gestão, especialmente em contextos marcados por limitações institucionais e desafios de implementação, como é o caso do Amapá.

Outro aspecto inovador refere-se à incorporação da participação social como elemento estruturante da governança, e não apenas como componente acessório. Ao valorizar os saberes locais e reconhecer o papel das comunidades, incluindo povos indígenas, na gestão do território, o modelo reforça perspectivas críticas e emancipadoras no campo socioambiental, alinhando-se a debates contemporâneos sobre justiça ambiental e inclusão social.

Por fim, a contribuição da tese reside também na proposição de um modelo analítico-operacional replicável, que pode ser adaptado a outros contextos amazônicos e transfronteiriços. Ao sistematizar diretrizes, identificar condicionantes e articular diferentes escalas de análise, o estudo oferece não apenas uma leitura aprofundada do Corredor de Biodiversidade do Amapá, mas também um referencial teórico-metodológico capaz de subsidiar futuras pesquisas e intervenções em territórios de elevada complexidade socioambiental.

O Modelo de Gestão Territorial Integrado proposto nesta tese consolida o Corredor de Biodiversidade do Amapá como um instrumento estratégico de articulação entre conservação ambiental, desenvolvimento econômico e governança territorial. Sua efetividade depende da capacidade de promover integração entre atores, políticas e escalas, superando a fragmentação institucional e reconhecendo a complexidade do território transfronteiriço.

Dessa forma, o modelo não apenas responde ao problema de pesquisa, mas também oferece subsídios concretos para a formulação de políticas públicas e estratégias de gestão em contextos similares, contribuindo para o avanço do conhecimento científico e para a construção de práticas mais eficazes de sustentabilidade na Amazônia.

A contribuição teórico-metodológica da tese também se manifesta na capacidade de aproximar diferentes escalas de análise sem reduzir o território a uma única dimensão explicativa. Ao articular a escala local, representada por Oiapoque e pela porção do município inserida no CdeB, às escalas estadual, nacional e transfronteiriça, o modelo permite

compreender que os processos observados no território resultam da interação entre decisões produzidas em diferentes níveis.

Uma política federal de conservação, por exemplo, pode produzir efeitos distintos quando aplicada em um município fronteiriço submetido a fluxos econômicos e sociais provenientes da Guiana Francesa, de Macapá e de outras regiões do Brasil. Essa perspectiva multiescalar constitui contribuição metodológica importante porque permite identificar não apenas onde determinado problema ocorre, mas também quais instituições, políticas, fluxos e relações de poder contribuem para sua produção ou para sua superação.

Outro avanço consiste na incorporação da biodiversidade como dimensão transversal do modelo, e não como componente isolado das demais variáveis territoriais. A análise desenvolvida demonstra que a conservação não pode ser tratada separadamente das condições econômicas, sociais e institucionais que estruturam o território.

A pressão sobre os recursos naturais, por exemplo, pode estar associada simultaneamente à precariedade econômica, à ausência de alternativas produtivas, à deficiência de fiscalização, à expansão da infraestrutura e à fragilidade da coordenação institucional. Do mesmo modo, a conservação de determinada área pode depender tanto de mecanismos formais de proteção quanto dos conhecimentos e práticas dos povos indígenas e comunidades tradicionais que mantêm relações históricas com esses ambientes.

O modelo, ao reconhecer essas interdependências, amplia a compreensão do corredor de biodiversidade como sistema socioecológico, no qual a integridade ambiental e as condições de vida das populações são mutuamente relacionadas.

A tese também contribui metodologicamente ao deslocar a análise da existência formal dos instrumentos de política pública para sua capacidade efetiva de produzir resultados territoriais. Essa distinção é particularmente relevante porque a presença de leis, planos, acordos, unidades de conservação ou estruturas administrativas não significa, necessariamente, que suas finalidades estejam sendo alcançadas.

O modelo permite, portanto, examinar o intervalo entre norma, capacidade institucional, implementação e resultado territorial. No caso estudado, esse intervalo pode ser observado, por exemplo, quando existem diretrizes de conservação e cooperação, mas persistem dificuldades de fiscalização, baixa articulação institucional, limitações de infraestrutura ou ausência de mecanismos permanentes de acompanhamento. A contribuição analítica está justamente em tornar esse hiato observável e passível de intervenção.

Outro elemento relevante é a incorporação da dimensão temporal à compreensão da governança. Territórios de fronteira não permanecem estáticos, e alterações na infraestrutura,

nos fluxos econômicos, nas políticas públicas ou nas relações internacionais podem modificar rapidamente as condições de gestão do corredor. A ponte binacional sobre o rio Oiapoque constitui exemplo dessa dinâmica: sua existência amplia a conectividade física, mas também produz novas demandas de fiscalização, ordenamento, serviços, comércio, mobilidade e proteção ambiental.

Dessa forma, o modelo não deve ser compreendido como uma estrutura rígida, mas como uma referência adaptativa, capaz de ser revisada conforme mudanças demográficas, econômicas, ambientais, institucionais e geopolíticas. Essa característica fortalece sua aplicabilidade e reduz o risco de que a proposta se transforme em um instrumento estático diante de um território em permanente transformação.

A contribuição teórico-metodológica também se evidencia na centralidade conferida aos sujeitos que produzem e vivenciam o território. A inclusão de gestores, pesquisadores, agentes econômicos e lideranças locais pode ser ampliada, no âmbito da aplicação do modelo, pela participação dos habitantes de Oiapoque, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, das populações provenientes de Macapá e de outras regiões do Brasil e dos povos e comunidades da Guiana Francesa envolvidos nas dinâmicas fronteiriças.

Essa perspectiva evita que o território seja interpretado exclusivamente a partir das instituições que o administram. Ao contrário, reconhece que diferentes grupos possuem conhecimentos, necessidades, interesses e formas de territorialização que precisam ser considerados na formulação das políticas. A governança, nesse sentido, deixa de significar apenas coordenação entre órgãos públicos e passa a envolver negociação, reconhecimento, participação e mediação de conflitos entre diferentes sujeitos territoriais.

Essa perspectiva permite incorporar ao modelo uma dimensão de justiça territorial e socioambiental, particularmente importante para a Amazônia. Não basta avaliar se determinada política amplia a conservação ou o desenvolvimento econômico; é necessário analisar quem participa das decisões, quem se beneficia dos investimentos, quem suporta os custos ambientais e quais grupos podem ter seus modos de vida afetados pelas transformações territoriais.

Uma obra de infraestrutura pode ampliar a circulação e gerar oportunidades econômicas, mas também produzir pressão sobre áreas ambientalmente sensíveis ou alterar práticas e dinâmicas comunitárias. Da mesma forma, uma política de proteção ambiental pode contribuir para a conservação da biodiversidade, mas precisa considerar os direitos, os conhecimentos e as formas de uso territorial das populações que historicamente habitam esses espaços. O modelo proposto oferece, portanto, condições para que a avaliação da efetividade do CdeB incorpore

não apenas indicadores ambientais e econômicos, mas também critérios de inclusão, participação, distribuição de benefícios e proteção dos diferentes modos de vida.

Há, ainda, uma contribuição importante relacionada à distinção entre integração territorial e mera conectividade física. A análise da ponte binacional demonstra que aproximar fisicamente dois territórios não significa necessariamente produzir integração institucional, econômica, social ou ambiental.

A integração efetiva requer compatibilidade de políticas, capacidade de cooperação, circulação regulada, reconhecimento das diferenças institucionais e criação de mecanismos conjuntos de planejamento. Essa distinção permite qualificar o debate sobre corredores de biodiversidade em áreas fronteiriças, demonstrando que infraestrutura e conectividade devem ser avaliadas em conjunto com seus efeitos sobre a biodiversidade, os fluxos populacionais, as atividades econômicas e a governança.

Por fim, a contribuição da tese pode ser sintetizada na construção de uma ponte entre diagnóstico, explicação e intervenção. O estudo não se limita a identificar a fragmentação institucional, as dificuldades econômicas, os desafios ambientais ou as limitações da cooperação transfronteiriça; procura explicar como esses fatores se relacionam e, a partir dessa compreensão, organiza uma proposta de gestão capaz de orientar respostas integradas.

O Modelo de Gestão Territorial Integrado constitui, assim, uma síntese teórico-metodológica dos achados da pesquisa, estruturada em cinco dimensões interdependentes: governança territorial integrada; desenvolvimento econômico sustentável; cooperação transfronteiriça; participação social e territorialidade; e controle territorial e presença do Estado. Sua principal contribuição reside em demonstrar que a efetividade do CdeB não pode ser aferida exclusivamente pela extensão das áreas conservadas ou pela existência de instrumentos formais, mas pela capacidade de articular biodiversidade, território, instituições, economia, cultura, participação social e relações transfronteiriças em uma estratégia comum de longo prazo.

Nesse sentido, a tese amplia a compreensão do Corredor de Biodiversidade do Amapá ao tratá-lo como uma construção territorial, institucional e socioecológica em permanente transformação. A proposta não pretende oferecer uma fórmula universal, mas um referencial adaptável, cujos componentes podem ser ajustados às características de outros territórios amazônicos e fronteiriços. Sua aplicabilidade dependerá, em cada contexto, da capacidade de incorporar os sujeitos locais, respeitar as especificidades socioculturais, proteger a biodiversidade, reconhecer as relações transfronteiriças e estabelecer mecanismos efetivos de coordenação e avaliação.

A contribuição científica da pesquisa, portanto, não está apenas na formulação de um novo modelo, mas na demonstração de que a gestão de corredores de biodiversidade em territórios complexos exige uma abordagem que articule escalas, conhecimentos, instituições e territorialidades, reduzindo o distanciamento entre planejamento e realidade e fortalecendo as condições para uma governança ambiental socialmente legítima, territorialmente integrada e ecologicamente sustentável.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese analisou o Corredor de Biodiversidade do Amapá no contexto da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, buscando compreender em que medida esse instrumento se configurou como estratégia efetiva de gestão territorial voltada à integração, à conservação da biodiversidade e à promoção da sustentabilidade em um espaço marcado por elevada complexidade socioambiental.

A resposta ao problema de pesquisa deve ser compreendida à luz do recorte territorial e metodológico adotado. Embora o Corredor de Biodiversidade do Amapá constitua o objeto territorial amplo da investigação, a produção dos dados primários concentrou-se predominantemente no município de Oiapoque, espaço empírico privilegiado para a observação das relações entre conservação, conectividade territorial, infraestrutura, atividades econômicas e governança na área de fronteira. A pesquisa contou ainda com a participação pontual de um comerciante estabelecido na Guiana Francesa, cuja contribuição incorporou à análise uma perspectiva produzida no lado francês, sem, contudo, configurar uma representação abrangente dos atores sociais e institucionais daquele território.

A partir de uma abordagem interdisciplinar, ancorada na articulação entre análise empírica, referencial teórico crítico e leitura territorial multiescalar, foi possível evidenciar que o corredor, embora concebido como dispositivo integrador, revelou limites estruturais que tensionaram sua efetividade no plano concreto.

Os resultados indicaram que, no plano normativo e conceitual, o Corredor de Biodiversidade representou um avanço significativo em relação às abordagens tradicionais de conservação, ao incorporar a conectividade ecológica, a integração territorial e a articulação entre conservação e desenvolvimento como princípios estruturantes.

Essa reconfiguração alinhou-se às perspectivas contemporâneas que problematizam a fragmentação das políticas ambientais e defendem abordagens sistêmicas e territorializadas da sustentabilidade. Contudo, a análise empírica evidenciou a persistência de um descompasso entre o plano discursivo-institucional e a materialidade das práticas de gestão, revelando limites na operacionalização dessa proposta no território.

Tal descompasso não se apresentou como uma disfunção pontual, mas como expressão de contradições estruturais inerentes ao campo da governança ambiental em contextos amazônicos e transfronteiriços. Observou-se que a implementação do Corredor esteve condicionada por arranjos institucionais fragmentados, marcados pela sobreposição de competências, descontinuidade administrativa e baixa capacidade de coordenação

interinstitucional. Nesse cenário, a governança não se consolidou como um sistema integrado, mas permaneceu ancorada em lógicas setoriais, dificultando a construção de estratégias articuladas entre diferentes escalas de poder.

A fronteira Amapá–Guiana Francesa evidenciou-se, nesse contexto, como uma espacialidade complexa e relacional, na qual se sobrepõem diferentes regimes normativos, racionalidades institucionais e projetos de território. Longe de se configurar como espaço de integração linear, a fronteira revelou-se como um campo de tensões e negociações, no qual a cooperação transfronteiriça permaneceu limitada por assimetrias políticas, jurídicas e operacionais. Tal condição reforçou a compreensão de que os corredores de biodiversidade, em contextos transnacionais, não podem ser analisados apenas como instrumentos técnico-ecológicos, mas como dispositivos geopolíticos, atravessados por relações de poder e disputas territoriais.

No plano epistemológico, a pesquisa evidenciou a persistência de um hiato entre a produção de conhecimento científico e sua efetiva incorporação nas práticas de gestão territorial. Embora o campo teórico da sustentabilidade tenha avançado na direção de abordagens críticas, interdisciplinares e territorializadas, sua tradução em políticas públicas mostrou-se limitada, revelando a dificuldade de articulação entre conhecimento, decisão e ação. Essa lacuna reforçou a necessidade de repensar os modos de produção e circulação do conhecimento no campo socioambiental, especialmente em contextos marcados por elevada complexidade e diversidade de atores.

Adicionalmente, verificou-se que os atores sociais locais, incluindo comunidades tradicionais e populações diretamente vinculadas ao território do corredor, não foram plenamente reconhecidos como sujeitos centrais nos processos de governança. Sua participação, quando existente, ocorreu de forma limitada e predominantemente consultiva, sem capacidade efetiva de incidência nas decisões estratégicas.

Essa constatação evidenciou a reprodução de assimetrias de poder e a permanência de modelos de gestão que privilegiam racionalidades técnico-institucionais em detrimento dos saberes territoriais, contrariando pressupostos contemporâneos que defendem a pluralidade epistemológica e a centralidade dos sujeitos locais na construção da sustentabilidade.

No que se refere às dinâmicas territoriais, a pesquisa demonstrou que o Corredor de Biodiversidade foi atravessado por múltiplas pressões socioeconômicas, incluindo atividades produtivas, fluxos migratórios e práticas ilícitas, que complexificaram sua gestão e evidenciaram a insuficiência de abordagens exclusivamente normativas. Nesse sentido, constatou-se que a delimitação espacial do corredor, por si só, não garantiu sua funcionalidade

ecológica nem sua efetividade como instrumento de ordenamento territorial, reforçando a necessidade de considerar o território como espaço vivido, dinâmico e permanentemente em disputa.

Os resultados referentes ao município de Oiapoque e à Ponte Binacional devem ser interpretados, portanto, como expressão de processos territoriais mais amplos relacionados ao Corredor de Biodiversidade do Amapá. A infraestrutura fronteiriça não constitui, isoladamente, o elemento determinante da dinâmica territorial analisada, mas atua em interação com a conservação ambiental, as áreas protegidas, as terras indígenas, as atividades econômicas, os fluxos transfronteiriços e as estruturas de governança. A análise do Oiapoque permitiu, nesse sentido, evidenciar empiricamente como essas dimensões se articulam e produzem desafios para a gestão integrada do território e para a conservação da biodiversidade.

A hipótese da pesquisa foi, portanto, parcialmente confirmada. Embora se tenha identificado que a efetividade do Corredor esteve diretamente associada à integração institucional, à participação dos atores sociais e à articulação de políticas públicas, tais elementos não se materializaram de forma consistente no contexto analisado. Essa constatação reforçou a compreensão de que instrumentos de gestão territorial, por mais inovadores que sejam em sua concepção, permanecem limitados quando não acompanhados por condições institucionais, políticas e sociais que viabilizem sua implementação.

Do ponto de vista teórico, a tese contribuiu para o avanço do campo ao propor uma leitura dos corredores de biodiversidade como dispositivos territoriais complexos, que articulam dimensões ecológicas, políticas, sociais e econômicas. Ao deslocar o foco da análise da conectividade ecológica para a governança territorial, o estudo ampliou a compreensão desses instrumentos, evidenciando sua inserção em arenas de disputa e negociação, nas quais se confrontam diferentes projetos de desenvolvimento e usos do território.

Nesse sentido, reforçou-se a necessidade de uma abordagem crítica da sustentabilidade, que ultrapasse perspectivas normativas e incorpore a análise das relações de poder, das desigualdades e das múltiplas territorialidades presentes nos espaços amazônicos. A sustentabilidade, nesse contexto, não se apresentou como um estado a ser alcançado, mas como um processo em construção, marcado por conflitos, contradições e possibilidades.

No plano propositivo, a pesquisa indicou a necessidade de reconfiguração dos modelos de governança do Corredor de Biodiversidade, com ênfase na construção de arranjos institucionais mais integrados e na articulação efetiva entre diferentes escalas de atuação. Evidenciou-se, ainda, a importância de fortalecer mecanismos de cooperação transfronteiriça,

capazes de superar assimetrias institucionais e promover a construção de agendas compartilhadas entre Brasil e Guiana Francesa.

Destacou-se, igualmente, a necessidade de ampliar e qualificar a participação social, reconhecendo os atores locais como sujeitos estratégicos na construção de políticas territoriais. Tal perspectiva implica não apenas a inclusão formal desses atores, mas o reconhecimento efetivo de seus saberes, práticas e territorialidades como elementos constitutivos da governança socioambiental.

A presente tese apresentou um conjunto de contribuições relevantes ao campo do Desenvolvimento Socioambiental, especialmente no que se refere à análise de instrumentos de gestão territorial em contextos amazônicos e transfronteiriços. Tais contribuições situaram-se em diferentes níveis — teórico, metodológico, empírico e aplicado —, evidenciando o caráter interdisciplinar e propositivo da investigação.

No plano teórico, a tese avançou na compreensão dos corredores de biodiversidade ao propor sua análise para além da dimensão ecológica, reinterpretando-os como dispositivos territoriais complexos, inseridos em arenas de governança marcadas por relações de poder, disputas e múltiplas territorialidades. Ao deslocar o enfoque tradicional da conectividade ecológica para a integração entre dimensões sociais, políticas e institucionais, o estudo contribuiu para o aprofundamento do debate crítico sobre sustentabilidade, especialmente em contextos amazônicos, nos quais a relação entre conservação e desenvolvimento se apresenta de forma tensionada e não linear.

Essa abordagem permitiu evidenciar que os corredores de biodiversidade não se constituem apenas como instrumentos técnicos de ordenamento ambiental, mas como construções sociopolíticas que refletem interesses, conflitos e assimetrias. Nesse sentido, a tese dialogou com perspectivas contemporâneas que problematizam a neutralidade das políticas ambientais, contribuindo para a consolidação de uma leitura mais crítica e relacional da governança socioambiental.

No âmbito metodológico, a pesquisa contribuiu ao adotar uma abordagem interdisciplinar integrada, articulando análise documental, investigação empírica e leitura territorial multiescalar. A utilização do estudo de caso único aprofundado, associado à triangulação de dados e à incorporação de uma perspectiva territorial e dialética, permitiu a construção de uma análise consistente e sensível à complexidade do objeto investigado. Tal desenho metodológico mostrou-se particularmente relevante para o estudo de fenômenos socioambientais em áreas de fronteira, caracterizadas por elevada heterogeneidade e sobreposição de escalas.

Os dados produzidos junto aos participantes da pesquisa indicam limitações na participação social e institucional associada à gestão do Corredor de Biodiversidade do Amapá. Essa evidência deve ser interpretada considerando a composição do universo empírico efetivamente acessado, apresentado na metodologia e detalhado nos resultados. As percepções dos diferentes segmentos consultados revelam dificuldades relacionadas à articulação entre atores, à participação nos processos decisórios e à integração das demandas territoriais na gestão do Corredor. Entretanto, considerando que determinados segmentos institucionais e territoriais não foram contemplados de forma equivalente na coleta primária, a conclusão é apresentada como resultado do universo empírico pesquisado, e não como representação exaustiva de todos os atores vinculados ao CdeB.

Adicionalmente, a tese contribuiu ao propor um modelo analítico que integra dimensões ecológicas, institucionais e sociais na avaliação de instrumentos de gestão territorial, podendo ser aplicado em outros contextos transfronteiriços e em diferentes regiões da Amazônia. Essa contribuição reforça o caráter replicável e ampliado da pesquisa, aproximando-a de debates internacionais sobre governança ambiental e planejamento territorial em áreas de alta complexidade.

No plano empírico, a investigação trouxe contribuições ao evidenciar, de forma sistematizada, as dinâmicas socioambientais, institucionais e geopolíticas que configuram o Corredor de Biodiversidade do Amapá. Ao analisar o território de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, a tese revelou a existência de um descompasso entre a formulação das políticas públicas e sua implementação efetiva, destacando limitações relacionadas à governança, à articulação institucional e à participação social.

Uma das limitações do estudo refere-se à assimetria da produção de dados primários no espaço transfronteiriço investigado. As entrevistas e os questionários foram realizados com atores vinculados ao território brasileiro, enquanto a análise referente à Guiana Francesa foi desenvolvida mediante documentos oficiais, instrumentos de cooperação, literatura especializada e dados secundários.

Essa delimitação não inviabiliza a análise da dimensão transfronteiriça do Corredor de Biodiversidade do Amapá, mas estabelece os limites para a interpretação dos resultados, que não devem ser compreendidos como representação direta das percepções dos atores sociais e institucionais do lado francês. Nesse sentido, as conclusões relativas à cooperação transfronteiriça e às dinâmicas territoriais franco-brasileiras devem ser compreendidas à luz dessa assimetria das fontes empíricas.

No que se refere à integração transfronteiriça, os resultados permitem identificar as condições, limitações e possibilidades de articulação observadas a partir do espaço empírico brasileiro, especialmente em Oiapoque, complementadas pela análise documental e bibliográfica referente à Guiana Francesa e pela contribuição pontual de um interlocutor situado no território guianense. Assim, a pesquisa evidencia a existência de relações econômicas, territoriais e institucionais que ultrapassam a fronteira nacional, mas não pretende afirmar que os resultados produzidos representem integralmente a percepção ou a estrutura interna de governança do território francês. A análise da integração deve, portanto, ser compreendida como uma interpretação das relações transfronteiriças observadas e documentadas a partir do recorte definido pela pesquisa.

A pesquisa também contribuiu ao dar visibilidade às dinâmicas territoriais que atravessam o corredor, incluindo conflitos, pressões socioeconômicas e a atuação de múltiplos atores, evidenciando a complexidade do processo de gestão ambiental em contextos amazônicos. Ao incorporar essas dimensões, o estudo superou abordagens normativas e abstratas, aproximando-se das realidades concretas do território.

No que se refere à participação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, os resultados da pesquisa exigem uma distinção entre presença territorial, participação na implementação e participação na formulação histórica do Corredor de Biodiversidade do Amapá. A pesquisa reconhece esses grupos como sujeitos fundamentais para a conservação, para a produção de conhecimentos territoriais e para a gestão do espaço, mas não encontrou elementos suficientes para afirmar que tenham participado de forma ampla e institucionalizada da formulação histórica do CdeB.

A evidência produzida aponta, sobretudo, para a necessidade de ampliar sua participação nos processos contemporâneos de governança, superando formas restritas de consulta ou participação posterior à definição das políticas. Essa constatação constitui uma das bases para a dimensão de participação social e territorialidade incorporada ao modelo de gestão territorial integrado proposto nesta tese.

No plano aplicado e propositivo, a tese apresentou contribuições ao indicar diretrizes para o fortalecimento da gestão territorial do Corredor de Biodiversidade, com ênfase na necessidade de integração institucional, ampliação da participação social e fortalecimento da cooperação transfronteiriça. Essas proposições não se configuraram como soluções tecnicistas, mas como orientações estratégicas fundamentadas na análise empírica e na leitura crítica do contexto estudado.

Destacou-se, nesse sentido, a necessidade de reconfiguração dos modelos de governança, com vistas à construção de arranjos mais inclusivos, capazes de incorporar os saberes locais e de articular diferentes escalas de atuação. A tese também apontou para a importância de fortalecer mecanismos de cooperação internacional, especialmente em contextos de fronteira, onde a efetividade das políticas ambientais depende da construção de agendas compartilhadas.

Ademais, a investigação contribuiu para o campo das políticas públicas ao evidenciar os limites de modelos de gestão fragmentados e ao reforçar a necessidade de abordagens integradas e territorialmente situadas. Ao articular empiria, teoria e proposição, a tese ofereceu subsídios para a formulação de políticas mais eficazes, alinhadas às especificidades dos territórios amazônicos.

No plano científico, a tese contribuiu para a consolidação de uma agenda de pesquisa voltada à análise de corredores de biodiversidade em contextos transfronteiriços, ainda pouco explorada na literatura. Ao abordar a fronteira Amapá–Guiana Francesa como espaço de análise, o estudo ampliou o escopo das discussões sobre governança ambiental, inserindo o debate amazônico em uma perspectiva internacional.

Dessa forma, as contribuições desta tese ultrapassaram o campo específico do objeto investigado, ao oferecer um referencial analítico e interpretativo aplicável a outros contextos marcados por complexidade socioambiental, reforçando a necessidade de construção de modelos de desenvolvimento que articulem conservação, justiça social e sustentabilidade em escala territorial ampliada.

Por fim, concluiu-se que o Corredor de Biodiversidade do Amapá, embora represente uma iniciativa relevante no campo da gestão socioambiental, ainda não se consolidou como instrumento plenamente efetivo de integração territorial e sustentabilidade. Sua potencialidade permanece condicionada à superação de limites estruturais relacionados à governança, à articulação institucional e à democratização dos processos decisórios.

Dessa forma, a tese reafirmou a necessidade de construção de modelos de gestão territorial que sejam simultaneamente integrados, participativos e sensíveis às especificidades dos contextos amazônicos e transfronteiriços. Ao evidenciar os limites e as potencialidades do Corredor de Biodiversidade, o estudo contribuiu para o avanço do debate científico e para a formulação de estratégias mais consistentes de conservação, apontando para a urgência de reconfigurar as relações entre Estado, sociedade e natureza em direção a formas mais equitativas e sustentáveis de uso do território.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. O zoneamento ecológico-econômico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. Novos Cadernos NAEA, v. 3, n. 2, p. 5–15, 2000.

ACSELRAD, H. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. Sociologias, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 84-105, jan./abr. 2014.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-36.

ACSELRAD, H. et al. Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades eletivas. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói, n. 53, 2021.

AGÊNCIA FAPESP. Conservação da biodiversidade e redução da pobreza. Conexão Safra, 7 ago. 2022. Disponível em: https://conexaosafra.com.br. Acesso em: 3 abr. 2026.

AGÊNCIA SENADO. Papaléo saúda criação do corredor de biodiversidade no Amapá. Brasília, 25 abr. 2005. Disponível em: https://www12.senado.leg.br. Acesso em: 6 abr. 2026.

AGÊNCIA SENADO. Unidades de conservação no Amapá e exploração de petróleo. Brasília, 27 maio 2025.

ALEIXO, R. Delegação do Amapá na COP30. G1 Amapá, 23 nov. 2025.

ALMEIDA, J. C.; LIMA, R. Â. P.; BORDALO, C. A. L. Geopolítica lusa na Amazônia. Revista ReGeo, v. 16, n. 5, p. 1–22, 2025.

ALVES, E. E.; FERNANDES, I. F. A. L. Objetivos do desenvolvimento sustentável. Meridiano 47, v. 21, n. 1, p. 1–19, 2020.

AMANOR-LARTEY, E. T. Implementação de políticas públicas. Ghana Social Science, v. 16, n. 2, p. 140, 2019.

AMAPÁ (Estado). Relatório corredor de biodiversidade do Amapá. Macapá: Governo do Estado; ISA, 2004.

AMAPÁ (Estado). SEMA. Atlas das unidades de conservação do Amapá. Macapá, 2024.

ANEM, R. S. Corredores ecológicos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

ANJOS, V. F.; COSTA, J. M.; FERREIRA, L. I. V. Impactos da exploração petrolífera no Amapá. Macapá: UNIFAP, 2025.

ARANTES, L. T.; SILVA, D. C. C.; LOURENÇO, R. W. Zoneamento ecológico-econômico no Brasil. Revista Principia, v. 60, n. 3, p. 938–957, 2023.

ARRUDA, M. B. (org.). Ecossistemas brasileiros. Brasília: IBAMA, 2001.

ARRUDA, M. B. Conservação e sustentabilidade na Caatinga. Brasília: IBAMA, 1997.

ARRUDA, M. B. Gestão integrada de ecossistemas. In: SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS BRASILEIROS, 5., 2000. Anais [...] Vitória, 2000.

ASSAD, A. L.; PEREIRA, N. M. Convenção sobre biodiversidade. In: SEMINÁRIO CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1998. São Paulo: USP, 1998. p. 326–334.

ATMACA, A. C.; KIRAY, S. A.; PEHLIVAN, M. Sustainable development. In: SHELLEY, M.; KIRAY, S. A. (ed.). Education research highlights. U.S.A.: ISRES, 2018. p. 186–214.

AZEVEDO, C. M. A. et al. Aspectos da MP 2.126-08. In: AZEVEDO, C. M. A. Biodiversidade e propriedade intelectual. São Paulo: Moderna, 2001. p. 107–114.

AZEVEDO, M. F. Amefricanidades e diálogos poéticos. 2025. Dissertação – UFRGS, 2025.

BAÍA, H. Conflitos na fronteira franco-brasileira. Seles Nafes, 8 jul. 2016. Disponível em: https://selesnafes.com
. Acesso em: 5 abr. 2026.

BALDUÍNO JUNIOR, A. L. et al. Educação ambiental no ensino médio. Caderno Pedagógico, v. 21, n. 6, p. 1–19, 2024.

BANERJEE, O.; MACPHERSON, A. J.; ALAVALAPTI, J. Gestão florestal sustentável no Brasil. Journal of Environment and Development, v. 18, n. 2, p. 130–153, 2009.

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 2020.

BARBOSA, M. S.; LIMA, J. P. S.; LIMA, R. A. Educação ambiental e biodiversidade. RevBEA, v. 18, n. 1, p. 194–210, 2023.

BARCELLOS, L. A. Fundos socioambientais indígenas. 2015. Dissertação – UFRRJ, 2015.

BARROS, J. M. S.; JUSTO, C. M. Diplomacia militar na fronteira Brasil–França. Conjuntura Austral, v. 15, n. 72, 2024.

BATESON, G. Steps to an ecology of mind. Chicago: University of Chicago Press, 1941.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2008.

BECKER, B. K. Desenvolvimento sustentável e Amazônia. In: BECKER, B. K. Geografia e meio ambiente. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 46–64.

BECKER, B. K. Conservação da biodiversidade na Amazônia. In: GARAY, I.; DIAS, B. F. S. Conservação da biodiversidade. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 1–45.

BECKER, B. K. Políticas de ocupação da Amazônia. Parcerias Estratégicas, n. 12, p. 1–25, 2001.

BENNETT, A. F. Linkages in the landscape. Gland: IUCN, 2003.

BENSUSAN, N. Conservação da biodiversidade em áreas protegidas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BEZERRA, F. W. C. B. et al. Políticas públicas de sustentabilidade. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 14, n. 8, p. 27–41, 2025.

BEZERRA, T. N.; SANTOS, V. H. M. Plantas medicinais e saúde. São Paulo: CRV, 2022.

BIOSCA, O.; GALASO, P. Atores em redes de políticas sociais. Revista Internacional de Administração Pública, v. 43, n. 13, p. 1156–1168, 2020.

BODNAR, Z.; FREITAS, J.; SILVA, R. L. Direito e sustentabilidade. Florianópolis: FUNJAB, 2016.

BONELLI, F. et al. Burocratas de nível de rua. Cadernos EBAPE, v. 17, n. esp., p. 800–816, 2019.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORGES, C. A. F. Cooperação policial transfronteiriça. 2022. Dissertação – UNIFAP, 2022.

BORTOLOTTO, F. Participação indígena na agenda climática. 2020. Dissertação – UnB, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 jul. 2000. Institui o SNUC. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Unidades de conservação no Brasil. Brasília: MMA, 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Corredores ecológicos. Brasília: MMA, 2006.

BRITO, E. Oiapoque e segurança pública. Revista do Sistema Único de Segurança Pública, v. 4, n. 1, p. 136–148, 2025.

BUSCH, P. A. Decisão e tecnologia em políticas públicas. Information Polity, v. 25, n. 1, p. 111–128, 2020.

CAF. Corredor biológico mesoamericano. 2024. Disponível em: https://www.caf.com . Acesso em: 5 abr. 2026.

CALDAS, Y. P.; SILVA, N. F. C. Literatura na região das Guianas. Boletim Goiano de Geografia, v. 45, n. 1, 2025.

CANABRAVA NETO, E. G. et al. Telhados verdes. Mix Sustentável, v. 7, n. 2, p. 125–136, 2021.

CAPOBIANCO, J. P. R. Amazônia: uma década de esperança. São Paulo: Estação Liberdade, 2022.

CAPRA, F. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 2012.

CARDOSO, E. R. S. Políticas de acesso para imigrantes. 2025. Dissertação – UNIFAP, 2025.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. Faces do trópico úmido. Belém: CEJUP, 1997. p. 221–242.

CASTRO, R. R. A. Governança sistêmica em projetos agroextrativistas. 2023. Tese – UFSC, 2023.

CAVALCANTE, P. L. C.; SILVA, M. S. (org.). Reformas do Estado no Brasil. Brasília; Rio de Janeiro: CEPAL; IPEA, 2020.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERQUEIRA, T. B. et al. Ecodesenvolvimento: revisão conceitual. Revista Semiárido de Visu, v. 13, n. 3, p. 1–22, 2025.

CI-BRASIL. Corredor de biodiversidade do Amapá. São Paulo: Ipsis, 2007.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL. Corredor de biodiversidade do Amapá. Belém: CI-Brasil; Governo do Estado do Amapá, 2009.

CORREA, P. G. P.; BORGES, C. A. F. Cooperação policial transfronteiriça. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 10, n. 2, p. 63–101, 2024.

CORREIA, R. E. L. Divulgação científica ambiental interdisciplinar. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 17, n. 10, p. 1–20, 2025.

CORTÉS, L. G. A. Políticas globais e povos originários. 2022. Tese – UnB, 2022.

COSTA, E. J. M. Geopolítica da floresta. Belém: NAEA/UFPA, 2025.

COSTA, L. F. et al. Sustentabilidade nas ciências sociais. Revista Metropolitana de Sustentabilidade, v. 9, n. 2, p. 6–19, 2019.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. Pesquisa de métodos mistos. Porto Alegre: Penso, 2013.

DÁVALOS, N. E. B. Vulnerabilidade socioambiental indígena. 2021. Tese – UnB, 2021.

DEMARTELAERE, A. C. F. et al. Impactos na Caatinga. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 4, p. 25085–25306, 2022.

DESCOLA, P. Par-delà nature et culture. Paris: Gallimard, 2005.

DEVIDE, A. C. P.; SILVA, D. O. G. Corredores ecológicos urbanos. Nativa, v. 10, n. 2, p. 250–258, 2022.

DIAS, M. M. Exportações e informalidade na fronteira do Oiapoque. 2025. TCC – UNIFAP, 2025.

DIAS, S. L. F. G.; GALINA, S. V. R. Negócios da floresta amazônica. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 30, n. 1, p. 1–28, 2025.

DRUMMOND, J. A.; DIAS, T. C. A. C.; BRITO, D. M. C. Atlas das unidades de conservação do Amapá. Macapá: MMA; IBAMA; SEMA, 2008.

DUARTE, A. J. O. Educação ambiental quadridimensional. 2024. Tese – UFTM, 2024.

DURÁN, A. D. et al. Green roofs vegetation. Ecological Engineering, v. 145, p. 105702, 2020.

ELVAS, B.; BUENO, C.; OLIFIERS, N. Mammals in ecological corridors. Biota Neotropica, v. 23, n. 4, 2023.

ESCOBAR, A. Territórios de diferença. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ESCOBAR, A. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

ESCOBAR, A. Pluriversal politics: the real and the possible. Durham: Duke University Press, 2020.

FABRI, A. Diálogo intercultural e sustentabilidade. 2020. Tese – UFPR, 2020.

FALCÃO, S. M. P.; EL-DEIR, S. G.; HOLANDA, R. M. Construções sustentáveis no Brasil. Revista GeAS, v. 11, n. 1, p. 1–22, 2022.

FARIA, L. F. Mudanças contemporâneas da Amazônia. 2022. Tese – INPA, 2022.

FERREIRA, A. M. C. et al. Modelização de agroecossistemas. Interações, v. 24, n. 1, p. 299–320, 2023.

FERREIRA, M. Operação contra organizações criminosas. G1 Amapá, 12 nov. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com. Acesso em: 5 abr. 2026.

FIGUEIREDO, F. Travessia para a Guiana Francesa. G1 Amapá, 20 mar. 2017. Disponível em: https://glo.bo. Acesso em: 6 abr. 2026.

FOLKE, C. Resilience in socio-ecological systems. Global Environmental Change, v. 16, p. 253–267, 2006.

FORMAN, R. T. T. Land mosaics. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FORMAN, R. T. T.; GODRON, M. Landscape ecology. New York: Wiley, 1986.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura. Logeion, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019.

GAMA, A.; BRASILEIRO, T. Bioeconomia e territórios. Revista Brasileira de Economia, v. 78, n. 2, 2024.

GARCIA, E. S. Biodiversidade e saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 11, n. 3, p. 495–500, 1995.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓMEZ-HOYOS, D. A. et al. Conservação participativa. UNED Research Journal, v. 14, supl. 1, 2022.

GONÇALVES, L. H. N. Trabalho e subjetividade. 2023. Tese – PUC-SP, 2023.

GOULET, D. Desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente e políticas públicas. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p. 15–45.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Monitoramento da biodiversidade. Macapá: SEMA/AP, 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Relatório corredor de biodiversidade. Macapá, 2004.

GUSDORF, G. Interdisciplinaridade e ciências humanas. Lisboa: Moraes, 1977.

HACON, V. Clima, florestas e povos indígenas. 2018. Tese – UFRRJ, 2018.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”. Buenos Aires: CLACSO; Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, R. A corporificação “natural” do território: do territcídio à multiterritorialidade da Terra. GEOgraphia, Niterói, v. 23, n. 50, 2021.

HAESBAERT, R. Vivir en el límite: territorio y multi/transterritorialidad en tiempos de in-seguridad y contención. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2021.

HOECKELE, E. T.; ESPÓSITO NETO, T. Segurança nas fronteiras amazônicas. Brazilian Journal of International Relations, v. 14, n. 1, p. 1–7, 2025.

HOLLING, C. S. Resilience of ecological systems. Annual Review of Ecology and Systematics, v. 4, p. 1–23, 1973.

IBAMA. Parecer técnico n. 39/2025. Brasília, 2025.

IBGE. Biomas e sistema costeiro-marinho do Brasil. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 3 abr. 2026.

IBGE. Perfil territorial do estado do Amapá. Rio de Janeiro, 2022.

JAPIASSÚ, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KRELL, A. J.; SOUZA, C. B. C. Sustentabilidade energética no Brasil. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, v. 11, n. 2, p. 157–188, 2020.

KUASOSKI, M.; D'OLIVEIRA, S. L. D. Sustentabilidade no sistema agroalimentar. REUNIR, v. 13, n. 4, p. 52–66, 2024.

LATOUR, B. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia. Bauru: EDUSC, 2004.

LEAL, M. L.; BASSO, D. Sustentabilidade e consumo urbano: revisão integrativa da literatura. Cadernos Cajuína, v. 10, n. 6, p. 1–30, 2025.

LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1989.

LIMA NETO, T. F.; SANTOS, M. D.; ARAÚJO, A. G. Corredores ecológicos em rodovias brasileiras. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO E EUROPEU SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 6., 2025. Anais [...] [S. l.], 2025. p. 1–10.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L.; LUI, L.; AGUIAR, R. B. Políticas públicas e desenvolvimento. Urbe, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 24–39, 2021.

LIRA, J. O. et al. Instrumentos legais ambientais e economia circular. Revista Foco, v. 18, n. 6, p. 1–19, 2025.

LITTLE, P. E. Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003.

LOPES, C. L.; CHIAVARI, J. Análise do procedimento sancionador do Ibama. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2021.

LOYOLA, D. N. Unidades de conservação como área de educação ambiental não formal. 2023. TCC – IFRJ, Niterói, 2023.

LUCKEZIE, L. Guiana prende mais de 30 pessoas por garimpo ilegal. Folha BV, Boa Vista, 15 nov. 2025. Disponível em: https://folhabv.com.br
. Acesso em: 5 abr. 2026.

MACHADO, R. S.; SALGADO, T. D. M. Argumentação e interdisciplinaridade. Cadernos Cajuína, v. 10, n. 5, p. 1–22, 2025.

MANFREDINI, F. N. Levantamento de espécies Coleoptera. Journal of Education Science and Health, v. 4, n. 4, p. 1–12, 2024.

MARQUES, A. A. B.; PERES, C. A. Legal threats to protected areas. Oryx, v. 49, n. 1, p. 25–29, 2015.

MARRADI, A. Método como arte. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MARTINS, H. M. Engenharia ambiental no Brasil. RECIMA21, v. 4, n. 7, 2023.

MARTINS, S. K. B.; MARTINES, M. R.; TOPPA, R. H. Análise da paisagem urbana. Revista do Departamento de Geografia, v. 44, 2024.

MARTINS, S. R. O.; MARTINS, W. R. M. Interdisciplinaridade. GeoPantanal, v. 20, n. 38, 2025.

MASTEN, A. S. Ordinary magic. American Psychologist, v. 56, n. 3, p. 227–238, 2001.

MATOS, F. L. L. C. C. Análise das taxas de desmatamento na Amazônia Legal. 2016. Dissertação – UnB, Brasília, 2016.

MAURÍCIO, G. N. Unidades de conservação e Pelotas. In: PARFITT, C. M.; STEIGLEDER, C. N. (org.). Planejamento e gestão ambiental em municípios. São Paulo: Dialética, 2021. p. 291–322.

MCGRATH, D. Biosfera ou biodiversidade. In: XIMENES, T. (org.). Perspectiva do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA, 1997. p. 33–70.

MENDES, C. BR 156: rodovia do Amapá. Blog Zapay, 10 jul. 2025. Disponível em: https://blog.usezapay.com.br
. Acesso em: 6 abr. 2026.

METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagens? Biota Neotropica, Campinas, v. 1, n. 1/2, p. 1–9, 2001.

MILLER, K. Diretrizes para conservação da biodiversidade. Brasília: IBAMA, 1997.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Gestão territorial para a conservação. Brasília: MMA, 2010.

MOREIRA, C. F. A questão do Saara Ocidental. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, E. O enigma do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MOTA, B. M. S. et al. Consulta prévia e licenciamento ambiental. Revista OWL, v. 4, n. 1, p. 1–24, 2026.

MUCHAILH, M. C. A. Corredores de biodiversidade. 2007. Dissertação – UFPR, Curitiba, 2007.

NASCIMENTO, R. C. M.; ARAÚJO, L. S. Dinâmicas transfronteiriças. Geografia em Questão, v. 18, n. 2, 2025.

NEGRÃO, M. E. S.; SILVA, R. D. Identidade e fronteira em Oiapoque. Revista Presença Geográfica, v. 12, n. 2, p. 50–60, 2025.

NIKOKAVOURAS, E. A. Q.; MEIRELES, A. J. A. Serviços ecossistêmicos da Caatinga. Conexões, v. 19, p. 1–11, 2025.

OLIVEIRA, A. A. Biomas do Brasil. Instituto Japi, 2022. Disponível em: https://institutojapi.com.br
. Acesso em: 3 abr. 2026.

OLIVEIRA, J. G. A. et al. Biodiversidade e solos. Ciência Florestal, v. 35, p. 1–23, 2025.

OMENA NETO, A. J.; DANTAS CAMPOI, J. A. G.; RIBEIRO, M. L. Política fundiária no Brasil. Retratos de Assentamentos, v. 28, n. 2, p. 91–122, 2025.

PALMERSTON, S. C. E.; TEJERINA-GARRO, F. L. Governança ambiental no Brasil. Fronteira Journal, v. 14, n. 2, p. 246–257, 2025.

PANNUNZIO, E. Judicialização das relações internacionais. São Paulo: Saraiva, 2014.

PEREIRA, A. M. F. et al. Teoria do fluxo e aprendizagem. Educação e Pesquisa, v. 48, n. 1, p. 1–20, 2022.

PEREIRA, T. P. Gestão biorregional em Alto Paraíso. 2000. Dissertação – UnB, 2000.

PINTO, M. J. S. O fetiche do emprego. 2008. Tese – UFPA, 2008.

PLACIDE, J. E. Migração internacional. 2024. Tese – UNICAMP, Campinas, 2024.

PORTILLO REYES, H. O. et al. Conectividade de corredor biológico para puma. Revista Mexicana de Mastozoología, v. 13, n. 2, 2023.

PRATES, J. C. R.; AVELINO, B. C. Transparência em sustentabilidade. REPeC, v. 18, n. 1, p. 139–158, 2024.

PRAZERES, L. Ouro clandestino no Brasil. BBC News Brasil, 28 jan. 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese
. Acesso em: 5 abr. 2026.

PUTINI, F. V. D.; KLANOVICZ, J. Sustentabilidade e estudos multiespécie. Fronteiras, v. 14, n. 3, p. 179–196, 2025.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAYNAUT, C. Interdisciplinaridade: construção de um objeto científico. São Paulo: Cortez, 2014.

REDCLIFT, M. R. Os novos discursos de sustentabilidade. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (org.). Contra discurso do desenvolvimento sustentável. Belém: UNAMAZ, 2003. p. 47–72.

REDCLIFT, M. R. Wasted: counting the cost of global consumption. Londres: Earthscan, 1996.

REIS, A. H. et al. (org.). Agroecologia e territorialidades: do estado da arte aos desafios do século XXI. Juazeiro: UNIVASF, 2020.

REIS, B. M. C. B. Uma proposta de interpretação geoecológica aplicada ao planejamento biorregional do Centro de Endemismo Belém (CEB), Amazônia Oriental. São Luís: UEMA, 2022.

ROCHA, L. A.; CARDOSO, M. As condições de acesso a direitos e a serviços públicos de brasileiros na Guiana Francesa: sobre as conformações da cidadania transnacional. PRACS, Macapá, v. 15, n. 1, p. 1–20, 2022.

ROCHA, L.; SILVA, D. J. S. O efeito da fronteira na formação territorial do estado do Amapá. Jamaxi, v. 8, n. 2, 2025.

RUTTER, M. Psychosocial resilience and protective mechanisms. American Journal of Orthopsychiatry, v. 57, n. 3, p. 316–331, 1987.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Brazilian protected areas. Conservation Biology, v. 19, n. 3, p. 612–618, 2005.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALES, M. E. C. et al. Cenários estratégicos para ampliação do conhecimento científico e proteção da biodiversidade: Foz do Amazonas. Belém: MPEG/IEA-USP, 2025.

SÁNCHEZ-SOTO, S. et al. Registro de mamíferos no voladores en plantaciones de cacao en el Corredor Biológico Mesoamericano, México. Mammalogy Notes, v. 11, n. 2, 2025.

SANDOVAL MURILLO, L. F.; MORERA BEITA, C. Corredores biológicos en Costa Rica: metodología para el monitoreo de la estructura del paisaje y su conectividad. Revista Geográfica de América Central, n. 75, 2025.

SANTIAGO, B. G. Cooperação, natureza humana e linguagem. 2024. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – UFRGS, Porto Alegre, 2024.

SANTILLI, J. A proteção legal aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. In: AZEVEDO, C. M. A.; FURRIELA, F. N. (org.). Biodiversidade e propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 51–68.

SANTOS, A. M.; TENCONI, D. Sociologia do desenvolvimento: estado do conhecimento. Lumen et Virtus, v. 17, n. 57, p. 1–18, 2026.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 78, p. 3–46, 2007.

SANTOS, F. R. História do Amapá. Macapá: Valcan, 2001.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, 2009.

SCHELP, L. K. Teoria da transição florestal: uma revisão bibliográfica para os biomas brasileiros. 2023. TCC – UFSCar, Sorocaba, 2023.

SCHMIDT, C. H. Os sistemas de gestão transescalar de áreas protegidas no Amapá e norte do Pará. Boletim Goiano de Geografia, v. 32, n. 1, p. 73–91, 2012.

SEBRAE. Agricultura familiar e produção indígena ganham vitrine na Feira Internacional de Oiapoque. Agência Sebrae de Notícias, Amapá, 3 ago. 2025. Disponível em: https://www.ap.agenciasebrae.com.br
. Acesso em: 4 abr. 2026.

SILVA, A. K. L. et al. Tendências e desafios da gestão em cooperativas da Amazônia ocidental. Observatorio de la Economía Latinoamericana, v. 23, n. 7, p. 1–21, 2025.

SILVA, A. G. Reservas extrativistas pós-SNUC: uma revisão. Ambientes, v. 6, n. 2, p. 166–219, 2024.

SILVA, C. N. et al. (org.). Amazônia em debate: justiça socioambiental e sustentabilidade. Belém: GAPTA/UFPA, 2025.

SILVA, D. S.; RIBEIRO, M. V.; SOARES, F. H. Medium and large-sized mammals... Brazilian Journal of Biology, v. 83, 2023.

SILVA, G. V. Novos usos territoriais da fronteira franco-brasileira. In: PORTO, J. et al. Condicionantes construídos. Macapá, 2007.

SILVA, G. V.; MICELI, C. D. Territorialidades e mobilidades transfronteiriças. GEOUSP, v. 29, n. 2, p. 1–12, 2025.

SILVA, G. V. Cooperação transfronteiriça na Amazônia internacional. Revista Verde Grande, v. 5, n. 2, 2023.

SILVA, G. V.; GRANGER, S. Diferentes sentidos migratórios na região das Guianas. Boletim Goiano de Geografia, v. 45, n. 1, p. 1–21, 2025.

SILVA, J. A. Cooperativismo no Tocantins. 2015. Dissertação – UFT, Palmas, 2015.

SILVA, J. C. L.; GAMA, V. R. G.; PEDRADA, T. I. S. Desenvolvimento regional do Amapá. REMAP, v. 3, n. 1, p. 94–110, 2023.

SILVA, L. F. et al. Impactos das ações antrópicas. Meio Ambiente, v. 4, n. 1, p. 21–44, 2022.

SILVA, R. G. C. Amazônia, dinâmicas territoriais e conflitos agrários. Revista NERA, v. 28, n. 1, 2025.

SIMAS, A. P. S. C. Corredor ecológico integrado. 2003. Dissertação – UnB, 2003.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e recursos naturais. In: CASTRO, E. et al. (org.). Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais. Belém: NAEA/UFPA, 2006. p. 327–341.

SIMONIAN, L. T. L.; COELHO, M. C. N.; MATHIS, A. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: COELHO, M. C. N.; MATHIS, A. (org.). Políticas públicas e desenvolvimento local na Amazônia. Belém: UFPA, 2005. p. 37–42.

SIMONIAN, L. T. L.; PINTO, P. M.; CAMPOS, R. I. R. Unidades de conservação em Martírios/Andorinhas. Belém: UFPA, 2007.

SMOLAREK, A.; MIRANDA, J. I. R. Diplomacia brasileira e Saara Ocidental. Conjuntura Austral, v. 15, n. 69, p. 7–18, 2024.

SOUZA, F. A. A.; CEZAR, L. S.; AZEVEDO, N. L. Mudanças climáticas e governança indígena. Revista ReGeo, v. 16, n. 5, p. 1–18, 2024.

TAINTER, J. A. The collapse of complex societies. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TORRES, A. M. Relações e interconexões: políticas educacionais e cooperação transfronteiriça. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 33., 2025, Belo Horizonte. Anais eletrônicos [...] Belo Horizonte: ANPUH, 2025. p. 1–13.

TOSTES, J. A.; MOURA, C. I. R. Biodiversidade e unidades de conservação: as implicações nas pequenas cidades no corredor transfronteiriço entre o Amapá e a Guiana Francesa. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 5, n. 36, p. 48–63, 2017.

TRIVELLATO, G. M. L. Ensinamentos indígenas para o desenvolvimento territorial a partir de ailton krenak: revisão de paradigmas de produção e consumo na agricultura. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 35–53, 2026.

VALES, A. G. **Memórias sobre a migração de retorno da Guiana Francesa (1980–1990)**. 2024. 94 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteira) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2024.

VALOIS, A. C. C. Biodiversidade, biotecnologia e propriedade intelectual, **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. especial, p. 21-31, 1998.

VASCONCELLOS, A.; MIYAMOTO, J. Infraestrutura verde: uma revisão de literatura. **Revista Thésis,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 2023. Disponível em: https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/393. Acesso em: 3 abr. 2026.

VILHENA, L. M. **Governança ecológica sistêmica: potencial de atuação de empresas concessionárias de serviços públicos sob o viés do direito ecológico a partir do estudo de caso da Casan na Lagoa da Conceição**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2025.

VONS, M. C. A revisão bibliográfica quantitativa de publicações da capes acerca de construções sustentáveis. **Revista Brasileira de Educação e Inovação da Univel (REBEIS)**, v. 1, n. 6, p. 19-29, 2024.

WILSON, E. O. **Biodiversidade**. In: EHRENFELD, D. (Org.). Por que atribuir um valor a biodiversidade. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1997a. p. 269-274. (Tradução Marcos Santos).

XIMENES, T. (Org.). **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável (uma contribuição para a Amazônia 21)**. Belém: CEJUP; UFPA-NAEA, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA GESTORES PÚBLICOS E INSTITUCIONAIS

(Ex.: IBAMA, SEMA, Prefeituras, Ministério Público, Polícia Federal, etc.)

1. Como o (a) senhor(a) avalia o Corredor de Biodiversidade do Amapá enquanto instrumento de gestão territorial?
( ) Muito eficaz
( ) Parcialmente eficaz
( ) Pouco eficaz
( ) Ineficaz

2. O nível de articulação entre instituições (Brasil–Guiana Francesa) pode ser considerado:
( ) Alto
( ) Moderado
( ) Baixo
( ) Inexistente

3. A influência da ponte binacional na dinâmica territorial e ambiental é:
( ) Muito significativa
( ) Moderada
( ) Baixa
( ) Irrelevante

4. Quais são os principais desafios institucionais para a implementação do corredor na região de fronteira?

5. Como o(a) senhor(a) avalia a integração entre políticas públicas ambientais no contexto transfronteiriço?

6. Que estratégias ou ações poderiam fortalecer a efetividade do corredor como instrumento de gestão territorial?

7. Se o(a) senhor(a) pudesse propor um modelo ideal de gestão para o Corredor de Biodiversidade na fronteira, quais seriam seus principais elementos (institucionais, legais e operacionais)?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA LIDERANÇAS LOCAIS E COMUNITÁRIAS

(Associações, comunidades tradicionais, lideranças indígenas)

1. A população local percebe benefícios do Corredor de Biodiversidade?
( ) Muitos benefícios
( ) Alguns benefícios
( ) Poucos benefícios
( ) Nenhum benefício

2. A participação da comunidade na gestão do corredor é:
( ) Alta
( ) Média
( ) Baixa
( ) Inexistente

3. A construção da ponte trouxe ou trará impactos para a comunidade:
( ) Muito positivos
( ) Mais positivos que negativos
( ) Mais negativos que positivos
( ) Muito negativos

4. Como a comunidade percebe o Corredor de Biodiversidade no seu cotidiano?

5. Quais mudanças ocorreram ou podem ocorrer com a ponte na região?

6. O que precisa melhorar para que o corredor contribua de fato para a qualidade de vida da população?

7. Que ações concretas deveriam ser implementadas para que o corredor traga melhorias reais para a população local?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA PESQUISADORES E ESPECIALISTAS

(Universidades, técnicos, especialistas ambientais)

1. O Corredor de Biodiversidade do Amapá apresenta base técnico-científica adequada?
( ) Totalmente adequada
( ) Parcialmente adequada
( ) Pouco adequada
( ) Inadequada

2. A integração entre conservação ambiental e desenvolvimento regional é:
( ) Bem estruturada
( ) Moderada
( ) Frágil
( ) Inexistente

3. A abordagem atual do corredor pode ser considerada:
( ) Sistêmica e integrada
( ) Parcialmente integrada
( ) Fragmentada
( ) Desarticulada

4. Como o(a) senhor(a) avalia a evolução conceitual dos corredores de biodiversidade no contexto amazônico?

5. Quais são as principais lacunas na implementação do corredor no Amapá?

6. Que modelo ou diretrizes poderiam tornar o corredor mais eficaz em áreas de fronteira?

7. Quais diretrizes técnico-científicas são essenciais para tornar o corredor efetivo em áreas de fronteira?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA SETOR ECONÔMICO E INSTITUCIONAL

(Ex.: Banco do Brasil, comércio local, setor produtivo)

1. A integração entre Brasil e Guiana Francesa impacta a economia local:
( ) Muito positivamente
( ) Moderadamente
( ) Pouco
( ) Não impacta

2. Os investimentos na região de fronteira são:
( ) Crescentes
( ) Estáveis
( ) Reduzidos
( ) Inexistentes

3. A ponte binacional contribui para o desenvolvimento econômico:
( ) Muito
( ) Moderadamente
( ) Pouco
( ) Não contribui

4. Quais oportunidades econômicas surgem com a integração transfronteiriça?

5. Quais são os principais riscos ou desafios econômicos na região?

6. Como o corredor pode contribuir para o desenvolvimento sustentável local?

7. Que políticas ou incentivos poderiam integrar desenvolvimento econômico e conservação ambiental no corredor?

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO

Título da pesquisa: Corredor de Biodiversidade na Fronteira Amapá/Guiana Francesa: fator de integração e sustentabilidade?

Pesquisadora responsável: Alandy Patrícia do Socorro Sousa Cavalcante

1. Convite à participação
Você está sendo convidado(a) a participar, de forma voluntária, de uma pesquisa acadêmica de doutorado que investiga a gestão territorial e a governança socioambiental no Corredor de Biodiversidade do Amapá, no contexto da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa.

2. Objetivos da pesquisa
Esta pesquisa tem como objetivo analisar o Corredor de Biodiversidade do Amapá enquanto instrumento de integração territorial, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, considerando as dinâmicas socioambientais, institucionais e a atuação dos diferentes atores envolvidos.

3. Procedimentos da pesquisa
Caso aceite participar, você responderá a um questionário com perguntas objetivas e discursivas relacionadas à sua experiência, percepção e atuação no contexto do corredor de biodiversidade.
Tempo estimado: 10 a 20 minutos
Forma: questionário escrito (semiestruturado)
Não haverá gravação de áudio ou imagem sem autorização prévia

4. Riscos e desconfortos
Os riscos desta pesquisa são mínimos.
Pode haver leve desconforto ao responder questões relacionadas a temas institucionais, territoriais ou profissionais. Caso isso ocorra, você poderá: não responder alguma pergunta; interromper sua participação a qualquer momento; e, desistir da pesquisa sem qualquer prejuízo.

5. Benefícios
Não há benefícios diretos ao participante.
Entretanto, a pesquisa poderá contribuir para: o aprimoramento de políticas públicas ambientais; o fortalecimento da governança territorial na Amazônia; a melhoria das estratégias de conservação da biodiversidade; a produção de conhecimento científico aplicado;

6. Sigilo e confidencialidade
Sua identidade será preservada. Os dados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. Seu nome não será divulgado em nenhum momento. As informações serão apresentadas de forma coletiva. Os dados serão armazenados de forma segura

7. Garantia de liberdade
Sua participação é totalmente voluntária.
Você pode: recusar participar; desistir a qualquer momento; solicitar a retirada de suas informações.
Sem qualquer prejuízo ou penalização.
8. Custos e compensações
Não haverá custos para participação
Não haverá pagamento ou compensação financeira

9. Contatos para esclarecimentos
Caso tenha dúvidas, você pode entrar em contato com:

Pesquisadora responsável: Alandy Patrícia do Socorro Sousa Cavalcante

10. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)
Caso tenha dúvidas sobre seus direitos como participante, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da instituição.

11. Consentimento

Declaro que:
Fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa
Entendi os procedimentos, riscos e benefícios
Sei que minha participação é voluntária
Autorizo o uso das informações para fins acadêmicos

Local e data: _____

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: _____